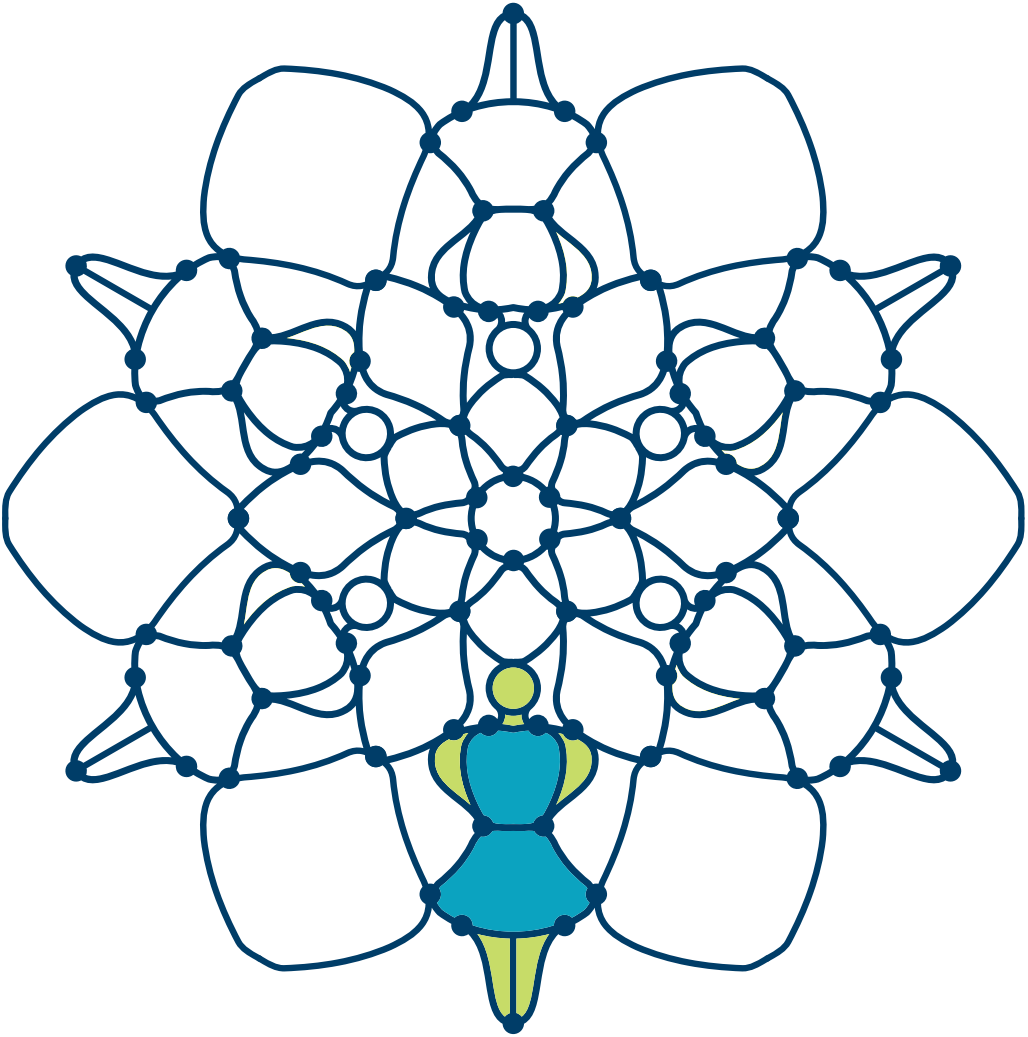


Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil

Silvia Alicia Martínez e Luceni Hellebrandt (orgs.)

EDUENF

Mulheres na Pesca

Pescadora, fileteira, descascadeira, marisqueira, catadora, remendeira, vendedora, mulher de pescador… são tantos nomes assim como são diversificadas as atividades das mulheres no universo da pesca.
A presença feminina nas atividades produtivas da pesca artesanal é inegável. É comum se deparar com mulheres nas tarefas de confecção de redes, na captura de mariscos, moluscos e do próprio peixe, no processamento de pescados, como evisceração e filetagem, no beneficiamento de produtos à base de pescados como salgados e embutidos e na comercialização.
Apesar das mulheres sempre haver estado presentes na pesca, este grupo social heterogêneo e plural não é enxergado pela sociedade, pela comunidade em que está inserido, pelo poder público e, na maior parte das vezes, até há ausência de autorreconhecimento das próprias mulheres enquanto trabalhadoras da pesca. Os trabalhos executados por mulheres na pesca artesanal são permeados pela invisibilidade e são comumente relegados à categoria de ajuda.
Pode-se somar a esses aspectos a escassa atenção dispendida a este grupo social pela própria academia, o que permite afirmar que também o primado da invisibilidade permeia o olhar hegemônico de pesquisadores e pesquisadoras quando os temas da pesca e do conhecimento sobre a pesca aparecem pautados.
Contribuindo para romper com essa "tradição", esta coletânea de textos vem marcar a atuação das mulheres nos diferentes lugares que a atividade pesqueira

Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil

Silvia Alicia Martínez e Luceni Hellebrandt (orgs.)

Campos dos Goytacazes
2019

Editora da Universidade Estadual do
Norte Fluminense Darcy Ribeiro
EDUENF

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

M956 Mulheres na atividade pesqueira no Brasil [recurso eletrônico] / organização de Silvia Alicia Martínez e Luceni Hellebrand – Campos dos Goytacazes, RJ : EDUENF, 2019.
87 p. : il.

Vários autores.
Inclui bibliografia.
Ebook.
Formato: PDF.
ISBN : 978-85-89479-53-0.

1. Mulheres Pesqueiras. 2. Pesca Artesanal. I. Martínez, Silvia Alicia (Org.). II. Hellebrand, Luceni (Org.). III.Título.

CDD : 306.364

Editora da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

CONSELHO EDITORIAL:
Leonardo Rogério Miguel (editor-chefe)
Maura da Cunha
Ricardo Bressan-Smith
Sergio Arruda de Moura
Nilson S. Peres Stahl
Maridelma de Sousa Pourbaix

© Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Os capítulos são de inteira responsabilidade dos autores.

Reitor:
Luis Cesar Passoni

Vice-reitora:
Teresa de Jesus Peixoto Faria

Diretor do Centro de Ciências do Homem:
Marcelo Carlos Gantos

Coordenadora do Programa de Políticas Sociais (Uenf):
Denise Cunha Tavares Terra

Coordenação Geral do projeto Mulheres na pesca: mapa dos conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e baixadas litorâneas:
Silvia Alicia Martínez

Revisão:
Dulce Helena Pontes Ribeiro

Capa, projeto gráfico e programação visual:
Marcus Cunha

Mulheres na Pesca

Realização

FAPUR Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da UFRRJ

UENF Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS

A realização do Projeto Mulheres na Pesca é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio.

Pesquisa MARINHA &PESQUEIRA

MPF Ministério Público Federal

IBAMA MMA

anp Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO

SUMÁRIO

09 Mulheres na atividade pesqueira no Brasil: uma introdução
Silvia Alicia Martinez e Luceni Hellebrandt

21 Mulheres em comunidades pesqueiras no Brasil: um balanço da produção em teses e dissertações (2007-2017)
Suelen Ribeiro de Souza, Natália Soares Ribeiro, Silvia Alicia Martínez

51 Uma análise sócio-histórica da articulação nacional das pescadoras (ANP)
Carmem Imaculada de Brito

75 Conflitos ambientais envolvendo pescadores(as) artesanais na zona costeira
Tatiana Walter; Gracieli Trentin; Juliana Conti Hubner; Andrine da Silva Longaray; Kelen Rodrigues da Veiga; Márcia Borges Umpierre; Liandra Peres Caldasso; Jéssica Fischer; Naila de Freitas Takahashi

111 Conflitos socioambientais na pesca artesanal: um olhar sobre o cotidiano das pescadoras de Sergipe
Eline Almeida Santos e Rosemeri Melo e Souza

139 Gênero e cidadania: trabalho e meio ambiente
Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão

161 Participação, cooperação e empoderamento: A atuação das pescadoras em projetos de gestão de recursos pesqueiros na reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá-am, Brasil
Edna Ferreira Alencar e Isabel Soares de Sousa

195 As mulheres na pesca artesanal no estuário da Lagoa dos patos-RS: caracterização do trabalho no beneficiamento do camarão
Luceni Hellebrandt, Tatiana Walter, Jéssica Fischer e Lúcia F. S. de Anello

227 Gênero, classe e trabalho pesqueiro: reflexões sobre interseccionalidade e desenvolvimento rural na região de Governador Celso Ramos-SC
Cibele Dias da Silveira

247 Mulheres na cadeia produtiva da atividade pesqueira de Ubatuba-SP
Venâncio Guedes de Azevedo, Luceni Hellebrandt, Lívia Muniz Nunes dos Santos e Alessandra Bonaparts Panza

265 O que torna as mulheres invisíveis na pesca? Reflexões a partir de pesquisa com mulheres da colônia Z3 – Pelotas/RS
Luceni Hellebrandt

279 A vida das pescadoras artesanais no litoral brasileiro: perspectivas da Educação Ambiental
Maria Odete da Rosa Pereira, Lucia de Fátima S. de Anello, Danieli Veleda Moura, Clara da Rosa Pereira, Joezele da Rosa Pereira e Luciara Figueira

309 "Pesca é coisa de mulher, sim senhor": algumas reflexões sobre o papel da mulher na atividade pesqueira no Brasil e em Portugal
José Colaço Dias Neto

333 Trabalho e relações de gênero na cadeia produtiva da pesca artesanal na Bacia de Campos
Valdir Júnio dos Santos e Geraldo Márcio Timóteo

351 Uma análise dos conflitos socioambientais das comunidades de pescadores de Campos dos Goytacazes-RJ descritos no banco de dados do Pescarte
Suelen Ribeiro Souza e Marcelo Carlos Gantos

375 Sobre as autoras e os autores desta coletânea

MULHERES NA ATIVIDADE PESQUEIRA NO BRASIL: UMA INTRODUÇÃO

Silvia Alicia Martinez
Luceni Hellebrandt

Pescadora, fileteira, descascadeira, marisqueira, catadora, remendeira, vendedora, mulher de pescador… são tantos nomes assim como são diversificadas as atividades das mulheres no universo da pesca.

A presença feminina nas atividades produtivas da pesca artesanal é inegável. É comum se deparar com mulheres nas tarefas de confecção de redes, na captura de mariscos, moluscos e do próprio peixe, no processamento de pescados, como evisceração e filetagem, no beneficiamento de produtos à base de pescados como salgados e embutidos e na comercialização.

E as mulheres sempre estiveram presentes na pesca. É o que Siri Gerrard (2018) destaca sobre o livro de Margaret Wilson *"Seawomen of Iceland: Survival on the Edge",* baseado em narrativas islandesas sobre mulheres pescadoras e trabalhadoras no mar desde os anos 1700. É o caso de Thurídur Einarsdóttir, capitã de pesca por 60 anos, reconhecida por conseguir as maiores capturas e nunca perder sequer um membro de sua embarcação durante as longas jornadas nos gélidos mares da Escandinávia.

Apesar dessa constatação, este grupo social heterogêneo e plural não é enxergado pela sociedade, pela comunidade em que está inserido, pelo poder público e, na maior parte das vezes, até há ausência de autorreconhecimento das próprias mulheres enquanto trabalhadoras da pesca. Os trabalhos executados por mulheres na

pesca artesanal são permeados pela invisibilidade e são comumente relegados à categoria de ajuda:

> [...] muitos dos trabalhos assumidos por mulheres em comunidades pesqueiras apresentam como características a variabilidade no tempo e no espaço, a irregularidade na demanda, sua compatibilização com as tarefas domésticas e, por conseqüência, a dificuldade de contabilizar o tempo de trabalho. Esses fatores reforçam a visão corrente das mulheres mais como donas de casa, "ajudantes" do companheiro e não como sujeitos produtivos. (Maneschy, 2000, p. 88)

Anamaria Beck trabalhou os distintos reconhecimentos de trabalhos executados por homens e mulheres no meio rural desde a década de 1970. Em artigo específico sobre comunidades pesqueiras, escrito no início da década de 1990, a autora percebeu em sua pesquisa que a pesca "não pertence à mulher", destacando em suas observações de campo que "a afirmação de que os homens fazem o trabalho mais pesado é corrente. Quando a mulher faz o trabalho pesado, isto é, do homem, ela não está trabalhando. Ela está ajudando [...]. E, quem ajuda não trabalha." (Beck, 1991, p.17).

Em outro estudo etnográfico da década de 1990, Edna Alencar observou que os papéis destinados às mulheres na pesca são baseados em um modelo bipolar orientador da divisão sexual do trabalho e do espaço:

> [...] se caracteriza pela ênfase que é dada à distinção das atividades e dos espaços de acordo com os gêneros. O mar aparece como um espaço principalmente ou exclusivamente masculino, onde ocorrem as atividades tidas como as mais significativas para a economia do grupo. Em terra, o elemento que se destaca é a mulher, atuando num espaço onde são realizadas as atividades consideradas de importância "menor", as do espaço doméstico [...] e até mesmo aquelas realizadas nas beiras de praia." (Alencar, 1993, p. 65)

Pode-se somar a esses aspectos a escassa atenção dispendida a este grupo social pela própria academia, o que permite afirmar que também o primado da invisibilidade permeia o olhar hegemônico de pesquisadores e pesquisadoras quando os temas da pesca e do conhecimento sobre a pesca aparecem pautados. Ellen Woortmann chamou atenção a este fato em um texto clássico para os estudos sobre mulheres e pesca no Brasil na década de 1990:

> De uma maneira geral, os estudos de comunidades "pesqueiras" tendem a privilegiar os atores sociais masculinos, e o ponto de vista do homem. O discurso do pesquisador como que replica o discurso público dessas comunidades, cuja identidade se constrói sobre a atividade da pesca, concebida como masculina. Relega-se, assim, ao silêncio, as atividades femininas, mesmo quando estas contribuem substancialmente para a subsistência da comunidade. Isto significa que se ignora uma parte importante das atividades econômicas daquelas comunidades, isto é, a agricultura e a coleta. Ignora-se também os agentes sociais dessas atividades – a metade feminina das comunidades. E significa também que se deixa de lado uma parte do ambiente sobre o qual atuam esses grupos. Privilegiando o mar, desconhece-se a terra (Woortmann, 1992 p. 31)

Conforme Woortmann apontou, boa parte da produção científica sobre os modos de vida em torno da pesca artesanal ignoravam a importância das mulheres neste universo. Rose Mary Gerber, em sua tese de doutoramento, reforçou que "a referência de que o mundo da pesca é eminentemente masculino se pauta por um olhar hierárquico que não reconhece a existência, e que, portanto invisibiliza, as pescadoras, cuja trajetória de busca por direitos e reconhecimento é ainda incipiente." (Gerber, 2013, p. 343).

Maria Angélica Motta-Maués (1999) revisitou a produção antropológica brasileira sobre comunidades pesqueiras e resgatou

outra ideia trazida por Edna Alencar no artigo de 1993, apontando que seria então necessário repensar a respeito do conceito de "pesca" e do entendimento da categoria "pescador" para dar conta de toda esta outra metade invisível das comunidades pesqueiras. De certa forma foi o que aconteceu quando a Lei 11.959/2009 apresentou uma seção denominada "atividade pesqueira" na qual lê-se "Parágrafo único. Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artisanal." (BRASIL, 2009). Assim, foram reconhecidas legalmente as atividades produtivas do universo pesqueiro em que as mulheres estão mais presentes, uma vez que 90% das pessoas que trabalham com as atividades secundárias da pesca (como processamento de pescados) são mulheres (FAO, 2012).

Nesse contexto, a produção acadêmica nacional e internacional a respeito de mulheres na pesca em seus vários subsetores tem aumentado a partir da década de 2000, como destacaram Maneschy e colegas (2012). Apesar dessa realidade identificada, Katia Frangoudes e Siri Gerrard alertem que artigos sobre mulheres na pesca ou gênero e pesca ainda encontram dificuldades de serem aceitos para publicação em jornais de alto impacto (Fragoundes; Gerrard, 2018, p. 118).

Seguindo essa senda, esta coletânea de textos vem marcar a atuação das mulheres nos diferentes lugares que a atividade pesqueira exige. O livro que o leitor tem em mãos é fruto do Seminário interdisciplinar: Mulheres na atividade pesqueira no Brasil, que aconteceu no Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense entre os dias 12 e 14 de setembro de 2017. O seminário foi idealizado com o objetivo de reunir investigadoras que se debruçam sobre esses temas no âmbito do território brasileiro para intercambiar conhecimentos e experiencias de pesquisa.

Esta obra e aquele seminário se vinculam ao projeto de pesquisa "Mulheres na pesca: mapa dos conflitos socioambientais no norte fluminense e baixadas litorâneas", que foi contemplado no Programa

Pesquisa Marinha e pesqueira implementado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio como medida compensatória estabelecida pelo Termo de ajustamento de conduta de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal – MFP/RJ.

Na oportunidade do seminário, importa lembrar, a pesquisa "Mulheres na pesca" se encontrava em sua fase inicial de realização, contando com grupos de estudo que congregavam pesquisadores e estudantes os quais se debruçavam teoricamente sobre as questões de gênero, gênero e pesca, conflitos socioambientais e racismo ambiental, provocando interessantes debates e exposições.

Em termos gerais, esses conceitos basilares da pesquisa, somados a alguns outros, também são abordados nos diferentes trabalhos aqui reunidos, os quais apresentam diversidade de abordagens teóricas e metodológicas. Tal diversidade reflete a interdisciplinaridade necessária para a compreensão do tema central que ocupa a presente obra.

A sequência dos capítulos respeitou em certos aspectos a estrutura do seminário, o qual foi organizado com uma lógica de caráter geográfico. Entretanto, a obra inaugura com três trabalhos de ordem mais geral, para depois, sim, analisar o tema da mulher na atividade da pesca em diferentes regiões do enorme Brasil.

O primeiro capítulo da coletânea, "Mulheres em comunidades pesqueiras no Brasil: um balanço da produção em teses e dissertações (2007-2017)", de autoria de Suelen Ribeiro de Souza, Natália Soares Ribeiro e Silvia Alicia Martínez, constitui um esforço de análise bibliográfica para a realização do estado do conhecimento acerca da mencionada temática nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Multidisciplinar em um recorte temporal de onze anos. Nesse exame foram mapeadas as principais regiões brasileiras de produção, os eixos temáticos preponderantes sob os quais os estudos se estruturaram, para centrar, porfim, na reflexão sobre duas categorias de interesse principal das autoras, quais sejam: trabalho e saberes tradicionais.

A seguir, "Uma análise sócio-histórica da articulação nacional das pescadoras (ANP)", de autoria de Carmem Imaculada de Brito, apresenta

e discute o histórico dessa organização, que reune trabalhadoras da pesca oriundas de quatorze estados brasileiros. A pesquisa e o acompanhamento de vários eventos levaram a autora a constatar que a busca da organização das pescadoras visando alcançar o estabelecimento de políticas públicas direcionadas às comunidades pesqueiras tem sua origem e trajetória histórica resultantes, dentre outras, das ações planejadas, financiadas e acompanhadas por agentes vinculados/as à Pastoral da Pesca que, desde a década de setenta do século XX, tem buscado inserir debates sobre as questões de gênero nos meios nos quais atuam.

O capítulo que serve como fechamento desse primeiro conjunto de trabalhos, "Conflitos ambientais envolvendo pescadores(as) artesanais na zona costeira", de autoria de Tatiana Walter, Gracieli Trentin, Juliana Conti Hubner, Andrine da Silva Longaray, Kelen Rodrigues da Veiga, Márcia Borges Umpierre, Liandra Peres Caldasso, Jéssica Fischer e Naila de Freitas Takahashi se vincula ao Projeto de Pesquisa "Avaliação de impacto social: uma leitura crítica sobre os impactos de empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás sobre as comunidades pesqueiras artesanais situadas nos municípios costeiros do Rio de Janeiro", também contemplado no Programa "Pesquisa Marinha e Pesqueira", acima mencionado. O texto em tela destina-se à análise dos conflitos ambientais envolvendo os(as) pescadores(as) artesanais na zona costeira e, fundamentado na Ecologia Política, identifica impactos decorrentes da expansão de diversas atividades na extensa região analisada.

A problemática dos conflitos socioambientais também é abordada no capítulo de autoria de Eline Almeida Santos e Rosemeri Melo e Souza, agora com um olhar nas questões de gênero na região nordeste do Brasil. "Conflitos socioambientais na pesca artesanal: um olhar sobre o cotidiano das pescadoras de Sergipe", analisa a dinâmica dos conflitos socioambientais que configura os embates em torno dos recursos pesqueiros na zona costeira sergipana, enfatizando o papel das pescadoras de Nossa Senhora do Socorro e Indiaroba no setor, suas relações com

o meio e principais desafios enfrentados em sua luta cotidiana. No cenário analisado, as autoras afirmam que a gestão participativa deve ser considerada como ponto de partida para minimização dos conflitos.

O capítulo de autoria de Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão, denominado "Gênero e cidadania: trabalho e meio ambiente" é fruto da reflexão da autora sobre a sua própria trajetória profissional, tecida a partir das suas pesquisas sobre a região nordeste. Na medida em que a pesquisadora relata as decisões tomadas ao longo dessa caminhada, presenteia os leitores com um inventario abundante e variado de produções próprias sobre o tema que aqui nos convoca. Evidencia, também, a luta de mulheres na defesa da cidadania com base na teoria feminista a partir das categorias: relações de gênero, espaços de poder, direitos humanos e meio ambiente.

O último texto do bloco que foca nas regiões norte e nordeste, "Participação, cooperação e empoderamento: a atuação das pescadoras em projetos de gestão de recursos pesqueiros na reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá-AM, Brasil", assinado por Edna Ferreira Alencar e Isabel Soares de Sousa, aponta as dificuldades, negociações e cooperações que as mulheres utilizam para alcançar a equidade de gênero nos processos de gestão pesqueira.

Partindo para o outro extremo do país, o extremo sul, e inaugurando a terceira e última parte desta coletânea, Luceni Hellebrandt, Tatiana Walter, Jéssica Fischer e Lúcia F. S. de Anello assinam o capítulo "As mulheres na pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos-RS: caracterização do trabalho no beneficiamento do camarão". O texto destaca a atuação das mulheres no beneficiamento de camarão, como uma importante estratégia na reprodução social da categoria. Por meio de uma caracterização do trabalho realizado pelas mulheres, apresenta dados que destacam sua participação na formação da renda familiar, condições de trabalho e os principais problemas vivenciados no exercício de suas atividades.

O texto "Gênero, classe e trabalho pesqueiro: reflexões sobre interseccionalidade e desenvolvimento rural na região de Governador

Celso Ramos-SC", de Cibele Dias da Silveira, analisa o papel das mulheres neste município costeiro que tem seu histórico voltado para a atividade da pesca. Atuando no beneficiamento do fruto pesqueiro e na pesca embarcada, as mulheres lidam com conflitos ligados à própria condição de pescadoras.

Em "Mulheres na cadeia produtiva da atividade pesqueira de Ubatuba-SP", Venâncio Guedes de Azevedo, Luceni Hellebrandt, Lívia Muniz Nunes dos Santos e Alessandra Bonaparts Panza apresentam uma avaliação preliminar do papel feminino no setor pesqueiro de Ubatuba – SP. Com dados quantitativos do Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira do Instituto de Pesca do ano de 2016, o texto atenta para os diferentes elos que compõem a cadeia produtiva do pescado marinho e a importância da presença feminina nesta cadeia.

Luceni Hellebrandt, no texto "O que torna as mulheres invisíveis na pesca? Reflexões a partir de pesquisa com mulheres da Colônia Z3 – Pelotas/RS", aborda a invisibilidade das mulheres na atividade pesqueira. Assim, parte de uma reflexão sobre a naturalização da invisibilidade das mulheres na pesca, utilizando autoras do campo de gênero e pesca para indicar como se dá um processo de construção de invisibilização da atuação das mulheres no universo pesqueiro. Como aporte, são apresentadas reflexões desenvolvidas durante pesquisa de doutoramento entre os anos 2013 e 2017. Este aporte amplia o debate sobre invisibilidade e propõe um novo elemento para reflexão em estudos sobre gênero e pesca - a disponibilidade.

No texto "A vida das pescadoras artesanais no litoral brasileiro: perspectivas da Educação Ambiental" Maria Odete da Rosa Pereira, Lucia de Fátima S. de Anello, Danieli Veleda Moura, Clara da Rosa Pereira, Joezele da Rosa Pereira e Luciara Figueira buscam elementos constitutivos do trabalho da mulher na pesca artesanal para analisar as semelhanças em municípios do sul do Rio Grande do Sul e do norte fluminense. As autoras destacam que, dentro do pensamento hegemônico, estas mulheres são "invisíveis" como sujeitos produtivos, ficando à margem dos seus direitos e das políticas públicas. Finalizam

com um esboço de proposta pedagógica de educação ambiental com as mulheres da pesca artesanal, por entenderem que um trabalho que tenha foco neste público necessita de um processo participativo de educação, desenvolvendo consciência crítica rumo às decisões nas esferas públicas de gestão.

Outro texto que traz uma perspectiva comparada, é o capítulo " 'Pesca é coisa de mulher, sim senhor': algumas reflexões sobre o papel da mulher na atividade pesqueira no Brasil e em Portugal", escrito por José Colaço Dias Neto. Ele oferece uma reflexão sobre o papel da mulher na atividade pesqueira com base em dados produzidos em Ponta Grossa dos Fidalgos, distrito de Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil e na aldeia da Carrasqueira, na costa central de Portugal. O texto reflete, a partir do contraste entre os dois casos, os dilemas para o reconhecimento social da mulher como parte fundamental desta atividade.

Valdir Júnio dos Santos e Geraldo Márcio Timóteo, respectivamente pesquisador e coordenador do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte, apresentam em "Trabalho e relações de gênero na cadeia produtiva da pesca artesanal na Bacia de Campos" os resultados da pesquisa realizada entre 2015 e 2017 junto às pescadoras e pescadores artesanais residentes nas regiões Norte, Noroeste e Lagos do Estado do Rio de Janeiro. Os autores apontam a necessidade de se compreender os processos de incorporação da mulher na cadeia produtiva da pesca ao mesmo tempo em que identificam os processos sociais (in)visibilizadores no campo da sociabilidade e da divisão social do trabalho.

Os resultados do PEA Pescarte também foram utilizados como dados secundários no projeto Mulheres na Pesca. Estes serviram como base para uma compreensão inicial do contexto no qual a investigação estava inserida. Assim, o capítulo que fecha esta coletânea representa uma das primeiras atividades do projeto, junto aos já mencionados grupos de estudo, que consistiu na análise dos dados já existentes. Em "Uma análise dos conflitos socioambientais das comunidades de pescadores de Campos dos Goytacazes-RJ descritos no banco de dados do Pescarte", Suelen Ribeiro Souza e Marcelo Carlos Gantos observam

que os dados preliminares apontam que, apesar das/os pescadoras/es não identificarem diretamente conflitos com a indústria do petróleo, reconhecem que esse empreendimento trouxe mais prejuízos do que benefícios para a cidade.

Referências

ALENCAR, Edna F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma; FIÚZA DE MELO, Alex (Org.). *Povos das águas*: realidades e perspectivas na Amazônia. Belém: MPEG, 1993, p. 63-81

BECK, Anamaria. Pertence à Mulher: mulher e trabalho em comunidades pesqueiras do Litoral de Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas*, Vol. 7, Nº 10, 1991.

BRASIL. *Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009.* Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

FAO. *The State of World Fisheries and Aquaculture.* Rome, 2012, 209 pp.

FRANGOUDES, Katia; GERRARD, Siri. (En)Gendering Change in Small-Scale Fisheries and Fishing Communities in a Globalised World. *Maritime Studies*, 2018, n.17; p 117 - 124.

GERBER, Rose Mary. Mulheres e o mar: uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no Litoral de Santa Catarina, Brasil. *Tese* (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2013.

GERRARD, Siri. A book-essay and reflections on Margaret Willson's book: Seawomen of Iceland: Survival on the Edge. *Maritime Studies*, 2018, n.17; pp. 233 - 238.

MANESCHY, Maria Cristina. Da Casa ao Mar: papéis das mulheres na construção da Pesca responsável. *Proposta*, 2000, n. 84/85 Março/ Agosto pp 82-91.

MANESCHY, Maria Cristina; SIQUEIRA, Deis; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. *Revista Estudos Feministas,* Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro, 2012.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Pesca de homem/Peixe de mulher (?): repensando gênero na literature acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. *Etnográfica*, Vol. III (2), 1999, pp. 377-399.

WOORTMANN, Ellen F. "Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em 'comunidades pesqueiras' do Nordeste". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1992, n. 18, p. 41-60.

MULHERES EM COMUNIDADES PESQUEIRAS NO BRASIL: UM BALANÇO DA PRODUÇÃO EM TESES E DISSERTAÇÕES (2007-2017)

Suelen Ribeiro de Souza
Natália Soares Ribeiro
Silvia Alicia Martínez

O trabalho feminino é de fundamental importância para a manutenção do modo de vida da pesca artesanal, mas, paradoxalmente, não é um tema preponderante nos estudos que abordam essa atividade. Entre o final da década de 1960 e meados da década de 1970 houve um grande esforço das áreas de ciências humanas em compreender as relações sociais e ambientais vinculadas à pesca artesanal. No entanto, as mulheres não eram identificadas por esses estudos como pilares importantes para essa cadeia.

Autoras como Motta-Maués (1999), Woortmann (1992), Maneschy (2000), Di Ciommo (2003), entre outras, foram pioneiras no desenvolvimento de investigações demonstrando o papel de fundamental relevância das mulheres nas comunidades tradicionais de pesca. O trabalho delas na terra (agricultura e atividades domésticas) e no beneficiamento dos recursos marítimos ou lagunares, como filetagem, esvisceragem, venda, mariscagem, entre diversas outras, agregam valor ao pescado. São elas, majoritariamente, que produzem artesanato da escama e couro do peixe, além do processamento da carne deste, transformando-o em quibe, *nuggets*, *fishburger* e outros. Ou seja, as mulheres estão envolvidas na gastronomia, no artesanato e nas atividades gerais que caracterizam a pesca artesanal. Sem

elas, seria impossível a sobrevivência da forma tradicional de vida ligada à pesca.

O gênero como uma variável estruturante da organização social das relações entre homens e mulheres, ao ser adotado na análise dos ambientes naturais, adicionou uma dimensão nova, demonstrando as relações de poder existentes na pesca entre homens e mulheres e ressaltando a invisibilidade do trabalho feminino. Entender o gênero e contemplá-lo nos estudos permite compreender as discrepâncias entre os sexos; além disso, é possível enxergar as complementariedades na forma de organização e desempenho das funções, bem como a busca pela promoção da equidade (DI CIOMMO, 2007).

O presente capítulo surgiu do esforço de compreender como o tema "mulheres na atividade pesqueira" era abordado nas teses e dissertações defendidas no país no período de 2007 a 2017 e qual a frequência desses estudos, detendo-se mais profundamente na análise de duas categorias identificadas, quais sejam, o trabalho feminino propriamente dito e as tradições culturais, haja vista as pesquisas das autoras atentarem para essas questões.

Sendo assim, propõe um levantamento bibliográfico que permita inferir como a referida temática vem sendo articulada e trabalhada no Brasil. Entende-se que o "estado da arte" ou "estado do conhecimento", conforme se propõe realizar, parte da leitura e interpretação de resumos de trabalhos como teses e dissertações, encontrados em catálogos disponíveis, no caso específico deste trabalho na internet. Nesses moldes, alega-se que possui um caráter inventariante e descritivo (FERREIRA, 2002) que busca conhecer e tornar conhecidas as publicações relativas à mulher na atividade pesqueira no país.

Fazer tal levantamento permite que se conheçam os limites da produção científica[1] sobre determinando assunto, bem como os

1 Ao buscar pela categoria "Mulheres na pesca" além dos 45 trabalhos abordados no corpo deste artigo, foram encontrados mais 11 trabalhos (HOLOCHOVSKI-2007;

subtemas mais pertinentes ou explorados nas diversas regiões e universidades.

No quadro 1 se apresentam o banco de dados pesquisado, a ferramenta de busca utilizada e as categorias empregadas na busca. Cumpre ressaltar que muitas dissertações e teses selecionadas no *corpus* inicial da investigação não foram incorporadas às análises aqui apresentadas, haja vista que não contemplaram a categoria "mulheres na pesca" como central ou por não serem encontrados o trabalho completo nos repositórios buscados e da instituição do/a autor/a.

Quadro 1 – Síntese dos repositórios consultados e trabalhos encontrados

Repositório e ferramenta de busca	Palavras-chave	Total de trabalhos alcançados
Google acadêmico	"mulher na pesca" Mulher* AND "atividade pesqueira"	10 dissertações
Banco de dissertações e teses da CAPES	"mulheres na pesca" "mulher na pesca" "pescadoras" / "pescadora"	26 dissertações 9 teses
Total de trabalhos analisados		45

Fonte: Elaboração das autoras.

De posse dos 45 trabalhos selecionados, passou-se à etapa de análise destes, o que permitiu identificar oito (8) categorias temáticas, conforme observado no quadro 2.

NOBREGA-2013; COSTA-2017; BRITO-2016; MELO-2015; NEHRER-2016; MUNIZ-2016; BAEZ-2016; CASTRO-2012; SANTOS-2017; ALMEIDA-2016). Apesar de terem sido encontrados por essa categoria de busca, esses trabalhos se relacionam à pesca artesanal como um todo, ou seja, o gênero não é privilegiado como categoria de análise. Por isso a exclusão.

Quadro 2 – Categorias de análise identificadas no corpus selecionado.

Categorias	Dissertações/Teses
	Autores/ano
1- Relações de trabalho e organização social da pesca (Reconhecimento/ invisibilidade/identidade)	Fassarela (2007), Goes (2008), Andrade (2010), Mello (2010), Rocha (2011), Gerber (2013), Figueiredo (2013), Almeida (2013), Martins (2013), Silva (2013), Brasil (2015), Bezerra (2015), Melo (2015), Jesus (2016), Mendes (2016), Hellebrandt (2017).
2- Saberes tradicionais/técnicas de pesca/preservação/ mitologia	Rocha (2010), Britto (2012), Nogueira (2012), Galvão (2013), Palheta (2013), Pereira (2014), Graça (2014), Bittencourt (2017), Furtado (2017), Stopilha (2015).
3- Políticas Públicas/Direitos Sociais, Participação e representação	Rosário (2009), Cavalcanti (2010), Soares (2012), Rodrigues (2013), Kaiser (2014), Nascimento (2014), Maia (2015), Oliveira (2016), Santos (2016), Arruda (2017), Garrido (2017).
4- Gênero e violência na pesca	Araújo (2010).
5- Pesca e adoecimento/ representações/ riscos ocupacionais	Martins (2015), Borges (2017).
6- Conflitos e Problemas socioambientais	Perez (2012), Diogenes (2014).
7- Educação não formal e ambiental crítica	Furtado (2010), Souza (2017).
8- Perfil socioeconômico	Silva (2015).

Fonte: Elaboração das autoras.

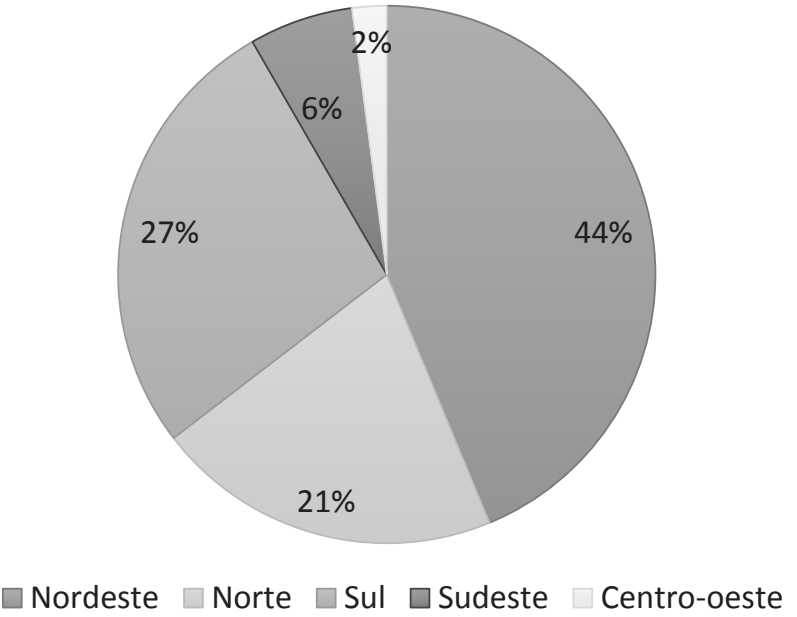
O trabalho assim definido estrutura-se em duas partes. Na primeira apresentam-se dados comparativos e quantitativos entre os estudos, como regiões de maior produtividade na temática, anos de maior incidência desses estudos e evolução das produções ao longo dos últimos 11 anos. Já a segunda aprofunda duas das principais categorias encontradas, quais sejam: "trabalho e tradições" e "cultura da pesca", ou seja, é dada ênfase às áreas de interesse das pesquisadoras, buscando descrever e compreender os principais resultados desses trabalhos. A seleção de apenas duas categorias para análise em detrimento da totalidade dos trabalhos no que diz respeito às temáticas abordadas denota os limites deste trabalho.

Dados comparativos e quantitativos entre os estudos

Os trabalhos analisados neste item se referem às 45 produções identificadas (35 do catálogo de teses e dissertações e 10 do *Google Acadêmico*). As diferentes categorias utilizadas na busca, conforme já mencionado, tiveram o objetivo de abarcar todas as produções sobre a temática mulheres na pesca. No entanto, é possível que, com a utilização de outras palavras-chave (diferentes das formulada pelas autoras), os resultados se tornem diferentes ou até quantitativamente maiores.

Sobre as regiões do Brasil que mais discutem o papel das mulheres na atividade pesqueira foi possível constatar que, em primeiro lugar, se encontra a região nordeste (44%), seguida pelas regiões sul (27%) e norte (21%), quase equivalentes. A região sudeste conta com um reduzido número de publicações (6%), apesar da extensa área litorânea. E a região Centro-oeste é a que menos produz nessa temática. Esses dados podem ser visualizados no gráfico 1:

Gráfico 1 - Produção de dissertações e teses por região do Brasil

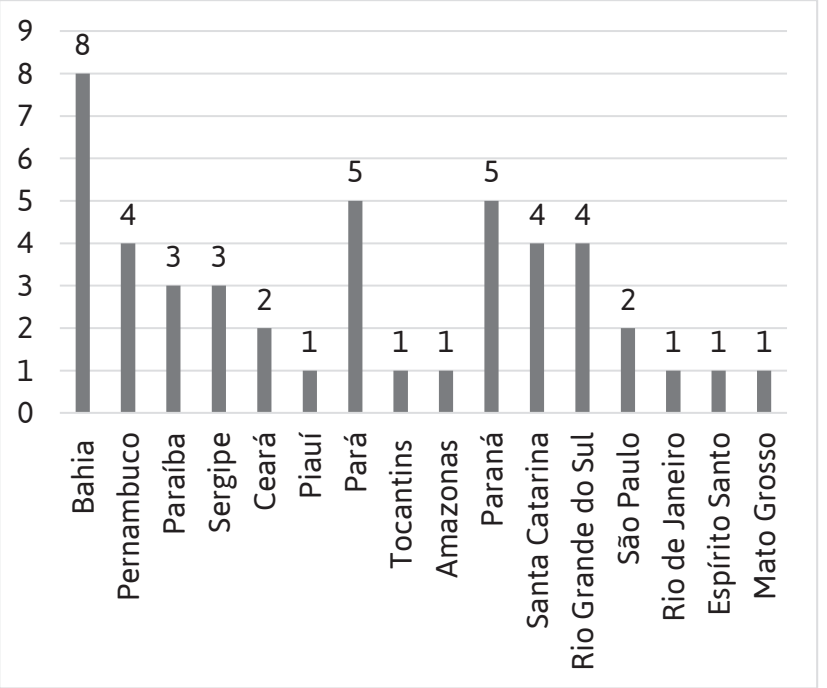


Fonte: Elaboração das autoras.

Em relação à distribuição da produção pelos estados brasileiros, o Estado mais produtivo é o da Bahia, seguido pelo Pará e Paraná. Há equivalência de número de trabalhos nos estados de Santa Catarina, Pernambuco e Rio Grande do Sul, como se observa no gráfico 2.

Ressalta-se a baixa produtividade do Estado do Rio de Janeiro relativa a essa temática, sendo possível identificar apenas uma dissertação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), de autoria de Patrícia de Araújo Silva, intitulada *O mar é masculino, o trabalho das mulheres na maricultura. Ponta da Ilha/Jurujuba*, defendida em 2013.

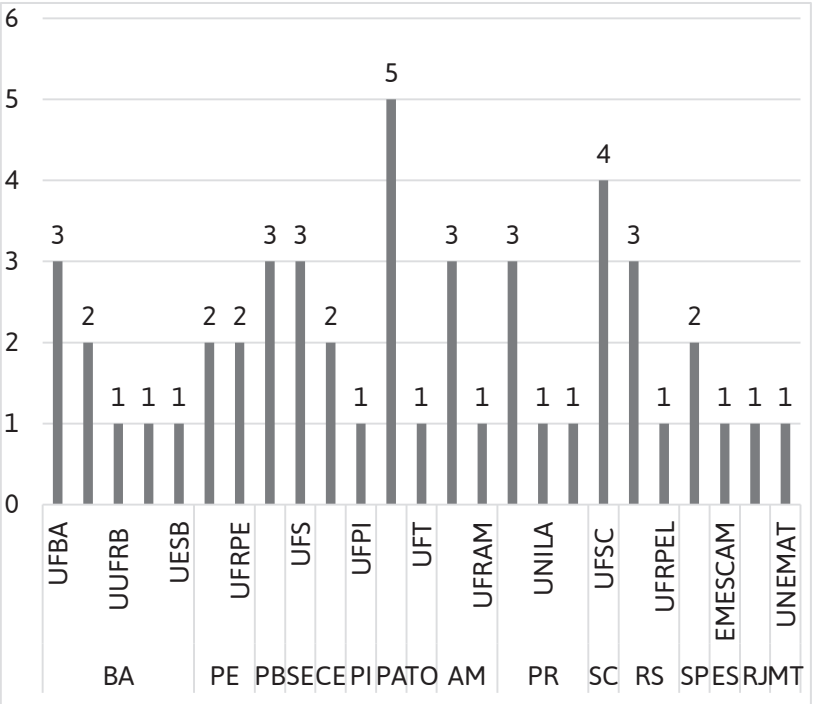
Gráfico 2 – Quantitativo de Dissertações e teses produzidas no Estados brasileiros



Fonte: Elaboração das autoras.

Já no quantitativo de produções por universidades, as instituições que mais trabalharam essa temática foram a Universidade Federal do Pará (UFPA), com um total de 5 publicações; e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com 4, como se observa no Gráfico 3. O Estado da Bahia, que possui grande produção, teve suas publicações diluídas em várias universidades, como se pode observar no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Estados e instituições por produtividade de teses e dissertações



Fonte: Elaboração própria das autoras[2]

2 Nordeste. Bahia: Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Sergipe: Universidade Federal de Sergipe (SE). Paraíba: Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Ceará: Universidade Federal do Ceará (UFC). Piauí: Universidade Federal do Piauí (UFPI). Norte. Pará: Universidade Federal do Pará (UFPA). Tocantins: Universidade Federal do Tocantins (UFT). Amazonas: Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Universidade Federal Rural do Amazonas (UFRAM). Sul. Paraná: Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Universidade Federal

Além dos dados permitirem a comparação por Estados e instituições, foi possível evidenciar que a maior parte das produções se concentra em universidades públicas federais (21), seguidas pelas estaduais (3) e apenas uma em universidade particular.

Sobre as datas das publicações no período analisado, nota-se também que houve um crescimento nos estudos sobre mulheres na pesca a partir do ano de 2010, com aumento significativo nos anos de 2013 e 2015 e decréscimos em 2011, 2014 e 2016. Não se pode inferir, no entanto, que esses estudos estejam em progressivo aumento. Talvez uma análise mais detalhada dos contextos que envolvem as produções poderia esclarecer para sinalizar algumas conclusões. A modo de exemplo, espera-se que no Rio de Janeiro haja um aumento nas produções sobre a temática, principalmente em decorrência do envolvimento da Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro (UENF) em projetos de pesquisa e extensão direcionados à cadeia produtiva da pesca em diversos municípios do Estado, um dos quais voltado especificamente para as mulheres na atividade da pesca artesanal, do qual este livro é fruto. E o Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte, que tem o ambiente da pesca artesanal como foco de intervenção e pesquisas, compiladas no livro "Educação ambiental com participação popular: avançando na gestão democrática do ambiente. Campos dos Goytacazes", organizado pelo professor Geraldo Timóteo (2016), tendo um capítulo específico dedicado a analisar a condição feminina na pesca, intitulado: *A cadeia produtiva do pescado e a invisibilidade feminina: prática, representação e apropriação*, de autoria de Valdir Júnio dos Santos.

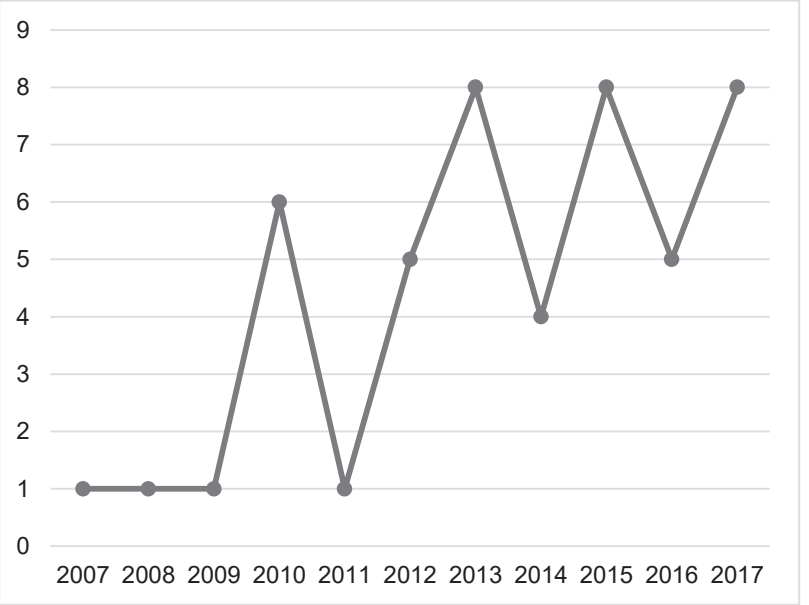
No gráfico 4 pode-se observar a produção referente a mulheres e pesca, em anos.

---

de Pelotas (UFPel). Sudeste: São Paulo: Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Espírito Santo: Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Centro Oeste. Mato Grosso: Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMat).

Gráfico 4 - Evolução dos Estudos sobre Mulheres e Pesca no Brasil
Fonte: Elaboração das autoras.

Com base nos dados apresentados, pode-se afirmar que, apesar de



observar que o tema em análise vem aparecendo, mais recentemente, em produções científicas, demonstrando que a participação feminina é determinante para a preservação do modo de vida da pesca artesanal, os números de publicações ainda não são tão significativos se compararmos aos trabalhos que desconsideram a temática do gênero. Os estudos relacionados à pesca artesanal ainda continuam a invisibilizar o trabalho da mulher, ou seja, ainda são escassas as investigações que destacam essa temática como categoria de análise, gênero aqui entendido como a organização social das relações entre os sexos (SCOTT, 1989). Por sua vez, ainda surpreende o fato de que entre as 45 dissertações e teses analisadas apenas 8 autores são homens, ficando a cargo das mulheres

pensarem, refletirem e levarem para a academia e para o universo da pesquisa temática tão relevante e obscurecida.

Nesse sentido, o próximo item se preocupa em discutir como as categorias "trabalho" e "saberes tradicionais", relacionadas à pesca artesanal considerando as relações de gênero são abordadas nos trabalhos produzidos nas diversas universidades do país.

Relações de trabalho e organização social da pesca (reconhecimento/invisibilidade/identidade)

Esse item engloba os estudos (4 teses e 12 dissertações, sendo 4 trabalhos quanti-qualitativos e 12 qualitativos) que compõem os trabalhos da categoria onde se concentra a maior produção: "Relações de trabalho e organização social da pesca (Reconhecimento/ invisibilidade/identidade)". Os trabalhos aqui apresentados, produzidos majoritariamente por mulheres, discutem as condições laborais das mulheres pescadoras e/ou trabalhadoras da pesca[3].

A invisibilidade das mulheres como profissionais da pesca, decorre da identificação, principalmente dos homens, de suas atividades como ajuda ou extensão do trabalho doméstico. Essa invisibilidade também incide de maneira negativa no reconhecimento jurídico do trabalho feminino; contrariamente, o reconhecimento das atividades femininas nesse ambiente pode contribuir positivamente para assegurar o acesso aos benefícios trabalhistas e previdenciários. Ademais, sua participação é importante na produção dos modos de vida e na constituição socioeconômica da comunidade (FASSARELA, 2007; FIGUEIREDO, 2013; GOES, 2008; MARTINS, 2013; MENDES, 2016).

3 Dos trabalhos analisados nessa categoria apenas um foi realizado por um pesquisador. BRASIL, Joao Bosco Dos Santos. *Mulheres pescadoras da várzea do município de Parintins-AM: a pesca do camarão nas comunidades da Brasília e Catispera*, 2015.

A questão do reconhecimento reverbera de muitas formas, além de dificultar a aquisição de direitos sociais e estar condicionada ao acesso das políticas públicas; dirige-se aos arranjos familiares construídos e aos papéis que as mulheres ocupam na esfera produtiva e reprodutiva. O mar ou as áreas de pesca representam mais do que apenas a forma de sustento; são mecanismos de fuga e terapia da árdua jornada da terra, ou seja, de suas atividades enquanto mulheres. Construir-se como pescadora é enfrentar, também, a falta de reconhecimento por parte da comunidade e do Estado (GERBER, 2013).

Ademais, o reconhecer-se mulher, pescadora ou marisqueira e a participação numa coletividade de mulheres sugerem que as redes de significações das comunidades de pesca sejam reconfiguradas (as mulheres passam a conferir valores a outros símbolos, crenças, papéis, o que vem modificando suas práticas), fazendo com que essas se transformem em sujeitos políticos e passem a deter uma participação acentuada, seja no contexto das Reservas Extrativistas (RESEX), pressionando por políticas públicas seja buscando formas de organizar o trabalho coletivo, como as associações e cooperativas (FIGUEIREDO, 2012; ALMEIDA, 2013).

Os papéis femininos na cadeia produtiva da pesca são baseados na divisão sexual do trabalho. Elas dedicam uma extensa jornada diária aos trabalhos produtivo e reprodutivo, chamando a atenção para essa atividade não remunerada exercida pelas mulheres em muitos domicílios, extrapolando o próprio contexto das comunidades tradicionais. Tal atuação, seja em âmbito doméstico seja na preparação dos petrechos, limpeza e outros, é reconhecida como "ajuda", ainda que contribua significativamente para o orçamento e gestão familiar. (ANDRADE, 2010; SILVA, 2013; JESUS, 2016; MELO, 2015).

Ao analisar a rotina e os papéis femininos na pesca, buscando identificar os espaços por elas ocupados, percebem-se os

desafios para o alcance da visibilidade feminina. As atividades por elas desenvolvidas (preparação dos petrechos, captura, beneficiamento e processamento de pescado, artesanato de escamas e couro de peixe e a comercialização, por exemplo) são configuradas em sua maioria por ambientes laborais com condições e os baixos rendimentos. As pesquisas, aqui descritas, por exemplo, podem subsidiar a promoção de políticas públicas que reconheçam o trabalho produtivo das mulheres. Além de ser importante compreender os papéis que elas executam, há a sua relevância para a cadeia produtiva como um todo, suas relações com a comunidade pesqueira e sua importância para a reprodução social da pesca artesanal. (FASSARELA, 2007; ANDRADE, 2010; MELLO, 2010; ROCHA, 2011; MARTINS, 2013; BEZERRA, 2015; BRASIL, 2015).

Hellebrandt (2017) estabelece que a invisibilização das mulheres nas pesquisas e na gestão pesqueira se dá por diferentes fatores: a gestão centrada na captura, esquecendo (ou tentado esquecer) as demais atividades que compõem a cadeia produtiva da pesca artesanal que conta em extensa medida com o trabalho feminino; as escolhas metodológicas dos/as pesquisadores/as estudiosos dessa temática, que acabam por ocultar o papel desempenhado por elas; a ausência de dados discriminados por sexo na estatística pesqueira, que impedem análises mais consubstanciais desse universo. Isso, na concepção da autora, além de favorecer o obscurecimento das mulheres, implica a baixa efetividade das políticas públicas, ou ainda, a sua elaboração de forma excludente.

Saberes tradicionais/técnicas de pesca/preservação/mitologia

Este item aborda estudos (2 teses e 8 dissertações, sendo 8 trabalhos quanti-qualitativos e 2 qualitativos) que se dedicam

a compreender o papel das mulheres da pesca atrelado à conservação dos saberes tradicionais na preservação do meio ambiente. Assim, trata, mais especificamente, das mulheres que atuam nas comunidades de pesca e que são conhecidas como marisqueiras, catadoras de mariscos e moluscos. Furtado (2017) e Galvão (2013) buscam identificar a percepção ambiental das mulheres às condições de trabalho, abordando as precárias condições produtivas, a falta de acesso às políticas públicas, má remuneração de suas atividades e dos saberes acumulados no desempenho da atividade, inclusive em áreas de preservação ambiental e reservas extrativistas (RESEX). Nesse sentido, o conhecimento tradicional delas tem se mostrado ferramenta importante para subsidiar medidas de conservação da área ambiental, bem como para construção de planos de manejo, resistindo à desvalorização.

A relação da mulher com o meio ambiente também é uma categoria bem explorada pelos estudos identificados (PALHETA, 2013; BRITTO, 2012; GRAÇA, 2014). Essas pesquisas buscam avaliar a relação da mulher pescadora artesanal com os recursos naturais e a construção dos saberes ambientais, sendo possível identificar que a mulher é mais preocupada com a conservação e preservação dos recursos naturais que os homens.

Os seus fazeres e saberes se relacionam às formas de sobrevivência da atividade pesqueira, bem como revelam estratégias de aprendizagens, trabalho e participação política. Aqui também se identifica o trabalho não pago e instrumentalizado da mulher no âmbito doméstico, já que elas se ocupam do preparo da comida, do armazenamento e beneficiamento do pescado, da manutenção e confecção dos instrumentos da pesca (FURTADO, 2017). Para Pereira (2014), nesse mesmo sentido, os saberes tradicionais das marisqueiras e filetadeiras são essencialmente necessários para a conservação e renovação dos recursos naturais e da pesca. As mulheres, apesar

de baixa escolaridade, realizam uma coleta racional dos recursos disponíveis, demonstrando grande conhecimento ecológico e sustentável, acompanhando e respeitando os ciclos da natureza.

Já Bittencourt (2017) estuda os discursos mitológicos que envolvem a pesca nas representações das mulheres e homens da colônia Z-3, ligada à lagoa dos Patos em Pelotas. Assim, busca compreender como as figuras de Iemanjá, Nossa Senhora dos Navegantes, entre outras, constroem e fortalecem comportamentos sociais de manutenção desse modo de vida. Além disso, há a importância dos mitos na elaboração de repertórios político, econômico e social dessa população. As mitologias, bem como os saberes tradicionais dizem respeito à preservação do meio ambiente e ao comportamento sustentável. A autora propõe que os discursos e narrativas das pescadoras e pescadores sejam levados em consideração pela Ciência.

Da mesma forma Britto (2012) se dedica a compreender as narrativas e saberes tradicionais das catadoras de mariscos, pescadores e pescadoras e o embate com o discurso técnico-científico. Os conflitos se manifestam no sentido de problematizar o caráter economicista e mercantilista do segundo ao tentarem moldar os maricultores; em contrapartida, há os discursos de resistência e permanência do modo de vida tradicional. Para Nogueira (2012), neste mesmo sentido, as percepções, vivências e experimentações das mulheres nas atividades produtivas e para além dessas é que as fazem definir uma práxis de preservação do ecossistema, materializando estratégias de resistência frente às investidas da pesca industrial e baixa lucratividade de suas atividades. Esses conhecimentos, a partir da experiência e observação do cosmos, faz reforçar o saber tradicional das mulheres, que pode ser encontrado nas ciências. Dessa forma, propõe a proximidade do conhecimento tradicional com o científico.

Segundo Rocha (2010) e Galvão (2013), apesar das mulheres

possuírem papel central na utilização e manejo dos recursos naturais, poucas políticas têm apoiado seu papel produtivo e reforçado seus conhecimentos tradicionais. Elas estão, também, ligadas à capacidade adaptativa e de flexibilidade, conseguindo mobilizar recursos pessoais, físicos e outras estruturas que refletem na capacidade produtiva das comunidades pesqueiras.

As práticas dessas mulheres se configuram como tradicionais e estão no circuito inferior da economia. Nesse sentido, a organização feminina é fundamental, pois por meio da tradição oral transmitem conhecimentos para os membros familiares, além de potencial para expandir isso para outros grupos. Tal feita orienta os atores envolvidos nas comunidades na busca de superações e construções de alternativas que possam gerar retorno para a comunidade, como o estabelecimento de redes solidárias, incremento do capital social de suas comunidades, que possibilitem a criação de tecnologias sociais e possam colaborar na elaboração de políticas públicas, bem como no alavanque da economia solidária, passando a integrar novos circuitos de economia (STOPILHA, 2015; PALHETA, 2013).

Para além disso, tempo e espaço nessas comunidades são conhecimentos que também devem ser reconhecidos e valorizados, na medida em que são bens simbólicos perpassados de geração para geração e de suma relevância para a manutenção do modo de vida tradicional da pesca. As mulheres na pesca organizam suas tarefas diárias e interpretam o espaço de trabalho. Nesse sentido, relacionam as alegrias e tristezas à construção de narrativas da realidade social (GRAÇA, 2014).

Considerações finais

Este mapeamento sumário permitiu a ampliação do conhecimento sobre a área de estudo pesquisada, bem como a identificação de alguns pontos frágeis nos mecanismos de busca

e limites a esse tipo de abordagem "estado do conhecimento". Destaca-se incialmente a grande quantidade de materiais que, embora identificados como apropriados, a sua análise arrolou que não se referiam à categoria pesquisada, não sendo possível encontrá-la nos títulos dos trabalhos e nem nos resumos. O que demonstra uma fragilidade dos repositórios na precisão dos filtros utilizados.

Ressalta-se também que a temática referente à mulher na atividade pesqueira é ainda escassamente estudada, tendo em vista que o banco de dissertações e teses da CAPES, um dos catálogos mais importantes do Brasil, inventaria um número reduzido de publicações nos últimos 11 anos. Ainda sobre a produção sobre a temática, as regiões brasileiras que mais discutem o papel das mulheres na atividade pesqueira na forma de teses e dissertações, pelos dados identificados, são a região nordeste (44%), com quase a metade da produção nacional, seguida das sul (27%) e norte (21%).

As categorias identificadas na produção foram oito (8): Relações de trabalho e organização social da pesca; Saberes tradicionais/técnicas de pesca/preservação/ mitologia; Políticas Públicas/Direitos Sociais, Participação e representação; Gênero e violência na pesca; Pesca e adoecimento/ representações/ riscos ocupacionais; Conflitos e Problemas socioambientais; Educação não formal e ambiental crítica e Perfil socioeconômico, sendo as três primeiras as que concentram a maior parte dos trabalhos. Destaca-se ainda que as categorias identificadas com maior incidência nos trabalhos são muito próximas, chegando em alguns casos a se misturarem, tendenciando para a questão da divisão sexual do trabalho e para a invisibilidade.

Por último, observam-se lacunas no que tange a outras esferas importantes para a compreensão da temática como, por exemplo, cultura, educação, saúde, condições de habitação, entre outros.

Referências

ALMEIDA, Marineide Pereira de. Mulheres Na *pesca: relações sociais na organização de novos espaços produtivos.* 2013. 187 f. Doutorado em Sociologia e Antropologia Instituição de Ensino: Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

ALMEIDA, Aldemira Ferreira de. *O trabalho feminino em seringais do Acre (1960-1980).* 105 f. (Dissertação) Mestrado em História, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 2016. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5445/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Aldemira%20F.%20Almeida.pdf. Acesso em: 12 de jun.2018

ANDRADE, Fabiana de Santana. *Tecer redes, tecer histórias: as experiências de vida e trabalho das pescadoras em Ilhéus-BA, 1980-2007.* 2010 136 f. Mestrado em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana. Disponível em: <https://bit.ly/2GVmIrV>. Acesso em: 13 jul. 2018.

ARAÚJO, Silvana Marques Porto. *Mulher além da maré: um diálogo cinematográfico entre pesquisa ação, violência e desenvolvimento local vivenciados por pescadoras artesanais do Município de Itapissuma-PE.* 2010. 115 f. Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento local, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2SKW8mw>. Acesso em: 13 jul. 2018.

ARRUDA, Marina Marques de. *Aprender e ensinar nas barrancas do Rio Paraguai: articulação entre educação formal e educação não formal no processo de formação das mulheres pescadoras do Proeja-FIC em Cáceres-MT.* 2017. 192 f. Mestrado, Universidade do Estado do Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2Rx3v3D>. Acesso em: 11 jul. 2018.

BAEZ, Gustavo Cesar Ojeda. Mestres, territórios e identidades pesqueiras em João Pessoa: *etnografia dos sistemas culturais da pesca artesanal nos bairros da Penha e Jacarapé*. 269 f. (Tese) Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, 2016. Disponível em: http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/156. Acesso em: 13 de jul. 2018

BEZERRA, Maria do Socorro de Pontes. *Trabalho e gênero: proteção e desproteção das mulheres pescadoras da cidade de Bayeux, Paraíba.* 2015 133 f. Mestrado em Serviço Social: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2TuKBHY>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BITTENCOURT, Carolina Amorim da Silva. *Pessoas, sereias e divindades: um estudo etnológico, mitológico e etnooceanográfico em uma colônia de pescadores no sul do Rio Grande do Sul.* 2017, 228 f. Mestrado em Antropologia. Universidade Federal de Pelotas, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2Vypvu7>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BORGES, Lirane Rocha. Mulheres na pesca artesanal: *uma percepção sobre saúde e segurança das marisqueiras do Guaibim – Valença-BA.* 2017. 86 f. Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2LRZwtk>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL, Joao Bosco dos Santos. *Mulheres pescadoras da várzea do município de Parintins – AM: a pesca do camarão nas comunidades da Brasília e Catispera.* 2015. 110 f. Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2sa8wkv>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRITO, Carmem Imaculada de. Uma abordagem Sócio Histórica do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais

do Brasil (MPP).157 f. (Tese) Doutorado em Sociologia Política. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2016. Disponível em: http://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/teses/doutorado/2016-2/. Acesso em:10 de jul.2018

BRITTO, Renata Apgaua. *Trabalho, família e amizade entre maricultores/as de uma associação do sul da ilha de Florianópolis: a AMPROSUL*. 2012. 234 f. Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2F8ER3F>. Acesso em: 15 jul. 2018.

CASTRO, Claudio Eduardo de. *A Política Nacional de proteção da natureza e seus desdobramentos do território do parque nacional dos lençóis maranhenses*. 256 f. (Tese) Doutorado em GEOGRAFIA, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, FCT/UNESP, 2012. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/12/dr/claudio.pdf. Acesso em 10 de jul.2018

CAVALCANTI, Diego Rocha Medeiros. *Mulheres na água: um estudo sobre as relações de gênero na pesca*. 2010. 142 f. Mestrado em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2CQW1Am>. Acesso em: 11 jul. 2018.

COSTA, Cristiane Sobrinho. Das fardas laranja às cartas da morte: *danos da construção do estaleiro enseada do paraguaçu sobre pescadores e marisqueiras*. 220 f. (Tese) Doutorado em Antropologia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: http://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?. Acesso em: 15 de jun.2018

DI CIOMMO, Regina Célia. Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade. *Revista Estudos Feministas*: Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 423-443, jul.-dez., 2003. Disponível

em: <https://bit.ly/2FccaSL>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. Pescadoras e pescadores: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista Marinha. *Ambiente & Sociedade*: Campinas, v. X, n. 1, p. 151-163, jan./jun., 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2C3p4PO>. Acesso em: 10 out. 2016.

DIOGENES, Antonia Mara Raposo. *As camaroeiras, as pescadeiras e o arreio: pesca artesanal do camarão e conservação ambiental em comunidades de várzea no município de Parintins-AM*. 2014. 137 f. Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia: Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2CROSA8>. Acesso em: 12 jul. 2018.

FASSARELA, Simone Simões. *A vez e a voz de mulheres que atuam na atividade da pesca da Vila São Miguel (RS) Trajetórias e Perspectivas*. 2007. 116 f. Mestrado em Educação Ambiental, Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande-RS, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2TvBxCJ>. Acesso em: 11 jul. 2018.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas "estado da arte". *Educação & Sociedade*, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/albinonunes/disciplinas/pesquisa-em-ensino-pos.0242-posensino/ferreira-n.-s.-a.-as-pesquisas-denominadas-201cestado-da-arte201d.-educacao-sociedade-v.-23-n.-79-p.-257-272-2002/view. Acesso em: 10.jul.2018

FIGUEIREDO, Marina Morenna Alves De. *Trabalho e participação político-social das pescadoras da reserva extrativista (RESEX) Canavieiras-BA.* 2013. 115 f. Mestrado em Geografia, Universidade Federal Da Bahia, Salvador.

FURTADO, Gilmar Soares. *Lançando rede tecida e retecida na esperança de garantir peixe e sonho: um resgate das ações da Comissão*

Pastoral dos Pescadores sobre gênero, educação e desenvolvimento local na comunidade de Pescadores de Itapissuma, Pernambuco. 2010. 128 f. Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2RwGDkY>. Acesso em: 13 jul. 2018.

FURTADO, Gislane Damasceno. *No lar, nas águas, na vida: práticas e saberes das mulheres pescadoras em comunidades ribeirinhas – Cametá-Pa.* 2017, 120 f. Mestrado em educação e cultura, Universidade Federal do Pará, Cametá, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2SKWE3W>. Aceso em: 10 jul. 2018.

GALVÃO, Melina Chiba. *Diálogos entre gênero, gestão e educação ambiental: os papéis das mulheres nos modos de vida na pesca artesanal.* 2013. 191 f. Mestrado em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2FcYZkz>. Acesso em: 10 jul. 2018.

GARRIDO, Víctor Eduardo Pacheco. *La lucha de las pescadoras, algueras, charqueadoras y mariscadoras de Cocholgüe.* 2017 108 f. Mestrado em Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2Fa6Z5K>. Acesso em: 12 jul. 2018.

GERBER, Rose Mary. *Mulheres e o mar: uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina, Brasil.* 2013. 418 f. Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2SKWJog>. Acesso em: 10 jul. 2018.

GOES, Lidiane de Oliveira. *Os usos da nomeação mulher pescadora no cotidiano de homens e mulheres que atuam na pesca artesanal.* 2008. 220 f. Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de

Pernambuco, Recife-PE, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2Qqr7T4>. Acesso em: 12 jul. 2018.

GRAÇA, Alessandra Santos da. *As marisqueiras do povoado Crasto em Santa Luzia do Itanhy-SE: tempo, espaço e memórias do mangue*. 2014. 105 f. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal de Sergipe, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2GWSKUo>. Acesso em: 14 jul. 2018.

HELLEBRANDT, Luceni Medeiros. *Mulheres da Z3 – o camarão que "come" as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca*. 2017. 173 f. Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2C1o7aG>. Acesso em: 12 jul. 2018.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. Desatando nós: *associativismo civil, democracia e empoderamento na colônia de pescadores de Matinhos*, Paraná. 2007. 265f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90063 . Acesso em: 12 de jul.2018

JESUS, Roseni Santana de. *Por que a pescadora é marisqueira? identidade de gênero no quilombo de São Braz – Santo Amaro/Bahia Cachoeira*. 2016. 166 f. Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2AvLsRG>. Acesso em: 10 jul. 2018.

KAISER, Suzana. *Entre O mar e a escola: os processos formadores que se entrelaçam nas histórias escolares das mulheres pescadoras artesanais da Ilha dos Marinheiros-RS*. 2014, 171 f. Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2AzuiTg>. Acesso em: 13 jul. 2018.

MAIA, Maria Bernadete Reis. *Pescadoras de Baneirinha-AM:*

conquistando direitos e resignando mitos. 2015. 149 f. Doutorado em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

MANESCHY, Maria Cristina Alves. Da casa ao mar: papeis das mulheres na construção da pesca responsável. *Proposta*, n. 84/85, mar./ago, 2000.

MARTINS, Mary Lourdes Santana. *Rios, estuários e mangues: A mulher na pesca artesanal.* 2013. 140 f. Mestrado em Desenvolvimento E Meio Ambiente, Fundação Universidade Federal De Sergipe, São Cristóvão, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2GXz2rt>. Acesso em: 11 jul. 2018.

MARTINS, Queren da Silva. *A relação saúde-doença entre mulheres pescadoras artesanais de São Mateus-ES.* 2015. 169 f. Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2Tt7fkf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

MELO, Maria de Fatima Massena de. A pesca Artesanal no contexto da expansão capitalista: *expropriação do território e resistência dos pescadores e pescadoras artesanais, em Suape - Cabo de santo agostinho – Pernambuco.* 170 f. (Tese) Doutorado em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Não disponível *on line.*

MELLO, Carolina de Andrade. *Tipos de trabalho da mulher na pesca do litoral do Paraná.* 2010. 195 f. Mestrado em Sistemas Costeiros e Oceânicos, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2s9Za8p>. Acesso em: 15 jul. 2018.

MELO, Maria José Batista Bezerra de. *As relações de gênero no trabalho e na organização social e política das mulheres marisqueiras da Ribeira na Paraíba.* 2015. 229 f. Doutorado Interdisciplinar

em Ciências Humanas, Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2QsONpY>. Acesso em: 14 jul. 2018.

MENDES, Soraya Helena de Araújo. *(In)Visibilidade das mulheres na pesca artesanal: uma análise sobre as questões de gênero na colônia de pescadores e pescadoras Z-16 em Miracema do Tocantins/TO.* 2016. 83 f. Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Do Tocantins, Palmas, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2RwHmm7>. Acesso em: 11 jul. 2018.

MOTTA-MAUÉS, M. A. Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. Etnográfica, v. 3, n. 2, p. 377-399, 1999. Disponível em: <https://bit.ly/2TpG6P0>. Acesso em: 15 out. 2016.

MUNIZ, Lenir Moraes. PESCAR E DESPESCAR: *uma análise do cotidiano da pesca artesanal praticada por um grupo de pescadores em Penalva-MA.* 238 f. (Tese) Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís-MA, 2016. Disponível em: https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/1600. Acesso em: 12 de jul. 2018

NASCIMENTO, João Luís Joventino do. *Processos educativos: as lutas das mulheres pescadoras do Mangue do Cumbe contra o racismo ambiental.* 2014. 160 f. Mestrado em Educação, Universidade Federal Do Ceará, Fortaleza. Disponível em: <https://bit.ly/2COVDSY>. Acesso em: 14 jul. 2018.

NEHRER, Ricardo. De costas para o mar: caminhos e descaminhos entre pescadores artesanais e áreas portuárias. 138 f. (Tese) Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Não disponível *on line.*

NOBREGA, Joselito Eulampio Da. *Modelo de gestão do uso*

sustentável de tilápias, enquanto atividade pesqueira - Ge. 228 f. (Tese) Doutorado em Recursos Naturais. Universidade Federal de Campina Grande, 2013. Disponível em: https://ecitydoc.com/download/clique-aqui-para-o-pos-graduaao-em-recursos-naturais-7_pdf . Acesso em> 12 de jul. 2018

NOGUEIRA, Liana Maria Maia. *As marisqueiras de Icapuí: saberes e práticas na pesca de moluscos.* 2012, 127 fls. Mestrado em Ciências Marinhas Tropicais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2sbuVOl>. Acesso em: 10 jul. 2018.

OLIVEIRA, Rosangela Goncalves de. *Pescadoras tradicionais, técnicas em pesca, entendem-se incluídas pela política pública do PROEJA?.* 2016. 213 f. Doutorado em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2F9JtG2>. Acesso em: 15 jul. 2018.

PALHETA, Marllen Karine da Silva. *Participação e conhecimentos femininos na inserção de novas espécies de pescado no mercado e na dieta alimentar dos pescadores da RESEX Mãe Grande em Curuçá-PA. 2013.* 117 f. Mestrado em Ecologia Aquática e Pesca, Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Biológicas, Belém, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2CQKdhA>. Acesso em: 11 jul. 2018.

PEREIRA, Polyana Souza. *A contribuição das marisqueiras para o desenvolvimento sustentável no município de Luís Correia-Piauí.* 2014. 67 f. Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2SFGhWn>. Acesso em: 13 jul. 2018.

PÉREZ, Mercedes Solá. *Comunidade tradicional de pescadores e pescadoras artesanais da vila do Superagüi-PR na disputa pela vida:*

conflitos e resistências territoriais frente à implantação de políticas públicas de desenvolvimento. 2012. 150 f. Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2C27ED5>. Acesso em: 11 jul. 2018.

ROCHA, Michelle da Silva Pimentel. *Mulheres, manguezais e a pesca no estuário do Rio Mamanguape, Paraíba.* 2010 122 f. Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2SEvGem>. Acesso em: 13 jul. 2018.

ROCHA, Nádia Sueli Araújo Da. *A pesca feminina na comunidade Segredinho: município de Capanema*-PA. 2011. 119 f. Mestrado, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Belém, 2011. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Disponível em: <https://bit.ly/2Ra5Xh7>. Acesso em: 16 jul. 2018.

RODRIGUES, Michelle Souza Barreto. *Avaliação da segurança alimentar e sustentabilidade na rede de mulheres da Resex canavieiras.* 2013. 78 f. Mestrado em Ciências Ambientais, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Itapetinga, 2013.

ROSÁRIO, Jeruza de Jesus. *Marisqueiras e pescadoras: o cotidiano na reserva extrativista Baía do Iguape-BA.* 2009 127 f. Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2GWTk4A>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SANTOS, Thiago Jerônimo Pinto dos. *Mulher e pesca artesanal: a participação das pescadoras de Rio Formoso-PE na construção de políticas públicas para o desenvolvimento local.* 2016. 90 f. Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2Qq57Ib>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SANTOS, Kelly Polyana Pereira dos. Etnozoologia e

Etnoecologia na comunidade de pescadores artesanais do município de Miguel Alves, PI/BRASIL. 193 f. (Tese) Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fundação Universidade Federal do Piauí, Recife, 2017. Disponível em: http://repositorio.ufpi.br/xmlui/handle/123456789/1433 . Acesso em: 12 de jun.2018

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat, *Gender and the politics of history*, New York, Columbia University Press, 1989. Disponível em: <https://bit.ly/2BiLtZ7>. Acesso em: 20 set. 2016.

SILVA, Patricia de Araujo. *O mar é masculino? o trabalho das mulheres na maricultura, Ponta da Ilha/Jurujuba, Niterói/RJ.* 2013. 91 f. Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro, Seropédica, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2CRTqWY>. Acesso em: 13 jul. 2018.

SILVA, Mauricio Bastos da. *mulheres pescadoras de Camarão-da-Amazônia à jusante da usina hidrelétrica de Tucuruí, Pará, Brasil.* 2015. 72 f. Mestrado em Aquicultura e Recursos Aquáticos Tropicais, Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém-PA, 2015.

SOARES, Sara Moreira. *Descaindo a rede do reconhecimento: as pescadoras e o seguro defeso na comunidade Cristo Rei no Careiro da Várzea - AM.* 2012. 146 f. Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2VEB7Mu>. Acesso em: 12 jul. 2018.

SOUZA, Silvano Carmo de. *Educação ambiental dialógico-crítica no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pescadoras e dos pescadores tradicionais.* 2017. Doutorado em Ciências Ambientais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2FcsyCM>. Acesso em: 14

jul. 2018.

STOPILHA, Ana Lícia de Santana. *Saberes e práticas das marias marisqueiras da comunidade de Mangue Seco: uma investigação sobre mariscagem em Valença*. 2015. 290 f. Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar BA, 2015.

TIMÓTEO, G. M. Apresentação. In: TIMÓTEO, G.M (organizador). Educação ambiental com participação popular: avançando na gestão democrática do ambiente. Campos dos Goytacazes, RJ: FUNDENOR, 2016. Recurso online/ versão impressa (PDF). p. 8-14.

WOORTMANN, E. F. Da Complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades "pesqueiras" do Nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 18, 1992. p. 1-31.

UMA ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS PESCADORAS (ANP)

Carmem Imaculada de Brito

O presente texto tem por objetivo apresentar e discutir o histórico de formação da Articulação Nacional das Pescadoras do Brasil (ANP), organização que pode ser enquadrada como um dos novos movimentos sociais conforme tipologia estabelecida por Maria da Glória Gohn. Fundada em 2005 como um dos resultados das ações desenvolvidas pela Pastoral da Pesca que, desde a década de setenta, vem atuando junto as populações pesqueiras espalhadas ao longo do território nacional, a ANP reúne trabalhadoras da pesca oriundas de quatorze estados brasileiros. A pesquisa e o acompanhamento de vários eventos nos levou a constatar que a busca da organização das pescadoras visando alcançar o estabelecimento de políticas públicas direcionadas às comunidades pesqueiras para atendimento à saúde, a previdência social e a segurança alimentar tem sua origem e trajetória histórica resultante, dentre outras, das ações planejadas, financiadas e acompanhadas por agentes vinculados/as à Pastoral da Pesca que, desde a década de setenta, tem buscado inserir debates sobre as questões de gênero nos meios onde atuam.

Inspiradas pela Teologia da Libertação e por práticas estabelecidas nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), agentes da Pastoral da Pesca têm contribuído para qualificar a formação de lideranças oriundas de comunidades tradicionais pesqueiras com o objetivo de promover a tomada de consciência destas sobre

o lugar que ocupam no sistema capitalista opressor vigente. A expectativa é de que estas lideranças atuem no sentido de organizar as comunidades de origem para reivindicar melhores condições de vida e trabalho, mais respeito à dignidade humana e a diminuição da injustiça social e ambiental reinante.

Se por um lado ainda hoje a maioria das mulheres que atuam na cadeia produtiva da pesca não tem acesso à carteira de pescadora e, portanto, tem sua identidade profissional negada sendo vistas apenas como ajudantes de seus companheiros (muito embora boa parte delas realizem a pesca, a mariscagem, a elaboração e manutenção de apetrechos de pesca e o beneficiamento do pescado), por outro, há que se reconhecer o engajamento social e político crítico de outras que, embora em número minoritário em relação às demais, hoje assumem a direção de colônias e associações e são aceitas como lideranças nas lutas enfrentadas pelo segmento populacional que depende da pesca artesanal para manutenção de sua vida, trabalho e cultura. Queremos, pois, trazer à memória os principais fatos que, a nosso ver, retratam a expansão da atuação feminina nos movimentos sociais e espaços de ação e organização da pesca artesanal.

Do ponto de vista metodológico, esta não é uma pesquisa que considere a neutralidade meta prioritária a ser praticada a qualquer custo diante das pessoas e situações nas quais há total separação entre observadora e observados/as. Do mesmo modo, é preciso frisar que também não consideramos os/as sujeitos/as pesquisados/as como meros/as informantes e nem optamos pela quantificação das informações colhidas na observação como prova de objetividade. Este estudo foi efetivado de forma dinâmica se aproximando do que propõe Thiollent (2011, p. 13) como "pesquisa alternativa": seja participando ou acompanhando *in loco*, sempre que possível, as atividades, seja por meio do estabelecimento de relações de proximidade com os/as atores chaves no intuito de compreender suas ações e sua intenção de transformação social.

O primeiro contato com a ANP, se deu em 2015, durante a pesquisa para a tese de doutorado. Naquela ocasião, nosso interesse estava voltado para conhecer a estrutura, sistematizar e analisar as ações e compreender as (inter)relações que se estabeleciam entre o Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras Artesanais Brasil (MPP) e a Pastoral da Pesca. Ao descobrir que a ANP havia sido fundada antes do MPP, passamos então a acompanhar as ações desenvolvidas por ambos os movimentos. Neste sentido, algo próximo da observação participante foi desenvolvido visando compreender os dados que a pesquisa empírica nos trazia acerca das relações que ocorriam nos níveis micro e macrossocial que davam forma à trama histórica de origem e estruturação dos movimentos. Na expectativa de progredir na teorização, estabelecemos uma série de contatos pessoais, telefônicos e por e-mail que nos permitiam o acompanhamento, a observação e a descrição de situações concretas vivenciadas ou relatadas pelos/as participantes sobre as ações desenvolvidas pelo grupo que serão relatadas ao longo do texto.

O paradigma dos novos movimentos sociais

É de Gohn (2006) a afirmação de que as desigualdades, a exclusão e a opressão são alguns dos principais motivos que levam à constituição de novos movimentos sociais (NMS). Estes contribuem para organizar segmentos populacionais em torno de reivindicações que lhes permitam resistir nos contextos adversos e se engajar em ações com a finalidade de promover as mudanças que julgam necessárias à manutenção de seus modos de vida e trabalho. Acreditamos que isso acontece com a ANP, movimento social que pauta suas ações pela (re)afirmação constante da identidade coletiva das pescadoras artesanais em meio a um contexto marcado por conflitos diversos, dentre os quais se destacam a desigualdade de gênero e as assimetrias estruturais verificadas na distribuição dos ônus e bônus do

desenvolvimento econômico e social vivenciado ao longo da trajetória histórica dos últimos cinquenta anos no Brasil.

Muito se tem discutido sobre quais seriam as diferenças que nos permitem falar em NMS. Uma delas é o fato de que estes não possuem uma clara base classista tal como verificado entre os movimentos operários e camponeses. Outra seria a constatação do caráter eminentemente político de suas ações que se traduzem em novas formas de fazer política ou na politização de novos temas dando visibilidade a problemas que fazem parte do cotidiano dos segmentos populacionais mais vulneráveis.

A pesquisadora Ilse Sherer-Warren (1996) afirma que o papel desempenhado pelos NMS propicia um novo equilíbrio de forças entre o Estado e a sociedade. A práxis transformadora resultante do engajamento cada vez maior dos movimentos sociais possibilita o fortalecimento da sociedade civil enquanto que a prática dos partidos políticos tende a fortalecer o Estado. Concordando com a autora ponderamos que parte das lideranças oriundas dos movimentos sociais podem se engajar também nos partidos políticos e assim sendo, o fortalecimento quer seja da sociedade civil ou do estado é essencial para a o aperfeiçoamento da democracia.

Tanto Gohn (2009) quanto Schere-Warren (1996) discutem a ação coletiva e a atuação em rede dos NMS que, embora estabelecidos e agindo localmente, podem ter articulações globais. Destacam estas autoras o papel estratégico que assume o "empoderamento" coletivo presente nas articulações políticas contemporâneas que podem ser exemplificadas por meio dos fóruns sociais mundiais e pelas grandes marchas contra a globalização, dentre outras ações.

Segundo Gohn (2006, apud GAUDINO, 2013), oito características são consideradas como centrais para definir os NMS. Citaremos a seguir algumas delas e apontaremos em que medida a ANP as incorpora e/ou desenvolve em suas ações:

(a) "há uma tendência de que a base dos NMS transcenda a estrutura

de classes" – verificamos que a ANP reúne em seu seio mulheres oriundas de diferentes classes sociais, aí se incluindo agentes da Pastoral da Pesca e apoiadores/as das universidades e demais organizações afins;

(b) afirma-se a

> [...] pluralidade de ideias e valores presentes nos NMS que também apresentam tendência a orientação pragmática na busca de reformas institucionais – ações de pressão sobre o legislativo, executivo e judiciário nos vários níveis (local, regional, estadual e federal), participação em audiências públicas e ocupação de prédios públicos, estradas, pontes e propriedades particulares buscam dar visibilidade as demandas do movimento e ampliar o sistema de participação das mulheres da ANP no processo de tomada de decisões.

(c) "os NMS envolvem a emergência de novas dimensões da identidade" – Não só a identidade profissional é reivindicada pelas participantes da ANP como também o reconhecimento das mazelas a que estão sujeitas pelo fato de serem mulheres, pobres, quilombolas, negras e com baixo nível educacional;

(d) os NMS utilizam "como meios para suas ações táticas radicais de mobilização, ruptura e resistência que envolvem: a desobediência civil, a resistência passiva, a não violência e a ação direta" – além de desenvolverem uma série de ações de pressão sobre os poderes estabelecidos como dito anteriormente a fim de sensibilizá-los para o atendimento de suas demandas;

(g) verifica-se o fato de "[...] os NMS terem se estruturado e se multiplicado devido à crise de credibilidade dos canais convencionais de participação das democracias ocidentais" – a vinculação política partidária é vista com reservas pela ANP que procura manter certa autonomia mesmo quando encaminha projetos para angariar recursos para financiamento das ações;

(h) "[...] ao contrário dos partidos de massa tradicionais, centralizados e burocratizados, os NMS organizam-se de forma difusa, segmentada, descentralizada e anti-hierárquica" – A ANP e o MPP não possuem inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas por opção própria

segundo seus integrantes "para não engessar os movimentos". Contam com apoio material e estrutural fornecido por meio de projetos apresentados a organizações vinculadas à igreja católica daqui e do exterior, como a Cáritas e a Misereor. Mantêm uma agenda de reuniões periódicas das coordenações representativas dos estados nos quais atuam em Brasília/DF, na sede da Pastoral da Pesca.

Gohn afirma ainda que os NMS transitam, fluem e acontecem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais e, na maioria das vezes, questionam estas estruturas e propõem novas formas de organização à sociedade política. Não se estruturando enquanto instituições, eles oscilam, possuem "fluxo e refluxo"; e mesmo que eles se materializem em alguma organização, isso se dará de forma provisória e, mesmo quando a organização deixar de existir, a ideia permanecerá. Assim, "[...] os movimentos são frutos de ideias e práticas" (GOHN, 2006, p. 12) são fluídos, fragmentados, perpassados por outros processos sociais.

Também Riechmann e Buey (1999) caracterizam os NMS como sendo movimentos de sobrevivência e emancipação, de autodefesa contra a burocratização e a mercantilização da existência. Eles possuem uma orientação antimodernista na medida em que não creem no progresso material e moral interminável; possuem uma base heterogênea; optam por estratégias de ação diferenciadas que tem seu ponto de partida na máxima "*pensar globalmente, agir localmente*" e, finalmente, politizam a vida cotidiana e o âmbito privado ao lutarem por objetivos que se inserem na construção de uma humanidade menos injusta e mais livre.

Gohn (2006, p. 151-152) descreve os NMS como ações sociopolíticas constituídas por atores coletivos articulados numa conjuntura específica de correlações de forças na sociedade civil. Suas ações e práticas se desenvolvem mediante a criação de identidades em espaços coletivos não institucionalizados, ensejando transformações na sociedade, de caráter conservador ou progressista. Acrescenta ainda a autora que os movimentos sociais se desenvolvem em torno de projetos e visões de mundo que dão suporte a demandas que lhes são específicas e assim contribuem para a autodefinição de sua identidade, possuem opositores e aliados, articulam-se

em redes de mobilização e desenvolvem práticas comunicativas diversas.

Acreditamos que todos esses apontamentos teóricos nos fornecem elementos para melhor compreender o surgimento e o desenvolvimento da ANP que terá sua história apresentada a seguir, de forma panorâmica, de modo que possamos vislumbrar ao longo do tempo a "evolução" em sua meta de fortalecer a organização das mulheres que atuam na pesca artesanal no Brasil.

Política pesqueira no brasil e as raízes da ANP

Desde a década de 1970, no contexto das grandes obras implementadas pelos governos federal e estaduais na perspectiva desenvolvimentista, dentre as quais se destaca a construção das barragens ao longo do Rio São Francisco, a Pastoral da Pesca[1] começou a atuar junto às dioceses envolvendo religiosos/as no apoio às comunidades tradicionais mobilizadas contra a ocupação de seus territórios e a consequente

1 Os versos de Toinho Pescador em agradecimento ao padre que coordenou toda a luta, escritos no poema *Homenagem ao Frei Alfredo*, assim relatam o início da Pastoral da Pesca: Nestes versos quero lembrar a vida de um cidadão / Que nasceu na Alemanha e no Brasil se fez cristão / Era um padre sem paróquia e foi enfrentar a missão / Conhecer a vida dos pescadores com amor e afeição / Foi assim que Frei Alfredo lutou pela Pastoral / Caminhando na beira da praia, ver as jangadas chegar / E o atravessador apanhar os peixes, ir para o comércio levar / Deixando uma garrafa de cachaça para o pescador tomar / Frei Alfredo se aproximando para o pescador falar: / – Porque entregou os peixes para aquele homem negociar! / Responderam: / – É o dono da jangada, quando voltar vai nos pagar / É dele também as redes e sem elas não podemos pescar. / – Porque vocês não se unem e fazem uma jangada pra pescar! / – Ah, é difícil, não temos dinheiro e quem em nós vai confiar! / Por isso o amigo é ele, o que a gente pede ele dá. / – Se vocês não criarem coragem, nunca vão se organizar. / Logo foi criando uma equipe, aumentando a união / Formando um grupo de quatorze e aceitaram a solução / De fazer sete jangadas e pescarem em união / E não vender mais ao pombeiro, pois não dava lucro não. / O Frei foi com os pescadores os paus de jangada comprar / Só que o dono da madeira foi franco logo ao chegar: / – Fiado não vendo a pescador que ele não tem com que pagar / O Frei disse: – Eu sou deles avalista e vamos negociar. /O Frei vendeu seu fusquinha para a madeira pagar / Só que foi grande a surpresa, não deu pra acreditar / Dois pescadores levaram uma jangada e foram para outro lugar /Mas os doze garantiram e pescaram até pagar. / Foi assim que começou a nossa organização / O pescador hoje tem história na luta da conscientização / Também já temos muitos aliados que entraram na discussão / Na defesa dos nossos direitos pra ver nós cidadãos (SANTOS, 2010, p. 12-13).

remoção destas de seus lugares de origem devido ao barramento, desvio e/ou poluição das áreas que envolvem porções de terras e águas.

Com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e contando com lideranças forjadas nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Pastoral da Pesca, criada em 1968 a partir da ação de Frei franciscano Alfredo Schnuettgen, na praia do Carmo, em Olinda-PE, expandiu sua atuação persistindo na formação de novas lideranças e na organização de grupos de reflexão que pautavam suas ações pela denúncia e combate ao autoritarismo e ao clientelismo verificado nos comportamentos que marcavam muitas das relações sociais estabelecidas nas colônias, nas federações e na confederação nacional dos pescadores.

No seio das populações tradicionais pesqueiras, aos poucos, pessoas simples tomavam consciência do sistema opressor que as dominava e passavam a se organizar em grupos para reivindicar melhores condições de vida e trabalho, mais respeito à dignidade humana e a diminuição da injustiça social e ambiental reinante. Dentre essas pessoas, encontravam-se mulheres pescadoras que perceberam a necessidade de se organizarem coletivamente pelo reconhecimento de sua identidade e pela efetivação de seus direitos, conforme se pode verificar no fragmento da entrevista abaixo:

> Indo de encontro à lógica patriarcal vigente na sociedade, as pescadoras do Brasil perceberam a necessidade em se organizar coletivamente a fim de garantir diretos que sempre lhes foram negados. Antes vistas só como "ajudantes" de seus maridos, as mulheres do mundo da pesca querem não só o reconhecimento como atoras importantes para a produção pesqueira nacional, mas também como agentes essenciais para a luta das comunidades pesqueiras[2].

As primeiras mulheres a obter reconhecimento formal, conseguindo tirar a carteira profissional de pescadoras, vieram da região de Itapissuna e da Prainha do Canto Verde, em Pernambuco. De lá para cá, esse direito

2 Trecho da publicação da assessoria de comunicação do CPP intitulada: Articulação Nacional das Pescadoras: a contribuição das mulheres para a luta das comunidades pesqueiras do Brasil. (ACERVO COMBATE, 2015).

foi se expandindo e alcançando outras mulheres espalhadas pelo Brasil a ponto de, em 1985, uma delas ter sido eleita presidente da colônia de Itapissuna e nove anos depois alcançou a presidência da federação do estado do Pernambuco. Hoje são muitas as colônias de pescadores presididas por mulheres.

Como decorrência desta luta inicial houve muitos avanços que passam pelo reconhecimento de direitos sociais tais como a aposentadoria e a licença maternidade. Outra melhoria resultante da organização das mulheres na pesca foi o desenvolvimento de parcerias como aquela efetivada junto a Universidade Federal da Bahia que, em convênio com o Ministério da Saúde, tem promovido o levantamento e a caracterização das doenças ocupacionais para subsidiar a elaboração de políticas públicas destinadas ao contingente pesqueiro. Há que se ressaltar também o fato de cada vez mais verificarmos que parte significativa das mulheres da pesca estão engajadas social e politicamente chegando até mesmo a participar de eventos e fóruns de discussão nos vários níveis – do local, passando pelo regional, estadual, nacional e até internacional – para expor e debater sua realidade de vida e trabalho, seus problemas e suas demandas. Além disso, as mulheres organizadas e participantes da ANP se envolvem em redes formadas pelos mais diversos movimentos sociais, projetos e Organizações Não Governamentais (ONGs) que permitem a ação coletiva e garantem reforço e visibilidade da pauta de reivindicações das pescadoras artesanais do Brasil.

A fundação da ANP se deu no contexto da política pesqueira adotada pelo estado brasileiro a partir do início do século XXI, mais especificamente, na gestão de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, em 2003, quando foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP-PR) vinculada diretamente à Presidência da República. No âmbito do setor pesqueiro a criação desta secretaria configurava-se como possibilidade do atendimento às demandas da pesca artesanal, tal como prometido na Carta de Compromisso aos Pescadores amplamente divulgada durante a campanha eleitoral. No entanto, a instituição recém-criada herdou

a mesma divisão de competências predominante no período anterior nos órgãos ambientais vinculados ao Instituto Brasileiro de Recursos Naturais e do Meio Ambiente (IBAMA) e, com isso, os conflitos institucionais na administração pesqueira também permaneceram (DIAS NETO, p. 2010).

Visando reorganizar institucionalmente e minimizar os embates na gestão e no fomento ao desenvolvimento da pesca, o governo brasileiro buscou assessoramento técnico junto ao Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) que, em seu Relatório Técnico, indicou três alternativas para solucionar o problema, com a criação de: 1 –um ministério, 2 – um novo instituto ou 3 – uma agência reguladora. Esta nova etapa na política pesqueira foi analisada por Azeredo (2014), em artigo que investiga a opção pelo crescimento produtivo e o lugar ocupado pela pesca artesanal na política pesqueira desenvolvida no âmbito do governo federal, no Brasil, no período que vai de 2003 a 2011.

Neste contexto, o que se verificou, num primeiro momento, foi a dificuldade dos movimentos sociais de se posicionarem publicamente de forma crítica ao governo que apoiavam por considerá-lo representante dos interesses populares. Embora no âmbito discursivo a SEAP-PR se propusesse a realizar as demandas da pesca artesanal, o mesmo não se refletia em suas ações: a maior parte dos recursos foram destinados à aquicultura praticada em larga escala em detrimento das políticas públicas demandadas pelas populações tradicionais pesqueiras (AZEREDO, 2014) e a gestão pesqueira compartilhada foi assumida cada vez mais como divisão de atribuições entre entes do estado (IBAMA e SEAP-PR) e não como mecanismo que incentivasse e possibilitasse a participação dos segmentos sociais interessados (DIAS NETO, 2010). O acúmulo construído a partir das experimentações vivenciadas nos processos participativos verificados nos anos 90 e alardeados como justificativa e elemento motivador para a realização das conferências nacionais da pesca ficaram apenas na retórica, não se verificando na prática o atendimento das demandas levantadas junto aos segmentos envolvidos com a pesca artesanal.

No âmbito da atuação da SEAP-PR, o estado se propunha, dentre outras ações, a promover um amplo levantamento de dados e serem recolhidos por meio da participação popular nas conferências que se estruturariam desde o nível municipal, passando pelo estadual, regional e culminando com grandes eventos em nível nacional. A justificativa dada era de que a partir delas buscava-se estruturar uma rica base informacional que subsidiasse o governo para uma atuação mais responsiva e afinada com as preferências dos setores vinculados a pesca e a aquicultura. Um dos principais objetivos era modernizar a cadeia produtiva da pesca e incentivar a aquicultura, em consonância com os rumos apontados nos relatórios da FAO que anunciavam a incapacidade das atividades extrativas de se manterem como fonte sustentável de retirada de recursos pesqueiros e, portanto, a necessidade de incentivo e investimento estatal direto na pesquisa e produção via aquicultura. Vale ressaltar que os segmentos pesqueiros vinculados a pesca artesanal não demandavam abandonar a pesca para se tornarem aquicultores, reivindicavam sim políticas públicas e incentivos que garantissem a destinação de recursos para o atendimento de suas demandas, principalmente aquelas vinculadas a efetivação de direitos sociais.

Em 2004, no primeiro ano de atuação da SEAP-PR, constata-se a ocorrência de vinte e sete (27) conferências nos estados e no Distrito Federal que culminaram com a realização da Primeira Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca[3] da qual participaram novecentos e cinquenta e três (953) representantes da pesca com a proposta de subsidiar a discussão de uma política sustentável para a aquicultura e a pesca considerando as particularidades regionais.

Dentre as metas apontadas no relatório desta conferência, consta dotar os setores de aquicultura e pesca de infraestrutura de suporte das atividades que contemplem não só o incentivo à criação de indústrias modernas de beneficiamento do pescado, construção de entrepostos e frigoríficos, ampliação, renovação e modernização da frota pesqueira, como também o apoio à exportação

3 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE AQÜICULTURA E PESCA. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2UuMB4j>. Acesso em: abr. 2016.

e comercialização interna, de modo a imprimir um ritmo de crescimento próximo a 20% ao ano na produção de aquicultura e pesca.

O comparecimento de pescadoras nesta conferência foi diminuto e elas denunciaram a falta de incentivo e de condições que possibilitassem a participação feminina. Sensível a esta demanda, o governo federal promoveu em 2004 o I Encontro Nacional de Trabalhadoras na Pesca e Aquicultura do qual resultou uma pauta de reivindicações das pescadoras; no entanto, nenhuma delas teve prosseguimento, sendo este o motivo para que fosse estruturada a ANP, em 2005, em reunião na cidade de Recife com apoio da Pastoral da Pesca, dentre outras, para fortalecer as reivindicações das pescadoras artesanais.

A II Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca ocorreu em março de 2006, convocada pela SEAP-PR e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca (Conape). Seguindo os moldes da anterior, esta segunda edição foi precedida de reuniões em todas as unidades da federação objetivando traçar políticas públicas que estruturassem, abrissem linhas de crédito e garantissem a difusão tecnológica necessária à expansão da produção de mariscos e pescado. Com o tema "Consolidação da Política Nacional de Aquicultura e Pesca", consta dentre suas resoluções, a transformação da SEAP-PR em Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), que passaria a centralizar todas as competências relativas ao desenvolvimento do setor.

A criação do MPA iniciada, em 2008, via Medida Provisória (MP) 437, de 29 de julho de 2008, foi infrutífera, pois tal medida, definida na Casa Civil sem ter sido antes acordada em nível técnico, não obteve apoio no legislativo. Seu conteúdo foi então transformado em Projeto de Lei encaminhado, em caráter de urgência e aprovado praticamente sem alterações, resultando na Lei 11.958 de 26 de junho de 2009 (BRASIL, 2009a).

> Assim, depois de anos de tensão e conflitos, a lei que transformou a SEAP-PR em MPA estabeleceu que a fixação de normas e medidas para o ordenamento do uso dos recursos pesqueiros caberia ao MPA e ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) conjuntamente sob coordenação do MPA [...] Formalizou-se o Sistema de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros, institui-se a Comissão Técnica de Gestão Compartilhada e formaram-se os Comitês

> Permanentes de Gestão como órgãos colegiados consultivos com participação da sociedade civil que, no entanto, apresentam uma grande debilidade na sua formação e atuação (AZEVEDO, 2014, p. 66).

Em 2009, concomitantemente à transformação da SEAP em MPA, aprovou-se também o novo marco legal para a pesca: a Lei n. 11.959, que instituiu a Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, visando compatibilizar crescimento econômico, cuidado ambiental e redução da pobreza. A nova legislação, embora avançada no que se refere a manutenção dos instrumentos de comando e controle como os principais mecanismos de gestão da pesca e, ainda, a inclusão dos princípios da participação social e da cogestão no ordenamento pesqueiro, mostrou-se na prática ineficaz.

A premissa em vigor a partir de então seria considerar as peculiaridades e garantir a permanência da pesca artesanal, bem como o reconhecimento de toda a cadeia produtiva na atividade pesqueira, o que fundamentaria a garantia de direitos previdenciários dos/as trabalhadores/as da pesca – o que, de fato não ocorreu tendo em vista que a dimensão econômica demonstrou ter, neste contexto, peso maior que a dimensão ambiental. O MPA passou a conceder cada vez mais licenças para a pesca industrial e para prática da aquicultura em águas pertencentes à União demonstrando estar mais susceptível às pressões advindas dos interesses industriais. Além disso o novo período foi marcado pela retomada das ações de fomento e pela busca sistemática da centralização e ampliação das funções de ordenamento no MPA em detrimento dos órgãos ambientais. O conflito entre MPA e IBAMA, no que se refere à forma de atuação sobre os recursos pesqueiros e garantia de sustentabilidade destes, ganhou novo fôlego (DIAS NETO, p. 2010).

A III Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca ocorreu em outubro de 2.009, em Brasília-DF. Foi precedida de dezenas de conferências municipais e territoriais, vinte e sete (27) estaduais e a distrital que contabilizaram cerca de trinta mil (30.000) participantes. Foram produzidas mil e quarenta e uma (1.041) emendas ao texto base e eleitos dois mil (2.000) delegados para a

conferência nacional que contou, além destes, com a participação de cerca de quinhentos (500) convidados e observadores. Com o tema "Consolidação de uma política de Estado para desenvolvimento sustentável da Aquicultura e da Pesca" pretendia-se fazer um balanço da política e das ações governamentais destinadas à aquicultura e pesca desde 2003. Em paralelo à organização desta conferência, lideranças históricas da pesca artesanal se reuniam e mobilizaram comunidades pesqueiras artesanais para participarem da conferência paralela na qual tornaram público seu rompimento com o governo federal e fundaram o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais Brasil (MPP).

Organização das mulheres na pesca: trajetória recente

Na pesca artesanal as mulheres representam 24,35% da mão de obra e mais de 25% desta atividade produtiva é por elas desenvolvida (FRITSCH, 2004). Essas trabalhadoras são, em sua maioria, negras ou pardas, pobres, que residem em áreas rurais (muitas das quais de difícil acesso), possuem baixa escolaridade, estão sujeitas a deficiência/insegurança alimentar, à violência de gênero e ao alcoolismo. O tipo de trabalho que praticam – captura (pesca artesanal), aquicultura, confecção de artesanato, confecção e reparo de apetrechos de pesca, catação de caranguejos, siris e mariscagem (beneficiados para alimentação familiar e/ou comercializados de forma ambulante), beneficiamento de produtos (como a filetagem de peixes ou o tratamento de couro) –, em condições de exposição prolongada ao sol, em ambientes úmidos ou sem condições ergonômicas adequadas, oportuniza o desenvolvimento de uma série de doenças (STADTLER, 2015). Em suas comunidades, desempenham papéis importantes no processo produtivo e nos cuidados com suas famílias e não recebem a proteção social do Estado e nem o reconhecimento de seus direitos como trabalhadoras do setor, e muitas se veem excluídas da participação nos espaços associativos da profissão. A organização das mulheres da pesca no Brasil é recente, assim como o é em outros países, senão vejamos o quadro a seguir elaborado por Maneschy, Siqueira e Alvares (2012):

QUADRO 1 – Redes de organizações de mulheres na pesca

ORGANIZAÇÃO	ABRANGÊNCIA	FUNDAÇÃO
Rede europeia de organizações de mulheres da pesca e aquicultura – AKTEA	Europa	2001
Rede nórdica de mulheres pescadoras e da zona costeira	Escandinávia	--
Federação de organizações de mulheres de pescadores – 2FM	França	2003
Federação de tecedeiras de rede	Galícia (Espanha)	2004
Associação galega de mariscadoras/es – Agamar	Galícia (Espanha)	1998
Rede portuguesa de mulheres na pesca Estrela do mar	Portugal	2002
Rede de mulheres do Mar do Norte	Inglaterra	2003
Rede de mulheres na pesca dos Países Baixos – Vin Vis	Holanda	2000
União Pan-helênica de mulheres na pesca	Grécia	2004
Associação de Mulheres na pesca de Ancona – Penélope	Itália	--
Rede de mulheres na pesca de Irlanda do Norte – NIWIF	Irlanda	2006
Rede de mulheres pescadoras do Sul	Tailândia	--
Força-tarefa de mulheres na pesca	Filipinas	--
União das mulheres defumadoras de pescado	Guiné	2008

ORGANIZAÇÃO	ABRANGÊNCIA	FUNDAÇÃO
Articulação nacional de mulheres pescadoras	Brasil	2006
Rede nacional de mulheres na pesca	Chile	--
Rede de mulheres na pesca do Canadá Atlântico – FishNet	Canadá	1994

Fonte: MANESCHY, SIQUEIRA; ALVARES (2012) adaptado de: DUTHIE, 2010; EUSKONEWS, 2012; FISH WOMEM, 2012; FRANGOUDES; QUIST, 2005; LAIÑO, N., 2010; PARLEMENT EUROPÉEN, 2012; REDE ESTRELA DO MAR, 2012 E REDEIRAS DE GALICIA, 2012.

Como se pode ver no quadro acima, à exceção de Canadá, Espanha e Países Baixos, em todos os demais lugares a organização das mulheres na pesca foi formalizada a partir do século XXI. No Brasil, a ANP foi oficializada em 2005 e pode ser enquadrada na vertente dos novos movimentos sociais que lutam por conquistas trabalhistas, previdenciárias e políticas de fortalecimento da identidade de gênero, tradicional e profissional das pescadoras.

Ao longo dos doze anos de existência a ANP juntamente como MPP têm realizado uma série de atividades dentre as quais se destacam: campanhas formativas, de denúncia e reivindicação que apontam como adversários a política desenvolvimentista da qual resultam os grandes empreendimentos de infraestrutura promovidos pelo estado e/ou iniciativa privada (hidrelétricas, portos, indústrias petroquímica e de exploração de petróleo e gás, etc. para citar apenas algumas), o agro e o hidro negócios e ainda o turismo de massa e a especulação imobiliária cuja regulação é considerada insuficiente, haja vista a constatação de que os ônus e bônus destas iniciativas são distribuídos desigualmente, sendo as populações pesqueiras tradicionais as mais prejudicadas.

A ANP desenvolve suas ações no enfrentamento da luta contra a política de "desenvolvimento a qualquer custo" estabelecida pelo governo

nos seus vários níveis. Um exemplo muito citado nas entrevistas e no documentário "Vento Forte"[4] refere-se, dentre outros, ao hidro negócio que se instala de forma violenta com grandes empresas de piscicultura e carcinicultura[5] incentivadas e apoiadas pelo governo. Ocupam águas públicas concedidas pelo estado e aguçam ainda mais o conflito, uma vez que limitam o livre trânsito e o acesso da população pesqueira a áreas tradicionalmente por elas utilizadas em suas atividades laborais e em sua dinâmica de vida.

A ANP luta por direitos sociais, econômicos, políticos e, mais recentemente culturais, construídos a partir de princípios territoriais e de pertencimento identitário. Atua junto a segmentos sociais pertencentes a camadas populares que se encontram à margem do sistema, dispersos territorialmente no meio urbano e rural, demandando a continuidade de seus modos de vida e trabalho em condições dignas que acreditam, serem possíveis com o reconhecimento de seus territórios pesqueiros.

Para tanto, em conjunto com o MPP, deflagrou a campanha pela regularização dos territórios pesqueiros requerendo assim o acesso a porções de terras e águas usadas para a prática profissional e para a vivência cotidiana do segmento populacional pesqueiro. Tal reivindicação demonstra o amadurecimento de ambos os movimentos que tem conseguido tornar público seu olhar sistêmico e abrangente sobre o ambiente como um todo, aí se incluindo o acesso e livre trânsito,

4 Documentário produzido pelo CPP em 2014, com duração de 62 minutos e direção de Patrícia Antunes o vídeo *Vento Forte* traz à tona diversas violações ambientais e de direitos humanos que vêm ocorrendo devido aos impactos causados pelo modelo de desenvolvimento adotado pelo governo brasileiro que ameaçam diariamente o modo de vida tradicional dos pescadores artesanais.

5 O crescimento da carcinicultura (criação de camarões em cativeiro) no Nordeste, a par dos índices econômicos divulgados pelos produtores, vem sendo associado à destruição de um dos ecossistemas mais complexos do planeta, o manguezal, além de atingir mata ciliar e carnaubais e causar danos cumulativos às bacias hidrográficas onde se inserem. Ao atingir o meio ambiente, a carcinicultura ameaça a fonte de sobrevivência e a cultura de milhares de pessoas que habitam tradicionalmente as regiões de mangue – pescadores, marisqueiras, índios e pequenos agricultores –, muitas vezes vítimas de violência, expulsão e superexploração por parte das empresas, que comumente se apropriam de terras públicas da União (FERREIRA; MELO; COSTA NETO, 2008).

configurados no direito de ir e vir nos espaços geográficos aquáticos e terrestres historicamente ocupados durante o exercício laboral e as atividades de moradia e dinâmica de vida das populações pesqueiras artesanais. O acúmulo de experiência, luta e formação de militantes que, em suas ações questionam o viés economicista do crescimento e desenvolvimento alardeado pelo estado e promovido a qualquer custo, tem ganho visibilidade e possibilitado avaliar positivamente a trajetória de atuação da ANP e do MPP.

A utopia desejada pela ANP e pelo MPP, como horizonte de luta, fundamenta-se na realização plena de condições de vida e trabalho justas, pautadas no bem viver e na preservação da identidade e da cultura das comunidades pesqueiras artesanais distribuídas na geografia continental e marítima diversificada conforme os hábitos e costumes de cada lugar. Buscando alcançar este horizonte de desejo, os movimentos partem da educação popular como estratégia metodológica de ação e formação visando alcançar mobilidade e inclusão social e política do segmento e transformação da realidade desde o nível local até a conjuntura nacional.

Para tanto, a ANP realizou 6 encontros nacionais sendo que o último ocorreu de 25 a 28 de outubro de 2017, em São Luís/MA e reuniu cerca de cem pescadoras oriundas de 14 estados do Brasil. Elas reafirmaram sua identidade de mulheres pescadoras e o compromisso na luta em defesa dos territórios pesqueiros e por direitos fundamentais (saúde, direitos trabalhistas e previdenciários). No encontro anterior (quarto, ocorrido em 2014) denunciaram o aliciamento de jovens por estrangeiros, o trabalho escravo na pesca industrial e a política desenvolvimentista do governo que promove os grandes empreendimentos em detrimento da vida, cultura e trabalho das comunidades tradicionais pesqueiras. Definiram como bandeiras de luta: a defesa dos territórios tradicionais pesqueiros, a efetivação dos direitos trabalhistas e previdenciários, o reconhecimento das doenças ocupacionais das trabalhadoras na pesca artesanal e a criação do defeso para espécies pesqueiras trabalhadas pelas mulheres e garantia de seguro defeso para as mesmas (PIERRI; AZEVEDO, 2010, p 12).

A ANP atualmente encontra-se em diferentes estágios da organização das mulheres na pesca em 14 estados conforme se pode verificar na tabela abaixo:

Tabela 1. Atuação da ANP nos Estados do Brasil

ANP com articulação forte e consolidada	ANP com articulação	ANP com articulação frágil	ANP em processo de aproximação (mapeamento de contatos)
Minas Gerais (CPP)	Pará (CPP)	Rio Grande do Norte	Amazônia
Maranhão	Piauí	Paraíba	Acre
Ceará	Espírito Santo (CPP)	Alagoas	Rio Grande do Sul
Pernambuco	Rio de Janeiro		Mato Grosso
Bahia	Paraná		São Paulo

Fonte: Tabela construída pela autora a partir de dados constantes do Relatório final da Avaliação Transversal do CPP no Brasil, Misereor, maio 2014.

Mais recentemente, a ANP tem desenvolvido o "Projeto de Educação em Saúde do/a Trabalhador/a da Pesca Artesanal e a Formação de Agentes multiplicadores em Participação na Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS)". Trata-se de parceria firmada entre o Ministério da Saúde, o Conselho Pastoral da Pesca e a Universidade Federal da Bahia com o objetivo de levantar doenças ocupacionais que afetam os/as trabalhadores/as da pesca artesanal e, assim, subsidiar a elaboração de

políticas públicas direcionadas a este segmento. Ademais, o projeto se propõe a levantar informações teóricas e metodológicas para que os/as pescadores/as artesanais possam melhorar suas condições de trabalho e dessa maneira sua saúde. Contando com o apoio de profissionais da medicina, fisioterapia e psicologia, a ANP realizou uma série de seminários de formação envolvendo pescadoras nos estados da Bahia, Maranhão, Pernambuco, Pará, Rio Grande do Norte, Ceará, Santa Catarina, Piauí, Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná.

Finalmente, em 2018, a ANP realizou o Seminário Final do "Projeto de Educação em Saúde do/a Trabalhador/a da Pesca Artesanal e a Formação de Agentes multiplicadores em Participação na Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS)" no qual foi apresentado o panorama das doenças laborais enfrentadas pelos/as trabalhadores/as da pesca e proposto um plano de ação para atendimento à saúde do/a pescador/a do país.

À guisa de conclusão

Embora a previsão inicial de coletar cerca de um milhão e quinhentas mil assinaturas necessárias à apresentação do projeto de lei de iniciativa popular em defesa dos territórios pesqueiros não tenha sido alcançada, a ANP e o MPP seguem desenvolvendo uma série de ações de formação e mobilização da opinião pública em torno da defesa dos interesses das populações pesqueiras artesanais marítimas e continentais. Os movimentos continuam mobilizando esforços no trabalho de base e a campanha tem servido a este propósito na medida em que tem sido o mote para o desenvolvimento de uma série de oficinas junto a populações dispersas pelo território nacional. Durante as oficinas, parte-se da realidade de vida e trabalho das populações pesqueiras, promove-se o levantamento de suas demandas, apresentam-se as experiências exitosas vivenciadas em outras localidades, apresenta-se e discute-se o projeto de lei e inicia-se a organização da comunidade para se alcançarem as mudanças pretendidas.

Na linguagem corrente entre os movimentos sociais, a campanha

em defesa dos territórios pesqueiros se configura como um meio de ação e não como um fim em si mesma. Trata-se de uma estratégia que tem várias finalidades: é a justificativa para o planejamento das ações, para a captação dos recursos necessários à sua efetivação, subsidia a formação permanente dos já envolvidos que vão atuar enquanto mediadores/as e dos novos participantes, possibilita a divulgação e dá visibilidade ao movimento e também exige a mobilização permanente dos sujeitos envolvidos em graus variados com o planejamento, execução e avaliação das ações. Por fim, a campanha promove a sensibilização de parcelas mais amplas da população em geral, com a finalidade de conquistar novos apoios materiais, humanos e institucionais que contribuem para o fortalecimento e a ampliação da militância. Possibilita ainda o estabelecimento de redes e reforça ou amplia o contato com organizações e pessoas com as quais se desenvolvem ações em parceria.

Verifica-se que, por meio e a partir da campanha em defesa dos territórios pesqueiros, os movimentos têm conseguido ampliar sua capilaridade chegando a novos estados e regiões, aí se estabelecendo, seja por meio do mapeamento de novos contatos seja consolidando e fortalecendo os já existentes. Presente hoje em quatorze estados da federação, a ANP possui representatividade junto às populações pesqueiras; no entanto, em algumas regiões há a necessidade da consolidação e fortalecimento do movimento e ainda resta o desafio de chegar aos estados onde não existe sequer o mapeamento de contatos ou lideranças dispostas a participar. Vale ressaltar que a fluidez de sua estrutura, ao mesmo tempo que lhe possibilita atuar em várias frentes na medida em que expande sua atuação ampliando sua capilaridade, torna-se mais difícil a presença/participação de todas as integrantes da coordenação do movimento nas atividades centrais de planejamento e avaliação.

Outra dificuldade se refere à situação de "dependência" (ainda que esta seja veementemente negada pelas entrevistadas) tanto dos recursos financeiros que garantem as condições materiais para implementação das ações quanto da assessoria dada pelo CPP. Ademais, este último,

embora conte com a credibilidade e o reconhecimento das populações com as quais se encontra envolvido, possui uma equipe diminuta "que não tem pernas" para acompanhar o crescimento que a ANP.

Neste sentido, o fato de não se atingir o número de assinaturas no prazo definido quando do planejamento da campanha não nos possibilita derivar o insucesso dos movimentos. Ademais o contexto social, político e econômico adverso e marcado pela instabilidade e pelo distanciamento da sociedade em relação ao estado e à política também podem ter contribuído para o não alcance das metas no prazo previsto, o que não diminui os méritos da atuação destes movimentos que se engajam na luta por melhores condições de vida e trabalho para as populações pesqueiras artesanais

Referências

ACERVO COMBATE. Racismo ambiental. *Articulação Nacional das Pescadoras*: a contribuição das mulheres para a luta das comunidades pesqueiras do Brasil, 2015) Disponível em <https://bit.ly/2EexvKX>. Acesso em: ago. 2017.

DIAS NETO, José. *Gestão do uso dos Recursos Pesqueiros marinhos no Brasil.* Brasília: Ibama, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2E9oe6E>. Acesso em: 28 abr. 2016.

FERREIRA, Douglisnilson de Morais; MELO, Jailson Vieira de; COSTA NETO, Leão Xavier da. Influência da carcinicultura sobre a salinização do solo em áreas do município de Guamaré/RN, p. 72-80. *HOLOS*, v. 2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte Natal, 2008.

FRITSCH, J. In SEAP-PR- *Memória do I Encontro Nacional das Trabalhadoras da Pesca e Aquicultura*: rumo à superação das desigualdades sociais. Brasil, 2004.

GAUDINO, José Wilson. *Educação e movimentos sociais na pesca artesanal.*

Fortaleza: Abeu, 2013.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.* 5. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais.* 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

MANESCHY, M. C.; SIQUEIRA, D.; ALVARES, M. L. M Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. *Rev. Estud. Fem.* v. 20, n. 3, Florianópolis Dec. 2012.

PIERRI, Naina; AZEVEDO, Natália Tavares de. "Making their Voices Heard". *Yemaya,* v. 34, June 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2Gi5rZo>. Acesso em: 4 ago. 2017.

1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2UuMB4j>. Acesso em: 8 abr. 2016.

RIECHMANN, J.; BUEY, Fernandes. *Redes que dan libertad: introducción a los nuevos movimentos sociales.* Barcelona: Paidós, 1999.

SANTOS, Antônio Gomes. *Pescando cidadania.* Maceió: Q Gráfica, 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais.*2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

STADTLER, Hulda. Mulheres na pesca artesanal: lutando por previdência e saúde. Revista Retratos de Assentamentos, volume 18, n. 1, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2Ea5Uub>. Acesso em: 8 abr. 2016.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-ação.* São Paulo: Cortez, 2011.

CONFLITOS AMBIENTAIS ENVOLVENDO PESCADORES(AS) ARTESANAIS NA ZONA COSTEIRA[1]

Tatiana Walter
Gracieli Trentin
Juliana Conti Hubner
Andrine da Silva Longaray
Kelen Rodrigues da Veiga
Márcia Borges Umpierre
Liandra Peres Caldasso
Jéssica Fischer
Naila de Freitas Takahashi[2]

A análise sobre os conflitos ambientais têm se constituído em um campo de estudo, cujos esforços fornecem subsídios para compreensão sobre a apropriação dos recursos ambientais, ao mesmo tempo em que explicitam a articulação entre acesso ao meio ambiente e injustiça social. Fenômeno este que naturaliza um conjunto de situações caracterizadas pela desigual distribuição de poder sobre a base material da vida social e

1 Texto elaborado pelo Projeto de Pesquisa "Avaliação de impacto social: uma leitura crítica sobre os impactos de empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás sobre as comunidades pesqueiras artesanais situadas nos municípios costeiros do Rio de Janeiro", com o apoio do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), em virtude do Programa "Pesquisa Marinha e Pesqueira", no âmbito do Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) de responsabilidade da Empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal (MPF) enquanto medida compensatória.

2 Laboratório Interdisciplinar MARéSS – Mapeamento em Ambientes, Resistência, Sociedade e Solidariedade – IO/ICEAC – Universidade Federal do Rio Grande (FURG), *campus* São Lourenço do Sul. E-mail: nucleomaress@gmail.com. Agradecemos a Liliane Oliveira pela contribuição na organização dos dados.

do desenvolvimento. Injustiça e discriminação aparecem na apropriação elitista do território e dos recursos naturais, na concentração dos benefícios usufruídos do ambiente e na exposição desigual da população à poluição e aos custos ambientais do desenvolvimento (PACHECO; PORTO; ROCHA, 2013; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010; ACSELRAD, 2004).

Frente a isto, as pesquisas sobre conflitos ambientais têm demonstrado preocupação em explicitar e dar visibilidade aos grupos sociais que os vivenciam, fortalecendo movimentos sociais e segmentos acadêmicos que possuem compromisso com a busca de outro modelo de sociedade, mais igualitária, tanto no que concerne aos aspectos sociais quanto ecológicos. Nesta perspectiva, mapear conflitos ambientais é parte da proposição de emancipação dos diversos grupos sociais que têm seus modos de vida e seus territórios ameaçados.

> Os mapas criados com base na vivência dos movimentos sociais e populares, das populações tradicionais, das comunidades impactadas pelos grandes projetos de desenvolvimento trazem em si um conhecimento emancipatório na medida em que nascem da luta pela vida e são capazes de evidenciar a diversidade dos povos do campo, das florestas, das águas e das cidades como sujeitos e atores centrais de seus territórios, integrantes das principais riquezas da nação brasileira (CARNEIRO; NETTO, 2013, p.9).

Tal preocupação – teórica, analítica e ética – reverbera sobre uma formulação multidimensional que visa não apenas compreender os elementos constitutivos dos conflitos ambientais, mas os aspectos discursivos e institucionais que naturalizam a apropriação desigual da base material da vida e a degradação ambiental e social em prol da apropriação privada e da acumulação do lucro.

Em síntese, conflitos ambientais são

> [...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do

> território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação dos meios que desenvolvem, ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. Esse conflito tem por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo "acordo simbólico" é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício da prática de outros agentes (ACSELRAD, 2004, p. 26).

No campo simbólico, os conflitos ambientais resultam de argumentos que validam um modelo de sociedade urbano-industrial cujas necessidades são consideradas maiores do que daqueles que mantém o modo de vida tradicional. Neste sentido, não apenas os projetos de desenvolvimento são geradores de injustiças ambientais, mas há um conjunto de regramentos ambientais calcados no *paradigma da adequação tecnológica* que contribuem com certa noção de sustentabilidade, de uma sociedade descolada da natureza. Neste paradigma, compreende-se que a crise ambiental é restrita, ou seja, a crise é apenas ambiental e não civilizatória, para a qual as instituições da modernidade seriam capazes de equacioná-la. Em contraposição, o *paradigma da sustentabilidade* compreende a crise ambiental como parte da crise civilizatória, fato que demanda uma mudança mais profunda na relação sociedade-ambiente e no reconhecimento de outras formas de desenvolvimento (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010; ACSELRAD, 2004).

Calcado neste referencial – cujos conflitos ambientais são analisados sob uma perspectiva distributiva –, temos neste capítulo o objetivo de discorrer sobre os conflitos ambientais vivenciados

pelos(as) pescadores(as) artesanais[3] na zona costeira. Para tal, buscamos compreender inicialmente o processo de constituição destes povos em sua relação com as forças hegemônicas locais, incluindo o Estado. Posto isso, focamos nossas análises sobre os principais conflitos ambientais vivenciados pelos(as) pescadores(as) artesanais na zona costeira na atualidade. As análises focam os conflitos ambientais oriundos da presença de outras atividades econômicas nos territórios tradicionais[4] dos(as) pescadores(as) artesanais, sobretudo após os anos 2000, em que há uma reorganização das atividades econômicas a partir de uma lógica desenvolvimentista globalizada e promovida pelos agentes estatais em articulação com o capital e com a ciência – os agentes da modernidade –, denominado de neodesenvolvimento (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Sem o intuito de esgotarmos a temática, mas ao contrário, a fim de apontar elementos que revelam sua importância e o vasto campo de pesquisa associado a ela, ensejamos contribuir com um olhar amplo sobre o debate "conflitos ambientais e pescadores artesanais", que possibilite vislumbrar os desafios da temática e dar visibilidade a estes(as) pescadores(as), que ao longo do tempo resistem aos processos de expropriação de seu território e dos seus meios de vida. Apesar de não abordarmos a temática a partir do recorte de gênero, ensejamos um primeiro olhar, mas amplo, com vistas a gerar alguns subsídios às análises com recortes mais específicos.

A delimitação de nosso estudo – zona costeira – é justificada por esta ser um mosaico de ecossistemas de alta relevância ambiental cuja

3 Em nosso texto, pescadoras artesanais são as mulheres que atuam na cadeia produtiva da pesca artesanal, podendo se autorreconhecerem como pescadora, marisqueira, mariscadeira, descascadeira, limpadora de peixes, mulher de pescador, quilombola, dentre outros que as identificam como parte da atividade pesqueira.

4 Resgatamos aqui a definição legal de Territórios Tradicionais, oriundo do Decreto nº 6040/2007, como "os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações". Assim, para os(as) pescadores(as) artesanais, seu território envolve tanto as áreas de pesca quanto as áreas de moradia, as áreas necessárias às fainas da pesca e aquelas que orientam sua cultura.

diversidade é marcada pela transição de ambientes terrestres e marinhos que lhe conferem maior fragilidade (MMA, 2010). Igualmente, esta área possui maior pressão populacional – em virtude do processo histórico de ocupação territorial brasileiro – e especificidades em relação às atividades econômicas atualmente em expansão, muitas das quais se apropriam dos serviços ecossistêmicos e de suas características enquanto ambiente de transição, colocando em xeque o meio de vida de inúmeras comunidades de pescadores(as) artesanais que há nestes ambientes seu território.

Não obstante, a zona costeira possui relevância geopolítica, em especial no que tange à integração logística e recursos estratégicos. Portos e exploração de petróleo e gás no ambiente marítimo, dentre outras atividades, conformam a zona costeira. Neste processo em que o desenvolvimento torna-se o cerne da ação do Estado, negam-se direitos aos grupos que historicamente se situam nesse território, em especial, os(as) pescadores(as) artesanais.

Analiticamente, nossas reflexões estão orientadas pelo "Mapa de Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil – o Mapa de Conflitos", cujos resultados foram publicados em Porto, Pacheco e Leroy (2013). Nosso intuito é compreender as especificidades dos conflitos ambientais vivenciados pelos(as) pescadores(as) artesanais. Assim, discorremos inicialmente sobre o processo constitutivo dos(as) pescadores(as) artesanais na zona costeira para, então, apresentar a análise dos conflitos ambientais sobre este recorte.

O processo histórico de constituição dos(as) pescadores(as) artesanais na zona costeira

Os(As) pescadores(as) artesanais integram povos e comunidades tradicionais que se autorreconhecem como tais. Entretanto, diversos outros povos e comunidades tradicionais que utilizam outras denominações – a exemplo de caiçaras, marisqueiras, catadores de caranguejos, ribeirinhos, quilombolas e indígenas – também possuem

a base de sua sustentação na pesca artesanal. Fato que justifica um olhar atento acerca do modo de vida deste conjunto de povos e populações para compreendermos as características dos conflitos ambientais que se reverberam sobre aqueles que possuem na pesca artesanal a manutenção do seu modo de vida.

Diegues (1983) descreve a pesca artesanal como uma atividade socioprodutiva que envolve relações familiares ou de parceria, destinada à captura de organismos aquáticos. Os(As) praticantes da atividade a realizam a partir da aprendizagem cotidiana, o saber-fazer, repassado oralmente pelas gerações anteriores de forma a serem detentores(as) de todo o processo produtivo, envolvendo as etapas de pré-captura, captura e pós-captura. Assim, os(as) pescadores(as) possuem um vasto conhecimento sobre o ambiente: correntes, ventos, marés, tipos de ambiente e ciclo de vida das espécies aquáticas. Os(As) pescadores(as) artesanais detêm parte ou a totalidade dos seus meios de produção. É comum a presença de intermediários, cabendo a estes a decisão sobre o valor de comercialização do pescado. A atividade volta-se à manutenção da reprodução social, e não à acumulação do lucro (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Enquanto uma parte das comunidades pesqueiras detém o reconhecimento legal como população tradicional, outra parte tem sido negligenciada, mesmo que seu processo produtivo seja caracterizado pelo saber-fazer característico desta atividade, bem como características culturais específicas e seus integrantes se autodeclarem como tais. Ou seja, apesar da promulgação em 2007 do Decreto nº 6040/2007, que reconhece populações e povos tradicionais e estabelece o direito a seus territórios tradicionais, pouco se avançou na regulamentação destes direitos quando nos referimos aos(às) pescadores(as) artesanais, fato que resulta na constante negativa sobre sua tradicionalidade e sobre seu território.

Historicamente a pesca artesanal tem sido demarcada por uma

relação imbricada pelo Estado cujos agentes estatais atuam no sentido de reorganizá-la e expropriá-la (SILVA, 1988).

> Foram os indígenas, por seu conhecimento mais antigo dos nossos rios e mares, que forneceram a maior parte das técnicas de pesca utilizadas durante o período colonial. Além disto, muitos grupos destribalizados viviam exclusivamente da pesca. Outros produziam as melhores redes e linhas para pesca. Por outro lado, o negro escravo sustentava a si próprio, no regime de fome ao qual era submetido, pescando nos mangues e nos rios. Ou pescava por profissão, sendo para isto explorado por seu senhor. Vendia o peixe de seu senhor pelas ruas ou nos mercados de peixe. Saía a pescar em alto mar, aonde os índios ainda não haviam ido. É, sobretudo, desses grupos – os grupos oprimidos da sociedade colonial – que trata esta história dos pescadores, no contexto do Brasil Colônia (SILVA, 1988, p.30-31).

Não obstante, ao longo da história, os(as) pescadores(as) artesanais resistem, seja no cotidiano do trabalho, seja como parte dos povos oprimidos (SILVA, 1988) ou organizados em movimentos sociais (THOMÁS; SANTOS, 2016).

A literatura demonstra que, a partir do século XVI, a colonização empreendida pelos portugueses no país "plasmou entre a população rural um modelo sociocultural que, malgrado suas diferenças regionais e as que se podem detectar ao longo do tempo, apresentam características comuns que marcam ainda hoje as comunidades humanas em regiões isoladas do país" (ARRUDA, 1999, p. 81). Modelo com reflexos tanto na ocupação do solo quanto no uso dos recursos naturais e cuja influência está nas práticas indígenas e no caráter cíclico e irregular do avanço dos colonizadores sobre o interior do país (ARRUDA, 1999).

O fato dos portugueses, no período colonial, se dedicarem à exploração intensiva de certos produtos valiosos para o mercado internacional concentrou, em períodos diversos da história, núcleos populacionais e produção econômica de certa envergadura baseados

no trabalho escravo e na monocultura e/ou extrativismo de um único produto. A perda da importância econômica de uma dada região acabava por deslocar o eixo de povoamento, deixando-o ao abandono. Fato que os núcleos populacionais relativamente dispersos e isolados subsistiam em uma economia voltada para autossuficiência, demarcada por uma fisionomia predominantemente indígena (ARRUDA, 1999).

No período colonial, a relação entre o Estado e os pescadores é caracterizada pela cobrança do Estado Colonial, mais ou menos articulado a Portugal sobre parte da produção do pescado. Silva (1988) discorre sobre o pagamento de dízimo em Pernambuco; a concessão estatal para pesca da baleia em diversas localidades do litoral e a organização dos Pesqueiros Reais para provimento dos soldados na Amazônia. No caso de Pernambuco, o autor destaca ainda a instituição, por parte do Governador da Capitânia, da figura do *rei negro* para cada uma das profissões, usando de cooptação e coerção para manter o processo de exploração dos(das) demais pescadores(as). Outro fator relevante, em todo o país, se refere ao monopólio do sal, cujos preços poderiam inviabilizar a pesca dada à dependência desta para a salga da produção. Nesse período, a maior luta dos(as) pescadores(as) artesanais no Brasil colonial se deu contra o monopólio e o preço abusivo do sal (SILVA, 1988).

Durante o período imperial-escravista, entre 1822 e 1889, houve poucas mudanças na realidade dos pescadores artesanais.

> Como qualquer outra classe oprimida, os pescadores não tiveram nenhuma melhoria mais significativa após a emancipação política, pois permaneceram em níveis de vida tão ínfimos quanto nos períodos coloniais. Não se pode esquecer que algumas mudanças ocorreram para os pescadores do século XIX: diversificaram-se as formas de atividades complementares à pesca, aumentou o número de povoados litorâneos formados, sobretudo por pescadores, bem como aumentou o próprio número destes últimos. Por outro lado, novas formas de controle foram

> impostas à produção e à comercialização do pescado, e novos e abusivos impostos foram lançados a estas mesmas atividades, através das câmaras municipais e do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Império. Ao mesmo tempo, atestando a importância da pesca e dos pescadores, tentou-se no segundo reinado, pela primeira vez, regulamentar todos os pescadores brasileiros, além de dividi-los em distritos (SILVA, 1988, p. 98).

Na República Velha, entre 1889-1930, são criadas as Colônias de Pescadores, em 1919. Estas se dão a partir de um duplo processo na relação com o Estado nacional. Em primeiro, o interesse em transformar os pescadores em reserva de guerra, angariado pela Marinha do Brasil. Paralelamente ao interesse no abastecimento de mercados regionais, ou seja, na industrialização da pesca artesanal, de interesse da Agricultura.

> Em primeiro lugar, a modernização instituída através das colônias se refere ao fato de que se fazia necessário adestrar os pescadores numa ética militar e numa nova ética do trabalho, posto que, por um lado, algum treinamento militar era imprescindível aos reservistas navais [...]. Por outro lado, tencionava-se destruir os modos de vida tradicionais antes descritos à medida que se fomentasse uma campanha pela industrialização da pesca no Brasil. Garantia-se, assim, e com poucos recursos, a existência de uma mão-de-obra mais ou menos afeita às lides marítimas para as empresas nascentes e de braços armados para a Marinha de Guerra (SILVA, 2004, p. 42).

Assim, o sistema Confederado – envolvendo Colônias de Pescadores no nível local, Federação de Pescadores no nível estadual e uma Confederação nacional – é criado para atender aos propósitos do Estado (SILVA, 2004). Os presidentes das Colônias, na época, eram pessoas indicadas pela Federação que refletiam tais interesses: militares, funcionários públicos ou comerciantes de pescado. Já a Confederação de Pescadores tinha seu cargo definido pela Marinha de Guerra ou pelo Ministério da Agricultura, a depender do período e continha a

responsabilidade de indicar os presidentes das federações (SILVA, 2004).

Apenas em 1973, por meio de uma Portaria do Ministério da Agricultura, foi instituído que as Colônias seriam organização de classe (SILVA, 2004). Em 1988, na Constituição Federal, as Colônias foram equiparadas aos sindicatos e se estabeleceu a livre associação pelos pescadores. Apesar de não caber mais ao Estado criá-las, até hoje há políticas públicas conduzidas sob uma perspectiva intervencionista, com reflexos na organização dos(as) pescadores(as).

Também nesse período, em que se constituiu o Sistema Confederado até a Constituição de 1988, as Colônias eram um espaço eminentemente masculino uma vez que as mulheres pescadoras, de maneira análoga às trabalhadoras rurais, eram consideradas dependentes dos cônjuges, a quem cabia o pleno gozo dos direitos sociais e previdenciários (MANESCHY, 2013). Assim, o processo de inserção das mulheres nas Colônias, outras organizações e movimentos sociais têm sido um processo de luta e de conquista das pescadoras artesanais.

Outros processos relevantes com reflexos aos(as) pescadores(as) artesanais no período moderno são as transformações na zona costeira oriundos da industrialização e urbanização. O processo de industrialização da pesca é datado do início do século XIX e tem sua consolidação a partir da década de 1930 – quando se ampliam as funções e as intervenções do Estado na esfera econômica –, demarcado pela criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) em 1962 e pela promulgação do Código de Pesca 221, em 1967 (GOULARTI FILHO, 2017).

Nesse processo, os pescadores artesanais foram recrutados como mão de obra em barcos industriais, com uma série de inovações tecnológicas promovendo uma maior capacidade de pesca, resultando em conflitos entre os dois setores (DIEGUES, 1983). Processo mais relevante na zona costeira do sul e sudeste, a industrialização da pesca resultou no colapso dos estoques pesqueiros na década de 1990.

No final desta década, Diegues e Rossman (1997) mapearam 22

áreas envolvendo diversos municípios litorâneos com população inferior a 500 mil habitantes e consideradas representativas da zona costeira com vistas a avaliar impactos ambientais recorrentes e conflitos ambientais[5]. Ao sistematizarem tais informações, Vasconcellos, Diegues e Sales (2007) comentam que em 64% delas foram relatados conflitos ambientais envolvendo a pesca industrial.

É também no período moderno, em especial durante a ditadura militar (1964-1985), que ocorre a implantação de infraestrutura logística e industrialização, com destaque à siderurgia e à atividade petrolífera. Tais processos se articulam à urbanização e expansão imobiliária. Os conflitos ambientais oriundos deste conjunto de atividades envolve poluição e contaminação ambiental, expulsão dos(as) pescadores(as) artesanais de seu território e reorganização de seu processo socioprodutivo.

Duas obras clássicas sobre a pesca artesanal no Brasil discorrem os efeitos sobre os pescadores. Diegues (1983) explicita o processo de urbanização no litoral norte de São Paulo, quando diversos pescadores-lavradores tornaram-se moradores de bairros urbanos e pescadores artesanais exclusivamente, perdendo assim parte de sua atividade produtiva e de sua cultura. Já Kant de Lima e Pereira (1997) retratam o processo de expulsão dos pescadores na praia de Itaipu, em Niterói, no estado do Rio de Janeiro, devido à expansão do turismo de segunda residência. Os pescadores da localidade apontam que atualmente há uma maior precariedade nas condições de vida daqueles pescadores que não resistiram ao processo ou que venderam suas residências. São hoje moradores de áreas de risco (ECOMAR, 2009), ao mesmo tempo em que o processo de resistência daqueles que permaneceram culminou na criação de uma Reserva Extrativista Marinha, estadual, em 2013.

Para os efeitos da industrialização sobre os modos de vida dos

5 Diegues e Rossman (1997) se referem a "conflitos de usos" em sua publicação. Já Vasconcellos, Diegues e Sales (2007), ao compilarem e sistematizarem os dados destes autores, se reportam apenas a conflitos, subdividindo-os em conflitos causados por fatores *externos*, causados por outras atividades econômicas e conflitos *gerados pelos diversos sistemas de pesca e aquicultura*.

pescadores, toma-se como exemplo a Baía de Todos os Santos, no litoral baiano. A região congrega em torno de 300 comunidades pesqueiras predominantemente negras; muitas delas lutam pelo processo de reconhecimento enquanto território quilombola[6]; por seu turno, a exploração de petróleo disputa esse território desde 1958. Articulado à atividade petrolífera, o Polo Petroquímico de Camaçari, complexo industrial instalado na década de 1970, possui uma série de passivos ambientais até a atualidade.

Ainda nas últimas décadas do século XX, as comunidades pesqueiras, em especial no Nordeste, vivenciam a implantação e expansão dos cultivos aquícolas, com destaque para a carcinicultura. As informações sistematizadas por Vasconcellos Diegues e Sales (2007), a partir de Diegues e Rossman (1997), apontam que 86,5% dos núcleos de pescadores vivenciam conflitos ambientais envolvendo o turismo; 54,5%, a aquicultura e 45,5%, a indústria petrolífera.

É também em meados do século XX, especialmente no período militar, que surgem as primeiras Unidades de Conservação de Proteção Integral no país. Seus impactos sobre os modos de vida dos povos e populações tradicionais, em especial, dos(as) pescadores(as) artesanais, caiçaras e quilombolas na zona costeira, são amplamente descritos por Diegues (2009).

Como decorrência dos conflitos ambientais vivenciados pelos(as) pescadores(as) artesanais na época, associado ao processo de redemocratização do país no final dos anos de 1980 e de uma leitura sobre a insuficiência do Sistema Confederado em relação à reivindicação de seus direitos e lutas, surgem movimentos sociais de pescadores que têm a questão ambiental como uma de suas pautas. Silva (1988) reporta que, na década de 1970, pescadores artesanais do litoral pernambucano e alagoano travaram as primeiras lutas contra a poluição das águas devido ao lançamento de vinhoto

6 Veja "Comunidade da Ilha da Maré, com apoio de movimentos sociais e entidades públicas, luta para afirmar identidade, titular territórios quilombolas e combater práticas de racismo e degradação ambiental, bem como atividades portuárias e industriais que põem em risco a alimentação e sobrevivência de 500 famílias". MAPA de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil (2018).

quando da produção de cana-de-açúcar. Organizadas pela Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP), entidade vinculada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tais ações desdobram-se na Constituinte da Pesca, que atuou em prol dos direitos dos pescadores, especialmente sobre a livre organização em 1988. Posteriormente apoiou a constituição do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), com várias organizações estaduais e/ou regionais articuladas a ele (SILVA, 2004).

O MONAPE e outros movimentos de pescadores artesanais – consoantes à necessidade de ampliar os espaços de participação em relação às políticas públicas – participaram de uma série de experiências de gestão pesqueira na década de 1990. São elas: Reservas Extrativistas Marinhas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, experiências que culminaram em sua institucionalização como política pública, parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, ainda que se reverberou em limites à auto-organização dos(as) pescadores(as); Fóruns de Pesca e Acordos de Pesca. Este último, também normatizado pelo IBAMA.

Contudo, o conjunto de experiências em sua maior parte tem sido insuficiente para reverter conflitos e impactos ambientais que envolvem outras atividades econômicas que não a própria atividade pesqueira, restringindo-se à atuação sobre as distintas modalidades de pesca. Tais experiências são gradativamente desestruturadas pelo Estado a partir de 2003 e, com maior intensidade, quando da promulgação da Lei 11.958/2009 (BRASIL, 2009), devido ao deslocamento da participação nos espaços de gestão pesqueira para dois entes do Estado: Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em detrimento da participação dos(as) pescadores(as) artesanais.

Já uma das conquistas das pescadoras artesanais no início do século XXI advém da promulgação do novo Código de Pesca, denominado de Política de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e da Aquicultura (BRASIL, 2009), que amplia a definição de pesca artesanal reconhecendo as(os) trabalhadoras(es) que atuam nas etapas da pré- e da pós-captura, ocupadas principalmente por mulheres (MANESCHY, 2013). Contudo, quando da promulgação do Decreto nº 8424/2015 (BRASIL, 2015), o Estado lhes nega tais direitos, ao

definir a categoria "trabalhadores de apoio a pesca" que insere todas(os) as(os) trabalhadoras(es) que não atuam na captura, o que resulta na perda do direito ao seguro-defeso.

Também nesse período surgem dois movimentos sociais com pautas convergentes: o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) com apoio da CPP (AZEVEDO; PIERRI, 2014) e a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM). O primeiro não apenas explicita os conflitos ambientais vivenciados pelos(as) pescadores(as) artesanais em seus territórios, nas diferentes regiões do país, como se mobiliza denunciando a violação dos direitos dos(as) pescadores(as) artesanais e atua para seu reconhecimento (TOMÁZ; SANTOS, 2016). Já a CONFREM tem atuação nas comunidades tradicionais da zona costeira e atua no fortalecimento e na criação das Reservas Extrativistas Marinhas. Movimentos estes que deflagram uma série de conflitos ambientais empreendidos pelos agentes da modernidade e que lutam pelo reconhecimento e pela constituição dos direitos dos(as) pescadores(as) artesanais.

Conflitos ambientais vivenciados pelos(as) pescadores(as) da zona costeira a partir do mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no brasil

Nossas análises foram elaboradas a partir dos conflitos ambientais referentes aos 17 estados costeiros brasileiros – mapeados e disponíveis no site <https://bit.ly/2EjIymV> – que integram o "Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil"e cuja metodologia para o mapeamento encontra-se descrita em Pacheco, Porto e Rocha (2013).

Após a leitura de cada uma das fichas dos conflitos, selecionamos as que descreviam a pesca artesanal como constitutiva do processo sócio-produtivo dos grupos afetados pelos conflitos, independente dos mesmos se autorreconhecerem como *pescador artesanal*. Consequentemente, além dos pescadores artesanais, selecionamos os conflitos ambientais envolvendo caiçaras, ribeirinhos, catadores de caranguejo, marisqueiras, quilombolas,

indígenas e outros, totalizando 104 conflitos ambientais[7]. Após a espacialização dos conflitos, verificamos que diversos deles não constituíam conflitos relacionados à dinâmica da zona costeira. Aqui selecionamos os conflitos ambientais que envolvem ao menos um município que integra legalmente a zona costeira, conforme Decreto nº 5300/2004 (BRASIL, 2004)[8].

Isto significa que o conflito ambiental pode envolver municípios que não integram a zona costeira, mas se associam a esta ao gerar impactos aos(as) pescadores(as) artesanais ou conter atividades econômicas associadas a outras no interior do país que deflagram conflitos específicos. Um exemplo é a atividade portuária cujo objetivo é o escoamento de minérios (SANT´ANNA JÚNIOR; CARDOSO, 2016) ou os conflitos ambientais advindos da poluição de rios que resultam em mortandade de peixes, diminuição da produtividade pesqueira e outras adversidades em sua foz. Nestes casos, não apenas os municípios situados na costa foram delimitados, mas todos os associados ao conflito ambiental.

Nosso ensejo foi compreender os impactos da zona costeira sem perder sua relação com o interior do país, tendo como referência a costa enquanto ambiente de transição entre o ambiente terrestre e marítimo. De maneira análoga, há atividades marítimas – a exemplo da atividade petrolífera – cujos impactos incidem sobre os territórios dos(as) pescadores(as) na zona costeira.

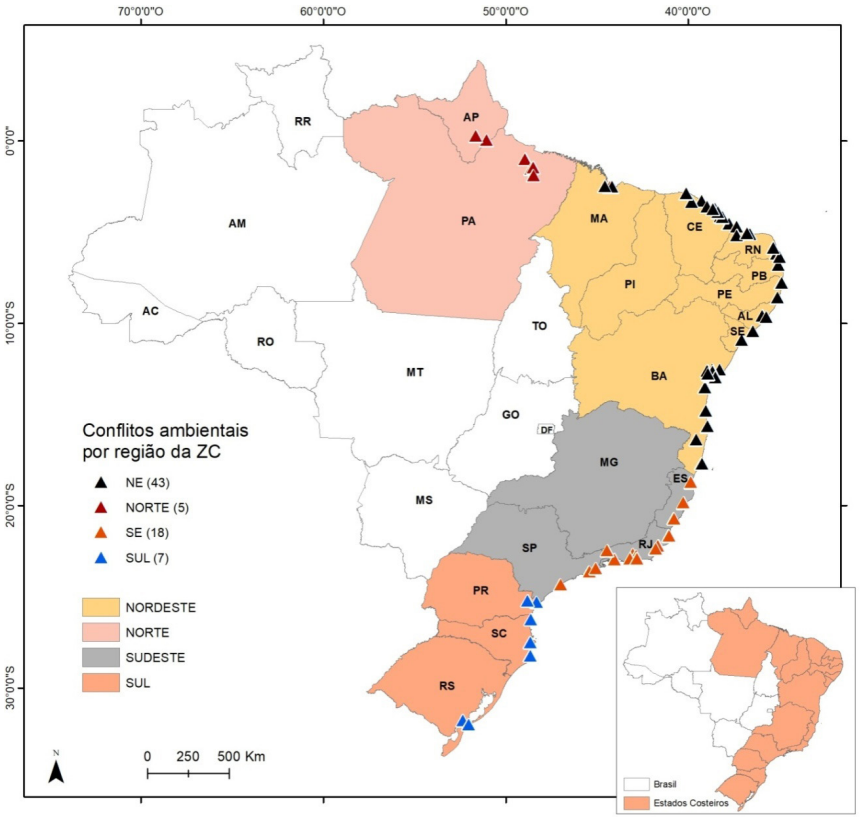
Após o cruzamento dos grupos que desenvolvem a atividade de

7 Contudo, para fins de análises, iremos discorrer de forma genérica sobre o conjunto de grupos sociais que dependem da pesca artesanal como pescadores(as) artesanais, fazendo diferenciação apenas quando quisermos enfatizar um grupo no interior deste. Neste caso, para aqueles grupos que se autorreconhecem como "pescadores artesanais" nos remeteremos a "pescadores artesanais, propriamente dito".

8 São eles: municípios limítrofes ao mar; municípios integrantes de regiões metropolitanas que são limítrofes ao mar; contíguos às capitais e às grandes cidades litorâneas que apresentam conurbação; distantes até cinquenta quilômetros da linha da costa que contemplem, em seu território, atividades ou infraestruturas de grande impacto ambiental na zona costeira ou ecossistemas costeiros de alta relevância; municípios estuarinos-lagunares, mesmo que não diretamente defrontantes com o mar ou aqueles que têm todos os seus limites junto a municípios que atendem os quesitos anteriores. Tais municípios são listados no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) (MMA, 1997).

pesca artesanal com sua ocorrência em ao menos um município costeiro, delimitamos nossas análises sobre 73 conflitos ambientais situados em 16 estados (Figura 1).

Figura 1 – Conflitos Ambientais envolvendo pescadores(as) artesanais na zona costeira.



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dadosdo "Mapa de Conflitos Ambientais envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil".

Após análise das fichas completas por três pesquisadoras distintas e sua categorização no software N-Vivo, sistematizamos as informações em banco de dados contendo, além dos campos descritos por Pacheco, Porto e Rocha (2013), outras categorias que consideramos relevantes no contexto da zona costeira e/ou de nosso interesse, como a inclusão de outras atividades econômicas: atividade portuária, turismo e energia eólica. Também buscamos evidenciar a presença de impactos sob uma perspectiva de gênero. Ou seja, verificamos os relatos que continham o detalhamento dos impactos sobre as pescadoras artesanais. Análises realizadas por Pacheco e Faustino (2013) sobre o conjunto de conflitos ambientais retratados no mapeamento nacional, explicitam que apenas 0,34% envolvem mulheres. A partir da validação do banco de dados, elaboramos tabelas e mapas para subsidiar nossas reflexões. De maneira análoga à Pacheco, Porto e Rocha (2013), as análises aqui expostas não esgotam os conflitos ambientais na zona costeira, mas visam compreender as características comuns e dar visibilidade aos(às) pescadores(as) artesanais por eles afetados.

Outro aspecto relevante é que a sistematização realizada por Pacheco, Porto e Rocha (2013) foi elaborada a partir do resultado do mapeamento realizado até 2009 que posteriormente foi atualizado, contemplando novos conflitos ambientais.

Assim, na pesquisa em tela foram analisados os conflitos ambientais disponibilizados no site até o segundo semestre de 2017, com atualizações em distintos anos. As comparações realizadas, portanto, ocorrem a partir de duas populações: i) uma específica para a totalidade do território nacional e elaborada a partir de todos os grupos sociais que vivenciam tais conflitos e sistematizada até 2009; ii) uma específica para zona costeira a partir dos(as) pescadores(as) artesanais e sistematizada até 2018[9].

a. Contemporaneidade dos conflitos ambientais envolvendo a pesca artesanal na zona costeira: atualização e intensificação

As análises acerca dos grupos sociais envolvidos em um conflito ambiental

9 É importante destacar que há variações do ano de atualização das fichas, sendo a maior parte anterior a 2014.

explicitam que um mesmo conflito pode envolver mais de um grupo social. Dos 73 conflitos ambientais analisados, 57 recaem sobre "pescadores artesanais, propriamente dito" (78%), 24 recaem sobre quilombolas (33%), 20 sobre marisqueiras (27%) e 15 conflitos envolvem povos indígenas de diferentes etnias (20%), conforme a Tabela 1.

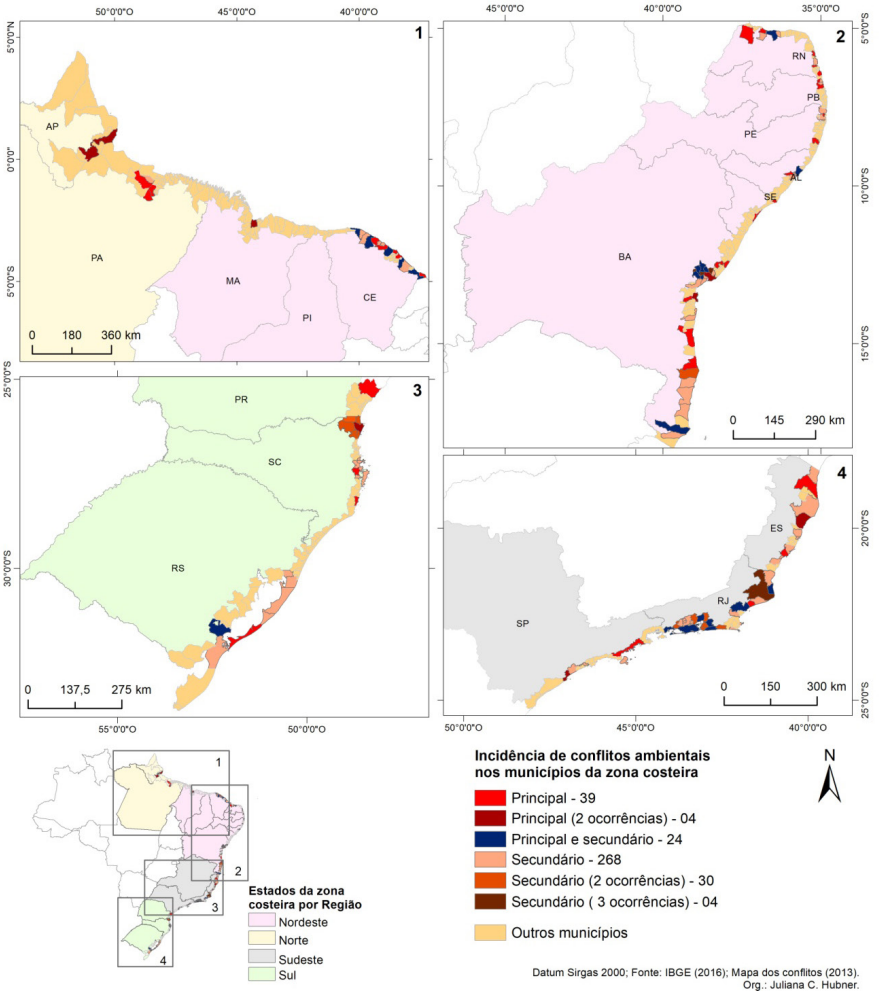
Tabela 1 – Participação dos grupos sociais que possuem a pesca artesanal como meio de vida nos conflitos ambientais da zona costeira (n=73).

Grupo Social	Nº de Conflitos Ambientais	%
Pescadores(as) Artesanais	57	78%
Marisqueiras	20	27%
Caiçaras	10	14%
Ribeirinhos	10	14%
Quilombolas	24	33%
Indígenas	15	21%
Total de Conflitos Analisados	73	

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do "Mapa de Conflitos Ambientais envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil". Um mesmo conflito pode recair sobre mais de um grupo, por isso totalizam mais de 100%.

Os 73 conflitos ambientais envolvendo pescadores(as) artesanais na zona costeira possuem distribuição diferenciada por Estado e por Região, sendo que a região Nordeste contempla 59% dos conflitos mapeados, seguida da Sudeste (25%), Sul (10%) e Norte (7%), estas duas últimas, portanto, com pouca expressividade para análises regionais. Dentre as Unidades da Federação com maior quantidade de conflitos mapeados (Figura 1), está a Bahia (15), seguida do Ceará (12) e do Rio de Janeiro (10). Os conflitos ambientais mapeados incidem sobre comunidades pesqueiras de 369 municípios costeiros. Destes, quatro municípios são definidos como o principal afetado, concomitantemente, por dois conflitos mapeados; outros 22 municípios são afetados como principal município de um conflito e secundário em outro (Figura 2).

Figura 2 – Municípios costeiros em que há conflitos ambientais que se reverberam sobre os(as) pescadores(as) artesanais (n=73)



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do “Mapa de Conflitos Ambientais envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil”.

Se a presença de pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos e caiçaras eram previstas dada a centralidade da atividade pesqueira em seus modos de vida, os dados revelaram importante presença de comunidades quilombolas e indígenas envolvidas nos conflitos ambientais, ao mesmo tempo em que evidenciam a tradicionalidade e manutenção das populações originárias na pesca artesanal. São 17 conflitos envolvendo comunidades quilombolas no Nordeste (12 no litoral baiano), seguidos de quatro conflitos no Sudeste e três no Norte. As populações indígenas são afetadas por onze conflitos no Nordeste (seis no Ceará), três no Sudeste e um conflito ambiental no Sul, especificamente no Paraná (Tabela 2).

Tabela 2 – Participação das comunidades quilombolas e dos povos indígenas que vivem da pesca artesanal em conflitos ambientais na zona costeira (n=73).

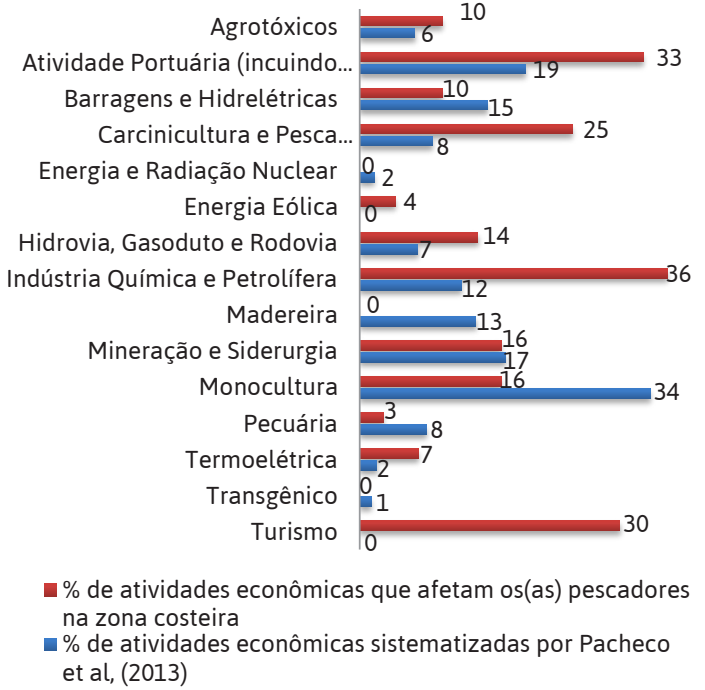
Região	UF	Conflitos /UF (total)	Conflitos /Região (total)	Comunidades Quilombolas	Povos Indígenas
N	AP	2	5	2	0
	PA	3		1	0
NE	AL	2	43	0	0
	BA	15		12	2
	CE	12		1	6
	MA	2		1	0
	PB	1		0	1
	PE	2		0	0
	PI	0		0	0
	RN	6		1	2
	SE	3		2	0
S	PR	1	7	0	1
	RS	2		0	0
	SC	4		0	0
SE	ES	4	18	1	2
	RJ	10		2	0
	SP	4		1	1
Total		**73**	**73**	**24**	**15**
%				**33%**	**21%**

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do "Mapa de Conflitos Ambientais envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil".

As análises revelaram um conjunto de atividades produtivas integradas, cujo processo histórico de ocupação no território associado às políticas

neodesenvolvimentistas de integração e expansão neste início de século XXI, culminam em conflitos ambientais e ameaças à manutenção dos modos de vida dos(as) pescadores(as) artesanais. Dentre eles, há uma maior concentração de conflitos envolvendo indústria química e petrolífera (36%), atividade portuária (33%), turismo (30%)e pesca industrial e carcinicultura (25%), quando comparadas a todo o território nacional sobre distintos grupos sociais[10](Figuras 3 e 4).

Figura 3 – Atividades econômicas geradoras de conflitos ambientais envolvendo os(as) pescadores(as) artesanais na zona costeira (n=73) em comparação àquelas sistematizadas por Pacheco, Porto e Rocha (2013) envolvendo as características dos 297 conflitos ambientais de todo país.

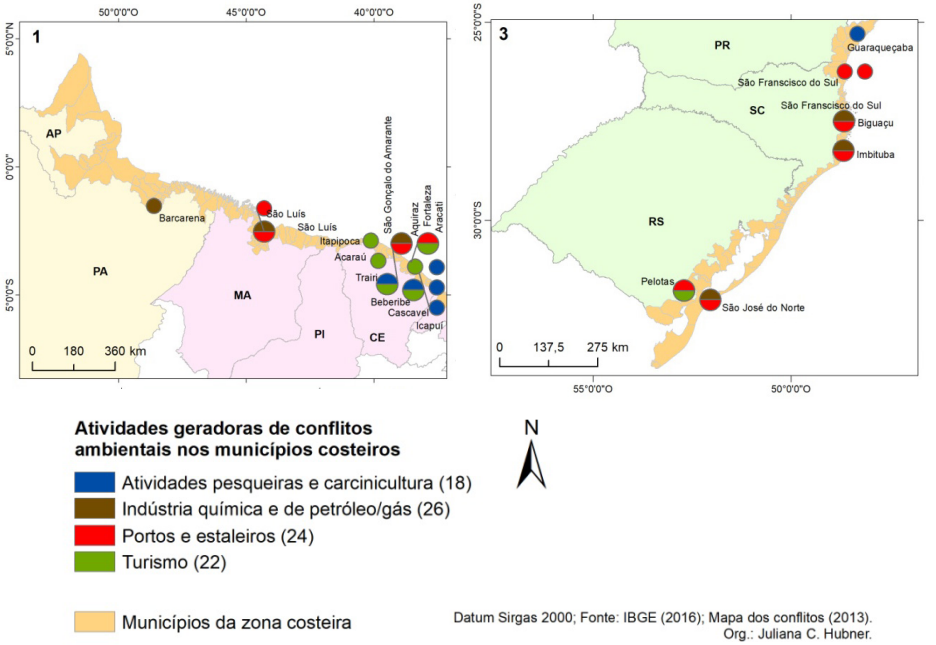


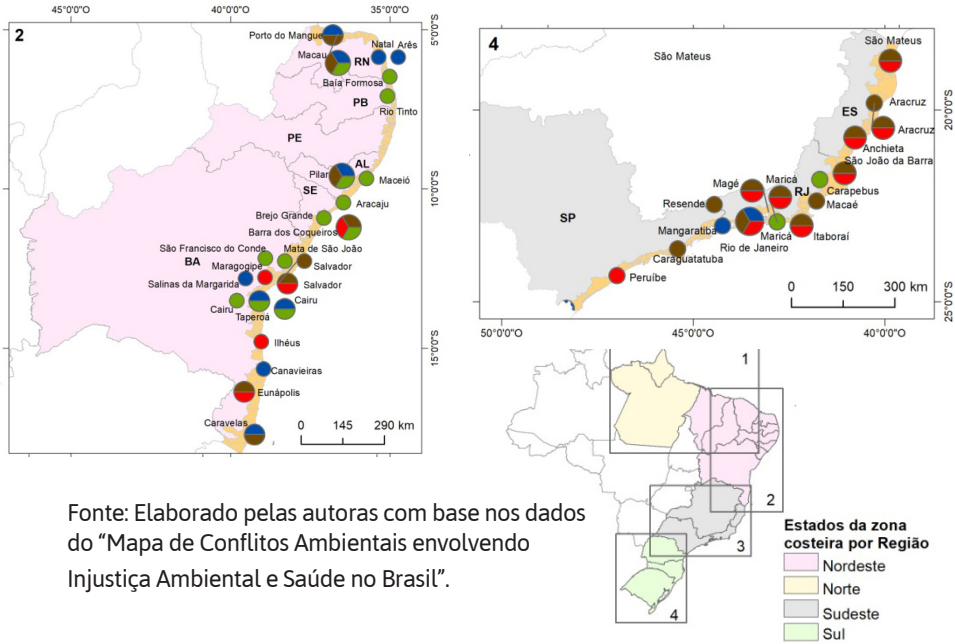
Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do "Mapa de Conflitos Ambientais envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil".

10 Em Pacheco, Porto e Rocha (2013), o turismo está inserido na categoria *outros*, motivo pelo qual em nossas análises consta como 0%.

Após 40 anos das primeiras denúncias envolvendo a poluição dos rios decorrente da monocultura pelos(as) pescadores(as) (SILVA, 1988), os conflitos ambientais persistem em Pernambuco e evoluem para outros estados, conforme exposto por Silva e Walter (2017) sobre a monocultura de arroz e soja no complexo estuarino-lagunar Patos-Mirim, no Rio Grande do Sul. Associado à monocultura (16% dos conflitos), o uso de agrotóxicos ocorre em 10% dos conflitos (Figura 3). Os relatos envolvem tanto os efeitos de sua aplicação nas lavouras quanto, acidentes envolvendo sua fabricação, caso da contaminação da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul, cujo despejo de agrotóxico no município de Resende-RJ teve reflexos até sua foz e área marinha adjacente.

Figura 4– Distribuição dos conflitos ambientais sobre os(as) pescadores(as) na zona costeira envolvendo as quatro principais atividades econômicas relatadas





Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do "Mapa de Conflitos Ambientais envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil".

(n=73)

O fato é que os relatos explicitam a manutenção e intensificação da maior parte dos conflitos ambientais vivenciados pelos pescadores no final do século anterior. Deflagram uma lógica que envolve não apenas a expansão, mas a integração de atividades econômicas. Assim, petróleo, mineração e siderurgia estão articulados à atividade portuária e com matrizes energéticas envolvendo a zona costeira (Figuras 2 e 4), incluindo atividades em que a matriz produtiva está no interior do país. Não obstante, tal reorganização ocorre por meio da instituição de um novo marco político-institucional de forma a ampliar financiamentos, privatizar atividades, flexibilizar a legislação ambiental e trabalhista. Atividades predominantemente destinadas ao mercado externo, em que os bens e riquezas do território são exportados, sem a devida preocupação com os impactos ao ambiente e à saúde nos territórios, que incidem sobre os(as) pescadores(as) artesanais e outros grupos sociais.

Santos, Ferreira e Pena (2018) explicitam os conflitos ambientais

envolvendo o Porto do Açu, no norte-fluminense, destacando a fragmentação do licenciamento do projeto "Minas-Rio" – que aborda de forma isolada a mineração, ferrovia e porto – e o forte aparato policial repressor quando do questionamento dos grupos afetados pelos empreendimentos que envolvem desde o município de Conceição do Mato Dentro-MG até São João da Barra, no norte-fluminense. Este caso explicita uma estratégia bastante comum em diversos relatos: a desinformação sobre os direitos, a destruição de lavouras, dos equipamentos de pesca, a desestruturação de serviços, dos equipamentos públicos e as ameaças àqueles que questionam e lutam pelo seu direito à manutenção dos meios de vida.

Em outras regiões, a exemplo da Baía de Sepetiba na região metropolitana do Rio de Janeiro (ZBOROWASKI; LOUREIRO, 2008), de Anchieta, no Espírito Santo (LOSEKANN; VERVLOET, 2016) e de São Luiz do Maranhão (SANT´ANNA JÚNIOR; CARDOSO, 2016), a estrutura portuária é instalada ou ampliada com vistas ao escoamento de minério, comumente articulando estruturas destinadas à instalação de plantas siderúrgicas e/ou de termoelétricas. Apesar de não constante do Mapa, destacamos os conflitos e impactos gerados aos capixabas devido à ruptura de barragem de rejeitos da mineração pela Samarco em Mariana-MG e cuja lama ainda se faz presente na zona costeira (LOSEKANN, 2018). Enganam-se aqueles que compreendem os impactos da mineração restritos ao interior do país ou às áreas de extração.

Paralelamente, a expansão da indústria petrolífera demarcada pela ampliação da produção nas Bacias de Campos, Santos e Espírito Santo e das descobertas das reservas do pré-sal na área marítima adjacente aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, tem-se um conjunto articulado de atividades envolvendo a instalação de plataformas, gasodutos e oleodutos, aumento do tráfego de embarcações, instalação de refinarias e de portos. Sem dúvida, os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo são aqueles cujos conflitos ambientais e impactos da indústria petrolífera se reverberam com maior intensidade, envolvendo onze dos 26 conflitos relatados (Figura 3). Mas, incidem também sobre outros estados, incluindo não produtores, como aqueles que tiveram estaleiros implantados com vistaà construção de plataformas, caso dos municípios de Rio Grande e São José do Norte, no Rio Grande do Sul (GERHARDT; LOBO; SANTOS, 2014).

Um dos maiores empreendimentos, com grandes questionamentos sobre

sua viabilidade ambiental e sobre o processo de licenciamento ambiental é o Complexo Petrolífero do Rio de Janeiro (COMPERJ), construído em Itaboraí (RJ). Articulador de um conjunto de empreendimentos, que vão desde obras secundárias para recepção de material, implementação de um porto em Maricá, construção de barragem para captação de água para o empreendimento, tem-se aqui, além dos diversos impactos deflagrados pelos(as) pescadores(as), assassinatos e ameaças a suas lideranças. Relatos que deflagram um aumento da intensidade dos impactos na Baía de Guanabara – cuja poluição e riscos ambientais já eram vivenciados desde a instalação da Refinaria Duque de Caxias na década de 1960 e são intensificados conforme exposto pela publicação organizada pelo FÓRUM dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara (2013) e por Vieira, Leal e Martins (2017).

O turismo envolve conflitos descritos principalmente no Nordeste brasileiro (Figura 4). Já os cultivos de camarão e a pesca industrial se dividem entre Nordeste, Sudeste e Sul (Figura 3), sendo o primeiro recorrente no Nordeste. Já a pesca industrial mantém-se como uma ameaça às comunidades pesqueiras do litoral Sudeste e Sul (WALTER et al., 2018; SILVA; WALTER, 2017).

Um aspecto relevante sobre os conflitos ambientais na zona costeira é a presença governamental como facilitadora das atividades econômicas no território, envolvendo 74% dos casos. Além da atuação de órgãos estatais setoriais e dos representantes dos governos executivos municipais e/ou estadual, tem sido comum a flexibilização dos instrumentos e regulações ambientais[11]. Dentre os 73 conflitos ambientais sistematizados, a ausência ou irregularidade no licenciamento ambiental foi relatada em 50 conflitos (68,5%). Em Pacheco, Porto e Rocha (2013), esta ocorrência compreendeu 24,6% dos casos.

Outro aspecto grave é a maior vulnerabilidade[12] das populações tradicionais, em que 39 conflitos ambientais (53,4%) foram agravados devido à ausência de demarcação de seu território tradicional, apesar deste ser um

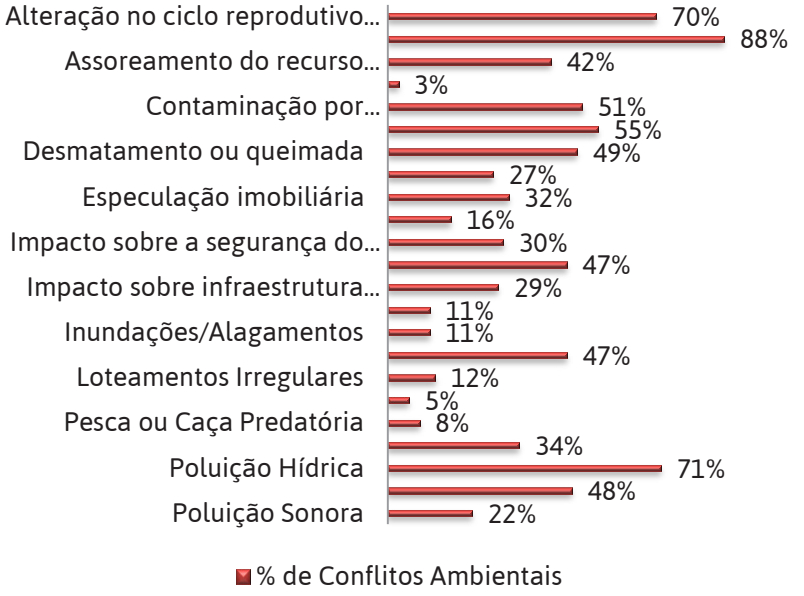
11 Exemplos relatados são planos de manejo de Unidades de Conservação, planos de Bacia Hidrográfica, Planos Diretores e principalmente fracionamento do licenciamento ambiental e/ou irregularidades na sua condução.

12 O conceito de vulnerabilidade é utilizado aqui a partir do referencial da Ecologia Política e sob uma perspectiva relacional, em que determinadas condições resultam em maior pré-disposição a impactos e riscos ambientais.

direito assegurado pela Constituição Federal e pelo Decreto 6.040/2007 (BRASIL, 2007). Condição que resulta na expulsão e/ou o não acesso ao seu território e/ou parte dele e demarca a ausência de regulamentação sobre os direitos dos povos tradicionais. Em Pacheco, Porto e Rocha (2013), a ausência de demarcação do território ocorreu em 40,1% dos casos.

Dentre os impactos ambientais gerados pelo conjunto de atividades econômicas que se reverberam no território, as alterações no regime tradicional de uso e ocupação foi o mais relevante (88%), seguido da poluição hídrica (71%), da alteração do ciclo da fauna (70%), do dano ao patrimônio imaterial e arqueológico (55%) e contaminação por intoxicação a partir de substâncias tóxicas (51%, Figura 5).

Figura 5 – Principais impactos e danos ambientais gerados aos(as)

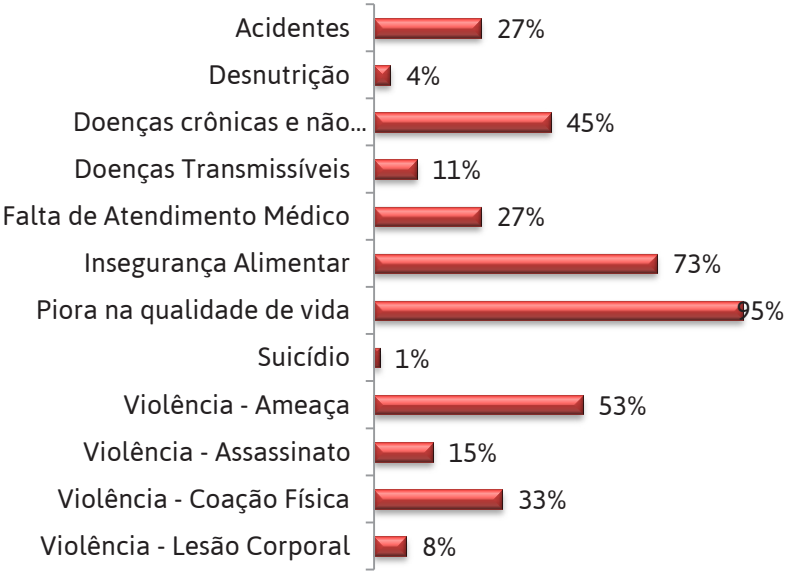


pescadores(as) artesanais na zona costeira, relatados no Mapa.
Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do "Mapa de Conflitos

Ambientais envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil".

Em relação aos riscos e danos à saúde (Figura 6), a piora da qualidade de vida (95%) seguida da insegurança alimentar (73%) são os mais relatados dentre os conflitos ambientais vivenciados pelos(as) pescadores(as) na zona costeira. As ameaças, presentes em 53% dos conflitos relatados, estão associadas a um *modus operandi* que associa ameaças e coação, podendo culminar em assassinatos àqueles que optam por se manter e/ou lutar por seus direitos.

Figura 6 – Danos e riscos à saúde gerados aos(as) pescadores(as) artesanais



na zona costeira, relatados no Mapa.
Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do "Mapa de Conflitos Ambientais envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil".

Por último, destacamos que foram identificados cinco conflitos ambientais envolvendo a criação de Unidades de Conservação de

Proteção Integral na zona costeira. Esta temática é referenciada na literatura sobre pesca artesanal, especialmente a partir da publicação *O mito da natureza intocada* (DIEGUES, 2008) e bastante contundente desde a década de 1970. Recai principalmente sobre as comunidades tradicionais do litoral sul fluminense, paulista e paranaense.

Entretanto, para além das Unidades de Conservação, outros instrumentos da gestão ambiental e seus regramentos resultam em conflitos ambientais junto aos(as) pescadores(as) artesanais, desconstituindo seus modos de vida ao lhe negar uma perspectiva de sustentabilidade (WALTER et al., 2018). Trata-se não apenas de uma dimensão discursiva com capacidade de destituição de um modo de vida, mas uma forma também de escamotear a problemática ambiental, negligenciando os direitos destes grupos ao ambiente de qualidade. Este aspecto não consta nos relatos e não foi objeto do mapeamento, de forma mais específica. Entretanto, merece ser aprofundado em outro momento.

Considerações finais

As análises denotam que o processo constitutivo dos(as) pescadores(as) artesanais na zona costeira brasileira tem sofrido influência de diversos impactos decorrentes da expansão de outras atividades. Em terra e na água, os conflitos ambientais têm sido intensificados a partir do século XXI, envolvendo diferentes atores sociais e atividades hegemônicas, comumente com forte atuação do Estado que, pautado numa lógica desenvolvimentista e na crença da adequação tecnológica, impulsiona a modernização e industrialização. Processo que corrobora com a expropriação de pescadores(as) artesanais de seus territórios tradicionais, essenciais à sua manutenção.

Diante desta constante expropriação territorial e da ausência de mecanismos que garantam o acesso ao território, movimentos sociais dos pescadores artesanais, dentre outras formas de luta, vêm demandando, por exemplo, a criação de Reservas Extrativistas. Condição esta que,

para além da importância da integridade ambiental, deflagra a ausência de outro instrumento, não atrelado à política ambiental, para assegurar a manutenção e o acesso aos territórios tradicionais. Tendo em conta a relevância do território, reitera-se que as Áreas de Domínio da União deveriam assegurar direitos coletivos sob uma ótica social. Ao contrário, essas áreas têm sido apropriadas por atividades econômicas que negam o ambiente e o direito à manutenção dos modos de vida dos(as) pescadores(as) e se apropriam, sob uma lógica privada e excludente, dos serviços ecossistêmicos.

Na análise acerca de impactos e danos – ao ambiente e à saúde – que se desdobre especificamente sobre as mulheres, envolvendo o adoecimento e o aumento da violência, há relatos em apenas três conflitos. Infelizmente, a ausência de menção não significa que as pescadoras não vivenciem outros impactos e danos ou que não haja um agravamento destes quando comparado aos homens, mas sim, que os relatos carecem deste recorte. Fato que explicita a necessidade de estudos que considerem a questão de gênero nos conflitos ambientais.

É importante reiterarmos que os 73 conflitos ambientais analisados não se constituem a totalidade dos conflitos ambientais envolvendo os(as) pescadores(as) artesanais, tampouco a totalidade de atividades econômicas que geram injustiça ambiental que, sem dúvida, são em muito maior quantidade. Contudo, os conflitos ambientais são uma resposta, por parte dos(as) pescadores(as) que resistem e lutam pela manutenção do seus modos de vida, devendo ser compreendidos como um primeiro elemento que nos demanda repensarmos como sociedade.

Assim, reafirmamos que comunidades de pescadores(as) artesanais são dependentes da integridade ambiental e têm tido seus direitos violados graças a um modelo neodesenvolvimentista que ignora sua territorialidade. Pescadores e pescadoras artesanais de toda a zona costeira brasileira lutam diariamente para garantir a manutenção de seus modos de vida: pescam, beneficiam, comercializam e se organizam contra os inúmeros ataques ao seu território e sua cultura. Nem sempre

são ouvidos, mas permanecem resistindo e lutando.

Referências

ACSELRAD, Henri. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro/RJ: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll 2004.

ARRUDA, Rinaldo. "Populações Tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação, p.79-92. *Revista Ambiente & Sociedade*(Online), n. 5, 1999. Disponível em: <https://bit.ly/2ElVoRA>. Acesso em: ago. 20117. _

AZEVEDO. Natalia Tavares; PIERRI. Naína. A política pesqueira no Brasil (2003 – 2011): a escolha pelo crescimento produtivo e o lugar da pesca artesanal, p. 61-80. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 32, dez. 2014.

BRASIL. *Decreto nº 8424 de 31 de março de 2015*. Regulamenta a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente. 2015.

Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasil, 2009.

Lei n° 11.958 de 26 de junho de 2009. Altera as Leis n°7.853, de 24 de outubro de 1989, e 10.683, de 28 de maio de 2003; dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Gratificações de Representação da Presidência da República; e dá outras providências. Brasil, 2009.

Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2007.

Decreto n° 5.300 de 07 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. Brasil, 2004.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; NETTO, Guilherme Franco. Prefácio, p. 9-11. In: PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre.***Injustiça ambiental e saúde no Brasil*: o Mapa de Conflitos.**Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana.*O mito moderno da natureza intocada*. 198p.São Paulo/SP: Hucitec/NUPAUB, 6ª Edição Revisada e Ampliada, 2008.

Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. 292p. São Paulo-SP: Ática, 1983.

ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. 4. ed. 176p., v. 4. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

ROSSMAN, Paulo Cesar Colonna. Caracterização dos Ativos ambientais em áreas selecionadas da zona costeira brasileira. GERCO/MMA.*Relatório de Consultoria*. 140p. 1997.

ECOMAR. *Caracterização da atividade pesqueira no entorno das Ilhas Cagarras*. 274p. Rio de Janeiro: informações para a criação de unidades de conservação, 2009.

FÓRUM dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara. *50 Anos da Refinaria Duque de Caxias e a Expansão da Industria Petrolífera no Brasil*: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o País na Era do

Pré-Sal. 324p. Rio de Janeiro-RJ: FASE. Solidariedade e Educação, 2013.

GERHARDT, Cleyton; LOPO, Rafael; SANTOS, Caio Floriano. Polo Naval de Rio grande: ideologia neodesenvolvimentista, "alternativas infernais" e "autoritarismos tolerantes", p. 345-385. In: ZHOURI, Andréa; VALÊNCIO, Norma. *Formas de matar, de morrer e de resistir*: limites da resolução negociada de conflitos ambientais e garantia dos direitos humanos e difusos. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

GOULARTI FILHO, Alcides. Da SUDEPE à criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: as políticas voltadas às atividades pesqueiras no Brasil, p. 385-412. *Planejamento e Políticas Públicas – PPP*, n. 49, jul./dez. 2017.

KANT DE LIMA, Roberto; PEREIRA, Luciana Freitas. *Pescadores de Itaipu*: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro. 331p. Niterói: EDUFF, 1997.

LOSEKANN, Cristina. "Não foi Acidente!" O lugar das emoções na mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil, p. 67-110. In: ZHOURI, Andréa. (Org.). *Mineração, violências e resistências um campo aberto à produção de conhecimento no brasil*, v. 1, Marabá: Iguana, 2018.

VERVLOET, Roberto. O neoextrativismo visto através dos megaempreendimentos de infraestrutura: as zonas de sacrifícios no Espírito Santo, Brasil p. 231-254. In: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. (Org.). *Mineração na América Latina*: neoextrativismo e lutas territoriais, v. 1. São Paulo: Annablume, 2016.

MANESCHY, Maria. Cristina. Mulheres na pesca artesanal: trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Pará, p. 41-64. In: NEVES, DelmaPessanha; MEDEIROS, LeonildeServolo. (Orgs). *Mulheres camponesas*: trabalho produtivo e

engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. *Panorama da Conservação dos Ecossistemas Costeiros e Marinhos do Brasil*. Brasília-DF: 2010.

MAPA de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil (2018). Disponível em: <https://bit.ly/2RMtBwu>. Acesso em: 31 maio 2018.

PACHECO, Tania; FAUSTINO, Cristiane. A Iniludível e Desumana Prevalência do Racismo Ambiental nos Conflitos do Mapa, p. 73-114. In: PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre. *Injustiça ambiental e saúde no Brasil*: o Mapa de Conflitos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

PACHECO, Tania; PORTO, Marcelo Firpo; ROCHA Diogo. Metodologia e Resultados do Mapa: uma síntese dos casos de injustiça ambiental. In: PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre. *Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil:* o Mapa de Conflitos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 35-71

PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre. *Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil:* o Mapa de Conflitos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

SANT'ANNA JÚNIOR, Horácio Antunes; CARDOSO, Rosiane Mendes. O sistema mina-ferrovia-porto e as lutas territoriais no Maranhão, p. 181-201. In: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola. CASTRO, Edna.(Orgs). *Mineração na América do Sul*: neoextrativismo e lutas territoriais. Coleção Cidadania e Meio Ambiente. São Paulo: Annablume, 2016.

SANTOS, Ana Flávia Moreira; FERREIRA, Luciana Silva Sales; PENNA, Vinicius Villela. Impactos supostos, violências reais: a construção da legalidade na implantação do projeto de Minas-Rio. In: :ZHOURI, Andréa. (Org.). *Mineração, violências e resistências um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*, v. 1, p. 181-225.

Marabá: Iguana, 2018.

SILVA, Ederson Pinto da; WALTER, Tatiana. Pesca artesanal e conflitos ambientais: o caso da zona costeira do Rio Grande do Sul, p. 1-10. *Revista Caribeña de CienciasSociales*, v. 1, 2017.

SILVA, Luiz Geraldo. *Os pescadores na história do Brasil*, v. 1. Colônia e Império. Comissão Pastoral do Pescador. Luis Geraldo Silva (coordenador). Recife-PE, 1988.

. *Caiçaras e jangadeiros*: cultura marítima e modernização no Brasil (1920-1980). 87p. São Paulo-SP: Série e Documentos Relatórios de Pesquisa, n. 1. 2004.

TOMÁS, Alzení de Freitas; SANTOS, Gilmar. *Conflitos socioambientais e violações dos direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil*. 104p. Brasília-DF: CPP. Conselho Pastoral dos Pescadores.2016.

VASCONCELOS, Marcelo; DIEGUES Antonio Carlos. Sant'ana; SALES, Renato Rivaben. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira, p.15-83. In: COSTA, Adriane Lobo. (Org.) *Nas redes da pesca artesanal*. Brasília: IBAMA – MMA, 2007.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo; LEAL, Giuliana Franco; MARTINS, Rodrigo Lemes.Novodesenvolvimentismo e conflitos ambientais na Baía de Guanabara: o Complexo Petroquímico do estado do Rio de Janeiro (COMPERJ) e os pescadores artesanais, p. 271-286.*Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 42, dez. 2017.

WALTER, Tatiana et al. Por uma racionalidade ambiental: Reflexões acerca dos regramentos propostos para a pesca da tainha no estuário da Lagoa dos Patos/RS, p. 31-53. *Ambiente & Educação*, Rio Grande, v. 23, n.1, 2018.

ZBOROWASKI, Marina Barbosa; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Conflitos Ambientais na Baía de Sepetiba: o caso dos pescadores artesanais frente ao processo de implantação do

complexo siderúrgico da Companhia Siderúrgica do Atlântico – Thyssen Krupp CSA, p. 1-20. In: *IV ENCONTRO NACIONAL DE ANPPAS*, 4, 2008, Brasília. *Anais*. Brasília, 2008.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação, p 11-31. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. (Orgs.) *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte/MG: UFMG, 2010.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA PESCA ARTESANAL: UM OLHAR SOBRE O COTIDIANO DAS PESCADORAS DE SERGIPE

Eline Almeida Santos
Rosemeri Melo e Souza

A discussão está centrada na dinâmica dos conflitos socioambientais que configura os embates em torno dos recursos pesqueiros na zona costeira, enfatizando o papel das pescadoras no setor, suas relações com o meio e os principais desafios enfrentados em sua luta cotidiana.

A zona costeira brasileira, estabelecida como patrimônio nacional, no artigo 225 da Constituição Federal, abriga uma variedade de quadros naturais, atividades e usos. Apresenta-se como fonte de recursos para populações locais que dependem diretamente da sua riqueza ecológica, a exemplo dos pescadores artesanais, que têm o modo de vida assentado principalmente na pesca, ainda que exerçam outras atividades, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura. Sua atividade é influenciada pelos condicionantes ambientais (clima, marés, ventos, temperatura, etc.); a unidade de produção é, geralmente, familiar; utilizam embarcações rudimentares e seus instrumentos são elaborados com o auxílio da família e/ou pelos comunitários.

> No Brasil, a configuração do litoral contribui, significativamente, para o desenvolvimento da pesca, uma vez que devido sua extensão apresenta uma série de ecossistemas que varia entre eles: campus de dunas, ilhas, recifes de corais, costões rochosos, baías, estuários, brejos, falésias e baixios. A riqueza biológica dos ecossistemas costeiros faz com que essas áreas sejam grandes "berçários" naturais, tanto para as espécies

> características desse ambiente, quanto para outros animais que migram para as áreas costeiras durante, pelo menos, uma fase do ciclo de vida (MELO e SOUZA, 2007, p. 19).

O alargamento da ocupação, influenciado por vetores do desenvolvimento, tem acarretado interferências na configuração do espaço costeiro. Nota-se o aumento das segundas residências, a expropriação das comunidades locais, a ocupação desordenada (construção de moradias em encostas e manguezais), a substituição de atividades rurais, a concentração de terras e o alargamento dos problemas ambientais incrementados pela insuficiência nos serviços de saneamentos básico. Tais processos corroboram para um cenário de desequilíbrio socioambiental, com a perda da diversidade biológica, o esfacelamento da atividade pesqueira e a intensificação de conflitos, os quais estão exclusivamente ligados ao modelo de sociedade existente. Eles são diversos e correspondem a embates relevantes para a renovação e unidade da sociedade, fazendo parte da trama social.

Na atualidade, existem os conflitos que são desencadeados em torno da natureza, dos recursos naturais, denominados de conflitos socioambientais, que são formados nas tensões pelo acesso aos bens de uso comum e retratam em seu fundamento os problemas gerados pela finitude, a escassez desses bens. Eles expressam a luta entre interesses opostos que disputam o controle dos recursos naturais e o uso do espaço comum; refletem a oposição entre a lógica de mercado e a lógica das comunidades tradicionais.

Little (2001) explicita que os conflitos de cunho socioambiental caracterizam-se como resultantes dos embates entre os grupos sociais que possuem diferentes modos de vida e são configurados quando pelo menos um dos atores sociais participantes tem sua base de sustento e/ou reprodução ameaçada. O autor menciona ainda que o conceito socioambiental abarca três dimensões: o mundo biofísico, caracterizado pelos ciclos naturais; o mundo humano, formado pelas relações e estruturas sociais; e a interação entre os dois mundos, que baliza a complexidade da relação sociedade-natureza. Destarte, os conflitos socioambientais são conflitos sociais que envolvem

a natureza e a sociedade; a cisão entre interesses privados e os interesses coletivos relacionados aos problemas ambientais (SCOTTO, 1997).

Na pesca artesanal, verifica-se o aumento das tensões em torno dos recursos por conta das modificações provocadas pelo modo de produção atual, em que o uso e a apropriação dos espaços comuns passam a ser realizados por agentes econômicos privados (DIEGUES, MOREIRA, 2001; RAMALHO, 2006; RODRIGUES, 2009). Tal situação tem provocado a restrição de acessos, a diminuição da oferta de pescado, a dilapidação do patrimônio natural, entre outros. Na zona costeira sergipana (recorte territorial de estudo), as pescadoras são as mais atingidas pelas transformações ocorridas com a diminuição de sua área de trabalho, posto que, em sua maioria, desempenham atividades no manguezal, ecossistema intensamente atingido pelos processos de modernização do litoral.

Com base nos pressupostos, foram formulados alguns questionamentos, importantes para o desenvolvimento da discussão acerca dos conflitos e o cotidiano das pescadoras, a saber: *Quais são as interferências desses processos na condição de existência das populações tradicionais? Como as pescadoras resistem ao desmantelamento da sua atividade?*

É importante destacar que os pescadores artesanais possuem uma intrínseca relação com o meio, dado que os usos e manejos abarcam os saberes construídos no lidar diário do recurso pesqueiro que corresponde à forma como se manipulam a fauna e a flora, como se classificam as espécies e a ligação com o sobrenatural expressada nos mitos e nas crenças presentes no grupo. As transformações ocorridas nesse ambiente impactam diretamente a dinâmica local das comunidades, por isso a relevância do debate acerca das questões que acirram os conflitos no cotidiano das pescadoras para se pensar em medidas que venham minimizar essas tensões.

Como demonstram Platiau et al. (2005), ao enfatizar que, para existir a prevenção e a minimização de conflitos socioambientais, o primeiro passo corresponde à compreensão dos aspectos que os abrangem. É preciso, pois, identificar os atores e investigar suas posições frente às situações conflituosas.

Logo, o objetivo do estudo em tela é analisar a dinâmica dos conflitos socioambientais em comunidades pesqueiras de Sergipe e seus

reflexos no cotidiano das pescadoras artesanais. Os resultados e análises estão baseados nas pesquisas de mestrado[1] e doutorado[2] realizadas na zona costeira sergipana, cujo tema central foi o papel das pescadoras no espaço pesqueiro. Para o delineamento das pesquisas, foram necessários levantamentos bibliográficos acerca das questões apontadas, levantamento documental e trabalho de campo com aplicação de entrevistas, registros fotográficos, oficinas e mapeamento participativo dos pontos de pesca.

O artigo está estruturado em três seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção, são abordados os aspectos gerais referentes à pesca e à organização espacial das comunidades estudadas. A segunda seção revela o cotidiano das pescadoras, sua relação com o meio e as principais demandas vivenciadas. Já a terceira seção traz o quadro dos conflitos socioambientais nas comunidades analisadas, os atores envolvidos, as relações estabelecidas no uso e apropriação dos recursos naturais. Por fim, as considerações com a explanação acerca da interferência dos conflitos no trabalho das pescadoras e nos possíveis caminhos para que eles sejam reduzidos.

Entre luas e marés: desvelando as comunidades pesqueiras sergipanas

Nas comunidades pesqueiras, o ritmo da atividade é forjado a partir do movimento das águas. A dinâmica do ambiente e do fluxo da maré determinam as estratégias utilizadas e o trajeto a ser percorrido para o trabalho nos pontos de pesca. Ramalho (2006, p. 109) enfatiza tal questão ao

1 Pesquisa defendida em 2012 cujo título foi *(Re) produção social e dinâmica ambiental no espaço da pesca: reconstruindo a territorialidade das marisqueiras em Taiçoca de Fora–Nossa Senhora do Socorro / SE*. Disponível em: <https://bit.ly/2UuoQtl>

2 Pesquisa defendida em 2018 intitulada *Mulheres pescadoras-Mulheres mangabeiras: o desvelar das territorialidades das extrativistas em Indiaroba-SE* cujo objetivo foi analisar as ações femininas no tocante à apropriação de recursos ambientais no município supracitado. A pesquisa contou com apoio da FAPITEC/SE em forma de bolsa.

afirmar que "a compreensão do intercâmbio, maré e circulação de pescados, efetiva-se nas diferentes técnicas usadas na captura dos produtos aquáticos por parte das pessoas que sobrevivem da pesca artesanal", elementos identificados nas falas das pescadoras entrevistadas:

> *Para cada maré e pescado existe uma rede* (L.S., marisqueira da Bolandeira).
>
> *Cada maré corresponde um tipo de peixe. A maré cheia é boa pra pegar a tainha (peixe de veia d'água). Com três dias que cresce a maré não presta porque tá correndo muito* (M.R., marisqueira da Barreira).

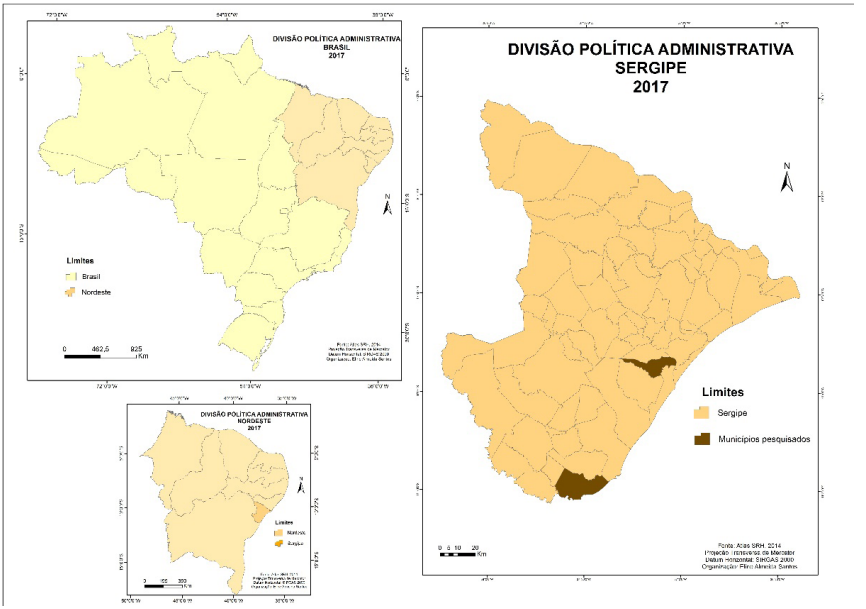
Esse movimento periódico das águas ocorre devido à atração que a Lua exerce sobre a Terra, provocando correntes marítimas que suscitam marés altas e baixas. Assim, durante o dia são registradas quatro variações da maré que incidem diretamente na vida das comunidades que desenvolvem a pesca artesanal.

O recorte espacial do estudo abarcou os municípios Nossa Senhora do Socorro e Indiaroba, localizados na zona costeira sergipana, região Nordeste do Brasil (Figura 1).

Com base no Programa de Gerenciamento Costeiro (GERCO), o litoral sergipano possui uma faixa de 163 km de extensão, compartimentado em três porções: norte, centro e sul. Os municípios investigados encontram-se no litoral norte e sul, respectivamente.

A Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que regulamenta a atividade pesqueira, define pesca como toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros (BRASIL, 2009). Enquanto a atividade pesqueira, indicada no artigo 4º desta mesma lei, compreende todos os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal. Com base nesse conceito, entende-se que a pesca abrange uma complexa cadeia produtiva, não se referindo apenas ao ato de extrair o produto das águas costeiras, ribeirinhas, lacustre, mas as instâncias de produzir peixes, crustáceos, moluscos, de transformar/beneficiar e de distribuir/trocar/comercializar.

Figura 1: Localização da área de estudo



Fonte: Atlas SRH, SERGIPE, 2014.

A pesca artesanal corresponde àquela praticada por um "pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte" (BRASIL, 2009). Explicita-se que a pesca nos moldes artesanais é responsável por grande parte da produção nacional, em razão de atingir mais de 50% da produção. Dessa parcela, as regiões mais expressivas do setor são Norte e Nordeste, pois representam de 75% a 85% do total de capturas, números que indicam seu peso econômico e social com a participação de milhares de famílias dependentes dessa atividade para a sua reprodução social (PROST; SILVA, 2016).

Mesmo apresentando-se como esfera significante para soberania alimentar e para geração de renda de 1.041.967[3] pescadores, o setor

3 Total de pescadores artesanais, segundo dados do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP, 2012).

experimenta um processo de crise que reflete as limitações quanto ao planejamento e à gestão dos espaços pesqueiros; essa tensão "tem acelerado sua precarização, apesar do processo de lutas de seus trabalhadores e da reivindicação junto ao Estado por políticas públicas de trabalho e estímulo ao desenvolvimento do setor" (PROST; SILVA, 2016, p. 40).

No ano de 2016, estavam cadastrados no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira (SisRGP) mais de 31.000 pescadores sergipanos; destes, 64% eram mulheres e 36% homens. Constata-se a presença marcante das mulheres no setor, mas que ainda não reflete em garantias no exercício da atividade, em razão de apresentarem demandas em torno da efetivação dos seus direitos.

Ainda sobre a expressividade da pesca artesanal na zona costeira do estado, dados revelam que, no ano de 2014, gerou aproximadamente 50 milhões de reais para a receita estadual (ARAÚJO et al, 2016), indicando uma participação significativa na geração de renda, alimentos e na reprodução social das populações locais.

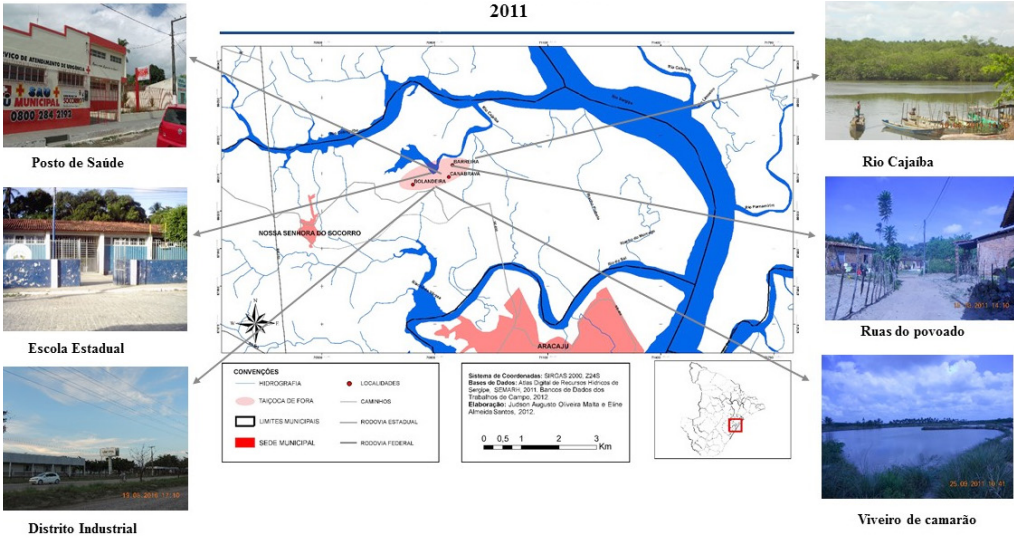
Para o entendimento do quadro geral da pesca no estado, foi fundamental a análise da organização espacial das populações tradicionais que desempenham a atividade, cenários nos quais a atividade está sendo esboçada. Para isso, realizou-se a leitura da configuração espacial das cinco comunidades localizadas nos municípios mencionados, a saber: *Taiçoca de Fora* (Nossa Senhora do Socorro), *Terra Caída*, *Convento*, *Pontal* e *Preguiça-de Cima e de Baixo* (Indiaroba). Essas comunidades têm na pesca a principal fonte de renda e passaram por transformações paisagísticas em consequência da urbanização, industrialização e exploração turística.

A partir de uma leitura espacial que se estende do litoral norte ao sul, a primeira comunidade a ser diagnosticada é a Taiçoca de Fora, localizada no município Nossa Senhora do Socorro, porção nordeste do território sergipano; dista 5 km da capital (Aracaju) e possui uma população residente de aproximadamente 6.000 habitantes[4]. Margeada pelo rio Cotinguiba, afluente do Rio Sergipe, está dividida em três localidades: *Bolandeira, Barreira e Canabrava* (Figura 2).

4 Dados coletados na Unidade Básica de Saúde no ano de 2011.

O povoado Taiçoca de Fora está localizado numa área urbano-periférica que apresenta características rurais, uma vez que a base econômica da comunidade é a pesca. Além disso, uma parte da população desenvolve atividades ligadas à criação de animais para complementar a dieta alimentar da família, como a criação de galináceos e o cultivo de mandioca.

Figura 2: Localização e aspectos da paisagem/Taiçoca de Fora



Fonte: Atlas SRH, 2011; Trabalho de Campo. Organização das autoras, 2017.

Já no extremo sul sergipano, com uma população em torno de 4.000 habitantes (SIAB/SUS, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014), estão localizadas as comunidades *Terra Caída*, *Convento*, *Pontal*, *Preguiça de Cima* e *Preguiça de Baixo*, no munícipio de Indiaroba (Figura 3). Esse município dista 100 km da capital, cujo acesso ocorre pelas rodovias BR 235, BR 101 e SE 318 e está inserido nas bacias hidrográficas do rio Piauí e Real.

Nas comunidades de Indiraroba, além da pesca, a população desenvolve o extrativismo da mangaba (*Hancornia Speciosa* Gomes), a agricultura para a

subsistência e atividades ligadas ao comércio e turismo, principalmente em Pontal, em que ocorre a travessia para Mangue Seco-BA.

O retrato ambiental dos rios que margeiam as comunidades investigadas é preocupante, em razão dos usos desordenados: pesca predatória, desmatamento, emprego de agrotóxicos, efluentes domésticos e industriais, entre outros. Tais fatos têm ocasionado o assoreamento desses rios e a mortandade de animais (peixes, crustáceos e moluscos), repercutindo negativamente na pesca.

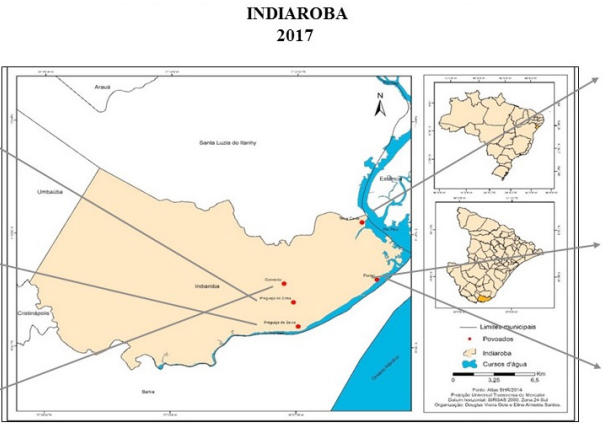
O manguezal compõe o ambiente natural das comunidades pesqueiras em destaque. É importante porque atua na bioestabilização do relevo, na proteção da paisagem costeira e de algumas espécies de animais, "tais como peixes, crustáceos como camarões, siris e caranguejos, e moluscos como a ostra, o sururu, o massunim e a lambreta, de grande importância econômica, constituindo a base alimentar de populações ribeirinhas" (ALVES, 2006, p. 204).

Figura 3: Localização e aspectos da paisagem/Indiaroba

Plantação de Eucalipto/ Preguiça

Escola/Preguiça

Posto de Saúde/Convento



Condomínio/Terra Caída

Porto do Papagaio/Pontal

Mangaba/Pontal

Fonte: Atlas SRH, 2014; Trabalho de Campo, 2015-2017. Organização das autoras, 2017.

A infraestrutura de saneamento básico nessas localidades necessita de ampliação, uma vez que a coleta de resíduos sólidos não abrange todas as ruas. Dessa forma, os resíduos sólidos não coletados são queimados nos

quintais das residências, descartados irregularmente em terrenos baldios ou diretamente no rio, contribuindo para a degradação do ambiente e para a proliferação de animais nocivos à saúde (conforme relatado pela pescadora da Taiçoca de Fora). Além disso, existem ruas sem calçamento e não há rede de esgoto na comunidade. Vale ressaltar que em Indiaroba foi observada a existência de residências com banheiro artesanal (consiste na abertura de um orifício na terra, em que os dejetos são lançados) e até mesmo algumas sem banheiro (Figura 4A e 4B).

> *"Aqui o esgoto é 'a céu aberto'. As crianças ficam doentes com perebas [...], o mau cheiro é grande, por causa da água da lavagem do sururu e do camarão." (M. G. S., marisqueira, Taiçoca de Fora-N.S. do Socorro).*

As comunidades dispõem de energia elétrica fornecida pela Energisa (Nossa Senhora do Socorro) e pela Companhia Sul Sergipana de Eletricidade (SULGIPE). Já o abastecimento de água é realizado pela Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO); no caso do povoado Preguiça, o abastecimento ocorre por meio da canalização de um poço presente na comunidade. Existem residências que utilizam, além da água fornecida pela DESO, a água de poços artesianos.

Figura 4: 4A-Lançamento de resíduos domésticos nas margens no rio Cajaíba-Taiçoca de Fora, Nossa Senhora do Socorro. 4B- Banheiro artesanal-Preguiça –Indiaroba/SE

Fonte: Trabalho de campo, 2011.

No quesito educação, nas comunidades são ofertadas vagas para o Ensino Fundamental. Os moradores que cursam o Ensino Médio deslocam-se, principalmente, para Aracaju e Indiaroba. É importante destacar que, nessas comunidades, as pescadoras apresentam baixa escolaridade, que pode ser explicada pelo distanciamento existente entre o currículo escolar e o calendário pesqueiro. Como não há uma integração entre o currículo e a realidade pesqueira, muitas pescadoras são obrigadas a abandonar a escola, havendo assim um elevado índice de evasão escolar.

Quanto aos serviços de saúde, os habitantes locais contam com atendimento de especialidades básicas (clínico geral, por exemplo) e odontologia. Os casos com maior gravidade são encaminhados para os municípios de Estância e Aracaju.

Os dados apresentados integram o panorama geral das comunidades pesqueiras investigadas (as especificidades no tocante à mulher na pesca serão esboçadas na seção seguinte).

Mulher e pesca: o cotidiano das extrativistas sergipanas

Todo dia acordo cedo com o galo a cantar.
Me arrumo bem depressa para não me atrasar.
Pego logo minhas ferramentas.
Ponho na bolsa um pouco de farinha, água e sal para maré levar.

Peço a Deus que me acompanhe e do mal me livrar.
Saio com minhas colegas no barco para o rio atravessar.
Ao chegar a meu destino, pego o pano e amarro na cabeça.
Visto minha roupa de trabalho.
Meu repelente gás para dos mosquitos me livrar.
Não sou doutora, nem advogada, mas passo o dia assentada para meus alimentos na minha mesa não faltar.
Minha caneta é uma vara, porque não tive oportunidade de estudar.
Assovio, canto e louvo para o aratu pegar.
Chego em casa, mato, cozinho, quebro bem direitinho para osso no catado não ficar.
Ainda chega o cambista com 15,00 reais em um quilo de catado pagar.
Todo dia é a mesma coisa, mas da vida não tenho o que reclamar.
(J.G. dos S., marisqueira e catadora de mangaba, Indiaroba)

O cotidiano permite que as práticas desenvolvidas no espaço pesqueiro sejam reconstituídas. Funciona como uma lente que amplia o entendimento das relações instituídas no grupo social. Engloba a escala local, na qual as tramas sociais são construídas, a escala da experiência, "de resistência ao processo de dominação" (COSTA; BRUSCHIN, 1992, p. 51).

Adentrar o espaço pesqueiro é se aproximar das questões que dão sentido aos grupos estabelecidos nesse espaço, as quais podem ser apreendidas da escrita de J.G. dos S., mulher que tem no extrativismo a fonte de sobrevivência e os elementos que constroem a sua identidade. De forma poética, ela tenta descrever o seu cotidiano, marcado pelo paradoxo entre a negação das suas espacialidades e da sua afirmação enquanto sujeito que resiste à opressão. Ela expõe a sua jornada diária num espaço representado socialmente como masculino.

"A pesca é um mundo masculino. O alto mar é o mar de fora, o espaço público, dos homens. A praia é o mar de dentro, o espaço privado, a casa, das mulheres" (MELO; LIMA; STADTLER, 2009, p. 6). As representações que permeiam a atividade pesqueira classificando

espaços masculinos e femininos desenham relações desiguais de gênero, nas quais os espaços são hierarquizados conforme a diferenciação sexual. Incutem a lógica de que as características biológicas (naturais) são responsáveis pela existência de atividades masculinas e femininas (culturais). Piscitelli (2009) chama atenção para a questão, ao destacar que a diferença do trabalho não tem relação com a diferença biológica, mas com a divisão sexual do trabalho que coloca a mulher num lugar de subordinação, oposição.

A divisão sexual do trabalho traduz uma relação de poder dos homens sobre as mulheres; contribui para que os homens continuem a dominar o espaço público, limitando a participação feminina na pesca e não reconhecendo a sua contribuição na produção e reprodução (MELO; LIMA; STADTLER, 2009).

Nas comunidades analisadas, o trabalho está organizado em dois eixos: *terra* e *água*. As mulheres, autodefinidas como marisqueiras, embora desenvolvam atividades nas águas (pesca no rio), desempenham mais atividades de terra (às margens de rios e no mangue, extraindo moluscos, crustáceos, além das tarefas domésticas). Quanto aos homens, predomina o trabalho na água (no rio). Ressalta-se que em Indiaroba as mulheres também trabalham no extrativismo da mangaba (terra) e os homens na colheita de coco, como caseiros (terra) e no mar (água). Nessa configuração, couberam às mulheres as atividades menos valorizadas pelo grupo, consideradas de ajuda, complementar, leves. Como pode ser observado na fala do pescador quando indagado sobre a existência de diferenças entre a pesca masculina e feminina:

> *Rapaz, sim, né! Eu acho a diferença da mulher, porque a mulher só pesca aratu, pega um sirizinho, fácil né?!"* (P. B. de J, pescador, Pontal)

As ideias de "trabalho fácil", de complementaridade que permeiam o trabalho feminino na pesca repercutem nos rendimentos das pescadoras, com a redução do peso econômico dos recursos advindos

do extrativismo realizados por elas (MOTA et al., 2011). Em Nossa Senhora do Socorro e Indiaroba, as pescadoras trabalham no complexo estuário-manguezal de três a cinco dias. Elas desenvolvem uma dupla, tripla jornada de trabalho, por conta da pesca (extração, beneficiamento e comercialização), da realização dos afazeres domésticos e educação dos filhos. A carga horária de trabalho é longa e exaustiva, chegando a mais de 11 horas/dia voltadas à pesca; obtêm com o seu trabalho uma renda mensal entre R$ 150,00 e R$620,00, aproximadamente.

O panorama apresentado comprova a desvalorização do trabalho feminino na pesca, em que o seu esforço diário não é recompensado financeiramente, situação que reflete na qualidade de vida dessas mulheres, pois os rendimentos adquiridos não suprem as necessidades básicas de suas famílias. Ademais, a falta de organização contribui para que sejam dependentes das ações de cambistas (atravessadores), que determinam o valor do seu trabalho e o que deve ser capturado no manguezal, isto é, o ritmo da pescaria na comunidade.

A hierarquização de gênero tem primado por negar a contribuição feminina no setor, minar conquistas, dificultando a efetivação dos seus direitos. Embora existam mulheres que sejam responsáveis pela maior parcela do provimento familiar, as relações desiguais de poder tendem a refutar o seu trabalho, impossibilitando o acesso aos recursos, à saúde, moradia, capacitação e ao financiamento de projetos, situações que marcam a realidade das pescadoras, sujeitos dessa análise.

Apesar do número significativo de mulheres registradas nas colônias[5] (78,4% de uma amostra de 37 pescadoras) que abarcam a área de estudo, foi constatada a existência de mulheres que não possuem o registro de pescadoras profissionais (21,6%), ainda que vivam exclusivamente da pesca. Tal questão traz sérios impasses para essas trabalhadoras, já que as impedem de ter acesso à aposentadoria, seguro por acidente, auxílio-doença, seguro-defeso, entre outros.

5 Colônias em que estão registradas as pescadoras da Taiçoca de Fora- Z-1 (Aracaju), Z-6 (Nossa Senhora do Socorro) e das comunidades de Indiaroba- Z-3 (Santa Luzia Itanhi), Z-4 (Estância) e Z-11 (Indiaroba).

O não recebimento do seguro-desemprego, direito concedido no período de defeso, foi um dos problemas mais relatados pelos pescadores das localidades. Alguns deles apontaram que, devido à desarticulação dos órgãos responsáveis pela organização da pesca nacional, tiveram o seu registro cancelado ou suspenso. Existem ocorrências de pescadoras que estão há anos sem receber o seguro:

> *Rapaz, o meu, desde quando encrencaram o meu documento, eu não recebo mais nenhum. Tem o quê? Uns sete anos que eu não recebo o seguro.* (G.C. S., marisqueira, Terra Caída)

Os impactos negativos das relações de gênero na vida dessas mulheres são evidentes, em virtude das dificuldades que sofrem ao acessar as colônias para obtenção do registro de pescadoras e de serem atendidas por políticas que contemplem as suas demandas. Portanto, é preciso elaborar políticas públicas voltadas para as especificidades das pescadoras, para que vivam com mais dignidade e não sejam reféns das instabilidades do mercado, nem dos atravessadores. Ademais, tona-se necessário o estímulo à organização política com o surgimento de lideranças e a formação de sujeitos políticos que possam lutar por um projeto de pesca participativo e sustentável.

A inserção da mulher na pesca ocorre nos primeiros anos de vida, quando esta passa acompanhar a mãe na labuta diária. Ramalho (2006) afirma que "as mulheres exercem um papel fundamental na formação de novos trabalhadores da pesca artesanal: o da socialização de seus filhos na atividade de pescaria" (p. 136), ou seja, "a mãe é quem cumpre as primeiras cerimônias de apresentação e integração dos filhos ao trabalho de pescaria" (p. 137).

A iniciação de homens e mulheres na pesca a partir dos ensinamentos da mãe foi percebida nos relatos das entrevistadas. No caso dos homens, a mãe apresenta-lhes as primeiras lições e, quando maiores, passam a acompanhar o pai nas pescarias. Elas também informaram que aprenderam observando vizinhos, parentes e amigos no desenvolvimento da atividade. Esses aspectos foram ressaltados por Diegues (2007), ao afirmar que a aquisição

do conhecimento na pesca ocorre quando os mais velhos tentam passar para os mais novos valores como a responsabilidade, o conhecimento das várias artes de pesca, a preparação e entralhe da rede. Os saberes fundam-se no aprendizado das atividades no setor através da observação do que o outro faz e, geralmente, não envolvem palavras; são resultantes de práticas cognitivas e culturais que englobam uma trama de relações, definindo e estruturando a atividade.

Alencar (1993) revela, além disso, que a participação da mulher na pesca é possível porque ela é detentora de um saber adiquirido na sua prática. Ela faz parte do universo pesqueiro, de uma totalidade, que a permite acompanhar e participar das atividades do grupo. Ela realiza a pesca, mas precisa superar as distinções estabelecidas pela ótica de gênero que o grupo faz para que possa se realizar como ser social.

Com relação à prática pesqueira, as pescadoras saem em grupo, geralmente, com familiares e/ou vizinhos. Nos últimos anos têm se deslocado para pontos mais distantes, por causa das ações antrópicas negativas que têm provocado mudanças no espaço pesqueiro, dentre elas, a diminuição das espécies. Em virtude disso, realizam a pesca em vários trechos do complexo estuário-manguezal dos rios Sergipe, Piauí e Rio Real. No caso das extrativistas de Indiaroba, também praticam a pesca em pontos localizados no estado da Bahia.

Quanto ao acesso, a maioria caminha até as áreas de extração e o percurso pode durar mais de uma hora; outras utilizam canoas a motor e/ou a remo. Quando não possuem embarcação, utilizam a de vizinhos ou parentes, dividindo o valor do combustível com a tripulação. No povoado Taiçoca de Fora, existem aquelas que alugam a embarcação. Segundo os pescadores, o aluguel da canoa acontece com maior frequência quando a pescaria não está boa para peixe.

Dentre os animais capturados pelas marisqueiras, destacam-se o aratu (*Goniopsis cruentata*), o massunim (*Anomalocardia brasiliana*), o siri (*Callinectes* spp.), a ostra (*Crassostrea* spp.) e o sururu (*Mytella* spp.). É importante salientar que na Taiçoca de Fora o sutinga (*Mytella charruana*) aparece como a principal fonte de renda da comunidade,

pois mais de 90% das pessoas que aí residem dependem da coleta do marisco. Na extração do sutinga há uma divisão do trabalho, sendo os homens responsáveis pela coleta e as mulheres, em sua maioria, pelo seu beneficiamento e comercialização.

Para a captura das espécies, manipulam apetrechos e desenvolvem técnicas fundadas através dos saberes tradicionais, elementos identificados no poema apresentado no início da seção e na fala da marisqueira de Convento.

> *Minha caneta é uma vara, porque não tive oportunidade de estudar.*
> *Assovio, canto e louvo para o aratu pegar" (J.G. dos S., marisqueira e catadora de mangaba, Indiaroba).*

> *[...] A gente sobe na gaiteira, bota o balde lá no chão e bota linha e pega umas folhas [...] esbagaça nas mãos [...] sacode e faz lururururu [...]. Aí quando o aratu tá bom já de pegar, eles vêm tudo, a gente avôa, eles pega na isca [...]. Quando ele garra na isca a gente joga no balde.* (A. R. de O., marisqueira do povoado Convento)

O beneficiamento dos recursos pesqueiros ocorre logo que a marisqueira chega à sua residência e/ ou após a realização das tarefas domésticas. Essa etapa é realizada individualmente ou com a ajuda de vizinhos e da família, principalmente as filhas participam desse momento. Devido à falta de estrutura e de organização, ele acontece de forma rudimentar, em condições mínimas de higiene. Na Taiçoca de Fora, são utilizadas latas de tinta para o cozimento do marisco. Além disso, não existe um local específico para a realização do beneficiamento, efetuando-se em qualquer ponto, nas residências ou nas ruas dos povoados (Figuras 5 e 6).

O material beneficiado é embalado em sacos plásticos de 1 kg e armazenado na geladeira. Por não existir uma estrutura que atenda à produção local com instrumentos que possam ser utilizados para a conservação e meios para transportá-lo para mercados mais distantes (MALDONADO, 1986),

a comercialização do recurso pesqueiro acontece de forma desorganizada. Em consequência disso, comercializam na comunidade, em feiras e/ou com atravessadores, sendo o pagamento, em sua maioria, à vista.

Figuras 5 e 6: Beneficiamento de recursos pesqueiros em comunidades extrativistas sergipanas

Fonte: Trabalho de campo, 2011/2016.

Assim, o cotidiano das marisqueiras é configurado na oposição entre subjugação e luta, escala na qual enfrentam condições precárias de trabalho, da captura à comercialização. Essas mulheres estão suscetíveis a doenças, devido à exposição ao sol e por utilizar substâncias inapropriadas à pele, a fim de se protegerem de insetos presentes nas áreas de trabalho (*Meu repelente gás para dos mosquitos me livrar).* É a escala da mudança, marcada pela resistência ao desmonte da sua atividade, enfrentando os conflitos desencadeados no uso e apropriação dos recursos pesqueiros.

"*O rio é de todos!*": mapeando os conflitos socioambientais em comunidades pesqueiras sergipanas

Na afirmação que intitula esta seção "O rio é de todos!", permeia a legitimação de um modo de vida fundado na coletividade (ponto apreendido da fala da marisqueira S. P, da Taiçoca de Fora, ao ser indagada sobre a atividade pesqueira).

Os pescadores artesanais compreendem um grupo em que o modo de vida é tecido nos espaços comuns, territórios nos quais o uso e a apropriação dos recursos acontecem coletivamente a partir de normas construídas no seio social do grupo. Nele, é estabelecida a noção de que os recursos compartilhados devem ser usados com parcimônia, pois deles dependem a sua reprodução social e simbólica. Outrossim, o seu modo de vida contribui para a proteção dos ecossistemas e para biodiversidade local (DIEGUES; MOREIRA, 2001).

Conforme apresentado ao longo da discussão, o modo de vida das pescadoras artesanais, na atualidade, passou a ser ameaçado pelos impactos oriundos de outras formas de apropriação – a estatal e a privada, o que tem desencadeado conflitos. Para Rodrigues (2009), o conflito ambiental expressa o choque entre a lógica local, direcionada para a sustentabilidade e a reprodução de um grupo social, e uma lógica exógena ao lugar, que considera o espaço como fronteira de recursos. Dessa maneira, os conflitos ambientais são gerados quando os projetos

externos violam os direitos das populações tradicionais, colidindo diretamente com a existência desses grupos.

Os conflitos socioambientais envolvem sujeitos sociais que lutam por seus projetos de vida; estes integram grupos que, em regra, são politicamente marginalizados. A visibilidade das demandas desses grupos, dos conflitos vivenciados por eles ocorre a partir da capacidade política dos atores envolvidos em torná-los públicos (VIANNA, 2008). Os conflitos socioambientais representam um campo de estudo e de ação política (LITTLE, 2001), já que desvela a crise de um modelo de sociedade e a luta de grupos tradicionais pelo reconhecimento dos seus projetos específicos de propriedades.

O estudo dos conflitos socioambientais torna-se possível a partir da análise dos atores sociais, os quais constituem peças-chave para sua efetivação e quando se busca a compreensão dos interesses específicos dos atores participantes. Logo, para que o entendimento do conflito seja válido e confiável, é preciso entender em quais posições os atores se situam e quais os objetivos de cada um (PLATIAU et al., 2005).

Assim, para a obtenção de dados e informações acerca dos conflitos nas áreas investigadas (Quadro 01), foi fundamental a participação dos envolvidos na atividade pesqueira (pescadores, lideranças comunitárias e gestores), mediante a aplicação de entrevistas e oficinas participativas.

O quadro 01 apresenta os atores envolvidos nas disputas em torno do controle dos recursos naturais e os problemas gerados pelas interferências antrópicas no espaço da pesca artesanal. O referido quadro mostra como as diferenças de perfis entre atores sociais nas localidades, resultantes de jogos de interesses diversos em áreas de potencial ecológico e econômico relevantes (como é o caso do estuário e do manguezal) contribuem para o acirramento dos embates no espaço pesqueiro.

Na arena em que os conflitos são desencadeados, o Estado exerce um papel de destaque, pois tem sido um dos principais agentes transformadores da zona costeira, com a inserção de projeto

macrovetoriais de desenvolvimento regional de turismo, infraestrutura, ocasionando impactos sobre as comunidades (PROST; SILVA, 2016).

Quadro 1: Configuração dos conflitos socioambientais em comunidades pesqueiras sergipanas

Atores em conflito		Dinâmica do conflito	Problema central
Institucional (governamental)	Pescadores x Governo do estado	Transformação espacial com investimentos em infraestrutura para o crescimento econômico no litoral e a promoção de novos usos.	Aumento da ocupação com desmatamento do manguezal e turismo desordenado.
	Pescadores x IBAMA	Fiscalização do cumprimento das normas referentes aos modos de pesca.	Distanciamento entre os atores.
	Pescadores x Petrobras	Apropriação dos espaços da zona costeira utilizados por comunidades pesqueiras artesanais e perigo de lançamento de resíduos no rio.	Redução do potencial pesqueiro
	Pescadores x Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro	Ocupação de áreas costeiras e perigo de lançamento de resíduos no rio.	Poluição por efluentes industriais

Atores em conflito		Dinâmica do conflito	Problema central
Institucional (não-governamental)	Pescadores x Colônias	A atuação não ocorre de maneira efetiva na defesa dos pescadores e, por isso, eles não conhecem seus direitos. As mulheres não se sentem representadas	Distanciamento entre os atores; desigualdades de gênero
Não Institucional	Pescadores x Pescadores	Competição pelos espaços de pesca.	Redução do potencial pesqueiro
	Pescadores x Proprietários de terras	Proibição do acesso a antigos pontos de embarques e desembarques pesqueiros	Ameaça a continuidade da atividade pesqueira
	Pescadores x Proprietários de viveiros	Desmatamento de áreas de manguezal e restinga	Ameaça a continuidade da atividade pesqueira

Fonte: Trabalho de campo, 2011/2017. Elaboração: SANTOS, E. A, 2017.

O aumento da ocupação nas áreas analisadas atesta a ação estatal na zona costeira, com a implantação da política habitacional e a expansão da indústria sergipana para o interior na década de 1980 (Nossa Senhora do Socorro); além de financiamentos a eixos estruturantes do espaço, provenientes do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste em Sergipe (PRODETUR), a exemplo da pavimentação da rodovia SE-100, da construção da ponte Gilberto Amado, que liga o povoado Porto do Mato Estância ao povoado Terra Caída, em Indiaroba.

A expansão urbana tem ocasionado a ocupação de trechos de rios, contribuindo para o desmatamento do manguezal, poluição dos recursos hídricos e segregação dos pescadores. Aliada a isso, ocorre a restrição a antigos caminhos que dão acesso às áreas de pesca, situação que tem gerado indignação aos pescadores e pescadoras, principalmente de Indiaroba, pois com o aumento do fluxo turístico, a concentração fundiária e a construção de empreendimentos imobiliários foram proibidos de atracarem em alguns portos – antigos locais de embarque e desembarque do pescado (Quadro 01).

Com intuito de tentar romper esse quadro, os pescadores (em 2005) e as catadoras de mangaba (em 2009) iniciaram o processo de luta pela Reserva Extrativista (RESEX) Litoral Sul[6]. A RESEX Litoral Sul ainda está em discussão e muitos são os entraves que impossibilitam a sua concretização, a exemplo da desapropriação de terras que gera conflitos entre os proprietários e o poder público. No entanto, em novembro de 2017, os pescadores e as catadoras de mangaba foram convocados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) para mapear os seus territórios de vida e, assim, definir a concessão de direito real de uso das áreas que pertencem à União.

Na relação direitos das populações tradicionais e a atuação do Estado, fica evidente a ambiguidade da ação deste, que cria instrumentos para mitigar os problemas ambientais e ao mesmo tempo concede licenças para a exploração de espaços de uso comum, reforçando a realidade complexa dos conflitos.

No povoado Taiçoca de Fora, as fábricas localizadas no Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro aparecem como o principal agente promotor de impactos negativos para a pesca. Os pescadores percebem as fábricas como uma ameaça para a continuidade da atividade,

6 De acordo com o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza), a Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000).

uma vez que provocam problemas ambientais, como poluição da água e do solo, resultando na diminuição do pescado e dos mariscos (Quadro 01).

> *Quem polui "é as fábricas", que está aí montada no João Alves [conjunto habitacional localizado em Nossa Senhora do Socorro]. Precisa de muita atenção com essas fábricas, senão "nós vai passar" a não ter nada do rio* (J.A, pescador da Bolandeira).

As mulheres relataram que o mangue exala "um cheiro forte de gás", denunciando a poluição no ecossistema. Elas informaram, também, que as ostras estão morrendo, que está cada vez mais difícil encontrá-las; quando as encontram, estão vazias, não há nada dentro. A respeito da poluição industrial, cabe destacar o desastre ambiental que ocorreu em outubro de 2008, culminando na mortandade de mais de três toneladas de peixes, devido a uma grande concentração de amônia proveniente da FAFEN (Petrobras), localizada em Laranjeiras, município vizinho a Nossa Senhora do Socorro. Esse acontecimento gerou aborrecimento aos pescadores entrevistados, sendo bem proeminente nas suas falas. O resultado da poluição foi a ausência do sutinga, por mais de um ano, acirrando as dificuldades financeiras dos pescadores.

A ampliação de empreendimentos de carcinicultura aparece como um fator limitante no desenvolvimento da pesca, afetando diretamente as mulheres que têm no manguezal o seu principal ambiente de trabalho (Quadro 01). Essa atividade manifesta-se como degradante, por ocasionar inúmeros problemas ambientais, como a supressão do mangue e a liberação de substâncias sem tratamento no corpo hídrico. De acordo com Rodrigues (2009), do ponto de vista social e pela degradação que gera, a carcinicultura significa o empobrecimento das populações pesqueiras.

Aliada aos problemas já existentes, a diminuição da quantidade de recursos pesqueiros tem provocado a competição pelos espaços de pesca, ocorrendo dissensões quanto à disposição dos apetrechos, tal como a exploração intensiva dos recursos, a fim de atender as demandas de mercado, acarretando a utilização de apetrechos que não atendem

às normativas pesqueiras. Essa situação aumenta os conflitos entre os pescadores e entre estes e os órgãos fiscalizadores (Quadro 01).

No tocante à atuação das colônias, foi relatado que há um distanciamento por parte destas para com os pescadores e pescadoras. Segundo as marisqueiras da Taiçoca de Fora, a atuação das colônias é precária, pois nunca participaram de reuniões organizadas por estas para discussão da pesca (Quadro 01). *A gente num sabe. A única colônia que não têm eventos [...]. Quando os outros ganham o suco lá, a gente tá com os beiços secos.* (M., marisqueira da Barreira).

A degradação dos espaços de uso comum diminui a possibilidade de sustento das populações tradicionais e a perda da produção do espaço, segundo seu modo de vida. Assim, torna-se urgente a criação de instrumentos de gestão e a implantação de planos que orientem o ordenamento dos usos nas comunidades tradicionais. A ausência desse planejamento é perceptível na falta de articulação entre os setores públicos que, ao invés de minimizarem os conflitos, em alguns momentos, têm contribuído para o seu acirramento.

Considerações finais

A pesca artesanal apresenta-se como um importante componente da economia nacional, pois envolve um número significativo de pessoas, gera emprego e abastece o mercado interno, configurando-se como uma esfera fundamental para a segurança alimentar do país. Apesar disso, o setor não recebe a atenção política necessária para a sua estruturação/organização e qualidade de vida das pessoas que sobrevivem da atividade.

O panorama geral da pesca artesanal apresenta um setor carente em diversas formas, ora de estudos, ora de investimentos. Há um descompasso entre as ações do Estado e a realidade das pessoas que têm a pesca como única fonte de renda; não há uma política efetiva que apoie a produção pesqueira artesanal e que colabore para o desenvolvimento humano no setor.

A falta de atenção política contribui para a marginalização dos sujeitos que desempenham a pesca, principalmente as mulheres, que

enfrentam o esquecimento quando da elaboração de políticas públicas. Elas vivenciam as desigualdades resultantes da hierarquização de gênero, em que espaços são definidos conforme a diferenciação sexual.

As pescadoras dos municípios analisados são as mais afetadas com as transformações locais, posto que, devido ao processo de degradação do sistema estuário-manguezal (desmatamento, lançamentos de efluentes domésticos e industriais, especulação imobiliária, etc) e os cercamentos de antigos portos, tiveram o aumento das distâncias e do tempo para o acesso aos recursos, prejudicando os rendimentos e diminuindo a produtividade. Esse quadro acirra as disputas por pontos que eram considerados de uso coletivo e que se tornaram escassos.

Este cenário é legitimado pela ausência de uma gestão política eficaz e pela falta de planejamento, o que aumenta as disputas e coloca em risco a existência dos recursos naturais, a manutenção da atividade pesqueira e a identidade das pescadoras artesanais. A gestão participativa da zona costeira deve ser considerada como ponto de partida para minimização dos conflitos. Além disso, é necessário que nas suas propostas o Estado reconheça que os sujeitos são plurais e, sendo assim, que forneça subsídios para que esses sujeitos possam existir conforme o modo que reivindicam a sua existência.

Referências

ALENCAR, E. F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras, p. 64-81. In: FURTADO, L. G.; LEITÃO, Wilma; MELLO, A. F. de. *Povos das águas*: Realidade e perspectivas na Amazônia. PR/MCT/CNPq Museu Paraense Emílio Goeldi-Coleção Eduardo Galvão, Belém: Pará, 1993.

ALVES, J. do P. H. (Org.). *Rio Sergipe*: importância, vulnerabilidade e preservação. Aracaju, SE: ÓS, 2006.

ARAÚJO, A. R. R et al. *Boletim Estatístico da Pesca nos Litorais de Sergipe e Extremo Norte da Bahia*. 2014. – São Cristóvão: UFS, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional

de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil* Brasília-DF, 2000.

BRASIL. Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília-DF, 2009.

COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carolos Chagas, 1992.

DIEGUES, A. C.; MOREIRA. A.de C. (Orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Tradicionais e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

DIEGUES, A. C. *Cultura marítima, conhecimento e manejo Tradicionais na resex marinha do Arraial do Cabo*. São Paulo: NUPAUB-USP, 2007.

LITTLE, P. E. Os Conflitos Socioambientais: um campo de estudo e de Ação-Política, p. 107-122. In: BURSZTYN, M. (Org). *A difícil sustentabilidade política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MALDONADO, S. C. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática, 1986.

MELO e SOUZA, R. *Redes de monitoramento e tramas da sustentabilidade*. São Paulo, Annablume, 2007.

MELO, M. de F. M. de; LIMA, D. E. da S. STADTLER, H. H. C. O trabalho das pescadoras artesanais: "coisa de mulher", p. 1-11. XX CBED. *Anais*... Fortaleza: UFC, 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Sistema de Informação de Atenção Básica*. SIAB/SUS. Secretaria Municipal de Saúde, Indiaroba, 2014.

MOTA, D. M. da et al. *A mangabeira, as catadoras, o extrativismo*. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011.

PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B.

de; SZWAKO, J. E. (Orgs.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendls & Vertecchia, 2009.

PLATIAU, A. F. B. *et al.* Uma Crise Anunciada. In: THEODORO, S. H. (Org). *Mediação de Conflitos Socioambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

PROST, C.; SILVA, C. A. da (Orgs). *Espaços costeiros brasileiros*: dilemas e desafios geográficos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

RAMALHO, C. W. N. *Ah, esse povo do mar!* Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis: Campinas, SP: CERES (Centro de Estudos Rurais do IFCH-UNICAMP), 2006.

RODRIGUES, A. M. A abordagem ambiental unifica as geografias? p. 182-200. In: MENDONÇA, F. de A. et al. (Orgs). *Espaço e tempo*: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009.

SCOTTO, G. *Conflitos ambientais no Brasil*: natureza para todos ou somente para alguns? Rio de Janeiro: IBASE, 1997.

SERGIPE. *Atlas digital*. Secretaria de Recurso Hídricos, Aracaju, 2014.

VIANNA, L. P. *De invisíveis a protagonistas*: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume. Fapesp, 2008.

GÊNERO E CIDADANIA: TRABALHO E MEIO AMBIENTE

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão

O texto aqui apresentado consiste em fragmentos do Memorial por nós submetido ao concurso para Titular na Universidade Federal Rural de Pernambuco, cuja escrita possibilitou refletir sobre nossa trajetória profissional e, afinal de contas, sobre a nossa própria existência, uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais, que incluem as práticas disciplinadoras e os discursos e saberes legitimados, levando-se em conta o diálogo com o contradiscurso feminista.

O Memorial foi elaborado a partir das reflexões de Ecléa Bosi (2013, p. 3) sobre memória, quando afirma: "o passado reconstruído não é um refúgio, mas uma fonte, um manancial de razões para lutar [...] a memória deixa de ter aqui um caráter de restauração do passado e passa a ser a memória geradora do futuro; memória social, memória histórica e coletiva". Neste contexto, vale ressaltar que os dois campos de pesquisa que desenvolvemos em nossa atividade acadêmica, "o operariado" e "as relações de gênero", possibilitaram problematizar e analisar desigualdades e hierarquias sociais[1].

Nos últimos 13 anos, nossas atividades de pesquisa e extensão, por estarem centradas em questões relacionadas à divisão sexual do trabalho, propiciaram e ampliaram nossa incursão na sociologia do trabalho,

1 Campos de pesquisa desenvolvidos por outras feministas, por exemplo, Joan Scott (1995).

especialmente no que se refere à divisão social do trabalho[2] e ao lugar ou não lugar das mulheres na cadeia produtiva da pesca artesanal, uma atividade produtiva socialmente legitimada como masculina. Os projetos citados ao longo do Memorial produziram relatórios com alguns conteúdos ainda não publicados. Nosso objetivo consiste em continuar dialogando e publicando com e sobre mulheres e homens que compõem estas comunidades.

Neste novo campo de pesquisa, os encontros feministas a partir dos quais iniciamos nossa participação, em 2005, influenciaram significativamente nossa trajetória profissional, considerando-os, conforme afirma Adrião et al. (2010, p. 92; 95), "arenas de debate, de negociações, de rupturas, de articulações, de decisões", enfim, espaços fundamentais de aglutinação de diferentes paradigmas teóricos e políticos. Os diversos eventos científicos de caráter feminista dos quais participamos há mais de uma década, nos permitiram aprofundar e ampliar questões que envolvem políticas públicas, direitos sociais, espaços de poder e decisão, doenças laborais, direitos humanos, violência doméstica e educação.

Dialogar com a diferença, considerando nossas contradições e limitações, se constituiu em postura presente em nosso cotidiano na sala de aula, na pesquisa e na extensão. Semelhantemente ao campo de estudo do gênero, a pesquisa sobre as relações de trabalho na pesca artesanal, a partir das trabalhadoras desta cadeia produtiva, iniciou sem prestígio acadêmico, mas atingiu, nos últimos anos, um *status* mais consistente. As mulheres, na cadeia produtiva da pesca artesanal, representavam um universo pouco conhecido. Devido a isso, recebemos vários questionamentos em alguns fóruns acadêmicos sobre a validade desta pesquisa engajada.

Esta forma de conduzir as atividades de ensino, pesquisa e extensão

2 Divisão sexual do Trabalho, segundo Hirata (2005) e Kergoat (2003), se refere à distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição, além de incluir o debate sobre a divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos.

significou escolhas e recortes metodológicos que se concretizaram especialmente na última década, em vários projetos[3]. Em síntese, estes projetos, nos levaram a refletir sobre o processo de pesquisa e extensão a partir da concepção de que as relações de gênero no mundo do trabalho se constroem enquanto um objeto simbólico instituído de sentidos, para e por sujeitos (ORLANDI, 2001, p. 26).

Todos os projetos de pesquisa priorizaram as vozes das mulheres, ouvindo-se também alguns homens, partindo-se da seguinte premissa de Orlandi (2001, p. 30): "os dizeres não são apenas mensagens decodificadas. São efeitos de sentidos, em situações determinadas. Necessário compreender os sentidos aí produzidos, apreender a relação com a exterioridade e com suas condições de produção".

Sobre o recorte metodológico dos projetos citados, foi primordial considerar os lugares e posições dos sujeitos, no caso, as pescadoras artesanais, na formulação de questões, a partir de formações discursivas que envolvem produção de saberes e legitimidade. Nesta perspectiva, cada material de análise exigiu questões que mobilizaram conceitos, levando-se em conta o contexto social e histórico, ideológico, memória e interdiscurso. As decisões teóricas e metodológicas consistiram em atos de escolhas e de interpretações possibilitados pelos caminhos e descaminhos da nossa trajetória acadêmica.

Nesta última década de pesquisa e extensão, escrevemos uma etnografia das mulheres pescadoras a partir do seu olhar, contribuindo para dar visibilidade a um coletivo excluído que Hobsbawn (2010) chama de "pessoas extraordinárias". A nossa construção etnográfica se fez através de dados coletados em entrevistas, grupos focais, observação participante e questionários. São momentos em que se fazer ciência engajada exigiu rigor metodológico na construção de dispositivos de interpretação que envolvessem, desde a posição e do lugar do sujeito à definição do *corpus*

3 1) 2004 – Canadá; 2005/2006 – CNPq/SPM; 2) 2007 – Casadinho; 3) 2008 SPM/PR, SECADI e Gente da Maré; 2009 – CNPq/Reciclagem, MDA e MPA; 4) 2010 CNPq/SPM, CNPq/MDS e MEC/PROEXT 2010; 5) 2011 – Bolsa Reuni Pós-Doutorado, MEC/PROEXT 2011; 6) 2012 – CNPQ/SPM; 7) 2013 – SPM/PR; 8) 2014 – Projeto Pesquisador Visitante, ICS, Universidade de Lisboa, e 18º Encontro da REDOR.

de análise, bem como as formas de dizer e o confronto, quando possível, entre o dito e o não dito. Enfim, as filiações históricas, a memória, as relações sociais em redes de significados. Por isso, concordamos com a premissa de que descrever é uma forma de interpretar (ORLANDI, 2001, p. 59-64).

Seguindo a nossa trajetória anterior de pesquisas documentais, realizamos algumas leituras sobre políticas públicas e/ou documentos oficiais, especialmente do Ministério da Pesca e Aquicultura, ao qual nos perguntamos se os sentidos construídos e usados pelas formas simbólicas presentes nestes documentos contribuem ou não para a manutenção das relações de poder sistematicamente assimétricas.

A contínua construção de um lugar de fala, legitimado pelo saber científico no diálogo com outras construções e exercício de saberes nos fez refletir sobre o controle social, sobre o qual Foucault (1983, p. 11) afirma:

> En toda sociedad la producción del discurso está a la vez controlada, seleccionada y redistribuida por cierto número de procedimientos, que tienen por función conjurar los poderes y peligros, dominar el acontecimiento aleatorio y esquivar su pesada y temible materialidad.

Desde o mestrado que nos interessamos pela concepção foucaultiana de que o poder é plural, fragmentado, e sua difusão pode se dar em diversas instâncias, este aporte teórico consistiu em outro elo importante entre as pesquisas sobre o operariado e as mulheres trabalhadoras da pesca artesanal.

Compreendemos que o texto de nosso Memorial e de muitos outros docentes, elaborados para o processo de progressão à classe de professora titular, produção que está sendo realizada nas universidades federais do Brasil, se constitui em Histórias de Vida (NÓVOA, 1995) de professores universitários, como também

representam um rico acervo com fontes de dados para pesquisas sobre a profissão docente nas universidades federais do país. Sob esta ótica, Ecléa Bosi (2013, p. 4) chama-nos a atenção: "os pesquisadores devem ter a consciência de que uma história de vida que nós escutamos não é feita para ser arquivada ou guardada em uma gaveta como coisa".

Desta forma, a partir do Memorial, concordamos mais uma vez com Ecléa Bosi (2013, p. 2), quando afirma: "compreendemos que se pode fazer da memória um apoio sólido para a construção do presente e ela se torna para nós uma verdadeira matriz de projetos".

Gênero e pesca artesanal: uma trajetória de pesquisa

Gênero e Pesca Artesanal têm sido nosso objeto de estudos nos últimos 13 anos. O nosso primeiro texto escrito sobre o tema foi *Cotidiano na comunidade costeira: A Ver-o- Mar*[4], no qual foi diagnosticado que nesta comunidade composta por 55 famílias havia 128 mulheres, das quais 82 em idade laboral, de 16 a 60 anos. Foi evidenciado que um total de 07 mulheres se denominaram chefe de família (Ana, Lúcia, Maria, Lóide, Gércia, Maria do Carmo e Elude[5]). Apesar da invisibilidade destas mulheres trabalhadoras na cadeia produtiva da pesca artesanal, elas sustentam suas famílias com esta atividade.

Assim, desde 2004, as trabalhadoras da cadeia produtiva da pesca artesanal têm se constituído em principal sujeito de pesquisa nos projetos por nós coordenados, seja na perspectiva do ensino, da pesquisa e da extensão, tendo como fio condutor as categorias

4 No cotidiano dos trabalhadores de A Ver-o-Mar destacam-se as atividades: 1) da pesca no mar realizada pelos homens (Foto Gordo); 2) da pesca de mariscos realizada geralmente por mulheres; 3) do trabalho doméstico – atividade cem por cento feminina, realizada em residências de veraneio durante a estiagem; 4) do comércio em barracas na praia também realizado no verão, 5) na aquicultura e 6) outra opção para os mais jovens é trabalhar de vigia nas casas de veraneio. Outras atividades mais pontuais são: criação e plantio para subsistência, produção artesanal ainda insipiente e a produção de passas de caju, que é realizada no período da safra do fruto.

5 Dados dos questionários número 03, 04, 08, 20, 43, 45, 50.

analíticas do feminismo: trabalho, divisão sexual do trabalho, relações de gênero e classe em diálogo com pesca artesanal e meio ambiente[6].

Nessa trajetória, algumas situações permitiram adentrar na complexidade das relações sociais. São experiências que nos instigaram a pesquisar, trabalhar em conjunto com pescadoras e pescadores, além de agrupar discentes da graduação e da pós-graduação em atividades relacionadas à pesca artesanal. Nesse contexto, em maio de 2005, ministramos com outras docentes[7] da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) o Curso Gênero e Cidadania, financiado pela FUNDACENTRO.

O evento foi realizado na Colônia Z -03 no município de Ponta de Pedras-PE. Importante destacar que na primeira reunião as mulheres expressaram o interesse em aprender ou aprofundar habilidades no processo de beneficiamento de pescado. Nosso conteúdo estava focado no debate sobre relações de gênero e acesso aos espaços de poder. As reuniões iniciaram numa segunda-feira e na quarta elas já propuseram montar uma chapa com a presença de mulheres em resposta à falta de apoio que Maria de Lourdes Rodrigues de Oliveira[8], conhecida por Lourdinha, vinha recebendo da diretoria da Colônia. Na eleição seguinte, Rosangela foi eleita para compor a diretoria; e, no ano seguinte, 2006, Lourdinha tornou-se presidente da Colônia e, posteriormente, reeleita em 2010.

Outro marco importante nesta trajetória acadêmica de pesquisa-ação sobre Gênero e Pesca Artesanal consistiu na aprovação no Edital MCT/CNPq/PR-SMP 45/2005 – Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, com o projeto Conflitos de Gênero no Cotidiano da Comunidade Costeira: A Ver-o-Mar. Esta aprovação iniciou a série de pesquisas financiadas e deu início à publicação de Cartilhas[9] e

6 Meio ambiente, neste texto, compreendido na perspectiva de se constituir em recurso que precisa ser gerenciado/administrado para alcançar o desenvolvimento sustentável (KRZYSCZAK, 2016).

7 Destaco aqui a participação da Profa. Dra. Hulda Stadtler, Profª. Drª. Irenilda Lima, Profª. Me. Fátima Massena, Me. Sonia Quintela entre outras.

8 Lourdinha era secretária e única mulher entre os membros da diretoria da Colônia. Ver <https://bit.ly/2QjBRrj>, site por nós coordenado.

9 Foi a nossa primeira de uma série de cinco publicações no período de 2007 a 2014.

PROJETOS CNPq	
1	Edital MCT/CNPq/PR-SMP 45/2005 - Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, com o projeto Conflitos de Gênero no Cotidiano da Comunidade Costeira: A Ver- o- Mar.
2	MCT/CNPq 029/2009 - Seleção Pública de Propostas de Pesquisa, Desenvolvimento Científico e Extensão Tecnológica para Inclusão Social**.** Tema 1: Catadores de Materiais Recicláveis
3	Edital MCT/MDS-SAGI/CNPq nº 36/2010 Seleção Pública de Propostas de Estudos e Avaliação das Ações do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. TEMA 4: Inclusão Produtiva**.**
4	Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA Nº 020/2010 – Seleção pública de propostas para pesquisas em temas de Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos. A Categoria 1
5	Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA Nº 32/2012 **-** A Categoria 1
PROJETOS SPM/PR	
6	**8932 Apoio a Iniciativas de Prevenção à Violência contra as Mulheres.** Projeto: Gênero, Raça e Pesca: o trabalho de marisqueiras no litoral Sul de Pernambuco CONVÊNIO Nº 0172/2008 – SPM/PR.
7	**EDITAL nº 01/2013 Autonomia Econômica e Políticas para o Trabalho das Mulheres.** Programa 2016 – Políticas para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência. Ação orçamentária 210A – Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres. Temática 2- Fortalecimento da Participação de Mulheres nos Espaço de Poder e Decisão. Projeto NÚCLEO DE PESQUISA-AÇÃO MULHER E CIÊNCIA.

PROJETOS PROEXT	
8	**PROEXT2010 – Linha Temática** 3: Pesca artesanal e aquicultura familiar. Universidade Federal Rural de Pernambuco.
9	**PROEXT2011 Linha Temática 13**: Mulheres e relação de gênero. Classificado e contemplado com recursos: Ações para Consolidar a Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas para o fortalecimento da rede – Articulação de Mulheres Pescadoras de Pernambuco.
10	**PROJETO MEC/SECADI** – CURSO EAD GDE – Gênero e Diversidade na Escola Jaboatão, Carpina, Ipojuca, Pesqueira e Tabira/PE. Junho 2009 a fevereiro 2010
11	**PROJETO MPA –** Ações para consolidara a Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas para a Pesca e aquicultura do MPA - Convênio 078/2009 entre MPA e FADURPE.
12	**PROJETO MDA** – Contrato: 0309.541-78/2009/MDA/CAIXA, "Transferência de recursos financeiros da União para a execução de fortalecer a organização produtiva de mulheres rurais".
13	**PROJETO DE PESQUISA ICS/PT**: Gênero e Pesca: uma abordagem comparada de contextos portugueses e brasileiros. Estágio de Investigadora Visitante, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/Portugal

Radionovelas[10] com os resultados em linguagem acessível às pescadoras.
QUADRO 1. Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão (2005-2014)
Fonte: Elaboração própria a partir de mapeamento de documentos dos Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão – 2005 a 2014.

Os resultados do projeto foram publicados em periódicos científicos, livros e em forma de cartilhas e radionovelas. A decisão de elaborar os produtos que denominamos cartilhas

10 Uma série de quatro radionovelas publicadas no período de 2012 a 2016.

e radionovelas (áudio) consistiu numa inovação com perfil educacional de popularização em ciência e tecnologia social, além colaborar na acessibilidade. Uma decisão metodológica respaldada num aporte teórico que privilegia a pesquisa-ação, na qual advoga a não neutralidade no processo de pesquisa e que defende o diálogo entre os diferentes saberes. Os autores/as que nos fundamentaram nos percursos metodológicos foram estes:

- Dijk (2009) chama a atenção sobre a necessidade de refletir sobre a reprodução discursiva relacionada ao abuso de poder e a desigualdade social. O autor defende que o processo e resultado de pesquisa possam contribuir na apoderação social de grupos dominados;
- Orlandi (2001) nos convida a refletir sobre a construção do dispositivo de interpretação que envolve desde a definição do *corpus* de análise, decisão que consiste numa construção de cada pesquisador/a; a confrontar o dito em relação ao não dito; a situar a posição e lugar dos sujeitos; a valorizar as relações sociais em redes de significados;
- Foucault (1983) contribuiu ao afirmar que em toda sociedade a produção do discurso é controlada, selecionada e redistribuída por uma série de procedimentos que envolvem procedimentos de exclusão, rejeição e de deslegitimação.

A partir da proposta de observar como as relações de gênero interferem no modelo de ser mulher e homem no ambiente da comunidade pesqueira e compreender como as mulheres lidam com as limitações de seu acesso ao poder, realizamos com a equipe vários encontros nas comunidades de pescadores/as, com as quais trabalhamos a partir de grupos focais. Os resultados

destas reuniões, as visitas com discentes da Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local e as oficinas elaboradas por discentes do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas e do Curso de Economia Doméstica nos permitiram coordenar a elaboração de três produtos e abrir espaços para publicações.

A cartilha *Pesca & Gênero*: o papel da mulher no desenvolvimento local, foi uma delas. Nesta, o jornalista Marcelo Santos de Morais[11] fez a adaptação do texto acadêmico à linguagem coloquial; a fotojornalista Juliana Leitão elaborou um acervo fotográfico de qualidade; e o designer Osmário Marques, que se surpreendeu ao tomar conhecimento por meio do texto que a mãe da amiga era feminista. Ele abraçou a proposta e conseguiu visibilizar no *design* a beleza, a dureza, as contradições do cotidiano destas mulheres.

As atividades geraram interesse em ler sobre o meio ambiente a partir de uma perspectiva socioambiental. Alguns aspectos que poderíamos denominar de periféricos entusiasmaram os/as discentes, por exemplo: uma viagem de estudo a uma comunidade costeira, conhecer um projeto e realizar atividades fora da sala de aula. A intervenção foi precedida de um estudo que envolveu os conceitos de cultura, educação ambiental, mudança e resistência. Paralelamente conheceram resultados das pesquisas anteriormente realizadas: um diagnóstico socioeconômico e socioambiental de Aver-o-Mar e acervo de fotografias.

Elaborar os questionários proporcionou à equipe reflexão sobre a diferença na construção do discurso. Neste, era importante pensar no/a interlocutor/a, por isso necessitava ser coloquial e compreensível ao pescador e pescadora, aos habitantes da comunidade, aos comerciantes e aos frequentadores da praia.

11 Marcelo é professor permanente do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Juliana e Osmário eram na época funcionários do Diário de Pernambuco nas funções que atuaram no projeto, fotojornalista e diagramador. Juliana Leitão hoje é docente da UFPE.

Houve necessidade de construir textos que comunicassem e potencializassem a troca de saberes entre grupos socialmente distintos. Este exercício textual proporcionou aos/às discentes a experiência de elaborarem os textos com conteúdos científicos, todavia distintos dos difundidos na Universidade. Foram feitos três questionários relacionados aos resíduos sólidos, turismo e praia limpa e a pesca artesanal. Foi muito gratificante poder trabalhar o tema na concepção integrada de ensino, pesquisa e extensão, conforme evidencia o material didático.

Figura 1: Material didático produzido e distribuído por discentes do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas em Aver-o-Mar.
Fonte: Acervo de pesquisa

Neste projeto também atendemos uma das demandas das

pescadoras que consistiu em desenvolver atividades de artesanato, o que gerou outros encontros e ações que integraram as atividades de ensino, pesquisa e extensão desta vez com o curso de Economia Doméstica.

Foram escritos vários textos, as fotografias abaixo ilustram algumas ações desenvolvidas com e comunidade.

Figura 2: 1) Marca criada por Marcelo Santos de Moraes[12]; 2) Bolsa produzida pelas pescadoras; 3) Fotografia em Estúdio fotográfico da Universidade Católica de Pernambuco[13].

Fonte: Acervo de pesquisa

Finalizamos o projeto com a comunidade em 2007. A relação de convivência permaneceu porque sempre convidamos as pescadoras

12 Atualmente Marcelo Santos de Moraes é professor do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Doutor (2012) e mestre (2008) em Comunicação e Semiótica, pela PUC-SP.

13 A fotógrafa Juliana Leitão atualmente é Professora Adjunta dos Cursos de Comunicação Social e Design do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAAUFPE). Doutora em Comunicação (PPGCOM-UFPE) com o projeto: Fotojornalismo e questões contemporâneas (2012-2016).

para participarem dos eventos que realizamos com pescadoras de outras localidades. Uma conquista destas pescadoras consiste no fato de que a presidente da Associação de Moradores e Pescadores de Aver-o-Mar, Lia (Maria José de Paula), posteriormente ao projeto, fez parte da liderança da Articulação Nacional das Pescadoras.

As outras pesquisas, ações de extensão e publicações dessa época, se concentram em questões que envolvem o mundo das trabalhadoras da cadeia produtiva da pesca, mais especialmente as que residem em Pernambuco, onde está concentrado o maior número de nossas pesquisas. Importante destacar que ampliamos o *locus* das investigações a partir de 2009, quando incluímos outros estados do Nordeste, o Norte e Sul do Brasil e, em 2014, o Alentejo, em Portugal.

A participação na pesquisa contemplada no Edital MCT/CNPq/PR-SMP 45/2005 – Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, com o projeto Conflitos de Gênero no Cotidiano da Comunidade Costeira, consistiu numa fase de crescimento profissional especialmente com a sinergia estabelecida com o Projeto Casadinho e a liderança de Brás Callou e Salett Tauk, abrindo espaço para ampliação da pesquisa em Pernambuco, incluindo Itapissuma, Brasília Teimosa e Ilha de Deus, outros estados entre eles: Ceará, Paraíba e Alagoas.

A partir da XII REDOR e do Fazendo Gênero 7, consolidamos a pesquisa e nos incluímos em fóruns, entre eles quatro congressos feministas em 2008, no Brasil, em Lisboa/Portugal, em Madrid/Espanha e em Rosario/Argentina:

1) Congresso Feminista, 2008, organizado pela UMAR, realizado na Fundação Calouste Gulbenkian e na Faculdade de Belas Artes de Lisboa;
2) Mundo de Mulheres 08 Madrid;
3) Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder, Florianópolis-SC;
4) IX Jornadas Nacionales de Historia de las Mujeres y IV Congreso Iberoamericano de Estudios de Género, Rosario/AR.

Localmente organizamos eventos sobre gênero e pesca artesanal. O

Seminário 30 anos de Carteira Profissional das Pescadoras constituiu-se na primeira ação do projeto Gênero, Raça e Pesca: o trabalho das marisqueiras no litoral Sul de Pernambuco e contou com a presença das seguintes Colônias de pescadores/as: Colônias Z-10 Itapissuma, Colônias Z – 03 Pontas de Pedra, Colônia Z-22 Barreiros, Colônia Z-01 Pina (Comunidades de Brasília Teimosa, Bode e Ilha de Deus), Colônia Z- 33 Barra de Catuama, Colônia Z-25 Jaboatão dos Guararapes, Colônia Z-06 Sirinhaém (Comunidade de A Ver-o-Mar, Colônia Z-09 São José da Coroa Grande, Colônia Z- 20 Igarassu, Colônia Z-05 Tamandaré.

O projeto foi executado durante o ano de 2009, nas oficinas desenvolvidas de forma participativa com as mulheres da Colônia de Pescadores/as Z-01. Foram discutidos: 1) questões de gênero, enfatizando o papel da mulher na pesca, o que é ser mulher para cada uma delas, o papel da mulher na sociedade, na estrutura familiar; 2) políticas públicas, especializadas para mulheres, Lei Maria da Penha e a violência doméstica contra as mulheres; 3) saúde e segurança do trabalho, como prevenir doenças causadas no ambiente de trabalho, conscientizar sobres às leis trabalhistas da pesca artesanal; 4) meio ambiente, sustentabilidade, confecção do Biomapa na comunidade; 5) associativismo, inserindo ideia de cooperação para se viabilizar associações coletivas de interesse comum. As oficinas congregaram questões teóricas e práticas, por exemplo, a confecção de artesanato com materiais recicláveis, com garrafas Pets e reaproveitamento de materiais da própria pesca; e 5) gastronomia. As atividades do projeto possibilitaram o diálogo com as pescadoras, a concepção de trabalho em equipe e as dinâmicas de grupo.

O Projeto *Ações para consolidar a transversalidade de gênero nas políticas públicas para a pesca e aquicultura do MPA* incluiu um Seminário Institucional realizado em 2012 no próprio Ministério em Brasília; contou com a participação de aproximadamente 30 pessoas. Este projeto possibilitou encontros entre diferentes atores sociais e instituições, entre academia, comunidades tradicionais e governo. Permitiram-nos ratificar os dados sobre o cotidiano das mulheres pescadoras, os entraves

à transversalidade de gênero nesta cadeia produtiva. Um diálogo difícil. Recebemos críticas de algumas feministas que não aceitavam o diálogo com o governo e enfrentamos obstáculos do Ministério da Pesca e Aquicultura, considerando que se constituía numa proposta inovadora: levar nove pescadoras que participaram das reuniões nos cinco estados para compor as mesas redondas de debate sobre o projeto, num diálogo direto com as pesquisadoras e representantes do setor público em Brasília.

Os objetivos do Evento se constituíram na Interlocução entre pesquisadores, pescadoras/es, movimentos sociais e poderes públicos sobre políticas públicas para mulheres na pesca artesanal. Reunir as pescadoras com representantes do Ministério do Trabalho, da Saúde, da Previdência Social e da Pesca e Aquicultura; CNPq; MDA; SEPIR; SPM/DF SPM/PE e SPM/ES; Universidades (UFRPE, UFSC, UFBA, UFPB, UNB e UNILA a partir de três eixos de reflexão: (1) Trabalho; (2) Saúde; (3) Alimentação. As mesas de trabalho foram organizadas:

1. Mesa 1 – Apresentação do Projeto e metodologia – mulheres e pesca artesanal, composta por representação do Ministro, Luís Sabanay e Sergio Mattos, Joana Mousinho Colônia de Pescadores/as – PE, Julia Torres Ministério do Trabalho – CE e a coordenação do projeto;
2. Mesa 2 – TRABALHO, composta Eunice Lea – SEPPIR, Marcia Aguiar – SecMulher/ PE, Neuza Araújo – UNB, Ana Maria Feitosa Colônia de Pescadores/as – PA, Esmeralda Soares Colônia de Pescadores/as – CE;
3. Mesa 3 – SAÚDE, composta por Norma Meireles – UFPB, Thaís Dias Gomes – UFBA, Maria Nagy/DAGEP/SGED/MS, Simone Rodrigues Colônia de Pescadores/as e Ana Lúcia Freire Colônia de Pescadores/as – PE;
4. Mesa 4 – ALIMENTAÇÃO, composta por Carmen Rial – NAVI/UFSC, Ângela Souza – UNILA, Analina Spech – MDA, Natércia Mignac Colônia de Pescadores/as – PE e Nair Cabral Colônia de Pescadores/as – SC;
5. Mesa 5 – Avaliação, debate e construção de novas propostas.

Deste projeto, entre as diversas publicações, está o texto Gênero, Geração e Políticas Públicas na Pesca artesanal apresentado em Mesa Redonda no Congresso Internacional Fazendo Gênero 9, que foi publicado no livro *Diversidades*: dimensões de gênero e sexualidade, dasorganizadoras Carmen Rial, Joana Maria Pedro e Silvia Maria Favero Arend. – Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010. As outras publicações, em sua maioria vinculadas ao Pós-Doutorado na UFSC, foram:

1. Gênero, trabalho e políticas públicas na pesca artesanal do Sertão de Pernambuco. In: *Revista Labrys* (Edition Française. Online), v. 20-21, p. 1-20, 2011;
2. ASSUNÇÃO, V. K., ANDRADE LEITÃO, M.R.F., INÁCIO, P. H. D. Comer mais e melhor: os impactos do Programa Bolsa Família na alimentação de Pescadoras Artesanais de Pernambuco. *Amazônica*: Revista de Antropologia (Online), v. 4, p. 336-353, 2012;
3. LEITÃO, M.R.F.A. Gênero, pesca e cidadania. *Amazônica*: Revista de Antropologia (Online), v. 5, p. 98-115, 2013;
4. *Diversidade de experiências de gênero, trabalho e educação nas comunidades tradicionais*. Organizadoras: Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão e Maria Helena Santana Cruz. Florianópolis: Mulheres, 2012;
5. LEITÃO, M.R.F.A. *Gênero Trabalho e Pesca Artesanal*: troca de saberes entre Academia e comunidades Tradicionais. Recife: EDUFRPE, 2013;
6. LEITÃO, M.R.F.A. Gênero e trabalho: oficinas com mulheres pescadoras do litoral ao sertão de Pernambuco. In: *Trabalhadores e trabalhadoras na pesca*: ambiente e reconhecimento. Sherer, Elenise (Org). Rio de Janeiro: Garamond, 2013;
7. LEITÃO, M.R.F.A. Movimentos Sociais na Pesca Artesanal: a Articulação das Mulheres Pescadoras de Pernambuco. In: *Movimentos Sociais na Pesca*. Angelo Brás Fernandes Callou (Org.). Recife: FASA, 2013.

Todas as publicações acima citadas foram importantes porque socializaram resultados de pesquisa e se constituíram em algumas novas parcerias. No entanto, o livro *Gênero Trabalho e Pesca Artesanal*: troca

de saberes entre academia e comunidades tradicionais expressa a nossa trajetória relacionada aos projetos de pesquisa realizados no período entre 2004 a 2013. Nossa proposta nesta publicação consistiu em socializar as questões principais que envolvem cada um dos projetos e agregar algumas considerações a partir das categorias de análise e da metodologia empregada na captação e sistematização dos dados.

Meio ambiente e cidadania na pesca artesanal

Sobre pesca e meio ambiente realizamos algumas pesquisas na perspectiva documental e empírica, nas comunidades de Brasília Teimosa, Itapissuma e São José da Coroa Grande. Os textos oficiais da política pública para pescadores/as artesanais, aparentemente, expressam relação com a sustentabilidade social e ambiental, ao incluir o critério de participação de homens e mulheres, em seu discurso oficial referente à representação política em associações, colônias, federações de pescadores/as, sindicatos e cooperativas e a defesa da gestão compartilhada dos recursos naturais. No entanto, os discursos não debatem as assimetrias, sejam de gênero, geração, renda e raça, que interferem em questões relacionadas aos estoques pesqueiros. Também, não abordam as assimetrias sociais no acesso aos lugares de fala, de poder e decisão.

Umas das pesquisas sobre o tema buscou revisitar o cotidiano da comunidade com as seguintes perguntas: Onde vocês pescam? Por quais transformações seu local de trabalho vem passando ao longo dos anos? Há mudanças no pescado? Quais seus principais problemas? Como é sua comunidade? Há água abundante em sua comunidade? Existe coleta de lixo e políticas públicas de preservação ambiental?

Buscamos associar os aspectos deste cotidiano aos seguintes tópicos da educação ambiental: contaminação ambiental (e produção de resíduos), saúde e meio ambiente e preservação do meio ambiente (e consciência ambiental).

O uso dos relatos dos participantes, das iconografias e das notícias

sobre a própria comunidade de Brasília Teimosa envolveu as pescadoras nas dinâmicas valorizando os saberes prévios destas na construção de uma consciência ambiental e dos elementos básicos deste saber/fazer.

No diálogo com as pescadoras, alguns problemas recorrentes são a falta de saneamento básico, acesso à água potável, contaminação das fontes hídricas, problemas com o turismo de massa, coleta de lixo, a ocupação desordenada da praia e a pesca durante o defeso, a andada e a piracema. As questões aqui enumeradas possibilitaram um olhar mais crítico sobre os problemas socioambientais, mas a maioria das soluções envolvem saneamento público, limpeza urbana, expansão imobiliária, turismo não sustentável, grandes empreendimentos, resíduos sólidos e educação ambiental sobre manutenção dos estoques pesqueiros.

Uma das contribuições mais emblemáticas das pescadoras relacionado ao tema ambiental consiste na letra da música criada em uma oficina de educação ambiental, a qual expressa muito bem a assimetria de poder nas soluções ambientais.

Os rios com água
Eu preciso
Seu doutor
Não privatize
Não mate os peixes
Não sobrevivo (Refrão)
Sou pescador

É preciso apelar para a consciência
Muitas coisas tão fazendo para existência
E permanência de peixes, rios e lagos
Parte do mar já foi privatizado
Lutamos contra
É violência, está errado

Lutamos contra o desenvolvimento insustentável
Que mata os peixes e privatiza os nossos lagos

E o velho Chico está sendo violado

Nós não queremos
Más ele está sendo rasgado
O que queremos é nosso rio preservado
Viva a vida e o meio ambiente!

Esta letra possibilita refletir, dialogar com temas relacionados as relações de poder, as decisões institucionais elaboradas de forma hierarquizadas, a violência institucional, desenvolvimento e sustentabilidade.

Assim nossa perspectiva de pesquisa fundamentada na epistemologia feminista[14] nos permite debater, a partir da contribuição de diversas autoras, questões relacionadas à cidadania[15] as quais incluem gênero, classe e raça. Problemáticas expressas nos discursos dos/as "oprimidos/as", considerando o sentido e a natureza destas opressões.

Algumas considerações conclusivas

Os anos de pesquisa sobre as trabalhadoras da pesca artesanal têm

14 Como o gênero funciona nas relações sociais? Como o gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento? Vale ressaltar que a epistemologia feminista, segundo Rago (1998), está fundamentada no argumento de que não há elaboração científica imparcial, que há de considerar a subjetividade e o envolvimento do sujeito com seu objeto. "Trata-se de um processo de conhecimento construído por indivíduos em interação, em diálogo crítico, contrastando seus diferentes pontos de vista, alterando suas observações, teorias e hipóteses, sem um método pronto. Reafirma-se a ideia de que o caminho se constrói caminhando e interagindo".
"Para a epistemologia feminista o sujeito do conhecimento deve ser considerado como efeito das determinações culturais, inserido em um campo complexo de relações sociais, sexuais e étnicas. Os critérios de objetividade e neutralidade que garantiam a veracidade do conhecimento caem por terra, ao ser incorporado um modo feminista de pensar que assume a dimensão subjetiva, emotiva, intuitiva do conhecimento. Desta forma, abandona-se a pretensão de ser a objetividade e a neutralidade, herdadas do positivismo, como única válida de construção do conhecimento".

15 O conceito de cidadania utilizado no texto está fundamentado em Morais (2013) "o campo dos valores e das práticas dos direitos e, em uma esfera distinta, a efetividade e/ou reconhecimento desses mesmos direitos" Disponível em <https://bit.ly/2zPpKbf >. Acesso em: 31 ago. 2017.

nos permitido resgatar e visibilizar a história laboral destas mulheres, cotidianos repletos de exclusões, de dificuldade de acesso aos direitos sociais, de jornadas sobrepostas de trabalho, de violências domésticas e institucionais.

Conhecer esse universo tão distante dos espaços de pesquisa dos núcleos e laboratórios das academias foi possibilitado pela escolha em trabalhar a partir da epistemologia feminista, que está engajada na construção do dispositivo de interpretação que envolve desde a definição do *corpus* de análise, dialogar com os pressupostos da pesquisa-ação e considerar a reprodução discursiva a partir do olhar sobre o abuso de poder, a desigualdade social e os dispositivos de controle do discurso.

Reconhecer que existe muito a ser pesquisado e aprofundado sobre mulheres e pesca artesanal, destacamos aqui a interseccionalidade que envolve gênero, classe e raça, além da transversalidade destas dimensões nas políticas públicas.

Referências

ADRIÃO, Karla Galvão et al. Feminismos na academia: entre políticas e teorias, p. 03-33. In: BANDEIRA, Lourdes. *Avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas*. CEPAL, SPM, Brasília. Janeiro, 2005.

BOSI, Ecléa. Entrevista realizada por Moacir Salomão Bruck, p. 196-199. In: *Dispositiva*, v. 1, n. 2, nov. 2012-abr.2013.

DIJK, Teun A. van. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2009.

FOUCAULT, M. *El orden del discurso*. Barcelona: Tusquets, 1983.

HOBSBAWN, Eric J. *Pessoas extraordinárias, rebelião e jazz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo, p. 55-64. In TEIXEIRA, Marli, Et al. (Org.). *Trabalho e cidadania*

para as mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo, 2003.

KRZYSCZAK, Fabio Roberto. As diferentes concepções de meio ambiente e suas visões, p. 1-18. *Revista de Educação IDEAU.* Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – IDEAU, v. 11, n. 23, jan./jun. 2016.

MORAIS, Ingrid Agrassar. A construção histórica do conceito de cidadania: o que significa ser cidadão na sociedade contemporânea? *Edicere*, 2013, Pontificia Universidade Católica do Paraná. Disponível em <https://bit.ly/2zPpKbf >. Acesso em: 31 ago. 2017.

NÓVOA, A. et al. *Vida de professores*. Porto: Porto, 1995.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso*: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2001.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história, p. 21-41. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). *Masculino, feminino, plural*: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Mulheres, 1998.

SCOTT. Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica, p. 71-99. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

PARTICIPAÇÃO, COOPERAÇÃO E EMPODERAMENTO: A ATUAÇÃO DAS PESCADORAS EM PROJETOS DE GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ-AM, BRASIL

Edna Ferreira Alencar
Isabel Soares de Sousa

O artigo analisa o trabalho das mulheres e as relações de gênero em um projeto de gestão de recursos pesqueiros denominado Acordo de Pesca do Jutaí-Cleto, desenvolvido por um coletivo formado por pescadores e pescadoras que residem em quatro comunidades situadas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM)[1], estado do Amazonas. O projeto visa promover a pesca manejada de uma espécie, o pirarucu (*Arapaima gigas*), em lagos de várzea da RDS Mamirauá.

O objetivo do artigo é destacar as formas de participação das mulheres no projeto, e apontar as percepções das pescadoras, e dos pescadores, sobre o trabalho na pesca manejada, as dificuldades, negociações e cooperações que elas utilizam para poder participar de todas as atividades e alcançar a equidade de gênero. Algumas atividades podem refletir divisões do trabalho com base em condicionantes biológicas e de gênero que ocorrem em outros contextos.

1 Criada em 1991 como Estação Ecológica de Mamirauá (EEM), pelo Decreto Lei do governo do estado do Amazonas n°. 12.836/90, com área total de 1.124.000, em 1996 foi transformada em RDS através da Lei Ordinária 2.41/96 (AYRES; MOURA; LIMA-AYRS, 1994; IDSM, 2010). Mamirauá foi primeira unidade de conservação criada no Brasil e na Amazônia, com essa categoria, na maior área de floresta inundada do Brasil.

Os dados analisados foram coletados em pesquisa que utilizou uma abordagem de gênero como referência para compreender as relações entre homens e mulheres no contexto de quatro projetos de gestão de recursos pesqueiros em lagos de várzea da região Amazônica (ALENCAR; SOUSA, 2014; ALENCAR et al., 2017). As conclusões apontam que o envolvimento das pescadoras neste projeto e sua participação em todas as atividades, assim como nos espaços de discussão e tomada de decisão sobre o acesso aos recursos pesqueiros, estão contribuindo para dar visibilidade a outras atividades de pesca que realizam ao longo do ano e para alterar a visão sobre o gênero do trabalho na pesca. Além disso, as conclusões apontam que o projeto está estimulando as pescadoras a se associarem nas organizações de pescadores – Colônia, Sindicato e Associação de Pescadores – e, dessa forma, contribuindo para a afirmação de sua identidade como pescadoras, e o acesso a informações sobre direitos sociais e previdenciários.

Embora alguns estudos realizados no Brasil apontem que as mulheres estão envolvidas na atividade pesqueira artesanal, sendo responsáveis por uma produção que visa o fornecimento de proteína animal destinada ao consumo doméstico e também para comercialização, cuja renda garante a subsistência familiar, na revisão da literatura que trata sobre a atividade pesqueira na Amazônia observamos que são raras as pesquisas que utilizam uma abordagem de gênero. Os temas estão concentrados na avaliação dos estoques, na cadeia produtiva, produção e comercialização, e a ênfase recai sobre um agente desse setor produtivo, os homens[2], omitindo a presença e o trabalho das mulheres, seja para o fornecimento de proteína animal para alimentação, seja para geração de renda.

Esse dado deixa evidente que a atividade pesqueira tende a ser associada à captura dos animais e, com isso, desvinculam as atividades

2 Alguns estudos sobre sociedades pesqueiras da Amazônia que são referências: Veríssimo, 1970; Furtado 1990; Furtado, 1993; Petrere Jr., 1985 e 1992; Ruffino e Isaac, 1994; McGrath, Castro e Futema, 1994; Batista et al., 1998; Vianna, 1998; Queiroz; Sardinha, 1998; Batista et al., 2004; Santos e Santos, 2005; Petrere et al., 2007; Garcez, Botero e Fabré, 2009; Rapozo, 2010.

realizadas pelas mulheres, de confecção e reparos dos materiais de pesca e de pós-captura, como o processamento e a venda do pescado. Contudo, é preciso ir além e realizar pesquisas com abordagem de gênero que produzam dados sistemáticos e com profundidade sobre as formas de trabalho e a produção gerada pelas mulheres, nas áreas costeiras ou continentais, e que analisem as relações de gênero e formas de participação das pescadoras na governança da pesca e na tomada de decisão sobre a gestão e o acesso a recursos pesqueiros, como destacam vários pesquisadores (WILLIAMS, 2008; FRANGOUDES et al., 2008; THOMPSON, 1985; ALENCAR; SOUSA, 2014; ALENCAR, 2017; LENTISCO; LEE, 2014; BRUGERE, 2014; LENTISCO; ALONSO, 2012; WILLIAMS et al., 2012; HELLEBRANDT et al., 2013).

A pesca artesanal realizada em águas interiores da Amazônia é responsável pelo fornecimento de proteína animal para o consumo familiar e para a subsistência doméstica com a comercialização de excedente. Uma característica dessa pesca é o fato de ocorrer de forma dispersa, com os pescadores espalhados por rios e lagos, e de forma casual (PAYNE, 2000), ou seja, não é realizada de forma sistemática e constante. Tais características dificultam calcular o volume da produção, uma vez que a comercialização é feita na própria área de pesca, para comerciantes que fazem a intermediação com os mercados consumidores situados nos grandes centros urbanos[3]. Contudo, as estatísticas da produção pesqueira elaboradas na região tendem a destacar os homens como principais agentes dessa pesqueira, e ocultam agentes importantes da pesca, como as mulheres e as crianças, que desenvolvem cotidianamente essa atividade, como apontam alguns estudos (ALENCAR et al., 2016; ALENCAR et al., 2017; SOARES, 2012; SOARES; SCHERER, 2013; DIÓGENES, 2014).

De acordo com estudos realizados pela Organização das Nações

3 O método que tem sido utilizado nas pesquisas sobre estatísticas pesqueiras realizadas na Amazônia consiste em fazer a coleta de dados sobre captura e esforço pesqueiros, através de amostras coletadas em postos de desembarque do pescado em mercados de cidades que funcionam como polos regionais. Ver Isaac, Ruffino e Mello (2000) e Ferraz (2014).

Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO-ONU, 1990; 2012; 2016a; 2016b), essa falta de informações sobre o trabalho e a produção pesqueira das mulheres faz parte da realidade das pescadoras de vários países da América do Sul, e os dados disponíveis não informam sobre suas condições de vida, ou sobre as características da sua participação e volume de produção que elas geram (FAO, 2016). Segundo o documento final da *Primeira Reunião de Pontos Focais da Rede Latinoamericana das Mulheres do Sector Pesqueiro e Aquícola*, que ocorreu no Uruguai em 2000 (Mesquita 2000), a maioria dos países latino-americanos não tem informação quantitativa sobre a situação da mulher na pesca e na aquicultura. Ainda segundo dados da FAO (2016b), devido às estatísticas priorizarem

> en detalle el trabajo directo de producción en la pesca y la acuicultura realizado predominantemente por los hombres, el trabajo de las mujeres — por ejemplo en el marisqueo, el buceo, la elaboración poscaptura y la venta — no se reconoce o no se registra debidamente, pese a su contribución económica y estratégica al desarrollo del sector (FAO, 2016b, p. 12).

Outra crítica elaborada no documento é a falta de dados coletados com abordagem de gênero, e que reflete a falta de políticas públicas sensíveis às mulheres e às questões de gênero no setor pesqueiro. Nesse sentido, Lentisco e Alonso (2012, p. 106) também destacam que essa falta de pesquisa sistemática com abordagem de gênero contribui para que a "documentation of their contributions remains isolated as case studies, rarely appearing in the official statistics, due to most countries not collecting sex-disaggregated data on fisheries related matters" (WEERATUNGE; SNYDER, 2009, apud LENTISCO; ALONSO, 2012).

Com relação à caracterização da atuação das mulheres em projetos de gestão de recursos pesqueiros, Lentisco e Lee (2014) mostram que projetos de desenvolvimento que visam a gestão de recursos pesqueiros ao caracterizar o trabalho das mulheres fora das atividades de captura, ou seja, realizando atividades de pré- e pós-captura "has influenced

the manner in which gender issues have been taken into account in fisheries development projects: women are targeted through post-harvest and household support activities" (2014, p. 32). Portanto, é necessário recorrer a uma abordagem de gênero que seja capaz de alterar a maneira como se analisa o trabalho das mulheres na pesca, ampliando a observação para perceber formas de atuação nos projeto de desenvolvimento da pesca, procurando identificar se, e como, elas estão participando dos mecanismos e processos de tomada de decisão que envolvem as ações de gestão e governança da pesca artesanal (LENTISCO; LEE, 2014, p. 35), e também se tem acesso equitativo aos recursos pesqueiros e à renda.

Metodologia

Os dados utilizados neste artigo são parte de pesquisa desenvolvida entre os anos de 2014 e 2017 com o objetivo de elaborar o perfil sociodemográfico e caracterizar a forma de participação das pescadoras em quatro projetos de gestão de recursos pesqueiros desenvolvidos nas RDS Mamirauá e Amanã, estado do Amazonas[4] (ALENCAR; 2014; ALENCAR; PALHETA; SOUSA, 2015). A pesquisa utilizou métodos qualitativos e quantitativos para a coleta de dados, que se constituiu na realização de entrevistas formais, na aplicação de um questionário e no acompanhamento de várias atividades que são desenvolvidas no contexto do projeto ao longo do ano. No total foram 116 pescadoras, dentro de um universo de 144; pescadores que atuam na coordenação de projetos e lideranças de

4 Os quatro projetos de manejo de recursos pesqueiros são desenvolvidos em lagos situados no território das RDS Mamirauá e Amanã e são geridos por associações formadas por grupos de pescadores pertencentes a várias comunidades dessas duas RDS: o Acordo de Pesca do Jutaí-Cleto, o Acordo de Pesca do Jarauá, o Acordo de Pesca do Caruara, todos na RDS Mamirauá; e o Acordo de Pesca do Paraná Velho, na RDS Amanã. Os projetos contam com a assessoria técnica do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, através do Programa de Manejo de Pesca (PMP). Os pescadores e pescadoras estão filiados às Colônias de Pescadores Z-23 de Alvarães, Z-4 de Tefé, Z-32 de Maraã, e ao Sindicato de Pescadores de Maraã e de Alvarães (ALENCAR et al., 2017).

organizações de pescadores – Associações e Colônias de Pescadores dos municípios de Tefé, Maraã e Urani – aos quais pescadoras e pescadores estão vinculados.

Para avaliar a atuação das mulheres nesses projetos de gestão de recursos pesqueiros, a pesquisa adotou uma metodologia com enfoque participativo em gênero que tem sido aplicada em projetos de gestão de recursos naturais de base comunitária[5] que visam promover a sustentabilidade ambiental, a equidade social e de gênero (SCHMINK, 1999; AGUILAR; VALENCIANO, 1999). De acordo com Aguilar e Valenciano (1999), a abordagem de gênero é importante uma vez que nesses projetos "mujeres y hombres tienen necesidades, percepciones y realidades diferentes según su género/sexo, edad y visibiliza también las relaciones de poder al interno de la comunidade" (AGUILAR; VALENCIANO, 1999, p. 11). Portanto, a pesquisa considerou que o coletivo que desenvolve o projeto de manejo de pirarucus, o Acordo de Pesca do Jutaí-Cleto, não forma um grupo coeso, sendo necessário caracterizar as atividades das mulheres, os espaços de atuação e participação na tomada de decisões sobre a gestão dos recursos pesqueiros, e identificar questões de poder, de negociação e de resistência, conceitos centrais para compreender as relações de gênero em projetos de gestão de recursos naturais.

Para Lentisco e Alonso (2012), o uso de uma abordagem de gênero em projetos que visam o uso sustentável de recursos naturais pode contribuir "para alterar a visão sobre o gênero da pesca ao deslocar o foco para outros sujeitos que participam dessa atividade; e também contribuir para o reconhecimento dos papéis que as mulheres desempenham na pesca artesanal e para subsidiar políticas públicas para o setor (2012, p. 107). Eles também apontam alguns fatores que devem ser considerados na execução de projetos desse tipo, dentre os quais destacam: "improvement of social networks, promotion of

5 Uma característica dos projetos de manejo de recursos naturais com base comunitária é buscar o envolvimento da população local e incentivar a conservação; buscar reduzir o impacto negativo do uso dos recursos através do manejo comunitário adicionando valor aos recursos (BODMER et al., 1997, apud SCHMINK, 1999) e buscar garantir benefícios para que os manejadores conservem seu modo de vida e, ao mesmo tempo, contribuam para a conservação ambiental (SCHMINK, 1999).

women's leadership and business skills, improved access and control over resources and social capital, among others" (LENTISCO; ALONSO, 2012, p. 105).

Nesse sentido, o projeto de manejo analisado neste artigo se enquadra neste tipo de projeto, cuja especificidade é promover a administração da pesca pela construção de um sistema de governança ambiental, fundado na cooperação, na equidade de gênero no acesso aos recursos naturais e repartição dos ganhos, e criando as condições para que as mulheres participem do processo de construção e desenvolvimento (ALENCAR, 2013; ALENCAR; SOUSA, 2014; ALENCAR; PALHETA; SOUSA, 2015; ALENCAR et al., 2017). O acesso aos recursos pesqueiros por parte das mulheres tem relação com a situação econômica e o lugar que ocupam na cadeia produtiva da pesca, e também no contexto das comunidades. A escassez desses recursos afeta a vida de toda a família e tem implicação sobre o trabalho das mulheres, que precisam recorrer a várias atividades visando obter a renda necessária para garantir a subsistência da família.

Características dos projetos de manejo de recursos pesqueiros na RDS Mamirauá-AM

A pesca de pirarucus (*Arapaima gigas*) tem sido praticada na região Amazônica desde o período colonial. No século XVI foram criados os *pesqueiros reais* com o objetivo de tornar a pesca uma fonte de recursos financeiros sob o controle da Fazenda Real (VERÍSSIMO, 1970; FURTADO, 2002; MONTEIRO, 2010; SOARES, 2012). Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a estimativa do volume de carne seca e salgada de pirarucu desembarcada no porto de Belém, Pará, oriunda das áreas de várzea da Amazônia, foi estimada em cerca de 1.300 toneladas por ano (QUEIROZ, 2000). Contudo, na década de 1930, o volume dessa produção desembarcado nesse mesmo porto recuou para 300 toneladas (MENEZES, 1951, apud QUEIROZ, 2000, p. 32), fato que pode ser interpretado como um indicativo da redução expressiva dos estoques dessa espécie provocada pela exploração intensiva (QUEIROZ, 2000).

Nos anos 1970 a pesca intensiva realizada por pescadores urbanos, os *peixeiros*[6], que capturavam tanto os animais adultos quanto juvenis, teve grande impacto sobre os estoques de pirarucu nos lagos dessa região, fazendo com que os órgãos ambientais como o IBAMA-AM adotassem algumas ações, visando proteger essa espécie[7]. A partir de então a pesca, a comercialização e o transporte desta espécie somente pode ser realizada com a autorização deste órgão, mediante a elaboração de um plano de manejo (QUEIROZ; SARDINHA, 1999; AMARAL et al., 2011).

No início dos anos 1990, foi criada a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, e os moradores das comunidades situadas nessa unidade de conservação foram incentivados a desenvolver projetos de gestão de recursos pesqueiros. Em 1999 foi elaborado o primeiro projeto de manejo de pirarucus na RDS Mamirauá[8] executado por um coletivo de pescadores formado por moradores de várias comunidades situadas nessa RDS, e contou com a assessoria de pesquisadores e técnicos do Instituto Mamirauá (IDSM).

Atualmente, existem onze projetos sendo desenvolvidos com apoio técnico do Instituto Mamirauá, formados por coletivos de pescadores que residem nos pequenos povoados situados nas RDS Mamirauá e Amanã,

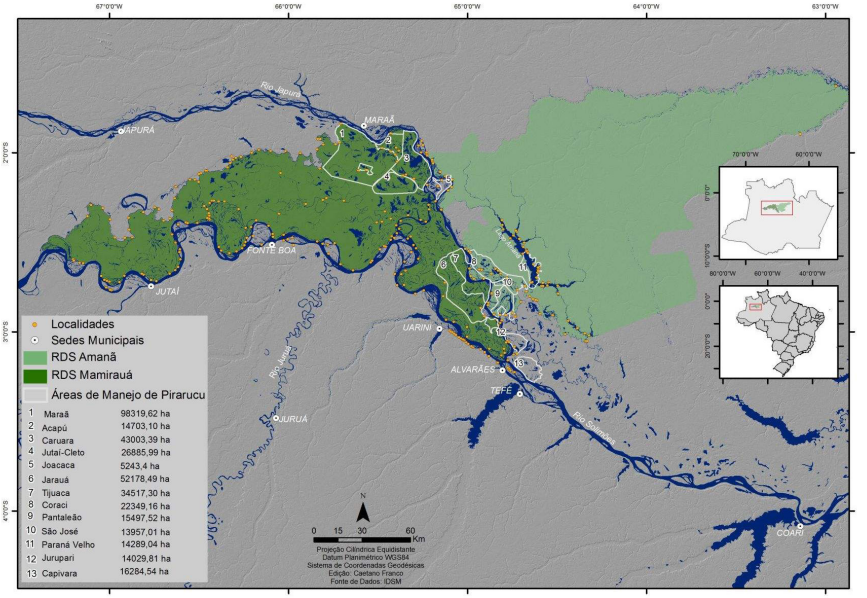
6 Segundo Souza e Val (1990), dados da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca do Amazonas (SUDEPE/ AM) mostraram que essa produção "passou de 1.751 toneladas em 1984 para 310 toneladas em 1988. Estes dados oficiais, porém, são controversos. Ao que parece, a produção vem sendo subestimada: sendo proibida a comercialização de animais com comprimento inferior a um metro e meio, as 'mantas' da carne de animais com comprimento inferior não seriam registradas" (SOUZA; VAL, 1990, p. 10).

7 Em 1989, o IBAMA elaborou uma Portaria (IBAMA N°.1534/89, de 20/12/89) estabelecendo um tamanho mínimo de captura dos pirarucus em 150 cm de comprimento total (AMARAL et al., 2011). Em 1991, criou novo decreto visando proteger o período reprodutivo, proibindo totalmente a pesca entre o dia 1° de dezembro e o dia 31 de maio (Portaria IBAMA N° 480, de 04/04/1991). Em 1996, outro decreto proibiu a pesca comercial de pirarucus por um período de cinco anos, o que levou a inclusão desta espécie na categoria de espécies ameaçadas de extinção (SANTOS; SANTOS, 2005; AMARAL et al., 2011).

8 Denominado de Projeto de Comercialização do Pescado (CPC) do Jarauá (ABREU, 2015), elaborado a partir de conhecimentos científicos produzidos por pesquisadores e conhecimentos tradicionais dos pescadores que geraram informações sobre os aspectos sociais e culturais da pesca de pirarucus, sobre a biologia e a ecologia da espécie, sobre as particularidades dos ambientes que servem de habitat dentre outros (QUEIROZ, 2000; CASTELLO, 2004; ARANTES et al., 2010).

e também nas áreas urbanas dos municípios de Tefé, Alvarães, Maraã e Uarini. Uma característica dos projetos é serem realizados por um coletivo de pescadores e pescadoras, residentes nas RDS Mamirauá e Amanã, ou usuários que residem na área urbana ou rural (AMARAL et al., 2011).

Figura 01. Mapa das RDS Mamirauá e Amanã com as áreas onde ocorrem os projetos de manejo de pirarucus.



Fonte: IDSM/PMP (2016)

Anualmente o IBAMA-AM autoriza a captura de certa quantia de peixes, a *cota*, cujo calculo é elaborado após o levantamento, no ano anterior, dos estoques dos animais nos lagos em regime de manejo[9]. O cálculo das quotas individuais, ou seja, a quantidade de peixes que cada participante do

9 A *cota* corresponde a apenas 30% dos pirarucus adultos contados nos lagos, conforme Instrução Normativa N° 34-2004/IBAMA. Os outros 70% dos adultos servem para reprodução e manutenção da espécie (AMARAL et al., 2011).

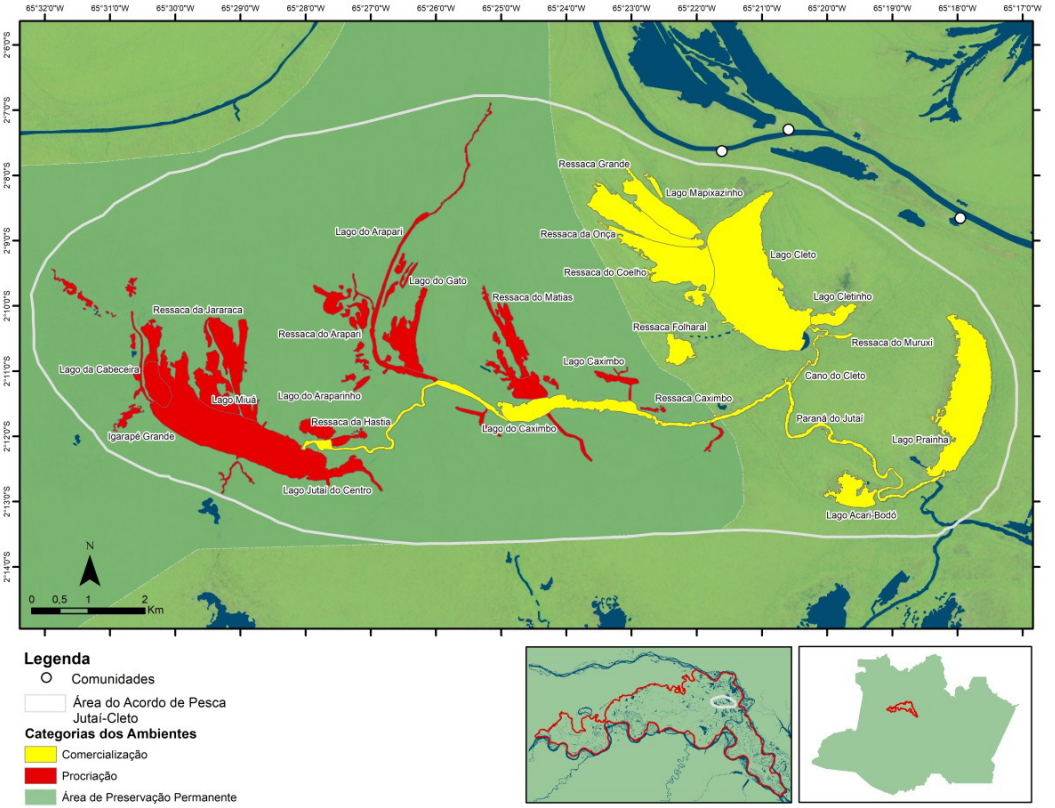
projeto deve receber é feita com base na sua participação nas várias atividades que são realizadas ao longo do ano. No projeto em análise as atividades são as seguintes: a) as reuniões mensais, as assembleias; b) a vigilância dos ambientes; c) a contagem dos animais nos lagos, para estimar a cota; d) a pesca dos peixes nos lagos manejados; e) evisceração e monitoramento da produção – pesagem, medição, colocação do lacre nos peixes; f) comercialização. Cada uma dessas atividades recebe um peso, de acordo com sua importância para o êxito do projeto, cuja somatória equivale a 100%.

Assim, para garantir a equidade na divisão dos peixes entre os manejadores e manejadoras, o coletivo elabora um conjunto de normas e critérios de participação que constam em um documento, o Regimento Interno (RI), que também prevê a perda de parte da quota individual, caso essas normas sejam infringidas. Embora a cooperação e a equidade sejam conceitos que norteiam a construção e execução do projeto, isso não significa que o coletivo de manejadores seja um grupo monolítico, pois conflitos de interesses existem e podem estar associados a conflitos diversos, tais como disputas por territórios pesqueiros (ALENCAR; SOUSA, 2012).

A forma de participação das mulheres na pesca manejada de pirarucus

No projeto de manejo Acordo de Pesca do Jutaí-Cleto, as atividades que ocorrem ao longo do ano são as seguintes: a) assembleias mensais dos sócios do projeto; b) vigilância/proteção diária dos ambientes manejados; c) contagem anual dos animais nos lagos, para estimar a cota; d) a pesca anual dos animais nos lagos na época do verão; e) a evisceração dos peixes antes de serem postos para gelar; f) monitoramento dos animais – pesagem, medição, colocação do lacre com identificação da origem, como sendo de área de manejo; g) comercialização. A participação das mulheres em todas as atividades está prevista no Regimento Interno. Contudo, a forma como o trabalho é organizado para a execução dessas atividades deixa evidente alguns marcadores de gênero, que influenciam na forma de participação e na frequência.

Figura 02. Área onde é desenvolvido o projeto de manejo Acordo de Pesca do Jutai-Cleto, RDS Mamirauá.



Fonte: IDSM/PMP (2018)

As mulheres realizam a maioria dessas atividades em parceria com os maridos, com filho/as ou outros homens e mulheres de seu grupo familiar. Mas existem atividades que elas assumem a responsabilidade por sua execução, como preparar e garantir a logística que dará suporte às atividades de captura dos peixes que ocorrem no verão nos lagos. Assim, elas são as

principais responsáveis pela montagem e manutenção dos acampamentos[10], pela lavagem das roupas de todos os membros da família, pelo preparo dos alimentos, a coleta de água da chuva, etc. Tais atividades, geralmente associadas ao gênero feminino, implicam numa sobrecarga de trabalho para as mulheres, enquanto os homens dispõem de mais tempo para realizar a pesca no lago. Contudo, como veremos adiante, na percepção dos homens, trata-se de uma atividade de cooperação, pois eles, homens, somente podem realizar a pesca se essa logística funcionar.

Na pesca que ocorre nos lagos as mulheres atuam como membro das equipes de pesca juntamente com os maridos, filhos, pais, irmãos e genros. Aquelas que não se envolvem diretamente na captura dos animais, por motivos diversos, ficam com a responsabilidade de preparar as refeições e as merendas – café, sucos ou refrigerantes – e fornecer água fresca aos membros da sua equipe de pesca. Elas acompanham os membros da equipe durante todo o dia, utilizando uma canoa grande, onde se pode encontrar um fogão a gás, utensílios domésticos, recipientes com água, etc. Para se protegerem do sol elas usam chapéus e grandes sombrinhas. E, quando necessário, elas também participam diretamente das pescarias, colocando a rede na água, recolhendo a rede, arpoando os pirarucus e fazendo o transporte dos animais até a base de logística onde serão medidos, pesados e eviscerados para serem colocados no gelo.

Dificuldades para realizar o trabalho na pesca manejada

As pescadoras entrevistadas apontaram algumas dificuldades que encontram no trabalho da pesca manejada, que podemos classificá-las como sendo de natureza cultural e ambiental. No primeiro caso,

10 Como os lagos onde ocorrem a pesca estão situados em locais distantes das comunidades, os manejadore(a)s têm dificuldades para fazer o deslocamento diário entre os dois espaços. Assim eles optam por fazer acampamentos para abrigar toda a família durante a temporada da pesca. São construídas barracas às margens dos lagos, nos pontos mais elevados, com uso de madeira retirada no local para fazer a armação, e lonas de plástico para cobrir e forrar o chão para evitar que a água da chuva molhe os mosquiteiros e demais objetos de uso da família. Ver Alencar e Sousa (2016).

destacamos a dupla jornada de trabalho, conforme mencionado acima. Após retornarem da pesca ao final do dia, elas terão que preparar o jantar, lavar as roupas usadas durante o dia por ela, filhos e marido, ou colocar as roupas de molho para lavar no dia seguinte. Uma estratégia adotada por elas para otimizar o trabalho é acordar mais cedo para fazer essas tarefas. Assim, quando o dia amanhece, é possível ver os varais com roupas a secar estendidos em frente aos acampamentos.

Algumas pescadoras podem não participar das pescarias que ocorrem nos lagos e visam a captura de pirarucus, seja porque estão doentes, sem condições físicas para realizar o trabalho árduo de pescar durante todo o dia, e sob o sol forte, seja porque precisam cuidar de filhos pequenos, ficando responsáveis por cuidar dos acampamentos, dos filhos ou netos pequenos. Algumas mulheres que possuem filhos pequenos encontram resistência dos maridos de participar dessa atividade, por considerarem que a pesca *é muito sofrida* para as mulheres. Nesses casos, é comum ouvir críticas a esses homens feitas por mulheres que atuam em todas as atividades, por entenderem que eles buscam proteger suas esposas, enquanto *se aproveitam* do trabalho das outras mulheres de seu grupo de parentela, por exemplo, para ter roupas lavadas e a comida pronta.

> *A nossa área aqui tudo... as mulheres vão também pescar... Elas vão ajudar nós a pegar o peixe para fazer a comida. O serviço delas é ajudar na comida, mas na hora de pegar o peixe no lago elas participam. Aí elas já estão ganhando a parte delas. E aí se, por acaso, elas não querem ficar na beira, querem é tá na canoa grande, aí pula na popa da canoa e vamos tirar o peixe da malhadeira. Aí elas já estão ajudando de novo. É assim [...] Elas vão fazer a comida e depois já vai ajudar nós, quando tão desocupadas. Aí já fica todo mundo junto pescando de novo [...] (Sr. D. S. comunidade S. F do Boia, 2015).*

> *A nossa ajuda, na nossa área de pesca, é assim. Nós faz os acampamento com lona, e deixa nossas coisinhas tudo debaixo. Aí tem horas que nós acompanha eles e tem horas que nós fica no acampamento pra fazer o café pra eles, pra fazer uma comida pra eles. Porque enquanto eles estão lá na pesca, eles não podem fazer*

comida pra comer. Então, nós que somos mulher, nós que faz o café, enche a garrafa. Aí eles vêm rápido e leva a garrafa com o frito. E quando não, nós assa o peixe rápido e eles já levam uma comida. E quando eles não podem vir a gente embarca na canoinha e vamos deixar lá pra eles, porque eles não podem deixar a malhadeira, pode o bodeco [filhote de pirarucu] entrar e morrer. Aí tem que ficar cuidando a malhadeira (Sra. R.M. comunidade S. F do Boia, 2015).

No que se refere aos fatores ambientais, as dificuldades estão relacionadas às condições climáticas como a chuva ou o sol intenso e o calor. A localização dos ambientes (lagos), geralmente distantes dos acampamentos, obriga os pescadores e pescadoras a permanecerem longos períodos sob o sol e a chuva. Outra dificuldade é o fato de alguns lagos não se comunicarem diretamente com outros cursos de água, obrigando-os a fazer parte do percurso por terra, pelo *varador*, carregando as canoas nas costas, para acessá-los, ou até mesmo fazendo o transporte dos peixes.

Apesar dessas dificuldades, a percepção das mulheres e homens sobre o trabalho na pesca manejada revela um paradoxo. De um lado, avaliam essa atividade como sendo *um trabalho dificultoso*, marcado pelo sofrimento, pelo cansaço. De outro, é visto como um tempo de divertimento, tempo de encontrar pessoas.

A mulher que é ajudante do esposo, ela passa o dia todo na proa da canoa. Quando não é na proa, é na popa. É o dia inteiro no lago. Aí o nosso marido vai explicando quando é pra soltar... É por aqui... Aí vai, vai... Agora arrodia pra cercar. Às vezes eles não têm muita paciência. Às vezes dão carão quando a gente erra. Mas é assim, às vezes discute um pouquinho. Aí faz de novo... Mas é divertido!! (Sra. L. comunidade S. F. do Boia, 2016).

Divertido assim, porque tá tirando aquele peixe e você sabe que você vai ganhar dinheiro. E é muita gente, aquela animação toda! Se eu chegar a tirar o meu peixe todo eu sei que eu vou tirar o meu dinheiro. Aí fica toda aquela alegria. Quando chega a noite, monta o acampamento, vai para o flutuante, outros ficam lá, naquela diversão deles toda! (Sra. N. C. comunidade S. F. do Boia, fev. 2015).

> *Elas gostam mesmo de estar lá, na pesca! A gente pede pra fazer a comida, mas elas querem estar lá na pescaria. É muito animada a pescaria, Deus me livre!! Vendo aqueles peixão, um monte, os cara matando. Acho muito animado! É animado! E as mulheres daqui, elas gostam mesmo! E se dizer pra elas não ir, elas vão achar ruim. Elas querem tá lá. Elas querem ficar todos juntos. É animado a pescaria! Quando o pessoal é mais pouco fica demais triste, fica tudo desanimado. E com muita gente não, tudo é animado! E um ajuda o outro. Não tem nada difícil. (Sr. D. S. comunidade S. F. do Boia, 2015).*

Algumas pescadoras aprenderam a pescar com os pais quando ainda eram crianças, enquanto outras aprenderam a pescar quando adultas, com os esposos, após o casamento[11]. A Sra. N. e suas irmãs M. e M. L., por exemplo, foram iniciadas na pesca quando crianças pelo pai que lhes ensinou a realizar vários tipos de pesca ao acompanhá-lo nas pescarias[12], e na fase adulta, continuaram a realizar a pesca como membro da equipe do pai, até o casamento. Elas dominam as técnicas de pesca de pirarucu que exige um conhecimento especializado do ambiente e da

11 Dados de pesquisa realizada com 116 manejadoras mostram que 24% iniciou o aprendizado na pesca com idade inferior aos 10 anos de idade; 65% com idade entre 10 e 18 anos. Essa faixa etária coincide com a idade em que as meninas assumem parte da responsabilidade de realizar a pesca voltada para a alimentação da família. Desse número total, cerca de 60% afirmaram que aprenderam a pescar com os pais, 23% com os maridos e 11% que aprenderam com os irmãos. Ou seja, a maioria das pescadoras teve figuras masculinas como mestres na iniciação na pesca. Apenas 12% afirmaram que o aprendizado ocorreu com a mãe (ALENCAR et al., 2017).

12 Situação análoga foi identificada por Rose Gerber em 2013 com pescadoras do litoral de Santa Catarina. Das 22 pescadoras com as quais interagiu, com idade entre 22 e 70 anos, "a maioria [foi] iniciada na pesca muito cedo com seus pais, entre os 8, 9, 10 anos de idade. Duas são viúvas; as demais são casadas. Algumas alternam o tipo de pescaria, dependendo da época do ano e se possuem redes apropriadas [...] Trata-se de mulheres cujas trajetórias são pautadas por dificuldades econômicas, de pobreza. Meninas que saíram da escola, pois tinham que trabalhar e que hoje são, as mais velhas, semi- ou totalmente analfabetas [...] Geralmente são as filhas mais velhas e foram chamadas sem que lhes perguntassem se queriam ou gostariam de trabalhar na pesca. Precisavam delas. E elas foram [...] Outras tiveram os maridos como seus mestres no aprendizado. Algumas foram, por sua vez, as mestras deles. Diziam-me que se acostumaram com o ofício. Ou que é só isso que sabem fazer" (GERBER, 2014, p. 50).

ecologia dessa espécie, que lhes permite realizar com êxito as pescarias. O aprendizado também implicou dominar diferentes tipos de técnicas de pesca e materiais (tecnologias) usadas nas pescarias, e a confeccionar alguns deles: tecer e consertar as redes de pesca; preparar espinhéis e os anzóis usados para fazer a pesca de caniço, dentre outros.

> *Quando nós era solteira, a gente ia pescar com o papai. Ele não tinha filho homem, era só nós de mulher. Aí ele levava a gente pra pescar de anzol, pescar de curral... Mas naquele tempo era só nós três, quatro com ele, porque ele não tinha filho homem, era só nós. Era eu, a M. e a M. N. A mamãe às vezes ia fazer comida pra nós, mas não pra botar malhadeira, arpoar de hástia. Então, por que que a gente sabe arpoar de hástia? Porque ele colocava a gente pra arpoar, pescar com ele, varar canoa, era assim [...] Porque ele não tinha filho homem, depois que ele veio ter. Mas a gente estava tudo grande [...] Nós cansemos de apanhar, assim, pegar carão do papai, pra gente aprender como tecer uma malhadeira, remendar. Tudo isso ele fazia pra nós (Sra. N. C. comunidade S. F. do Boia, 2015).*

Em várias regiões pesqueiras da Amazônia a pesca de pirarucus está associada aos homens, e o processo de aprendizagem das técnicas de pesca se configura como um tipo de rito de iniciação masculina, como destacou Murrieta (1999)[13]. O exemplo acima deixa evidente que as estratégias utilizadas pelo grupo doméstico para garantir sua subsistência implica alterar os marcadores de gênero ao iniciar as mulheres nas artes da pesca dessa espécie. Esse dado é importante para compreender os processos de ressignificação que estão ocorrendo no contexto dos projetos de manejo, cuja forma como está organizado o trabalho na pesca manejada permite que sejam alterados os espaços tradicionalmente ocupados pelos homens.

13 Em instigante artigo em que analisa as práticas e significados que envolvem a pesca de pirarucus na região do Baixo Amazonas, estado do Pará, Murrieta (1999) afirma que essa atividade é essencialmente masculina, e o processo de tornar-se um pescador de pirarucus pode ser compreendido como um verdadeiro rito de iniciação masculina, e de afirmação de um *ethos* de pescador. Afinal, não é todo pescador que tem capacidade e habilidade de tornar-se um pescador de pirarucus.

Da invisibilidade ao reconhecimento do trabalho como pescadora

As mulheres que participam do projeto de manejo de pirarucus realizam outras atividades de pesca ao longo do ano, que ocorrem em ambientes distintos e com uso de diversos tipos de materiais. No inverno elas realizam a pesca nos lagos, nas áreas de igapó, e no verão a pesca se concentra no rio, em parceria com esposos e filhos, e são responsáveis pelo trabalho de pré- e pós-captura, pela confecção e reparos dos materiais, e beneficiamento do pescado para ser comercializado. Parte da produção dessas pescas visa suprir as necessidades de consumo da família, e parte se destina ao mercado, sendo comercializada na própria comunidade ou, quando possível, nas áreas urbanas. A produção gerada por essa atividade é de grande relevância para a subsistência da família, mas a falta de materiais de trabalho – canoas, redes malhadeiras etc. - dificulta a regularidade da pesca e, consequentemente, essa variação na frequência da atividade faz com que esse trabalho não seja valorizado. As pescadoras, por sua vez, não se reconheciam como profissionais.

> *Durante o ano a pesca que a gente faz é pacu, que é na frente da comunidade, na [rede] tramalha. Também pesca pirapitinga. Eu vou com meu marido pra enseada pescar. Aí esse produto aí que a gente pesca – pirapitinga, pacu, a matrinchã – é pra levar pra cidade, pra vender. Esses peixes dá muito e eu gosto de pescar com ele. Eu gosto de pescar quando a malhadeira fica logo cheia, e quando não tá dando nada, meu Deus do céu...! (Sra. D. G. comunidade S. F do Boia, 2015).*

> *Muitas vezes a gente pensa que a pescaria da mulher é só quando a gente fala de manejo de pesca, mas é porque as pessoas só visam à pesca do pirarucu [...] Hoje o que faz a gente dividir essa parte da mulher não ser valorizada pelo homem, é porque ele só pensa na pesca do pirarucu, não pensa que ela pesca outros peixes, né, e bem fácil. Ela coloca a malhadeira e pega pacu, curimatã e pega outros peixes. E muitas vezes o peixe é vendável, né. Mas a gente não contabiliza isso, e não considera que ela*

> *é profissional naquilo lá. Só contabiliza se for o pirarucu. É que nós já se criamos assim com essa mentalidade, que pra mulher ser pescadora tem que matar o pirarucu. Mas não é. Ela pescando qualquer tipo de espécie de peixe ela é pescadora (Sr. E. O. Mapixari, jan. 2015).*

Essa pesca cotidiana e sazonal que as mulheres realizam ainda é invisibilizada para os elaboradores de políticas públicas e, até mesmo, para as organizações de pescadores e pescadoras. Essa invisibilidade é reforçada pela ausência de estudos que apontem o volume dessa produção ou a renda que ela gera. No contexto do projeto de manejo aqui analisado, constatamos que a participação das mulheres na pesca manejada está contribuindo para uma mudança significativa nos espaços de atuação das mulheres na pesca, e lançando luz sobre as outras modalidades de pesca que realizam. A pesquisa apontou que elas estão investindo parte da renda obtida com a venda do pirarucu na compra de materiais de trabalho como redes malhadeiras, canoas, arpões etc. Esse fato deixa evidente o processo de profissionalização da atividade e de tomada de consciência sobre sua identidade de pescadora.

> *A nossa pesca daqui, cada uma de nós, eu e as outras que estão envolvidas aqui [...] agora a gente já tem material. Quando não tinha ficava adulando um e outro. Agora já tem, e tudo depende da saúde da gente [...] Eu tenho a minha hástia, minha canoa, meu remo, tenho minha arpoeira. Aí na época do manejo para tirar o pirarucu a gente vai pra lá pro lago, e quando eles necessitam da gente na canoa deles para soltar malhadeira, pra colocar pra cercar o peixe, aí a gente vai pra ajudar eles. Aí quando eles terminam de cercar o peixe aí a gente fica arpoando no meio [do lanço]. Aí a gente tira o pirarucu tudinho do cercado que a gente faz com eles. Porque é cada qual na sua canoa [...] Aí quando termina de tirar o material d'água a gente vai pra outro local (Sra. N. comunidade S. F. do Boia, 2015).*

Além de poder comprar seus próprios materiais de pesca, as pescadoras também estão recorrendo a várias estratégias para otimizar

o trabalho na pesca, deixando de depender da disponibilidade de materiais do marido ou de terceiros. Nesse sentido, é comum que formem parcerias como outras mulheres de seu grupo familiar, ou com filhos e filhas e, dessa forma, tenham autonomia em termos de tomada de decisão para realização do trabalho, e aumentem sua produtividade. Essa autonomia inclui a decisão de escolher os locais onde realizam as pescarias e as horas mais adequadas, de acordo com as outras demandas que precisam atender. Portanto, para as pescadoras, realizar a pesca sem ter uma canoa ou não ter capacidade de tomar decisões são aspectos considerados negativos porque interferem na produtividade final da atividade.

> *A única coisa que eu não gosto de fazer na pesca é andar em popa. Pra pescar não. Eu não gosto de andar em popa de ninguém! Não fico assim satisfeita não. Como aconteceu agora nessa pesca do tambaqui, se eu tivesse na minha canoa, eu tinha pescado mais do que meu marido. Ele tinha pegado uma sueca de mim tranquilo. Mas mesmo na popa, eu ainda pesquei mais do que qualquer um que tava na proa [...] (Sra. M. comunidade S. F do Boia, 2015).*

> *A gente tem que estar comprando a malhadeira já pensando nas pescarias que vão ter. Assim, por exemplo, no ano que vem, tem a pesca da sulamba[14]. Eles falaram que iam negociar esse ano, então a gente já preveniu, aí foi pra Tefé e trouxe mais um pano de malhadeira. Agora na pesca da sulamba, eu não vou ficar no monitoramento, eu vou pra canoa pescar, também. Vai eu e ela [vizinha] pra pescar, pra ver quem pega mais! Quem vai pegar mais se é as mulher ou os homens! (Sra. D. G., comunidade S. F do Boia, 2015).*

A participação das mulheres na pesca manejada está contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das pescadoras e sua família. O acesso a uma renda regular cria condições para que a família realize projetos que vêm amadurecendo há vários anos tais como o acesso

14 *Osteoglossum bicirrhosum.*

a bens materiais, comprar uma canoa, um gerador de eletricidade, comprar uma casa na cidade, ou reformar as casas que já possuem.

> *Porque esse manejo foi uma coisa muito boa que aconteceu pra nós ribeirinhos. Antes a gente não tinha essa renda todos os anos. E agora, graças a Deus, com toda dificuldade, mas a gente tem essa renda. Foi muito bom. Muito bom mesmo. A gente tem como comprar os objetos da gente que antes a gente não tinha uma televisão, não tinha certas coisas que a gente tem hoje de objeto pra dentro de casa. Tudo que as pessoas tem hoje em dia na cidade a gente já tem no interior (Sra. L. comunidade S. F do Boia, 2015).*

A construção da equidade de gênero na gestão de recursos pesqueiros

É possível afirmar que os projetos de manejo, ao incluir em suas ações uma perspectiva de gênero, criaram condições para que as pescadoras tenham os mesmos direitos que os homens, participem de todas as atividades e das tomadas de decisão sobre o uso dos recursos pesqueiros. Essa equidade está registrada no Regimento Interno (RI), um documento que define as regras de funcionamento do projeto de manejo, cuja elaboração conta com a participação de todos os sócios e sócias que desenvolvem o projeto.

Contudo, algumas pescadoras encontram dificuldades para participar de todas as atividades, principalmente das atividades que exigem afastamento das casas por vários dias, como as atividades de vigilância dos ambientes onde é realizada a gestão da pesca, seja pela resistência de seus companheiros ou pelo fato de ter filhos pequenos. Uma estratégia utilizada para contornar essas limitações é criar grupos de vigilância formados por casais, ou marido, esposa e filhos. Assim, elas podem levar as crianças menores para os acampamentos ou bases de apoio e iniciá-las nesse trabalho de proteção da natureza.

A presença e o protagonismo das mulheres na pesca manejada de pirarucus têm sido marcada por controvérsias, e nos permite

compreender a inter-relação entre relações de gênero e divisão do trabalho na pesca, concepções sobre masculinidade e feminilidade, das atribuições dos papéis que cabem a homens e mulheres. Do ponto de vista das relações de gênero, as pescadoras estão cada vez mais reivindicando espaço nas tomadas de decisão e a valorização das atividades que realizam como sócias dos projetos de manejo (ALENCAR, 2013; ALENCAR; SOUSA, 2014; ALENCAR; PALHETA; SOUSA, 2015; ABREU, 2015; MIRANDA, 2015; PALHETTA, 2016; SILVA, 2016; SANTOS, 2017).

> *Então, é por isso que eu falo assim, que elas viviam tipo excluídas do próprio grupo. Às vezes, do marido, que nem conhecia que ela era a força dele também, ajudando lá a secar o peixe né, que ele só tinha o dever de pescar. Pescava, trazia o peixe: "– Tá aqui, fica aqui secando o peixe que eu vou atrás de outro de novo". Quem cuidava era ela, com os filhos, em casa né. Aquela luta delas ali eles não consideravam isso... Pra gente aquilo lá era tipo assim, a mulher tem só que cuidar do fogão lá, fazer o café, a comida e lavar roupa. Esse é o dever dela. Tipo uma obrigação que as pessoas criavam. Hoje descobriram que não é daquela forma, que hoje ela está atuando com essa força muito grande assim, e diz que "Agora nós somos pescadoras mesmo." (Sr. E. O. Mapixari, jan. 2015).*

Algumas mulheres que se destacaram na captura de pirarucus nos lagos receberam prêmios por terem pescado o maior animal. Fatos como esse reforçam o protagonismo das mulheres na pesca maneja, mas também suscitam comentários irônicos proferidos por alguns pescadores, às vezes seus próprios parentes, quando buscam causar algum tipo de constrangimento aos maridos dessas pescadoras. Dentre os comentários mais recorrentes destacamos: "Elas *sabem mais de pesca do que os próprios maridos"*; ou que "*Ela pesca que nem um homem"*; ou, ainda, "*Elas ensinaram os maridos a pescar porque quando casaram, eles não sabiam pescar"*. Contudo, é possível interpretar tais comentários como sendo uma forma de contestar uma inversão de valores, que diz respeito à entrada das mulheres em um espaço de atuação tido como

predominantemente masculino, para realizar uma pesca que está fortemente associada à afirmação da identidade de pescador.

> *Tem homem que sempre que é preconceituoso, que diz que a mulher "– Que que vai fazer no lago?" E diz que ela não garante... Mas tem uns que diz assim: "– Essa mulher sabe mais pescar do que um homem". E sempre eles ajuda a mulher. Mas tem uns que quer derrubar as mulher. Muitas vezes na reunião ainda aparece um desses, só que as mulheres não se calam um só minuto, quando estão na reunião. Elas falam mais do que os homens [...] Porque a gente não se cala um minuto nas reunião (Sra. N. C. comunidade S. F do Boia, 2015).*

Vale ressaltar que esse protagonismo das mulheres não pode ser traduzido em mudanças significativas nas relações de poder entre os gêneros. De acordo com P. Thompson (1985) a divisão sexual do trabalho em comunidades pesqueiras e o caráter do trabalho que as mulheres desenvolvem nem sempre refletem de maneira positiva em sua posição social no contexto das comunidades. A imagem dos homens na atividade pesqueira está estreitamente dependente do trabalho que as mulheres realizam em terra, pois quando estes se ausentam são elas que assumem a responsabilidade pelo sustento da família, o que poderia ser entendido como sendo uma evidência de que elas possuem certo poder (THOMPSON, 1985, p. 03).

Assim, o fato de as mulheres participarem em condições de igualdade aos homens, ou seja, poder pescar o mesmo número de peixes, caso atendam a todos os critérios estabeleceidos para os sócios do projeto de manejo pelo Regimento Interno, e obter uma renda proporcional, sinaliza a construção de uma relação de equidade no constexto de um projeto de gestão de recursos pesqueiros. Contudo, isso não necessariamente deve ser interpretado como evidência de que elas estão alterando as relações de poder no contexto das relaçoes familiares e das relações no contexto do grupo social onde vivem (ALENCAR; SOUSA, 2014).

A busca da equidade de gênero em todo o processo está permitindo

que as mulheres ocupem o espaço antes dominado pelos homens, e mostra a necessidade de repensar a associação desse tipo de pescaria com o gênero masculino, assim como os marcadores de gênero nos demais espaços e atividades que fazem parte desse projeto. A presença das mulheres em uma modalidade de pesca considerada masculino tende a afetar duplamente os atributos do papel masculino: de pescador – atividade à qual vincula sua identidade, seu *ethos* –, e o papel de provedor, ao permitir que as mulheres tenham oportunidades iguais de obter renda e, inclusive, ter autonomia para administrar essa renda. Também mostra como a reprodução dos papéis de gênero no contexto da pesca artesanal deve ser analisada atentando para as exceções, que permitem desconstruir pressupostos e preconceitos estabelecidos, como propõe Strathern (2006), e permite a equivalência e a substituição de gênero na realização de diversas atividades (ALENCAR, 1991), ou seja, *todos dois é uma coisa só*, como pode ser percebido a partir do registro da fala abaixo.

> *Elas trabalham no manejo, tem sua hástia, sua malhadeira, tem sua canoa, seu remo. E cada uma já vai procurar matar o pirarucu, com seu material, que igualmente é o do homem. Elas fazem igualmente o homem. Se o marido não tá, mas ela tá. Faz a mesma vez dele, a mesma pescaria. Porque tem casos assim que vai um casal né, ela fica de proera e, quando não, o marido fica na proa. É como eu estou lhe falando,* ***ali faz a vez de um e a vez de outro****. Se colocar ela pra soltar a rede, a malhadeira, né, ela vai soltar e o marido vai na proa; quando não o marido vai soltar a rede.* ***Todos dois é uma coisa só****. Todo tempo é assim o manejo que nos trabalha (Sr. D. S. comunidade S. F do Boia, 2015).*

A participação das mulheres no projeto está contribuindo para a valorização de outras atividades de pesca que realizam ao longo do ano, , para adquirir autonomia financeira e, possivelmente, redimensionar as relações de poder no espaço doméstico. Elas também estão buscando afirmar sua identidade como pescadora e o reconhecimento de sua

identidade ao se filiaram às organizações de pescadores – Colônias, Sindicatos e Associações. Desta forma, elas podem ser incluídas nas políticas públicas direcionadas à categoria dos pescadores e pescadoras artesanais – aposentadoria, acesso ao SDP, ao salário maternidade etc. Assim, a construção de redes (LENTISCO; ALONSO, 2012) e a participação nas organizações pode ser um passo inicial para que elas tenham um protagonismo maior nesses projetos[15] e, ao mesmo tempo, reforçar a lutas da categoria como um todo, para serem reconhecidas pelo Estado, através de políticas públicas, como profissionais, e não simples agentes de apoio à pesca.

Estudo realizado por Frangoudes et al. (2008) mostrou que para defender seus interesses as pescadoras da Galícia se articulam em redes e formam associações para promover a igualdade de gênero no setor das pescas. Indiretamente, elas defendem os interesses dos homens já que nesses processos políticos as esposas de pescadores também se mobilizam e criam associações para cobrar dos estados nacionais políticas eficientes para o setor pesqueiro artesanal (2008, p. iv). Estudos como esse podem contribuir para demonstrar a importância do trabalho das mulheres com o desenvolvimento de uma pesca sustentável e para a melhoria na qualidade de vida das comunidades pesqueiras.

Considerações finais

Neste artigo procuramos analisar o modo como ocorre a participação das mulheres em um projeto de manejo de recursos pesqueiros, o Acordo de Pesca do Jutaí-Cleto, com base em dados coletados por meio

15 Um exemplo de estratégia usada pelas pescadoras para superar a resistência dos homens à sua presença nos projetos de manejo é se organizar em associações, e formar redes, como é o caso das manejadoras da Z-32 de Maraã que criaram o GMA, e através deste grupo passou a reivindicar mais espaço dentro de uma organização que é a Colônia Z-32. Elas Também buscaram apoio do poder público, para executar projetos como a construção da sede da Colônia, que beneficiam o coletivo dos pescadores como um todo (PALHETTA, 2016; ALENCAR et al., 2015). São ações estratégicas que elas realizam e que podem criar novas oportunidades para o setor pesqueiro.

de pesquisa empírica junto aos participantes desse projeto que residem em comunidades situadas na RDS Mamirauá. O objetivo do artigo foi descrever as atividades e analisar mudanças na percepção sobre o trabalho e o lugar das mulheres nas atividades de pesca a partir do seu envolvimento nesse projeto.

Na análise procuramos destacar que esse projeto está contribuindo para tornar visível o trabalho das mulheres no espaço da pesca artesanal na Amazônia. Elas foram incorporadas como sujeitos ativos, participando das discussões relacionadas ao acesso e controle dos recursos pesqueiros e, sobretudo, da importância de adotar práticas que permitam sua conservação. A adoção de uma perspectiva de gênero na execução desse projeto, e que orientou a busca da equidade na elaboração das normas de participação, permite que elas participem dos processos de discussão e tomada de decisão sobre o acesso aos recursos pesqueiros e repartição da renda e assumam cargos dentro do coletivo que desenvolve o projeto. Tudo isso está contribuindo para o empoderamento das pescadoras.

As informações aqui apresentadas podem contribuir para dar visibilidade à participação das mulheres na pesca artesanal e na gestão de recursos pesqueiros, e influenciar mudanças nas políticas públicas voltadas a este setor, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento do seu trabalho e da sua identidade como pescadoras. Também pode contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas ao setor pesqueiro artesanal e à categoria dos pescadores e pescadoras artesanais que valorizem as mulheres e sejam orientadas para a equidade de gênero no acesso aos recursos.

Os dados apresentados apontam para a importância desses projetos para a conservação de certas espécies, como o pirarucu, para as formas de participação das mulheres nas ações de conservação e na geração de renda, e para compreender as relações de poder e formas de atuação das mulheres nas tomadas de decisão. Contudo, não permitem ampliar a análise para a região como um todo, considerando-se a diversidade de situações social, política e ambiental nas quais as pescadoras estão inseridas. Portanto, é preciso realizar mais estudos em diferentes

contextos, de forma pontual, para compreender como esses e outros fatores estão contribuindo, de fato, para mudanças na vida social e política das pescadoras dessa região da Amazônia.

Agradecimentos

Ao CNPq (Processo: 471026/2014-0) pelo suporte financeiro; ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM-OS/MCT) pelo apoio financeiro e logístico para realizar as viagens de pesquisa de campo; à coordenadora e técnicos do Programa de Manejo de Pesca (PMP) do IDSM; às pescadoras e pescadores e lideranças do projeto Acordo de Pesca do Jutai-Cleto; à Adriana Abreu e Sandra Palhetta pelo diálogo, leitura e sugestões.

Referências

AGUILAR, L.; VALENCIANO, G. B. *QUIEN BUSCA... ENCUENTRA: elaborando diagnósticos participativos con enfoque de género* 1. ed. UICN/Absoluto. São José, Costa Rica, 1999. 82p.

ABREU, A. G. *As relações de gênero no contexto da pesca manejada de pirarucu da comunidade São Raimundo do Jarauá, RDS Mamirauá, AM.* Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais. UFPA. 2015.

ALENCAR, E. F. *O papel das mulheres na governança da pesca e na gestão de recursos pesqueiros na região do rio Jaupura*, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Amazonas. Projeto de Pesquisa. 2017.

_____. Mulheres pescadoras e a conservação ambiental de recursos pesqueiros na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (Am), p.21-49. In: *Trabalhadores e trabalhadoras na pesca*: ambiente e reconhecimento. (Org.). SCHERER, E. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

ALENCAR, E. F. e SOUSA, I. S., Mapeamento territorial e diagnóstico socioambiental de comunidades rurais situadas nas RDS Amanã e Mamirauá, Am. Relatório Técnico. Projeto de Pesquisa. Tefé. 2012.

ALENCAR, E. F.; ALENCAR, E. F.; GONCALVES, A. C.. Modos de Interação com o Ambiente e Estratégias de Subsistência dos Moradores da Várzea do Rio Japurá (AM) In Fragmentos de Cultura (Online). , v.24, N 2, 2014, pp 303-317.

ALENCAR, E. F., e SOUSA, I. S. Tradição e Mudanças no modo de viver e habitar a várzea do médio rio Solimões, AM. *Iluminuras* (Porto Alegre)., v. 17, 2016, pp.203 232.

ALENCAR, E. F., et al. Gênero, Pesca e Ambiente: caracterização do trabalho e perfil sociodemográfico das mulheres pescadoras que participam de projetos de manejo de recursos pesqueiros nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, Am. Relatório Final de Pesquisa. CNPQ- Processo 471026/2014-0 - Belém, 2017.

ALENCAR, E. F.; PALHETA, S. P.; SOUSA, I. S. Trabalho na Pesca, ação política e identidade: as mulheres da Colônia de Pescadores Z-32 de Maraã, Amazonas, p. 40-51 In: SCHERER, Elenise Faria (org.) *Aqui estamos nós:* entre as águas dos mares, nas águas dos rios, nas terras de trabalho na pesca artesanal. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

AMARAL, E.; SOUSA, I. GONÇALVES, A. C.; BRAGA, R.; CARVALHO, G, RONAN, P. e VILENA, J. *Manejo de pirarucus (Arapaima gigas) em lagos de várzea de uso exclusivo de pescadores urbanos*: baseado na experiência do Instituto Mamirauá junto à Colônia de Pescadores Z-32 de Maraã na cogestão do complexo de Lagos do Pantaleão, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Amazonas, Brasil. RDSM. 76 p. Tefé: IDSM, 2011.

ARANTES C.C, Castello L, Stewart D.J, Cetra M, Queiroz H.L. Population density, growth and reproduction of arapaima in an Amazonian river-floodplain, p. 455-465. *Ecology of Freshwater Fish 19*, 2010.

AYRES, José Márcio, MOURA, Edila. F., LIMA-AYRES, Deborah de M. Estação Ecológica Mamirauá: o desafio de preservar a várzea na Amazônia. In: *Trópico em Movimento*: alternativas contra a pobreza e a destruição ambiental no trópico úmido. Belém: UFPa, POEMA, 1994.

BATISTA, V. S.; ISSAC,V. J. e VIANA, J. P. "Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia". Em RUFINO, M. L. (ed.). *A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira*. ProVárzea. Manaus, Ibama, 2004, pp. 63-152, 268 p.

BATISTA, V.S. Distribuição, dinâmica da frota e dos recursos pesqueiros na Amazônia Central. *Tese (Doutorado)*, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/Fundação Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas. 1998, 282 p.

BRUGERE, Cecile. Mainstreaming gender in transboundary natural resources projects – the experience of the Bay of Bengal Large Marine Ecosystem (BOBLME) project, *Environmental Development 11*, 2014, p. 84-97. Disponível em: <https://bit.ly/2LeHOQi>. Acesso em: dez. 2017.

CASTELLO, L. A Method to Count Pirarucu *Arapaima gigas*: Fishers, Assessment, and Management. , p. 379-389. *North American Journal of Fisheries Management*. American Fisheries Society 2004.

DIOGENES, Antônia Mara Raposo. As camaroeiras, as pescadeiras e o arreio: pesca artesanal do camarão e conservação ambiental em comunidades de várzea no município de Parintins-AM. *Dissertação* (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas. 2014. 137 p.

FAO. El estado mundial de la pesca y la acuicultura: contribución a la seguridad alimentaria y la nutrición para todos. Roma. 224 p., 2016a.

FAO. El rol de la mujer em la pesca y la acuicultura en Chile, Colombia, Paraguay y Perú: integración, sistematización y análisis de estudios nacionales informe final. Orgs. Cecilia Godoy A. (Chile) Hermes Orlando Mojica Benítez (Colombia) Viviana María Ríos Morinigo (Paraguay) David H. Mendoza Ramírez (Perú). FAO. Oficina Regional para América Latina y el Caribe. Santiago de Chile, 2016b.

FAO. *El estado mundial de la pesca y la acuicultura. Departamento* de Pesca y Acuicultura de la. FAO. Oganización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación, Roma, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2GfkSSi>. Acesso em: nov. 2017.

FAO. Rol de la mujer en la pesca artesanal en America Latina y estratégias para mejorarlo. *Oficina Regional para a América Latina y el Caribe*. Santiago, 1990, 36p.

FERRAZ, Pollianna. Monitoramento pesqueiro no médio Solimões, p. 1-4. *Boletim do Desembarque Pesqueiro*, Tefé, v. 5, n. 9, jan./jun. 2014.

FRANGOUDES, K., CARROL, M.; HOLMYARD, N.; MARUGÁN-PINTOS, B.; PASCUAL-FERNÁNDEZ, J.; RÖNN, C.; QUIST, C. El papel de las mujeres en el desarrollo sostenible de las zonas de pesca. Comisión de Pesca del Parlamento Europeo. Bruselas, Parlamento Europeo, 2008.

FURTADO, L. Pesqueiros reais e pontos de pesca, p. 03-24. T*raços da territorialidade haliêutica ou pesqueira amazônica*, v. 18, n. 1. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. 2002.

FURTADO, L. G. *Pescadores do Rio Amazonas. Um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. 486p. MCT.CNPq-Museu Emilio Goeldi. Tese de Doutorado, 1993.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. *Características gerais e problemas da pesca amazônica no Pará*. Bol. Mus. Pa. Emilio Goeldi, Ser. Antropologia 6 (1), 1990. 93p.

GARCEZ, D. S., BOTERO, J. I. S. & FABRÉ, N. N. Caracterização das Pescarias de Subsistência e Comercial Praticadas por Ribeirinhos de Áreas de Várzea em Manacapuru, Baixo Solimões, Amazonas, Brasil. *Bol. Téc. Cient. Cepnor*, Belém, v. 9, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2SDR2YW>. Acesso em: nov. 2017.

GERBER, R. M. Uma aventura antropológica: a perda da inocência, p.1-38. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 23, 2014.

HELLEBRANDT, L., RIAL, C., e LEITÂO, M. R. de F. A., Contribuições das teorias de gênero para a discussão sobre mulheres na pesca artesanal. In: II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Belo Horizonte, 2013. >https://www.researchgate.net/publication/264607525_CONTRIBUICOES_DAS_TEORIAS_DE_GENERO_PARA_A_DISCUSSAO_SOBRE_MULHERES_NA_PESCA_ARTESANAL. Acesso em Nov 2017.

LENTISCO, Angela; ALONSO, Enrique. On Gender Mainstreaming Strategies and Tools in Fisheries Development Projects: RFLP Gender Strategy and Lessons from the Asia-Pacific Region, p. 105-117. Asian Fisheries Society. *Gender in Aquaculture and Fisheries*: Moving the Agenda Forward Asian Fisheries Science Special Issue. v. 25S, 2012.

LENTISCO, A., LEE, R. Beyond Fish Processors and Caregivers: Women as Primary, Secondary and Tertiary Fish Users. *Gender in Aquaculture and Fisheries: Navigating Change Asian Fisheries Science Special Issue 27S* (2014): 33-42.

McGRATH, D. G.; CASTRO, F.; FUTEMMA, C. R. Reservas de lago e o manejo comunitário da pesca no baixo Amazonas:

uma avaliação preliminar, p. 389-420. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (Eds.). *Amazônia e a crise da modernização*. Belém-PA, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

MESQUITA, Eliana F. M., O Papel da Mulher Brasileira no Setor Pesqueiro. In: *Primera Reunión de Puntos Focales de la Red Latinoamericana de las Mujeres del Sector Pesquero-Acuícola*. Informe Final. 5 y 6 de octubre del 2000. Disponível em: <https://bit.ly/2BhlGAy>. Acesso em: nov. 2017.

MIRANDA, G. S. Pescadoras consideradas: *O trabalho das mulheres de São Francisco do Boia em atividade pesqueira*. 45f. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais – ênfase em Antropologia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará Belém-PA, 2015.

MONTEIRO, M. Y. *O pescador*: histórias, instrumentos, técnica e folclore. Manaus: EDUA-UFAM, 2010.

MURRIETA, R. S. A Mística do Pirarucu: pesca, ethos e paisagem em comunidades rurais do baixo amazonas, p. 113-130. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n. 16, dez., 1999.

PALHETTA, S. P. *"Mulher pesca? "Pesca mesmo!"*: estudo sobre o trabalho e estratégias das pescadoras da Colônia de pescadores z-32, de Maraã- AM. Dissertação de Mestrado. PPGSA-UFPA. Belém-PA, 2016.

PAYNE, Ian. THE CHANGING ROLE OF FISHERIES IN DEVELOPMENT POLICY. *Natural Resource perspectives*, n. 59, jun. 2000.

PETRERE JR, M. *A pesca comercial no rio Solimões-Amazonas e seus afluentes*: análise dos informes do pescado desembarcado no mercado municipal de Manaus (1976-1978). Manaus: Ciência e cultura, 1985.

PETRERE Jr., M. As comunidades humanas ribeirinhas da Amazônia e suas transformações sociais, p. 31-68. In: DIEGUES, A. C. (ed.). Populações humanas, rios e mares da Amazônia. *Anais do IV Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil*, São Paulo, 1992.

PETRERE Jr., M.; BATISTA, V. S.; FREITAS, C. E. C.; ALMEIDA, O. T.; SURGIK, A. C. S. Amazônia: ambientes, recursos e pesca. In: Edições IBAMA. *O setor pesqueiro na Amazônia*: análise da situação atual e tendências do desenvolvimento a indústria da pesca, p. 11-17. Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea, IBAMA / ProVárzea, Manaus, 2007.

QUEIROZ, H. L. *Natural history and conservation of pirarucu, Arapaima gigas, at the Amazonian várzea*: red giants in muddy waters. PhD-Thesis, 226 p. St. Andrew (UK): University of St. Andrews. 2000.

QUEIROZ, H. L.; SARDINHA, A. D. A preservação e o uso sustentado dos pirarucus em Mamirauá p. 108-141. In: Queiroz, H.L.; Crampton, W. G. R Eds. *Estratégias para o manejo de recursos pesqueiros em Mamirauá*. Brasília: Sociedade Civil Mamirauá. Ministério de Ciência e Tecnologia. Conselho Nacional de Pesquisa, 1999.

RAPOZO, P. H. C. *Territórios sociais da pesca no Rio Solimões*: usos e formas de apropriação comum dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso. 272f. Dissertação (Mestre em Sociologia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM, 2010.

RUFFINO, M. L.; ISAAC, V. J. Las pesquerias del bajo Amazonas: problemas de manejo y desarrolo, p. 37-46. *Acta Biologica*, Venezuela, v. 15, n. 2, 1994.

SANTOS, G. M.; SANTOS, A. C. M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia, p. 165-182. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 54, 2005.

SCHMINK, M *Marco Conceitual sobre Gênero e Conservação com Base Comunitária*. Flórida: Universidade da Flórida, (Série de Estudos de Caso sobre Gênero, Participação Comunitária e Manejo dos Recursos Naturais, N. 01). (1999).

SILVA, E. C, S., Estudo sobre a participação das mulheres nas atividades de manejo de recursos pesqueiros desenvolvidas pela Associação de Produtores do Setor Caruara (APSC), RDS Mamirauá, AM. *Monografia* (Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal do Pará. Belém, 2016.

SOARES, S. M. Descaindo a rede do reconhecimento: as pescadoras e o Seguro Defeso na comunidade Cristo Rei no Careiro da várzea-AM. Manaus. *Dissertação* (Mestrado Cultura e Sociedade) Universidade Federal do Amazonas. 2012.

SOARES, S. M. & SCHERER, E. Pescadoras mesmo: seguro defeso e reconhecimento no lago do Rei no Amazonas, In: *Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento* (Org.) SCHERER, E. 1ª. Ed. - Rio de Janeiro: Garamond, 2013 pp.79-105.

SOUZA, A. P. S. e. As mulheres pescadoras e a gestão de recursos pesqueiros na RDS Amanã: o caso do Acordo de Pesca do Paraná Velho. *Monografia* (Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal do Pará. Belém, 2017.

SOUZA, R. H. de S., e VAL, A. L. O gigante das águas. *Ciência hoje*. Vol. 11/N. 64, 1990. Pp.09-12.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dadiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*- Campinas-SP. Editora da Unicamp. 2006.

THOMPSON, Paul. Women in the Fishing: The Roots of Power between the Sexes. *Comparative Studies in Society and History*, p. 3-32, v. 27, n. 1, Cambridge University Press. jan., 1985.

Disponível em: <https://bit.ly/2EsgU7e>. Acesso em: dez. 2017.

VERÍSSIMO, J. *A pesca na Amazônia*. Belém: UFPA, 1970.

VIANNA, J. P. Manejo dos Recursos Pesqueiros na Reserva de desenvolvimento Sustentável Mamirauá. In: *Anais do III Simpósio Nacional de Ciências da Engenharia Ambiental*. Experiências em Direção do Desenvolvimento Sustentável: 20-22). Escola de Engenharia de São Carlos, Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada. São Carlos-SP, 1998.

WILLIAMS, M. J.; M. PORTER, P.S.; CHOO, K.; KUSAKABE, V.; VUKI, N.; GOPAL, M. Bondard-Reantaso. Gender in Aquaculture and Fisheries: Moving the Agenda Forward. 276p. *Asian Fisheries Science* (Special Issue), 25S. 2012.

WILLIAMS, M. J. Why Look at Fisheries through a Gender Lens? p. 180-185. *Development, 51*. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2RPJ92t>. Acesso em: dez. 2017.

AS MULHERES NA PESCA ARTESANAL NO ESTUÁRIO DA LAGOA DOS PATOS-RS: CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO NO BENEFICIAMENTO DO CAMARÃO[1]

Luceni Hellebrandt
Tatiana Walter
Jéssica Fischer
Lúcia F. S. de Anello

A pesca artesanal é caracterizada por um processo socioprodutivo que tem como referência o saber-fazer, a tradicionalidade e a participação da família e/ou da vizinhança na atividade. Para sua realização, uma série de etapas envolvendo a confecção ou manutenção dos meios de produção, a obtenção dos insumos, a captura de espécies aquáticas, o beneficiamento e o tratamento destinados à sua conservação culminam em produtos ou subprodutos que podem ser denominados de pescado, catados, mariscos, dentre outros e são destinados ao consumo próprio e/ou à comercialização (WALTER; WILKINSON; SILVA, 2012).

Tal atividade – que articula o processo produtivo ao reprodutivo – demarca uma preocupação com a manutenção de seus integrantes, e não com a acumulação do lucro. Não menos relevante é sua multiespecificidade, em que pescadores(as) capturam uma diversidade de espécie concomitantemente, ou ao longo do ano, ampliando as estratégias para sua manutenção produtiva e demonstrando grande conhecimento acerca das condições ambientais e do ciclo de vida das espécies alvos da captura.

1 Pesquisa financiada pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do estado do Rio Grande do Sul (SDR) por meio do projeto "Análise da Cadeia Produtiva dos Pescados oriundos da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar no estado do Rio Grande do Sul".

A despeito de parte dos(as) pescadores(as) serem proprietários(os) de seus meios de produção, é comum que haja algum grau de divisão social do trabalho. Outra característica presente é o fato de seus(uas) integrantes atuarem em partes distintas da produção ou sobre espécies e ambientes diferenciados. Ou seja, homens, mulheres e jovens atuam de forma concomitante ou em etapas complementares do processo produtivo com vistas à obtenção do produto final de seu trabalho, comumente familiar ou coletivo.

Contudo, o enfoque predominante da gestão pesqueira[2] na etapa de captura e a maior ênfase sobre a pesca marítima – decorrente do processo de mercantilização e industrialização da pesca após a II Guerra Mundial[3] – têm tornado invisíveis aqueles integrantes que atuam em outras etapas que não a captura, bem como aqueles que atuam sobre ambientes costeiros, a exemplo dos manguezais. Consequentemente, diferenciação e divisão do trabalho resultam em desigualdade e exclusão social: de gênero, de idade e entre grupos que atuam em pescarias distintas. Condições que demarcam políticas públicas e direitos sociais, ainda que escassos e insuficientes, focados apenas nos homens com atuação na captura da pesca marítima.

Este trabalho visa revelar a participação das mulheres na atividade pesqueira e suas condições de trabalho com o intuito de romper com este padrão que trata a atividade pesqueira como atividade masculina. Mulheres estas que comumente atuam no beneficiamento do pescado, mas que também extraem ou capturam recursos costeiros. E, em muitas situações, atuam nestas e em outras etapas do processo produtivo, conforme descrito por Walter; Wilkinson; Silva (2012).

Segundo a Food Agriculture Organization (FAO), as mulheres são 19% dos trabalhadores estimados com participação na etapa de captura mundial de pescado e, quando somadas aos demais setores de processamento e comércio do pescado, elas totalizam 50% da força de trabalho em pescarias artesanais (FAO, 2016), e ainda representam 90% da força de trabalho que

2 A gestão pesqueira é caracterizada pelo processo decisório que visa à regulação do setor pesqueiro. Tal processo apoia-se principalmente nas características biológicas da espécie-alvo das pescarias (DIAS NETO, 2010).

3 Para melhor compreensão do processo de mercantilização e industrialização da atividade pesqueira, sugere-se a leitura de Diegues (1983).

atua no beneficiamento (FAO, 2014). Na Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, estima-se que quase 30% dos envolvidos na atividade pesqueira artesanal do estuário da Lagoa dos Patos sejam mulheres, com atuação em mais de uma etapa da cadeia produtiva concomitantemente (FAO, 2013 p. 18). Apesar destes números, pouco se fala sobre a participação das mulheres na atividade pesqueira.

A invisibilidade das mulheres na pesca é agravada pelo histórico de subordinação das mulheres em geral, característica da sociedade patriarcal em que vivemos. No Brasil, até a Constituição de 1988, não havia permissão legal para mulheres trabalharem na pesca (FAO, 2013), "a trabalhadora rural, incluindo a pescadora, era definida como dependente do cônjuge, a quem cabia o pleno gozo dos direitos sociais e previdenciários" (MANESCHY, 2013, p. 42), e "até 1979 as Colônias de Pesca eram controladas pela Marinha de Guerra, instituição que não aceitava mulheres em seu quadro de trabalhadores" (LEITÃO; LEITÃO, 2012, s.p.).

Joan Scott (1990) discorre acerca da importância do debate sobre igualdade de gênero. Para Scott, *gênero* é um elemento constitutivo de relações sociais, que envolvem relações de poder estabelecidas no contexto social, cultural, político e econômico (SCOTT, 1990). Para promover a igualdade de gênero na pesca, uma amplitude de estudos interdisciplinares vem se desenvolvendo. MacDonald (2005) indica que a motivação em pesquisas sobre gênero e pesca está na visibilidade sobre a contribuição das mulheres na atividade, sobretudo documentando a importância do esforço de trabalho não pago, realizado em regime de economia familiar e na comunidade. Este esforço de documentação esclarece a relação entre trabalho pago e trabalho não pago e a necessidade de reconhecimento das contribuições das mulheres, tanto para a segurança social, quanto para o desenvolvimento da atividade e da comunidade, quanto, inclusive, para as políticas de gestão pesqueira.

Nesse sentido, este texto visa suprir uma lacuna de informações sobre as condições das mulheres que atuam na pesca artesanal do estuário da Lagoa dos Patos, com ênfase ao beneficiamento do camarão. Por meio de uma caracterização do trabalho realizado por elas, apresentamos aqui dados

que destacam suas participações na formação da renda familiar, condições de trabalho e os principais problemas vivenciados no exercício desta atividade.

Assim, ao enfatizarmos o beneficiamento do camarão, desejamos demarcar uma relação de trabalho específica, desempenhada, se não 100%, majoritariamente por mulheres, coadunando-a ao debate sobre gênero. Contudo, é importante demarcar a multiespecificidade da pesca artesanal e que esta atividade, beneficiamento do camarão, constitui parte das estratégias das trabalhadoras na pesca artesanal em geral. Ou seja, as mulheres que "limpam camarão" também "limpam e fileteiam" e contribuem com outras etapas da atividade, conforme necessidade da dinâmica produtiva da pesca artesanal.

Procedimentos de pesquisa

A pesquisa em tela tem como enfoque analítico os sistemas agroalimentares, articulando a abordagem de cadeia produtiva (BATALHA; SILVA, 2007) à Sociologia Econômica. Este enfoque busca compreender as relações que estão imbricadas nas diversas etapas que compõem a pesca artesanal e conhecer os sujeitos que se situam ao longo dela, ao mesmo tempo avalia os fatores político-institucionais que influenciam as distintas etapas. Tal proposição visou compreender as relações sociais que demarcam a pesca artesanal como um todo, por meio de uma abordagem sistêmica. Neste texto, são destacados os aspectos constitutivos das relações de gênero.

Apesar de pouco utilizado em pesquisas sobre a cadeia produtiva do pescado, ao menos duas publicações explicitam a contribuição deste aporte à análise sobre gênero: Phyne; Mansilla (2003), que analisam a cadeia produtiva do salmão no Chile, evidenciando maior precariedade nas condições de trabalho das mulheres; e Walter; Wilkinson; Silva (2012), que caracterizam a cadeia produtiva dos catados no litoral baiano, no Brasil, denotando como o processo de degradação da zona costeira reflete na precarização das condições de trabalho das mulheres.

Os procedimentos adotados foram orientados pela Pesquisa Social Qualitativa envolvendo: i) Revisão Bibliográfica; ii) Observação Participante por meio de conversas informais durante as visitas às comunidades e

durante o acompanhamento de reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos[4]; iii) Entrevistas em Profundidade com mulheres pescadoras; iv) Oficinas participativas nas comunidades pesqueiras.

O trabalho de campo foi realizado entre os anos de 2013 e 2014 em quatro municípios do estuário da Lagoa dos Patos: São Lourenço do Sul, Pelotas, São José do Norte e Rio Grande. Visitas às comunidades e entrevistas ocorreram durante a safra do camarão-rosa de 2013, demarcada pelos meses de fevereiro a maio. Em São Lourenço do Sul foram visitadas as comunidades pesqueiras situadas próximas ao Arroio São Lourenço e ao Arroio Carahá, em Pelotas, a Colônia Z-3. Já em São José do Norte foram visitadas as comunidades de Pontal e Várzea; e, em Rio Grande, a Vila São Miguel, situada na zona urbana e as comunidades situadas na Ilha da Torotama e Ilha dos Marinheiros. Este município incluiu também conversas com mulheres que beneficiam pescados no Mercado Municipal.

Privilegiou-se o momento e o local de trabalho como *locus* da pesquisa. Ou seja, buscamos entrevistar as mulheres e demais interlocutores durante o processo produtivo. Tal proposição era encontrar mulheres da pesca artesanal que trabalham nas distintas etapas da atividade pesqueira, independente do seu vínculo com os homens ou com a etapa de captura. Para as entrevistas em profundidade foi utilizado um roteiro pré-estruturado. O fato de realizar as entrevistas no exercício da atividade possibilitou observar as condições laborais, bem como registrá-las por meio de fotografias.

No período subsequente, entre agosto de 2013 e março de 2014, foram realizadas Oficinas Participativas com pescadores(as). O intuito foi validar a coleta de dados realizada anteriormente e aprofundar a compreensão sobre a cadeia produtiva do pescado na região envolvendo as demais pescarias. Buscou-se conhecer as áreas de pesca, petrechos, formas de comercialização e beneficiamento de pescado, condições de trabalho, acesso a políticas públicas, envolvimento da mulher na pesca, principais problemas enfrentados, dentre

4 O Fórum da Lagoa dos Patos, criado em 1996, é um órgão colegiado de função cooperativa ao setor pesqueiro no âmbito político, econômico e jurídico composto pelos pescadores e por entidades e representantes da sociedade civil organizada, do poder público com atuação na gestão pesqueira (FÓRUM DA LAGOA DOS PATOS, 1998). A região de abrangência do Fórum é coincidente com a abrangência da pesquisa.

outros aspectos. Uma oficina exclusiva com 20 mulheres foi realizada em São José do Norte. Quanto às reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos, o acompanhamento foi realizado seguindo o seu cronograma de reuniões.

Todos os dados obtidos na pesquisa foram analisados de modo a fazer uma triangulação da informação: "Na 'triangulação', são utilizados múltiplos métodos para estudar um determinado problema de investigação" (DUARTE, 2009, p. 12), ou seja, analisar o processo e as várias fontes e ver se as informações são coerentes de modo que nenhuma informação ou entrevista se sobreponha a outra.

Após análises, os resultados foram apresentados e validados pelas mulheres que atuam na pesca artesanal do estuário da Lagoa dos Patos quando do Seminário "Mulheres da Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal", promovido pela Prefeitura Municipal de Rio Grande em 24 de Junho de 2015.

Características da pesca artesanal no estuário da lagoa dos patos, com ênfase na pesca do camarão

A Lagoa dos Patos localizada, no Rio Grande do Sul, possui uma área de aproximadamente 10.000 km² e é reconhecida como a maior laguna costeira estrangulada do mundo, estendendo-se de 30º30'S a 32º12' S (Figura 1). Sua conexão com o mar ocorre por meio de um canal localizado entre os municípios de Rio Grande e São José do Norte.

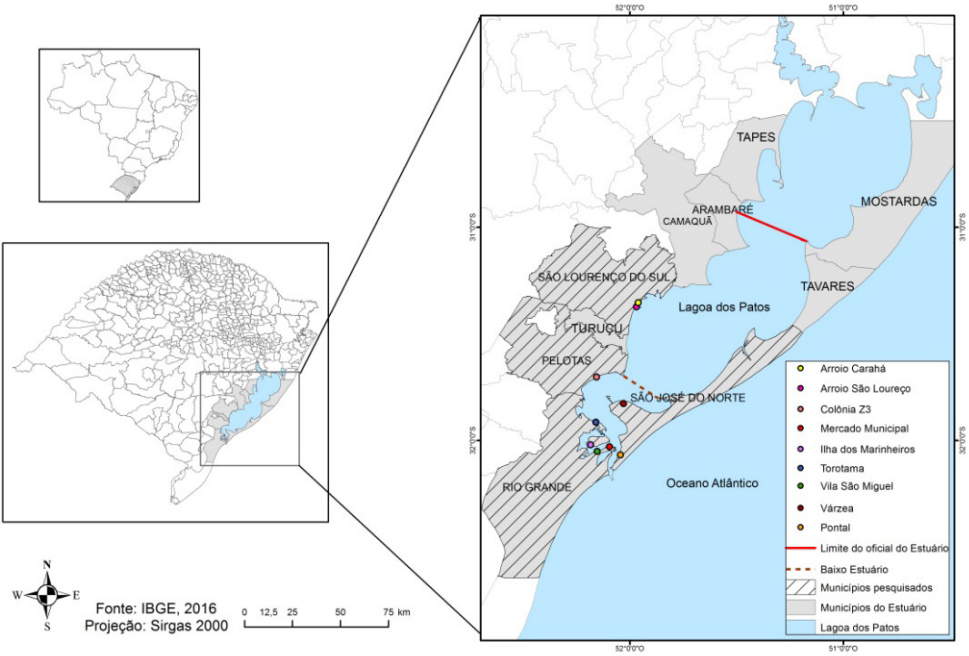
O limite legal do estuário, segundo Instrução Normativa Conjunta – INC MMA/SEAP nº 03/2004 (MMA, 2004), constitui uma linha imaginária na altura do município de Arambaré (Figura 1), uma vez que diversas características necessárias ao ambiente estuarino encontram-se ali demarcadas.

Entretanto, para os pescadores artesanais, o estuário é demarcado na Ponta da Feitoria (Figura 1). Corrobora com esta divisão Möller e Fernandes (2010), ao associarem este limite aos padrões de circulação de água salgada, expondo que a Ponta da Feitoria demarca o limite médio de circulação salina, ainda que possa se estender até a porção norte da laguna ou ficar restrita à desembocadura da Barra de Rio Grande. Möller e Fernandes (2010) destacam que o afunilamento natural do estuário em direção ao mar

é decisivo na circulação por intensificar as correntes de vazante, enquanto o efeito da maré na região é de importância secundária. A hidrodinâmica da laguna depende principalmente das relações entre a descarga fluvial e a ação dos ventos. Tais características são relevantes na produtividade pesqueira, altamente dependente dos padrões de salinidade (VIEIRA; GARCIA; MORAES, 2010).

No estuário da Lagoa dos Patos, além da maior parte das espécies de importância para pesca serem marinhas, há uma correlação inversa entre espécies de água doce e salinidade. A abundância das espécies marinhas está relacionada à intrusão de água salina no estuário, sendo mais abundantes na desembocadura e decrescendo em direção ao norte (VIEIRA; GARCIA; MORAES, 2010).

Figura 1 - Mapa da área de estudo.



Fonte: Elaborado por Andrine Longaray.

Os ciclos de vida do camarão e siri também são dependentes da dinâmica hidrológica do estuário (D INCAO; DUMONT, 2010). Esses autores destacam que condições climáticas que geram extensa vazão de água doce resultam em baixa produção larval do camarão-rosa no estuário coadunando em prejuízos à pesca artesanal do camarão.

Não obstante, um conjunto de fatores tem efeito sobre a pesca artesanal no estuário, dentre os quais, as adversidades climáticas, cujos eventos de chuva extrema têm refletido na hidrodinâmica da lagoa e em sucessivas safras fracassadas no período de 2014 a 2017 (Quadro 1), quando a contribuição da safra do camarão decai de 18% e 10% para 2% a 1% da captura total do estuário.

A relação entre a dinâmica hídrica do estuário e a pesca artesanal constitui-se aspecto central na produtividade e no sucesso das pescarias: "É quando salga que a lagoa vive", costumam expressar os pescadores(as)[5].

Quadro 1 – Captura de camarão comparada à captura total, em toneladas, desembarcada nos municípios da área de estudo.

Ano	Produção total de camarão	Produção total	%
2012	351,284	2003,113	18%
2013	276,296	2869,998	10%
2014	30,515	1268,263	2%
2015	22,741	1404,951	2%
2016	22,477	1796,992	1%
Total	703,313	9343,317	8%

Fonte: FURG (2012 a 2016). Organizado pelas autoras.

No estado do Rio Grande do Sul, a maior concentração de pescadores artesanais reside nos municípios adjacentes ao estuário da Lagoa dos Patos. São 4.089 pescadores e pescadoras artesanais, sendo

5 Além do excesso de chuvas, que contribuíram para sucessivas safras de camarão fracassadas no período de 2014 a 2017, obras portuárias realizadas no contexto da ampliação do Porto Organizado do Rio Grande no início do século XXI, tais como a expansão dos molhes da Barra e dragagens sucessivas, são avaliadas como possíveis fatores para a contribuição da diminuição da circulação de água salgada no interior da Lagoa dos Patos, ainda que careçam de pesquisas específicas.

3.259 participantes da etapa de captura e outros 830 encontram-se envolvidos nos demais elos da cadeia produtiva: manutenção de equipamentos, limpeza, processamento e comercialização do pescado, distribuídos (as) nos seguintes municípios: São José do Norte, Pelotas, Tavares, Mostardas, São Lourenço do Sul, Tapes, Arambaré e Camaquã (FAO, 2013)[6].

Os quatro de maior relevância – São José do Norte, Rio Grande, Pelotas e São Lourenço do Sul – são objeto da pesquisa em tela, por concentrarem 93% dos pescadores(as) do estuário (Figura 1). Em relação à participação de mulheres, tais municípios concentram 1.027 mulheres, ou seja, 92% do total de mulheres que atuam na pesca exercida no estuário (FAO, 2013).

Das mais de 110 espécies de peixes e crustáceos que ocorrem na área, quatro representam importantes recursos pesqueiros: o camarão Farfantepenaeus paulensis, tainha Mugil platanus, corvina Micropogonias furnieri e bagre Genidens barbus (FAO, 2013). Enquanto tainha e corvina são capturas que respondem pela formação da renda ao longo do ano, boas safras de camarão resultam em um acréscimo de renda que permite investimentos nas pescarias ou junto às famílias. A pesca do bagre tem contribuição secundária, contudo sua importância aumenta quando de safras fracassadas devido a excesso de chuvas em que a lagoa não salga como ocorrido nos últimos anos (WALTER et al., 2018).

Desde 2004 a atividade pesqueira no estuário da Lagoa dos Patos é regulada pela Instrução Normativa Conjunta – IN MMA/SEAP 03/2004. Esta autoriza apenas embarcações com tamanho inferior a 12

6 Destaca-se que o documento considera pescadores artesanais as pessoas envolvidas apenas com a etapa da captura. Enquanto, os dependentes da pesca constituem-se a totalidade de pessoas que atuam na cadeia produtiva, organizadas no núcleo familiar de pescadores. Por entendermos que esta definição contribui com a invisibilidade das mulheres e discordarmos da mesma, readequamos a nomenclatura. Ou seja, reiteramos que pesca artesanal é uma atividade familiar que envolve a divisão de trabalho na família para obtenção de um produto final destinado tanto à manutenção produtiva como reprodutiva, ou seja, pescadores artesanais são homens e mulheres envolvidos no processo produtivo como um todo e não apenas na captura.

metros pescarem na Lagoa (MMA, 2004). Demarcada por um calendário de pesca que possui períodos específicos para cada uma das quatro espécies de maior relevância, a pesca do camarão é autorizada nos meses de fevereiro a maio de cada ano (MMA, 2004). Nos anos de 2012 a 2016, a captura total de pescado na área de estudo foi estimada em 9.343,32 toneladas, sendo que a contribuição do camarão no período variou de 1% a 18% no período (Tabela 1), caracterizando safras fracassadas nos anos de 2014, 2015 e 2016 e ruim em 2013.

Segundo FAO (2013) há uma diversidade de petrechos de pesca destinados à captura do camarão, sendo as principais o saquinho/aviãozinho e o arrasto de portas. Esta última, proibida pelo MMA (2004). Na pesca com saco e saquinho, é comum os(as) pescadores(as) acamparem ou organizarem suas andainas próximas à comunidade em que residem, condição mais comum nas comunidades de Rio Grande e São José do Norte. No primeiro caso, há fornecimento de insumos – em especial gelo e diesel – por parte de atravessadores[7]. Estes transportam em barcos maiores os insumos até o acampamento demarcando uma relação de dependência por parte dos(as) pescadores(as). Tal estrutura é conhecida como "barco comprador".

Segundo FAO (2013), as comunidades de pescadores de São José do Norte e Rio Grande praticamente não utilizam gelo durante a captura de camarão, exceção quando estão em áreas mais distantes ao ponto de desembarque. Já em São Lourenço do Sul e Pelotas é mais comum o uso de gelo nas embarcações.

No momento do desembarque do pescado, há uma variedade de destinos do camarão que articula comercialização e beneficiamento. O acompanhamento da safra do camarão de 2013 explicitou, ainda, que

7 FAO (2013) também reporta o fornecimento de gás de cozinha, uma vez que a pesca de saquinho e de saco são realizadas no período noturno com um feixe luminoso. Seu custo é um dos mais expressivos na pesca do camarão e é igualmente fornecido pelos atravessadores. Contudo, desde 2013 verifica-se a substituição do gás por lâmpadas LED, o que segundo os(as) pescadores(as) tem lhes dado maior autonomia. Não foram encontradas pesquisas que apontem os efeitos desta inovação tecnológica na diminuição dos custos, tampouco na relação de autonomia com o atravessador.

tanto as embarcações de arrasto de portas como os barcos compradores alternam os locais de desembarque ao longo da safra, transformando muitas das comunidades pesqueiras em entreposto, onde se descarrega o camarão por embarcações das distintas comunidades e cujos compradores são aqueles que possuem relações comerciais com as mesmas comunidades, ou são de outros municípios do Rio Grande do Sul e, em especial, oriundos de Santa Catarina[8]. Este último tem sido um ator relevante na coordenação da cadeia produtiva do camarão, de acordo com as entrevistas realizadas. Alguns informantes apontam que mais de 40 caminhões de Santa Catarina buscam diariamente a produção de camarão do estuário da Lagoa dos Patos e descarregam naquele estado. Também informam que são de propriedade dos catarinenses ou trabalham para eles diversos dos barcos de comercialização, ou ainda, realizam transações com atravessadores locais que provêm os insumos e posteriormente destinam o produto ao estado vizinho.

A variação no local de desembarque é justificada pela dinâmica do camarão, uma vez que a captura se concentra em porções distintas do estuário ao longo dos meses. O local de desembarque é definido tendo como referência a proximidade das áreas de pesca e, consequentemente, a diversidade de atores que possuem interesse na comercialização se concentrar nos portos e comunidades mais próximos.

Quando desembarcado, o camarão pode ser destinado bruto a outras localidades e beneficiado em agroindústrias desses municípios. Ou ainda, são beneficiados próximos aos locais de desembarque, em residências e em peixarias/galpões informais denominados localmente de salgas e transportados já beneficiados. Nessa dinâmica envolvendo o desembarque e a comercialização é que atuam diversas mulheres, contratadas por empreitas para trabalharem em suas residências ou nas salgas.

Uma menor parte realiza o beneficiamento no núcleo familiar, anterior à primeira comercialização, para então destiná-lo ao consumidor final: moradores

8 Destaca-se que FAO (2013) aponta a presença de fluxo de pescado entre o estuário da Lagoa dos Patos e Santa Catarina em seus esquemas sobre a cadeia produtiva. Contudo, não há qualquer referência ou análise no texto acerca do mesmo.

ou veranistas dos municípios. É o caso de pequenas peixarias familiares ou mesmo de residências que possuem o produto para o consumidor.

E, por último, parte das mulheres é cooperada ou contratada por agroindústrias formais. As características do trabalho no beneficiamento – com ênfase no camarão – em cada um dos municípios são detalhadas abaixo.

O lugar das mulheres na pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos: ênfase ao beneficiamento do camarão

Segundo FAO (2013), as principais comunidades pesqueiras da totalidade de municípios adjacentes ao estuário da Lagoa dos Patos totalizam 1.115 mulheres envolvidas na atividade pesqueira, sendo que a mesma mulher pode atuar em mais de uma etapa. Tem-se, assim, 684 mulheres que desenvolvem manutenção de equipamentos (61%); 673 o beneficiamento (60%); 472 a captura (42%) e 254 a comercialização (23%, FAO, 2013).

Em nossa pesquisa, verificamos que as mulheres envolvidas no beneficiamento do pescado no estuário da Lagoa dos Patos atuam em diversos espaços: seja nas peixarias, cooperativas e indústrias, seja em suas próprias residências ou em pontos de desembarque de pescado (Quadro 2).

As mulheres envolvidas na pesca artesanal da região atuantes no beneficiamento dos diferentes pescados são conhecidas como tarefeiras, fileteiras, descascadeira e/ou limpadeiras. Denominações comumente criadas pelas próprias, em referência a suas atividades. Fileteira diz respeito àquelas que trabalham com o processamento de pescado de peixes em filé. Descascadeiras e limpadeiras surgem do envolvimento com o beneficiamento de camarão, relacionando-se ao ato de descascar o crustáceo. Já o termo tarefeira designa mulheres que trabalham no beneficiamento de pescado em geral (peixes ou crustáceos), sem vínculo empregatício, recebendo por empreita ou tarefas desenvolvidas.

Corroborando com FAO (2013), as entrevistas denotaram também a participação de mulheres na comercialização do pescado, ainda que em menor importância. Em especial, na comercialização direta, nas próprias residências ou em pequenas peixarias familiares. Igualmente, foram observadas mulheres na etapa de captura do pescado, mais evidenciadas nos municípios de Rio Grande e São José do Norte.

Há ainda aquelas que, mesmo ao descrever sua rotina como demarcada pelo trabalho na pesca, o caracterizam como ajuda, corroborando com a invisibilidade em um universo reconhecido como masculino:

> *São poucas [...] sou eu mesmo e uma vizinha aqui da volta [...] Que ajuda mais mesmo. A gente tá sempre no mar. Quando tem que nem essa safra aí que eu mostrei aquele camarão tinha vezes de me levantar três horas da madrugada e sair, seis horas tá na praia. Eu quero aproveitar tudo. Ele [referência ao companheiro] fica bravo comigo que* ***eu me mato trabalhando****. Aí eu pego às vezes duas caixas de camarão pra limpar e mais o siri. Então três horas, tem vezes que eu não aguento mais. Ainda seis horas na praia* ***pra ajudar de novo*** *(sic – Entrevistada 1_RG, negrito nosso).*

Independente do local de trabalho – residências (próprias, de familiares ou vizinhança), peixarias, indústria ou cooperativas –, as mulheres comumente trabalham, não apenas no beneficiamento do camarão, mas de outros pescados capturados na região, ou seja, tainha, corvina, bagre, e em quantidade menores siri, peixe-rei, viola, traíra, jundiá, pescada. Contudo, também há casos em que as mulheres atuam exclusivamente no camarão.

a) Atividades desenvolvidas pelas mulheres no beneficiamento

São Lourenço do Sul possui uma cooperativa (COOPESCA)[9] e uma empresa de beneficiamento de pescado (JAPESCA), que empregam uma parcela das mulheres que trabalham no processamento do pescado, incluindo o camarão. Outra parte dessas mulheres exerce as atividades de beneficiamento em suas próprias casas ou às margens dos arroios Carahá e São Lourenço. Há ainda a presença de pequenos comércios de pescado, onde, além do beneficiamento, as mulheres administram e comercializam o produto direto ao consumidor final[10].

As trabalhadoras da COOPESCA executam beneficiamento de

9 Na época da pesquisa, a COOPESCA era ativa e gerenciada por um grupo de mulheres, além daquelas que atuam na filetagem. Atuamente, após mudança na gestão, a Cooperativa está inoperante.

10 Durante o trabalho de campo, encontramos somente um caso assim, com uma mulher proprietária de estabelecimento registrado como Pequeno Empreendedor junto à Prefeitura do Município.

diversos pescados ao longo do ano, conforme sazonalidade de safras, desenvolvendo atividades como limpeza, evisceragem, e filetagem do pescado, intefolhagem,[11] além de embalá-lo. Já na JAPESCA cada trabalhadora que atua no beneficiamento de pescado é responsável por uma atividade específica, ou seja, não realiza todas as etapas do processo.

As mulheres de São Lourenço do Sul que se autodenominam limpadeiras são trabalhadoras ocasionais que se dedicam exclusivamente à safra do camarão.

A comunidade pesqueira da Colônia Z3, em Pelotas, possui várias peixarias conhecidas localmente como "salgas", que fazem o intermédio da compra de pescado direto do pescador, beneficiamento e venda a outros comerciantes ou consumidor final. Nesse contexto, grande parte das mulheres trabalha direto ou ocasionalmente com beneficiamento de pescado, limpando camarão, mas em alguns casos, preparando filés de peixe.

Em alguns poucos casos, quando a família possui condições financeiras para investir em freezer para o armazenamento de pescado, há a possibilidade de as mulheres desta família trabalharem apenas com o pescado capturado pelo núcleo familiar, de forma a agregar valor ao produto para comercializar diretamente para o consumidor final. Apesar da autonomia e propriedade sobre o produto, observamos que não há uma estrutura adequada para o trabalho de beneficiamento.

Todavia, a maioria das mulheres da Colônia Z-3 atua em plantas de processamento estruturadas, ou em pequenas peixarias, com poucos recursos e conforto para a execução do trabalho (Figura 2). Verifica-se que a limpeza do camarão é realizada em cima de uma mesa, onde as mulheres ficam dispostas ao redor, em pé. O camarão é espalhado com gelo e cada mulher possui uma bacia separada para colocar sua produção de camarão trabalhado (recipientes azuis, Figura 2).

11 Técnica utilizada para facilitar a etapa de armazenamento do pescado, em que os filés de peixe ficarão congelados individualmente, ou seja, "interfolhar" significa dispor os filés um a um, colocando entre eles um plástico, para que, em seguida, sejam embalados em bandejas.

Figura 2 – Mulheres limpando camarão em pequena peixaria na Colônia Z-3

Fonte: Acervo do Projeto de Pesquisa (2013).

A produção destas bacias é posteriormente pesada para determinar o valor do serviço executado, de acordo com a quantidade de camarão descascado. Os recipientes com líquido, observados na imagem, contêm uma solução de água e pedra ume (composto de sulfato de alumínio e potássio) para facilitar o manuseio do camarão (HELLEBRANDT; RIAL, 2017, p. 94). É possível também observar o uso de avental, para proteger a roupa, por uma das mulheres, mas este uso não é regra.

Nas salgas, o beneficiamento de camarão é o carro chefe e ocorre durante os meses de safra, mas a preparação de filés de outros pescados acontece ao longo de todo o ano. As mulheres argumentam que o trabalho de filetagem de pescados exige o domínio de técnica diferenciada do trabalho de descasque de camarão; portanto, nem todas as mulheres que descascam camarão são contratadas para a preparação de filés de pescados, considerada por elas uma atividade superior.

> *Ser uma boa fileteira [...] é tu fazer o peixe render [...] tem que ficar bonito, é anos de experiência [...] tem mulher que tira aí e que fica só a pele mesmo [...] o pessoal fica brigando aí na safra [...] eles querem elas (Entrevistada 3_Pel).*

No município de Rio Grande ocorre a maior diversidade de formas e locais de trabalho no beneficiamento de camarão, sendo desenvolvidos nas peixarias, nas próprias residências, em cooperativas e demais unidades de beneficiamento, bem como locais próximos a pontos de desembarque, como o Mercado Municipal. Nas peixarias todo o tipo de pescado é beneficiado, conforme a sazonalidade das safras.

O camarão é o principal pescado trabalhado, porém o beneficiamento de siri também se destaca com importância econômica para essas mulheres, sobretudo em anos de safra fraca para o camarão, e quando a atividade é realizada no pátio das casas. O siri necessita ser cozido antes do beneficiamento. O cozimento pode ser aplicado também ao camarão, destacando uma forma de preparo diferenciada de outros municípios. Para o cozimento, utilizam gás de cozinha ou lenha, esta recolhida nos matos próximos às casas, frequente nas comunidades rurais. Nas comunidades urbanas, é comum o camarão das salgas ser beneficiado em casa. Para tal, é entregue às mulheres previamente cozido e conservado em gelo.

Na Ilha dos Marinheiros, o trabalho de beneficiamento de pescados é realizado em casa ou nas salgas dos comerciantes. No trabalho executado em casa, o produto pode ser exclusivo do núcleo familiar e, neste caso, a venda ao comerciante é pelo valor acordado do camarão beneficiado, ou, em outro caso, quando os comerciantes levam o camarão que compraram sujo para que as mulheres beneficiem em casa, pagando por produção.

Quadro 2 - Características do envolvimento das mulheres no beneficiamento de pescado, no estuário da Lagoa dos Patos.

Município	Locais de trabalho	Pescado beneficiado	Atividades executadas	Carga horária/dia	Vínculo empregatício	Forma e periodicidade de pagamento	Condições Laborais[5]
São José do Norte	Residências	Diversos - ênfase no camarão e siri	Diversas	Integral	Não	Por produção e valor agregado à comercialização	Sem Est. ou EPI
Rio Grande	Mercado Municipal	Diversos - ênfase no camarão	Diversas	8h	Não	Por produção[4]	Alguma Est. e/ou EPIs
	Peixarias/ Salgas	Diversos	Diversas	Horário de do estabele-cimento[1]	Não	Por produção, Semanal	Algumas Est. e/ou EPIs
	Residên-cias	Diversos - ênfase no camarão e siri	Diversas	Integral	Não	Por produção e valor agregado à comercialização	Sem Est. e/ou EPIs
	APESMI	Diversos	Diversas	9h30min[2]	Não	Por produção	Com Est. e EPIs
Pelotas	Peixarias/ Salgas	Diversos	Diversas	10h	Não	Por produção	Alguma Est. e/ou EPIs
	Residên-cias e Peixarias familiares	Diversos	Diversas	Integral[3]	Não	Por produção e valor agregado a comercialização	Sem Est. e/ou EPIs
São Lourenço do Sul	Residên-cias e Peixarias familiares	Diversos - ênfase no camarão	Diversas	Integral[1]	Não	Por produção e valor agregado à comercialização/diário ou Semanal	Sem Est. e/ou EPIs
	JAPESCA	Diversos	Específicas	8hrs	Sim	1 salário mínimo e adicionais/mensal	Algumas Est. e/ou EPIs
	COOPESCA	Diversos	Diversas	8h e 30min	Não	Lucros da cooperativa/semanal	Algumas Est. e/ou EPIs
	Margens dos Arroios	Camarão	Limpeza do camarão	8hrs	Não	Por produção/diária	Sem Est., e/ou EPIs

[1] Não há mensuração, uma vez que, de acordo com as mulheres o tempo de trabalho corresponde ao horário de funcionamento dos estabelecimentos. Assume-se o horário comercial com 8h ou 9 h; [2] Carga horária definida pelas mulheres da APESMI; [3]Jornada integral, dado a atividade ocorrer na residência, impossibilitando a mensuração; [4] Pagamento por quantidade beneficiada: [5] Est. = Estrutura Adequada; EPI: Equipamento de Proteção Individual.

As características do beneficiamento na Ilha da Torotama são similares à Ilha dos Marinheiros, porém com maior frequência de trabalho nas salgas. O trabalho em casa, com produto exclusivo do núcleo familiar, acontece principalmente com o siri. Sua carne, retirada principalmente das garras, acaba por representar um produto com valor de mercado, justificando o trabalho das mulheres.

Camarão e peixes na Torotama podem ser beneficiados na salgas, por tarefeiras, conforme exposto:

> *Nós somos quatro agora. Tem uma moça que tá de férias. Tem uma senhora que trabalha de Outubro até a Semana Santa. Ela tá meia doente, então inverno ela não trabalha. No inverno ela fica mais fraca. Aí é só nós quatro mesmo. Ela é tarefeira. Aí ela ganha por produção. Semana Santa, por exemplo, tem outra menina que ele bota e aí não é sempre a mesma né. Aí é uma a mais só Semana Santa. Na função de camarão, peixe também se tiver que fazer um filé. Ela ganha por produção (Entrevistada 2_RG).*

Já a comunidade pesqueira da São Miguel, no núcleo urbano de Rio Grande, possui diversas empresas de beneficiamento e comércio de pescado. Algumas são maiores e com estrutura física adequada ao processo de beneficiamento de pescado, e outras são pequenas peixarias com estrutura precária. No interior da comunidade há ainda a planta de beneficiamento da Associação dos Pescadores da Vila São Miguel (APESMI) que, funcionando em regime de cooperativa, conta com mulheres trabalhando no beneficiamento, na administração e no atendimento ao público.

Contudo, a forma de trabalho mais comum para as mulheres que beneficiam pescado na comunidade da Vila São Miguel é também como tarefeiras, informalmente, tanto nas salgas ou, em muitos casos, nas próprias residências. Segundo os relatos das entrevistadas, do ponto de vista econômico e das relações de trabalho, não há diferença beneficiar o camarão na salga ou em casa, porém o

trabalho em casa permite com que organizem seu tempo[12] compatibilizando com o trabalho doméstico ou outras atividades remuneradas.

De maneira análoga à Torotama, o camarão é entregue pré-cozido e acondicionado no gelo para ser beneficiado em casa pelas mulheres, que desencabeçam e descascam os camarões pré-cozidos (Figura 3). A presença de crianças é bastante comum e se constitui a forma de aprendizado na pesca artesanal passado entre gerações.

No Mercado Municipal junto ao Cais do Porto, que é local de desembarque de pescado e tradicional ponto de venda aos consumidores, há um grupo de oito mulheres que oferecem o serviço de limpeza de pescado aos consumidores ou proprietários das peixarias do Mercado. O trabalho é realizado em uma sala do prédio, em conjunto com a água que é cedida pela Prefeitura. Já os equipamentos utilizados para o trabalho são de responsabilidade das mulheres.

Figura 3 – Mulher descascando camarão no pátio de casa: Esq. Camarão inteiro, pré-cozido e no gelo com presença de uma criança. Dir. Camarão beneficiado.

Fonte: Acervo do Projeto de Pesquisa (2013)

12 A historiadora Michelle Perrot faz um valioso apontamento que ajuda a compreender esta situação. O beneficiamento de camarão nos pátios das casas permite a essas mulheres uma autonomia no controle do tempo, é um "tempo picotado", capaz de dar conta de todas as atividades que se espera, sejam cumpridas: "fazer suas compras, preparar as refeições [...], ocupar-se da roupa, cuidar das crianças. Assim se desenha o tempo das mulheres – um tempo picotado, mas variado e relativamente autônomo, no polo oposto ao tempo industrial" (PERROT, 1998, p. 200).

Em São José do Norte, durante as safras de camarão, é comum que a pesca aconteça em locais afastados das residências, necessitando então de acampamentos próximos aos pesqueiros. Nessas situações, é comum as mulheres participarem. Mesmo as que não atuam na captura, vão junto com seus companheiros, permanecendo, por vários meses, afastadas de suas residências. Ficam alojadas em pequenas casas de madeira, com no máximo dois cômodos e sem banheiro. Levam junto filhos ainda crianças, e ali permanecem durante toda a safra, oferecendo o suporte doméstico à atividade de captura exercida pelo companheiro, ou, em vários casos, acompanhando-os na captura.

Contudo, em maior parte, dedicam-se às atividades de beneficiamento de parte do pescado oriundo da pesca desenvolvida pelo núcleo familiar. Feito nas cozinhas e pátios das próprias casas, o beneficiamento envolve as seguintes tarefas: descascar camarão; tirar carne de siri; fazer filé de corvina, bagre, linguado e peixe-rei, ou, também, apenas limpar e eviscerar o peixe-rei. Complementarmente a tal atividade são responsáveis pela comercialização ao consumidor final – vizinhos e/ou turistas – do pescado beneficiado por elas.

b. As relações e jornada de trabalho no beneficiamento

A maior parte das mulheres que atuam na pesca do estuário não possui relações formais de trabalho, e a jornada de trabalho fica em torno de oito a nove horas diárias, sendo que existem algumas especificidades quanto à carga horária, que resulta em maior sobrecarga (Quadro 2).

Verifica-se que, mesmo quando o beneficiamento é de responsabilidade de uma salga, é comum as mulheres desenvolverem as atividades em suas próprias residências, intercalando com os fazeres e cuidados domésticos. Nesse contexto, de atividade produtiva que se mescla a atividades domésticas e manutenção do lar, esse ambiente da pesca artesanal elucida fortemente a relevância dos papéis designados à mulher na sociedade, bem como suas rotinas sobrecarregadas e a desvalorização de seu trabalho, que não é mensurado nem pago.

Em São Lourenço do Sul, o trabalho por empreita, caracterizado pelo pagamento por produção individual, se aplica às limpadeiras. A exceção acontece entre as mulheres cooperadas na COOPESCA ou empregadas na JAPESCA;

porém, mesmo nestes dois estabelecimentos, em épocas de boas safras de camarão, acontece a contratação de tarefeiras como reforço às trabalhadoras fixas.

A disponibilidade de pescado é forte determinante da duração das empreitas para as tarefeiras. Em boas safras de camarão, o trabalho começa logo cedo, assim que o pescado é desembarcado:

> *Assim a gente pegava em média de cem, cento e poucos quilos, daí limpava até às duas horas da tarde. Pegava às sete da manhã (Entrevistada 4_SLS).*

O deslocamento para o local de trabalho é feito geralmente de bicicleta, a pé, de caronas, ou, eventualmente de transporte coletivo, para aquelas que moram nos bairros mais afastados.

O horário de trabalho nas salgas ou peixarias em Pelotas, na Colônia Z3 é entre 6h30 e 18h30 e é nesse horário que as mulheres fazem seu turno de trabalho, com um intervalo para almoço de 2 horas. O trabalho, contudo, é condicionado à disponibilidade de pescado, portanto pode acontecer de se trabalhar em apenas um dos turnos, ou algumas horas.

Como a Colônia Z3 é uma comunidade majoritariamente envolvida com a pesca, as mulheres que trabalham nas salgas moram todas na comunidade, fato que torna o deslocamento a pé. Esta proximidade também permite que, durante o intervalo de almoço, elas possam retornar às suas casas para o preparo e refeição. A proximidade possibilita ainda que elas sejam avisadas em casa quando o pescado chega às salgas, de forma a se deslocarem e iniciarem suas jornadas de trabalho.

Em Rio Grande, em nenhum dos casos há vínculo empregatício formal. O pagamento por produção é o que acontece quando o beneficiamento é realizado nas salgas dos comerciantes. O trabalho segue o horário de funcionamento do estabelecimento; porém, quando os pescados são beneficiados em casa, a contabilidade de horas trabalhadas é dificultada devido à interação com outras atividades. Dessa forma, podemos afirmar que, do início da manhã ao final do dia, a atividade de beneficiamento de camarão e siri está presente no cotidiano das mulheres.

No Mercado Municipal o horário de trabalho inicia as 7h e se estende até as 14h, acompanhando o horário da descarga do pescado e a movimentação de turistas e consumidores. Sem qualquer vínculo empregatício, as mulheres

que trabalham no Mercado Municipal são também as que necessitam de maior tempo de deslocamento entre casa e trabalho, utilizando transporte público e arcando com essa despesa. Já as mulheres das comunidades pesqueiras não possuem gastos com deslocamento, uma vez que realizam o trabalho em casa ou em salgas próximas às suas residências. Quanto ao trabalho na APESMI, apesar da longa jornada de 9h30min, tal horário foi definido a pedido das mulheres que trabalham no beneficiamento, com vistas a aumentarem sua produção diária (Quadro 2).

Em São José do Norte, as mulheres que atuam no beneficiamento em casa não possuem vínculo empregatício formal e sua jornada de trabalho na pesca se mescla aos cuidados com casa e familiares, sendo impossível mensurar a quantidade de horas dedicada apenas ao beneficiamento ou comercialização do pescado (Quadro 2). Além da sobrecarga, esse trabalho torna-se invisível no conjunto de tarefas por elas desenvolvidas.

c. Produção e remuneração

A importância financeira do camarão ocorre não apenas para os(as) pescadores(as) envolvidos na captura, mas também para as mulheres que atuam no seu beneficiamento. Assim, muitas se dedicam em maior parte ou exclusivamente a esse produto.

A produção de uma "descascadeira", "limpadeira" ou tarefeira no beneficiamento do camarão varia de 20kg/dia a 40kg/dia, sob boas condições, ou seja, com camarão graúdo e em abundância, e sem machucados nas mãos – ocorrência frequente devido à substância pegajosa que o crustáceo libera (HELLEBRANDT, 2017, p. 94).

A renda advinda da atividade pesqueira para as mulheres (Quadro 3) está diretamente ligada à disponibilidade e qualidade do pescado. Sobretudo para as limpadeiras em São Lourenço do Sul, que dependem de boas safras de camarão para garantir uma boa produção. A remuneração das trabalhadoras varia de acordo com diversos fatores mercadológicos, mas um fator bastante evidenciado é o tamanho do camarão:

Às vezes é R$1,50/kg limpo. Quando é muito miúdo ela paga mais. Quando é graúdo é menos. Às vezes ela paga R$3,00/kg se é pequeno (Entrevistada 4_SLS).

Quadro 3 – Valores de produção e remuneração do trabalho das mulheres na pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos.

		São Lourenço do Sul	Pelotas	Rio Grande	São José do Norte[2]
Produção /dia[1]		35 kg	20 kg	30 kg	-
Valor pago pelo Kg/ camarão limpo (preço médio)	Pequeno	R$ 3,00	R$ 1,00	-	-
	Grande	R$ 1,50	R$ 2,50	R$ 2,50	-
Valor de comer-cialização do pescado beneficiado nas residências	Filé de Camarão	-	-	R$ 16,00	R$ 27,50
	Filé de Siri	-	-	R$ 12,00	R$ 18,00
	Filé de Corvina	-	-		R$ 10,00
	Filé de Bagre	-	-		R$ 10,00
	Filé de Linguado	-	-		R$ 18,00
	Filé de Peixe-Rei	-	-		R$ 15,00
	Peixe-Rei evisce-rado	-	-		R$ 8,00

[1] Quantidade de camarão descascado por dia, por uma trabalhadora, sob boas condições de trabalho; [2] Os valores informados sobre a comercialização familiar do pescado beneficiado em casa pelas mulheres de São José do Norte, correspondem ao mês de março de 2014.

O valor, que varia entre R$ 1,50 a R$ 3,00 por quilograma de camarão descascado, pode render ao final do dia, de acordo com a produção, até R$52,50 diários. Entretanto, dificilmente ultrapassa este valor, uma vez que o camarão graúdo despende menos tempo para ser trabalhado e tem uma remuneração mais baixa. A remuneração de R$3,00/kg é destinada aos camarões pequenos, cujo processo de descasque é mais complicado e demorado, limitando a produção diária. Apesar do cálculo da produção por mulher ser diário, o pagamento é semanal.

Para as mulheres da COOPESCA, a remuneração é realizada com base na produção e lucro da cooperativa, e varia entre R$60,00 e R$110,00 por semana. Na JAPESCA o pagamento é feito mensalmente para as mulheres formalmente empregadas. Como as atividades de cada empregada são fixas, a remuneração não varia, correspondendo a um salário mínimo mais adicional de insalubridade, com possibilidade de aumento de remuneração através do comprimento de horas extras e auxílio creche duas vezes ao ano.

Na Colônia Z3, a remuneração pelo trabalho de beneficiamento de pescado executado pelas mulheres tem considerável importância para a constituição da renda familiar, podendo compor até 50% dos rendimentos da casa.

Em Rio Grande, a remuneração das mulheres ocorre basicamente pela produção, ou quantidade de pescado beneficiado em suas próprias residências, e quando capturado pelo núcleo familiar, através do valor agregado na comercialização aos consumidores finais ou comerciantes.

As mulheres que trabalham beneficiando camarão no Mercado Municipal cobram o valor de R$3,00 o quilograma descascado. Já no beneficiamento do camarão das salgas, independente do trabalho ser executado em casa ou na salga, o valor pago por quilograma de camarão beneficiado ficou na média de R$2,20 o camarão pré-cozido, e R$2,00 o camarão cru, nas comunidades rurais, e chegando ao preço máximo na comunidade urbana de R$2,50 o quilograma do camarão cozido, sendo o pagamento realizado semanalmente. A diferença no preço entre os dois tipos de produtos do camarão está relacionada ao peso que, no processo de cozimento, diminui:

> *Pesa menos e eles pagam vinte centavos a mais no quilo. No cru eles pagam só dois reais (Entrevistada 5_RG).*

No período da pesquisa, a produção diária individual das mulheres que beneficiavam camarão na APESMI representava entre 21 e 22 quilogramas, mas em anos de camarão menor, como nas safras de 2013 e 2014, a produção individual ficou em torno de 15 a 16 quilogramas diários. O preço pago por quilograma do camarão beneficiado na safra de 2014 foi de R$3,00.

O siri proporciona também uma possibilidade de renda para essas mulheres. O preço de sua carne varia entre R$10,00 e R$18,00 nos municípios de Rio Grande e São José do Norte, comercializados ao consumidor final.

Em São José do Norte, como as mulheres atuam em geral beneficiando pescado em suas próprias casas ou pátios, a remuneração pelo seu trabalho, é oriunda do valor agregado ao pescado comercializado ao consumidor final também nas suas próprias residências. Os valores da comercialização são utilizados na complementação da renda familiar.

d. Condições laborais e uso de equipamentos de proteção individual

As limpadeiras que trabalham em suas casas ou às margens dos arroios Carahá e São Lourenço não possuem estrutura física para a limpeza do camarão, permanecendo curvadas a maior parte do tempo com caixas do produto no chão e uso de cadeiras de praia para realizar o beneficiamento (Figura 4). Quanto ao uso de equipamentos de proteção individual, o único citado foi avental (Quadro 2).

Na JAPESCA, a estrutura para o beneficiamento é adequada, e materiais como esparadrapo e luvas foram citados como cedidos pela empresa (Quadro 2).

Em Pelotas, o uso de equipamentos de proteção individual só é comum nas plantas de beneficiamento regularizadas, em que botas,

aventais e redes para prender o cabelo são exigidos e, portanto, fornecidos pelos proprietários da planta de beneficiamento (Quadro 2). Nas pequenas peixarias o uso de qualquer desses equipamentos vai da vontade e disponibilidade das mulheres que ali trabalham, uma vez que não são fornecidos pelos proprietários do estabelecimento, e essa situação acaba revelando estratégias adaptativas, como um avental feito de sacola, improvisado, com finalidade de proteger as roupas, como foi observado durante a pesquisa.

Figura 4 – Estrutura de trabalho nas residências das limpadeiras.

Fonte: Acervo do Projeto de Pesquisa (2013)

Em Rio Grande e São José do Norte, nos trabalhos realizados em casa, nenhum equipamento de proteção individual é utilizado; porém, no primeiro, no caso das mulheres que trabalham no Mercado Municipal,

são utilizados apenas aventais. Nas empresas de beneficiamento maiores, há uso de botas de borracha, além dos aventais e, em alguns casos, redes para os cabelos (Quadro 2).

Contudo, em toda a região de estudo, nenhuma das mulheres alegou já ter recebido algum aconselhamento ergonômico para o trabalho de beneficiamento de pescado, seja em casa, seja nas peixarias. O trabalho executado em pé, ao redor das mesas, acaba por gerar consequências à postura destas mulheres:

> *Minha mãe é uma já tá corcundinha, assim o, de tanto trabalhar, uma vida toda, será que gosta, ela tá com 74 anos, toda tortinha mas tá lá na berinha da mesa (sic – Entrevistada 5_Pel).*

Considerações sobre o trabalho das mulheres no beneficiamento do pescado

Embora não tenha sido um assunto recorrente ou espontâneo nas entrevistas, podemos observar impressos nos corpos de nossas entrevistadas, marcas das décadas de trabalho no beneficiamento do pescado, curvadas sobre uma mesa (quando trabalham em salgas) ou sobre uma bacia no chão (quando trabalham em casa).

Porém, a postura moldada pelo trabalho não é a única evidência física do beneficiamento de pescados sobre os corpos destas mulheres, condições reportadas em outras pesquisas sobre o trabalho das mulheres na pesca (WALTER; WILKINSON; SILVA, 2012; PENA; FREIRA; CARDIN, 2011). Encontramos relatos também de doenças por esforço repetitivo, mãos constantemente machucadas pela manipulação do camarão, ou ainda, casos de alergias:

> *Eu trabalhava com o camarão, mas me saiu uma alergia na cabeça, aí eu parei de trabalhar. Aí fui trabalhar esse ano e não me saiu na cabeça, me saiu nas mãos, as marcas tão aqui. Isso é do camarão, da água do camarão. Aí eu não posso trabalhar mais (Entrevistada 4_SLS).*

Corrobora a precariedade da saúde, a dificuldade de acesso às políticas públicas, cuja informalidade dificulta a comprovação da participação na pesca artesanal quando necessitam de assistência previdenciária. Soma-se a ela, a dependência à existência de um cônjuge como relatado em uma conversa[13] entre duas mulheres da Colônia Z3, em Pelotas, quando questionadas sobre o seguro desemprego:

> *a gente conhece pessoas que vivem só do peixe, a (identificação nominal suprimida) não tem marido, é separada e ela não pode receber o seguro, sabe, tu vê ela passar aqui 7 horas da manhã pra ir pra salga, ela passa inverno e verão, todo dia limpando peixe, chega no dia do seguro ela não pode fazer. E tem mulher que é faxineira, não querer falar das outras, que é faxineira no centro, mas não assina carteira, que o marido é pescador, aí ela não assina a carteira pra receber o seguro do inverno, e tá recebendo porque mostrou a certidão de casamento que o marido é pescador.*

Tal condição – refletida nos direitos sociais – demanda compreender o papel das mulheres na pesca artesanal a partir do seu processo produtivo, das suas relações de trabalho e não como esposa, filha ou irmã de pescador. É expressivo o número de mulheres que respondem pela renda da pesca ou que dão sustentação à família. Condição esta que se faz necessário revelar e ter mais atenção em pesquisas sobre a pesca artesanal, assumindo como premissa que a atividade pesqueira não se inicia no pescador homem com atuação na captura, mas em todo o conjunto de etapas que se revela necessária à produção artesanal de pescado.

A pesquisa em tela responde à provocação de MacDonald (2005) descrita na introdução deste texto. Destaca condições de trabalho e contribuições das mulheres à pesca artesanal do estuário da Lagoa dos Patos, porém também revela condições preocupantes.

Como destacado, a remuneração é baixíssima, ao mesmo tempo

13 Trecho reproduzido de entrevista publicada em Hellebrandt; Rial e Leitão (2016, p. 130).

em que é essencial à manutenção dos lares. As jornadas de trabalho são extensas e fisicamente extenuantes, resultando em consequências graves à saúde dessas mulheres. A informalidade de suas atividades dificulta o acesso à previdência social. E, assim, segue a lista de resultados preocupantes destacados na pesquisa. Infelizmente, de acordo com a situação apontada em outros estudos sobre mulheres na pesca, ao redor de todo o mundo.

Considerando a contribuição igualitária em termos de gênero para a reprodução social das comunidades pesqueiras, ao longo deste texto observamos que a disponibilidade de pescados atinge também as mulheres e que, pelas evidências apontadas, não podem mais ser alijadas dos processos de tomada de decisão relacionados à pesca artesanal. Assim, destacamos, sobretudo: i) a necessidade de reconhecimento legal dessas mulheres enquanto pescadoras ou trabalhadoras na pesca, de forma a evitar confusões de entendimento que as inviabilizem de acessar direitos sociais como a previdência, seguro defeso, dentre outros; ii) a necessidade de políticas públicas que reconheçam as características de artesanalidade, possibilitando a formalização da atividade contextualizada em sua realidade; iii) a necessidade de incentivo a programas de saúde, incluindo preventivos que contemplem a realidade das trabalhadoras na pesca, buscando compreender os problemas específicos gerados pela atividade pesqueira e seguridade social relacionada a tais condições, dentre outros.

Não obstante, há necessidade de pesquisas que busquem compreender a atuação das mulheres em outras etapas da cadeia produtiva, a exemplo da captura, manutenção de equipamentos e comercialização.

Agradecimentos

Agradecemos à equipe técnica e às pescadoras artesanais que participaram das atividades do Projeto de Pesquisa “Análise das Cadeias Produtivas dos Pescados oriundos da Pesca Artesanal e/ou da Aquicultura Familiar no estado do Rio Grande do Sul” propiciando os resultados aqui descritos.

Referências

BATALHA, M. O; SILVA, A. L. da. Gerenciamento de Sistemas Agroindustriais: Definições, Especificidades e Correntes Metodológicas, p. 1-60. In: Batalha, M.O. (Org.). *Gestão Agroindustrial*. v. 1, 3. ed., São Paulo-SP: Atlas, 2007.

DIAS NETO, J. *Gestão do uso dos recursos pesqueiros no Brasil*. Brasília: IBAMA, 2010.

DIEGUES, Antônio C. S. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo-SP: Ática, 1983.

D INCAO, F.; DUMONT, L. F. C. A comunidade de crutáceos decápodes, p. 117-124. In: SEELIGER, U.; ODEBRECHT, C. (Org.) *O Estuário da Lagoa dos Patos, um século de transformações*. Rio Grande-RS: FURG, 2010.

DUARTE, T. *A possibilidade da investigação a 3*: reflexões sobre triangulação metodológica, Lisboa- Portugal: CIES-ISCTE, 2009.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. The State of World Fisheries and Aquaculture. *Contributing to food security and nutrition for all*. Rome. 200 p., 2016.

FAO. Fisheries and Aquaculture Department. *The State of World Fisheries and Aquaculture*. Rome, 2014.

FAO. Estudo das Condições Técnicas, Econômicas e Ambientais da Pesca de Pequena Escala no Estuário da Lagoa dos Patos, Brasil. *Fisheries and Agriculture Circular*, n. 1075, 2013.

FÓRUM DA LAGOA DOS PATOS. *Estatuto do Fórum da Lagoa dos Patos*. Rio Grande, 1998.

FURG. Universidade Federal do Rio Grande. *Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do Sul do Rio Grande do Sul – Anos 2012 a 2016*. Projeto de Estatísticas de Desembarque Pesqueiro da Região Sul do Rio Grande do Sul e Região Oceânica adjacente. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, Laboratório de Estatística Ambiental.

HELLEBRANDT, L.; RIAL, C.; LEITÃO, M. do R. de F. A. Pesca e Gênero: reconhecimento legal e organização das mulheres na "Colônia Z3" (Pelotas / RS - Brasil), p. 123-136. *Vivência: revista de antropologia.* UFRN/DAN/PPGAS v. I, n. 47, jan./jun. Natal: UFRN, 2016.

HELLEBRANDT, L. Mulheres da Z3 – o camarão que "come" as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca. 173 p. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianopólis-SC, 2017.

HELLEBRANDT, L.; RIAL, C. Quanto custa o camarão limpo?: marcas e dificuldades das mulheres que limpam camarão na Colônia Z3 (Pelotas/RS), p. 87-98. *Tessituras*, Pelotas, v. 5, n. 1, jan./jun. 2017.

LEITÃO, M. do R.; LEITÃO, I. P. Voz das pescadoras artesanais do litoral de Pernambuco – Brasil. *XVI Jornadas Nacionales de Extensión Rural y VIII del MERCOSUR.* Concordia, Argentina, nov. 2012.

MacDONALD, M. Lessons and Linkages: building a framework for analysing the relationships between gender, globalization and the fisheries, p. 18-28. In: NEIS, B., BIKLEY, M., GERRARD, S., MANESCHY, M. C. (Orgs.). *Changing Tides*: gender, fisheries and globalization. Fernwood Publishing. Halifax. 2005.

MANESCHY, M. C. Mulheres na pesca artesanal: trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Pará, p. 41-64. In: NEVES, D. P., MEDEIROS, L. S. (Orgs.). *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos.* Niterói-RJ: Alternativa, 2013.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. *Instrução Normativa Conjunta n. 3, de 9 de fevereiro de 2004.* Dispõe sobre a atividade de pesca no Estuário da Lagoa dos Patos no Estado do Rio Grande do Sul. Brasília: DOU de 09/02/2004.

MÖLLER, O.; FERNANDES, E. Hidrologia e Hidrodinâmica, p. 17-30. In: SEELIGER, U.; ODEBRECHT, C. (Org.). *O Estuário da Lagoa dos Patos*, um século de transformações. Rio Grande-RS: FURG, 2010.

PENA, P. G. L; FREIRAS, M. C. S.; CARDIN, A. Trabalho artesanal, cadências infernais e lesões por esforços repetitivos: estudo de caso em uma comunidade de mariscadeiras na Ilha de Maré, Bahia. *Ciência e Saúde Coletiva*, 2011.

PERROT, M. *Os Excluídos: operários, mulheres, prisioneiro.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PHYNE, J.; MANSILLA, J. Forging Linkages in the Commodity Chain: The Case of Chilean Salmon Farming Industry,1987-2001, p. 108-127. *Sociologia Ruralis*, v. 43, n. 2, 2003.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre, *Vozes*, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990.

VIEIRA, J. P.; GARCIA, A. M.; MORAES, L. A assembleia de peixes, p. 79-90. In: SEELIGER, U.; ODEBRECHT, C. (Org.). *O Estuário da Lagoa dos Patos, um século de transformações.* Rio Grande-RS: FURG, 2010.

WALTER, T; CALDASSO, L. P.; VERLY, J. F.; SILVA, E. P. da; ALMEIDA, I. F.; DIAS, T. A pesca artesanal dos bagres no estuário da Lagoa dos Patos/RS: um debate sobre uma gestão pesqueira ancorada na injustiça ambiental. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 2018 (no prelo).

WALTER, T.; WILKINSON, J.; SILVA, P. A. A análise da cadeia produtiva dos catados como subsídio à gestão costeira: as ameaças ao trabalho das mulheres nos manguezais e estuários no Brasil, p. 483-497. *Revista de Gestão Costeira Integrada*, v. 12, n. 4, 2012.

GÊNERO, CLASSE E TRABALHO PESQUEIRO: REFLEXÕES SOBRE INTERSECCIONALIDADE E DESENVOLVIMENTO RURAL NA REGIÃO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC

Cibele Dias da Silveira

A noção de desenvolvimento não está relacionada unicamente com crescimento econômico. O desenvolvimento também é concebido como um caminho para superar privações e garantir formas de liberdade. Segundo o economista indiano Amartya Sen (2000), o desenvolvimento está vinculado à capacidade de criar possiblidades à população, garantindo qualidade de vida e gerando uma liberdade que confere acesso às oportunidades sociais e econômicas, usufruindo as consequências favoráveis que os mercados oferecem.

Isso porque, nesta corrente alternativa, o desenvolvimento é visto como a ampliação do bem-estar da população, por meio de programas de políticas públicas para acessibilidade e inclusão. Armatya Sen faz uma análise desde a privação da liberdade em sua forma mais primordial, como a fome, em que é negada a liberdade de subsistência, até o reconhecimento da participação democrática como fator de desenvolvimento.

Nestes níveis, atinge-se o desenvolvimento qualitativo da população, por meio da consciência da liberdade do exercício

político, e da própria sobrevivência. De acordo com o autor, ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas, e para influenciar o mundo, questões centrais para o desenvolvimento (SEN, 2010, p. 33). Semelhante compreensão advém do economista Celso Furtado, que relaciona o desenvolvimento com o grau de satisfação das necessidades humanas, e a expansão das suas potencialidades:

> O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. [...] Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento (FURTADO, 2004, p. 3-4).

Por conseguinte, quando falamos em desenvolvimento rural significa justamente a liberdade de propiciar a continuidade do trabalho agrário[1], de uma forma justa e com fruição dos direitos sociais, bem como a recognição da atividade rural, seja em nível local seja global. No plano político-institucional, a pertinência do desenvolvimento rural se manifesta na proposição de políticas públicas. Nos programas de ações e planejamento do meio rural do Governo Federal, o desenvolvimento rural assume um papel fundamental de alicerce destas políticas:

> A ampliação do leque de ações de planejamento e intervenção por parte do Estado deve-se ao

1 O agrário abarca todas as atividades relacionadas ao meio rural, seja pecuária, agricultura, seja pesca e demais ramificações possíveis.

> reconhecimento político da diversidade dos formatos assumidos pelo desenvolvimento rural, que passa, sim, pela afirmação de direitos sociais mínimos, mas, também, pelo reconhecimento e pela potencialização de demandas específicas, porém não menos importantes, como é o caso do debate sobre a segurança alimentar e nutricional e sobre as ações de desenvolvimento dos territórios rurais. Isso implica o reconhecimento de que a análise do desenvolvimento rural no Brasil não passa exclusivamente pela análise da agricultura, seja ela familiar, seja patronal (CONTERATO; FILLIPI, 2009, p. 14).

Esta análise de Marcelo Conterato e Eduardo Fillipi, torna visível a multiplicidade de interesses que é abarcada pelo desenvolvimento rural: desde questões locais, como a salvaguarda dos direitos de pequenas populações agrárias, bem como numa esfera macro, em que esta salvaguarda reflete na melhoria do suprimento alimentar de alcance global. Se um grupo de pescadoras locais trabalham em condições dignas, com acesso a embarcações e demais utensílios para exercer plenamente o seu ofício, e principalmente com o reconhecimento jurídico desta categoria, seja por trabalharem em terra seja no mar, este cenário é vantajoso não apenas para a economia local, mas também para a economia do país em níveis social, ambiental e econômico.

Para se pensar numa estratégia de valorização da atividade pesqueira realizada por mulheres, este texto se propõe a uma reflexão sobre o desenvolvimento rural a partir da interseccionalidade entre gênero, classe e trabalho. Estas três categorias de análise, quando discutidas simultaneamente, examinadas em sobreposição, ampliam nossa percepção sobre a multiplicidade de fontes de identidades que são criadas, bem

como das demandas que são próprias da condição de pescadora. Neste ensejo, o que se objetiva com esta discussão é demonstrar como a atividade pesqueira realizada por mulheres promove o desenvolvimento regional/local/territorial, e em decorrência disso a urgência na criação e implementação de políticas públicas.

Este tema se faz significativo por propiciar a discussão das dinâmicas originadas no setor rural, contemplando, por exemplo, sucessão nas atividades rurais, políticas públicas, capital social e sistemas de organização local. E para isso, é preciso anunciar o desenvolvimento rural como uma possível estratégia para o destaque dessas trabalhadoras para a economia local. Ou seja, inserir as categorias de gênero, classe e trabalho, sob uma abordagem interseccional, no sentido de enaltecer o campo político e econômico da pesca praticada por mulheres, desmistificando o seu caráter secundário, bem como o processo de (in)visibilidade.

Gênero, classe e pesca em Governador Celso Ramos

Canto dos Ganchos é uma praia dentro do município de Governador Celso Ramos, em Santa Catarina. Junto com outros dois distritos (Ganchos de Fora e Ganhos do Meio) forma-se uma zona de grande exploração pesqueira, composta por um número expressivo de pescadoras.

Situa-se a uma distância cerca de 50 km da Capital Florianópolis, com uma área de 93 km aproximadamente. Estão entre os quatro municípios da Baía de Tijucas[2], e faz divisa com os municípios de Tijucas e Biguaçu, conforme representa o mapa da figura a seguir:

2 Os quatro municípios que compreendem a Baía de Tijucas são: Governador Celso Ramos, Tijucas, Porto Belo e Bombinhas.

Figura 1 – Mapa da localização de Canto dos Ganchos/Governador Celso Ramos

Fonte: Revista da Prefeitura de Governador Celso Ramos – Gestão 2005-2011 – Governador Celso Ramos Município de se Viver Bem.

Segundo o presidente da colônia de pescadores Z-9/Canto dos Ganchos, o número de associados/as "fica meio a meio" (SILVEIRA, 2015, p. 49), ou seja, o número de pescadores e pescadoras é muito

parecido. Para as mulheres a associação é uma forma de garantir que serão tratadas, sob o ponto de vista jurídico, como pescadoras, para que em algum momento possam se aposentar, ou usufruírem o direito de salário maternidade, por exemplo. Dentre essas pescadoras, muitas realizam o mesmo esforço físico que os homens, elemento muitas vezes utilizado para justificar a predominância de homens trabalhando no mar.

Isso demonstra que a representatividade das pescadoras não é desproporcional ao dos pescadores, e existe de fato um número significativo de mulheres que exercem esta atividade. Por isso, não basta fazer uma análise da conjuntura social e econômica pesqueira de forma isolada. É preciso um olhar atento para as nuances que a dinâmica social deste meio nos traz. O exame das relações de gênero em conjunto com os fatores de renda e trabalho, nos revelam um cenário mais detalhado sobre o funcionamento destas populações.

Na tese de Doutorado de Rose Mary Gerber (2013), *Mulheres e o Mar: uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina, Brasil*, a pesquisadora identificou mulheres embarcadas nas regiões de Itapoã, Araquari, Balneário Barra do Sul, São Francisco do Sul, Balneário Camboriú, Governador Celso Ramos e Florianópolis. Em minha tese de Doutorado, entrevistei 7 mulheres em Governador Celso Ramos, mas nem todas embarcadas, muitas delas trabalhavam com o beneficiamento. Independente do trabalho a ser executado, no mar ou em terra, o resultado é a venda deste produto.

Todo esse processo faz parte da cadeia produtiva da pesca. É como um sistema que se sustenta em cada um desses sujeitos e sujeitas. E só funciona se existir essa continuidade, essa divisão de tarefas que nem sempre é definitiva. Assim, em algum momento uma pescadora vai ao mar, depois fileta o pescado, ou um pescador fileta o próprio peixe. Contudo, mesmo estando clara essa dinâmica de troca de funções, o papel das mulheres é considerado secundário, principalmente se sua ocupação prevalecer no beneficiamento, a

ponto de algumas nem se reconhecerem como pescadoras. Gerber (2013) também pontua esta matéria:

> Existe forma de definir qual é mais importante? Quem chega do mar, ou quem aguarda com todos os equipamentos necessários para continuar a atividade? Quem exerceu o ato de trazer o peixe ou quem tem habilidade de atrair a clientela? Seria interessante ponderar que sem uma atividade, as outras não se completam e o mundo da pesca não se reproduz. Para além das mulheres que embarcam, as mulheres são maioria nas atividades realizadas em terra, como já dito. Porém, estas atividades ainda não são devidamente consideradas trabalho da pesca, mas uma obrigação de mulher ou filha de pescador (GERBER, 2013, p. 383-384).

É evidente que este debate perpassa pelas questões sociais de distribuição tácita de tarefas, de modo que a mulher é quem cuida da casa, dedica-se à preparação das refeições, entre outras atividades domésticas não remuneradas. Este cenário acaba por refletir nas atividades de beneficiamento do pescado.

A discussão sobre interseccionalidade se esclarece ao pensarmos nos elementos que geram dificuldades e conflitos na atividade pesqueira, como por exemplo "falta de peixe", ou os revezes do clima, como tempestades. A falta de peixe é, por óbvio, uma condição que atinge todos os trabalhadores da pesca, sejam homens sejam mulheres. O que ocorre nestes incidentes é a busca de outras formas de sustento, como a pesca em alto-mar, ou a coleta do camarão e a do polvo, que na maioria das vezes é muito rentável. Ou seja, apesar dos revezes e risco que a pesca em alto mar traz, o tempo despendido, em média de 3 a 4 meses, pode trazer uma boa renda, ou pelo menos minimizar as adversidades inerentes da pesca.

Não obstante, o que se identifica em campo é que esta modalidade "alto-mar" é realizada majoritariamente por homens.

As pescadoras têm como prática participar da faina diária, isto é, ir e voltar do mar no mesmo dia. As motivações podem ser diversas, desde cuidados com os filhos, com a casa, familiares, entre tantas outras responsabilidades atribuídas às mulheres. Isso implica uma baixa rentabilidade econômica em momentos de crise no mar. Isto é, os homens conseguem estabelecer outros modos de sustento, enquanto as mulheres buscam sua subsistência em atividades de pequena escala, que não demandem a sua ausência por longos períodos, como a cata de marisco, de siri, entre outros.

Em grande parte da literatura encontram-se dados de pescadores. Fala-se muito em "o pescador e o mar", enfatizando a força física e demais estereótipos atribuídos a este campo de trabalho. Nesta perspectiva, se pensarmos na dimensão das pesquisas realizadas sobre este setor, pouco se refere às mulheres, mesmo elas não sendo a minoria.

O dado mais relevante para esta questão é considerarmos qual a função ocupada pelas mulheres na pesca. Um grande número de trabalhadoras exerce a operação de beneficiamento do pescado, que consiste na retirada das escamas de peixes, filetamento, limpeza de moluscos, dentre outras formas. Esta distinção entre o trabalho praticado por mulheres e o praticado por homens, em Santa Catarina, tem antecedentes no século XIX, momento em que surgiu um novo segmento econômico através das salgas: a utilização de sal em tanques para conservação do pescado, também feitos artesanalmente.

De acordo com o geógrafo Paulo Fernando Lago (1961), pesquisador que influenciou estudos das dinâmicas sociais e do território de Santa Catarina, verificou-se na década de 50 que as crianças ocupavam uma importante posição nesse sistema produtivo pesqueiro, que exige mão de obra numerosa e barata. A partir dos 12 anos de idade era comum a utilização da mão de obra infanto-juvenil. As crianças e mulheres também eram numerosas no que se refere ao "arrastão" de peixes (captura por redes de arrasto), em que

elas colhiam as espécies que conseguiam escapar da rede. O autor ainda atribui o abandono escolar a essas atividades pesqueiras.

> Os núcleos dos "Ganchos", em número de três (Canto dos Ganchos, Ganchos de Fora e Ganchos do Meio), formam típicos aglomerados de pescadores. Nêles se sente a preservação de padrões culturais de antigos açorianos numa intensidade sem paralelo. São núcleos pesqueiros por excelência. A atividade da lavoura tem aí papel inteiramente secundário. As 14 salgas, tôdas pequenas, distribuídas entre os três núcleos alardeiam ainda mais suas características pesqueiras. Nelas as crianças e mulheres trabalham, integrando-se, pois, todos os tipos de habitantes locais na atividade dominante. [...] por isso se explica o menosprêzo que se vê em relação às atividades escolares. Embora nos três núcleos funcionem cinco escolas de nível primário, a frequência está muito aquém do número de crianças em idade escolar (LAGO,1961, p. 130).

Apesar de ser um trabalho que fomenta o setor pesqueiro, estas trabalhadoras não eram consideradas pescadoras. Do século XIX para os dias atuais, em termos de reconhecimento, pouco mudou. Para além das questões de estrutura e condições para a pesca, uma das grandes dificuldades que as mulheres se deparam é o licenciamento profissional e direito previdenciário. Ainda hoje as mulheres precisam provar suas relações trabalhistas a partir da atividade realizada junto aos pescadores do sexo masculino, seja marido ou pai, para adquirir seu benefício.

Em 2009, através da Lei n. 11.959 de 29 de junho, foi regulamentada como atividade pesqueira o trabalho também realizado após a captura do pescado, que consiste no beneficiamento, a denominada atividade de apoio à pesca, como se este trabalho não estivesse inserido no conjunto sistemático que compõe a pesca. No ano de 2015, com o Decreto 8425, de 31 de março, no artigo 2º, inciso VIII, tem direito ao Registro Geral de Pesca,

> [...] o trabalhador e trabalhadora de apoio à pesca artesanal – pessoa física, que de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meio de produção próprios ou mediante contrato de parceria, exerce trabalho de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, de reparos em embarcações de pequeno porte ou atua no processamento do produto da pesca artesanal (BRASIL, 2015).

Apesar de as mulheres estarem relegadas à posição de apoio, ao menos era possível seu registro geral como pescadora de forma autônoma, com o advento do Decreto nº. 8967 de 23 de janeiro de 2017, o inciso VIII, do artigo 2º do Decreto 8425/2015, foi revogado. Assim, manteve-se o *status quo* em que as mulheres que trabalham com beneficiamento se inserem no regime de economia familiar (BRASIL, 2017).

Nos termos do artigo 11 § 1º da Lei 8213/91 § 1º, é "[...] a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes" (BRASIL, 1991). Sem dúvidas as possibilidades de aquisição no Registro Geral Pesca se limitaram novamente ao vínculo laboral com os demais membros da família.

Além disso, com fundamento no Decreto 8.425 de 31 de março de 2015, a única categoria a receber o benefício do seguro defeso é a categoria exclusiva, destinada às/aos pescadoras/es que exerçam a atividade pesqueira como única profissão (BRASIL, 2015). Entretanto, existe aqui outro equívoco em relação às generalidades por parte do legislador, tendo em vista que na maioria das vezes as/os pescadoras/es exercem pluriatividades e poucos se restringem à pesca como única fonte de renda. Esta categorização insurge para conveniência da administração pública, no sentido de criar nichos de inclusão e exclusão, mas os efeitos dessa subjetivação vão ao encontro de novos conflitos que podem ser gerados.

Figura 2 – Classificação da atividade pesqueira.

Fonte: Publicidade do Ministério da Pesca e Aquicultura, referente ao Decreto 8.425 de 31 de março de 2015 que estabelece critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira. Em: https://bit.ly/2OOAC2u

Esta alteração legislativa resulta numa restrição que compromete o funcionamento da atividade pesqueira realizada também por mulheres. Como já descrito anteriormente, o banimento das atividades de apoio inviabiliza o registro de pesca das trabalhadoras que atuam nesta área de forma autônoma.

O estudo interseccional, que comporta gênero, classe e trabalho, nos permite descortinar as peculiaridades que este campo nos mostra. Neste sentido, é evidente que o sistema de trabalho realizado por homens e mulheres, apesar de adstrito por uma cadeia produtiva, tem tratamento desigual.

Temos que olhar tanto o trabalho rural e sua vulnerabilidade em si, como os aspectos de gênero e classe, sob pena de nos acomodarmos em generalizações. Para Crenshaw (2002), a sobreposição de diferentes categorias de análise nos mostra os múltiplos níveis de injustiça. Dessa forma, o fato dessas trabalhadoras serem mulheres, pobres e pescadoras intensifica os desafios sociais muito específicos desse grupo.

O enfoque sob a perspectiva interseccional (PISCITELLI, 2008; McCLINTOCK, 1995; CRENSHAW, 2002) entre gênero, classe e trabalho rural apresenta sua riqueza, no sentido de ampliação do modo de análise do campo, pois alcança um olhar para as convergências na reprodução da desigualdade pesqueira. Trata de compreender as relações de gênero dentro da comunidade, e o papel da mulher no processo de desenvolvimento rural. A própria legislação – Decreto 8.425 de 31 de março de 2015 – reconhece a importância de não haver generalizações neste contexto, quando distingue trabalhador/trabalhadora, pescador/pescadora, bem como o PRONAT (Programa de Desenvolvimento Sustentável de territórios Rurais), ao conceber as mulheres como receptores fragilizados (BRASIL, 2015).

A abordagem interseccional diz respeito a categorias de articulação em que "a proposta de trabalho com essas categorias é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdade" (Piscitelli, 2008: 266). Na vila de pesca de Sesimbra/Portugal (SILVEIRA, 2009), por exemplo, as mulheres não fazem parte do círculo pesqueiro nas docas. O trabalho delas se restringia a afazeres domésticos, e algumas vezes ao artesanato. O conserto das redes de pesca, confecção das artes, bem como o beneficiamento do peixe e venda do produto nas docas são realizados pelos homens.

A realidade de Canto dos Ganchos/Governador Celso Ramos/SC – Brasil, é diferente. Existem lideranças femininas, e algumas realizam

a pesca embarcada. E na grande maioria as mulheres trabalham na limpeza, corte, descasque de crustáceos, cata de mariscos, cultivo de berbigão, confecção e reparo de redes, entre outras atividades atreladas à pesca.

No Brasil, o registro de pesca para mulheres só foi autorizado a partir de 1980, com a Lei 6.807 do mesmo ano (que hoje já está revogada), quando começaram a admitir mulheres na Marinha. Poucas foram as mulheres que se associaram às colônias, e na maioria eram aquelas que realizavam pesca embarcadas (BRASIL, 1980). No entanto, as mulheres que sempre trabalharam no beneficiamento, contribuindo para a renda familiar, tinham suas atividades reconhecidas apenas como mera extensão do trabalho doméstico:

> Ora, assim sendo, se a mulher não for casada, ou não conseguir comprovar que pai ou esposo são pescadores, não será esta considerada pescadora. Então, o problema da falta de reconhecimento do trabalho das pescadoras persiste, pois às mulheres não é conferido o status de pescadora, mas de auxiliar do homem na atividade pesqueira (SILVA; LEITÃO, 2012, p. 02).

Desta forma, entende-se que este cenário social designado às mulheres, dificulta o desenvolvimento e valorização deste ofício. Sen (2000) diz que essa opressão não se refere apenas à renda baixa, mas também à impossibilidade dessas pessoas perceberem suas potencialidades, que ficam apagadas nos obstáculos da burocracia e na falta de política pública efetiva. Se nem mesmo a legislação as identifica como pescadoras, como elas próprias – diante de um cenário em que não têm acesso aos benefícios que a categoria tem direito – podem se designar como tal? Ou seja, não se trata apenas da questão remuneratória, mas principalmente das condições de trabalho, e reconhecimento. Também na mesma perspectiva, podemos pensar como se dá a sucessão da atividade pesqueira em relação ao interesse das jovens em reproduzir alguma atividade neste setor?

E por isso a importância de disseminar outras formas de acesso

ao desenvolvimento, como a criação de redes e organizações através de cooperativas de artesanato ou de produtos transformados da pesca. São formas de agregar valor ao setor pesqueiro que na mesma medida fortalece o ofício desempenhado por mulheres.

Pescadoras e o desenvolvimento rural

Para fins de análise de desenvolvimento rural, considera-se primordial o fomento para o bem-estar e permanência destas trabalhadoras no setor pesqueiro. Não há dúvidas da substancialidade de sua energia laboral para compor a cadeia produtiva da pesca. No entanto, para se elaborar argumentos em face do reconhecimento da posição que cada uma dessas mulheres ocupa nas etapas de trabalho, é preciso se perguntar o que esta prática laborativa representa no cenário de transformações do meio rural. E, ainda, como pode ser feita essa sinergia entre a atividade pesqueira e desenvolvimento rural.

O desafio é destacar a complexidade[3] existente entre o trabalho realizado pelas mulheres e a economia local. E para isso, precisamos dar foco não apenas à atividade pesqueira em si, mas àquela realizada por mulheres, e problematizar as circunstâncias que criam este cenário precário, em que, ao longo de toda a vida, trabalhadoras se dedicam a um ofício, que muitas vezes sequer lhes dá o direito a uma aposentadoria. Se estamos falando que o desenvolvimento rural trata de oferecer oportunidade e liberdade para as populações rurais, logo é preciso que essas mulheres sejam amparadas social e juridicamente, para que se sustente uma efetiva mudança no meio agrário. Esta reflexão converge com o pensamento complexo, que hoje tem como expoente Edgar Morin, que refere o seguinte:

> [...] existe complexidade, de fato, quando os componentes que constituem um todo (como econômico, político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico)

3 Nesse contexto, complexidade é entendida como sistema, integração, interdependência.

> são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo, e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as parte (MORIN, 2000, p. 14).

Esta perspectiva se apresenta como base de análise para as demais ramificações do desenvolvimento, em que se valoriza não só o crescimento econômico, mas o bem-estar das populações. Ou seja, acesso a um trabalho digno e reconhecido, acesso à previdência, regularização cadastral como pescadora, acesso a credito, formas organizacionais, participação às políticas públicas, entre outras que, em contrapartida, favorecem a economia local. Isso é desenvolvimento rural.

Durante a realização da pesquisa com os pescadores e pescadoras de Ganchos/SC, foi detectada a necessidade da criação de serviços que pudessem auxiliar esta população no fortalecimento organizacional, bem como capacitação voltada ao acesso de políticas públicas e resolução de dúvidas sobre previdência, por exemplo. Ao pensar em estratégias de desenvolvimento rural a partir do alicerçamento das atividades agrícolas e não agrícolas, podemos remeter às *redes horizontais*, que se referem "à incorporação da agricultura e dos territórios rurais em atividades que atravessam e estão imersas nas economias locais e regionais" (MIOR, 2005, p. 237).

É uma forma de ver o desenvolvimento através da criação de novas oportunidades na economia, em que sejam potencializados os processos locais da criação de redes como estratégia alternativa de inserção socioeconômica. As pescadoras não trabalham apenas embarcadas, mas também em terra, com o beneficiamento do pescado, transformação alimentícia através de cooperativas, entre outros. E este trabalho deve ser visto como essencial para a economia local.

Isso se faz através do apoio a estas mulheres para que a relevância de suas atividades seja potencializada, promovendo maior autonomia e independência no mercado. Além disso, este processo pode agregar valor ao pescado, por meio de certificação aos produtos que são comercializados (CARNEIRO, 2013), através de orientações sobre

organização de cooperativa, administração, trâmites burocráticos e legislação que podem ser efetivados através de políticas públicas para tal.

Outra alternativa é a criação de cooperativas. Em Governador Celso Ramos havia 1 cooperativa de mulheres produtoras de alimentos provenientes da maricultura, chamada COLIMAR. Fundada em junho de 2003, encerrou suas atividades em 9 de novembro de 2016, após 13 anos de funcionamento. A cooperativa iniciou suas atividades com a participação de cerca de 23 mulheres, porém com a falta de recursos financeiros e dificuldade de crédito fizeram com que aos poucos as cooperadas fossem desistindo.

Essa valorização da atividade, pensando em toda a cadeia produtiva pesqueira, perpassa pela análise detalhada de como é tratado o trabalho rural. Não apenas por parte do legislador, mas também dos pesquisadores. Um exemplo disso são as denominações não nativas que lhe são atribuídas. Em Ganchos, a faina é realizada através de embarcações chamadas de bote e bateira, que podem medir até 8 metros de comprimento, a chamada pesca artesanal.

Esta denominação não se trata de uma categoria nativa, ou seja, elaborada pelos próprios grupos que a vivenciam. *Artesanal* é uma categoria criada no campo político, como necessidade estratégica de distingui-la econômica e politicamente da cadeia produtiva da pesca industrial. Leva em consideração elementos condicionantes para identificação dos trabalhadores, como: atuar na captura de menor ou maior escala, ser empregado ou não, delimitação das zonas de pesca, dentre outros.

Por outro lado, a designação artesanal, em termos práticos, contribui para a criação de estereótipos que resultam na invisibilidade, marginalização e desvalorização dessa atividade, reiterando como prática rudimentar e modo de vida "pitoresco", com saberes "peculiares" (SILVEIRA, 2015, p. 27), além de seccionar diferentes membros da comunidade, como o recente Decreto n. 8.425 de 31 de março de 2015, que divide o tipo de pescador/a através de tempo disponível (integral ou

parcial) para a pesca (BRASIL, 2015). Isso não significa que não devemos usar esta denominação, até porque é esta a utilizada pela legislação em vigor, mas o importante é avaliarmos estes aspectos de forma lúcida, pensando em estratégias eficazes que deem uma visibilidade benéfica a esta população, ao invés de colocá-la ainda mais à margem. Desta forma, o objetivo é pensar em mecanismos que demonstrem que a atividade pesqueira realizada por mulheres é imprescindível para a economia local e um fator essencial para o desenvolvimento rural.

Referências

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Lei nº 6.807, de 7 de Julho de 1980*. Disponível em: <https://bit.ly/2Rh0n8s>. Acesso em: 26 out. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto nº. 8967, de 23 de janeiro de 2017*. Disponível em: <https://bit.ly/2OQnlXo>. Acesso em: 26 out. 2018.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991*. Disponível em: <https://bit.ly/1FFPdhJ>. Acesso em 26 out. 2018.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto 8425, de 31 de março de 2015*. Artigo 2º, Inciso VIII. Disponível em: <https://bit.ly/2CJ8d6T>. Acesso em: 26 out. 2018.

CARNEIRO, Antônio Marcos Muniz; VIEIRA, Luiz Fernando. Ferramentas Interativas para a Conservação Sustentável de Áreas Marinhas Protegidas. *Revista de Comunicação e Educação Ambiental*, 3, 1-38, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas*, n. 1, p. 171-189, 2002.

CONTERATO, Marcelo Antonio; FILLIPI, Eduardo Ernesto. *Teorias do desenvolvimento*. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: UFRGS, 2009.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. *Jornal dos economistas*, Rio de Janeiro, n. 179, jun., p. 3-4, 2004.

GERBER, Rose Mary. *Mulheres e o Mar*: uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina, Brasil. Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC, 2013.

LAGO, Paulo Fernando de Araújo. Contribuição geográfica ao estudo da pesca no litoral de Santa Catarina. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XXIII, n. 1, jan./mar. 1961.

MAPA. Localização de Canto dos Ganchos/Governador Celso Ramos. *Revista da Prefeitura de Governador Celso Ramos – Gestão 2005-2011*. Governador Celso Ramos Município de se Viver Bem.

PUBLICIDADE. Ministério da Pesca e Aquicultura, referente ao Decreto 8.425 de 31 de março de 2015 que estabelece critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira. Disponível em: <https://bit.ly/2OOAC2u>. Acesso em: 26 out. 2018.

McCLINTOCK, Anne. *Imperial leather*: Race, gender and sexuality in the colonial contest. New York: Routledge, 1995.

MIOR, Luís Carlos. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó-SC, Unochapeco: Argos, 2005.

MORIN, Edgar. *A cabeça Bem-Feita*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263 a 274, jul/dez. 2008.

SEN, Amartya. .*Desenvolvimento como liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. Revisão Técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução: Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras, São Paulo: 2010.

SILVA, Vera; LEITÃO, Maria do Rosário. A regulação jurídica da pesca artesanal no brasil e o problema do reconhecimento do trabalho profissional das pescadoras. *17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero*, 2012.

SILVEIRA, Cibele Dias da. *Terra e Mar*: um estudo sobre as políticas e a actividade da pesca artesanal em Sesimbra sob uma perspectiva social. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa-UNL. Lisboa, Portugal. Maio, 2009.

SILVEIRA, Cibele Dias da Silveira. *Rompendo redes: perspectivas e problematizações interdisciplinares sobre a gestão da pesca em Canto dos Ganchos/SC*, Tese de Doutorado. Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

MULHERES NA CADEIA PRODUTIVA DA ATIVIDADE PESQUEIRA DE UBATUBA-SP

Venâncio Guedes de Azevedo
Luceni Hellebrandt
Lívia Muniz Nunes dos Santos
Alessandra Bonaparts Panza

A atividade pesqueira no Litoral Norte do Estado de São Paulo é muito importante e merece destaque, juntamente com o turismo e a construção civil, para a geração de empregos e renda (SEMA, 2005). Nesta área encontram-se os municípios de São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba, nos quais predominam as pescarias artesanal e comercial de pequena escala, realizadas exclusivamente em ambiente marinho. De acordo com o Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira do Instituto de Pesca, em 2016 as principais espécies capturadas foram corvina, sardinha-verdadeira, camarão-sete-barbas, camarão-rosa e tainha, capturadas pelas artes de pesca de arrasto e redes de espera. Com relação à comercialização dos produtos, a maior parte é comercializada localmente e uma fração enviada para a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

Mas, para além de pensar a importância econômica da atividade pesqueira nessa região, há de se considerar também a importância cultural da pesca para a população local, reconhecida como caiçara. Ser caiçara pressupõe um conjunto de ações cotidianas, conforme pode ser conferido no recente documentário de Guilherme Rodrigues, intitulado "Caiçara: às margens do Brasil" (2017). Produzido de forma independente, o registro visual aponta elementos constituintes de uma cultura que resiste numa relação conflituosa ao progresso econômico impulsionado pela construção da BR 101, inaugurada na década de 1970.

A resistência se dá na reprodução de atividades cotidianas que permeiam o universo pesqueiro e são essenciais à identidade caiçara e ao fazer em torno da pesca artesanal. Alguns exemplos de destaque, além da captura de corvina, camarão e tainha, são a construção de canoas, a confecção de redes e o beneficiamento de pescados para comercialização no Mercado Municipal de Pescado, inclusive com a indicação de receitas para os clientes prepararem os pescados adquiridos.

Neste texto, apresentamos alguns dados da participação de mulheres na atividade pesqueira de Ubatuba e uma breve discussão sobre as formas de associativismo delas, de forma a aportar elementos para pensar a questão da identidade caiçara através do emprego de lentes de gênero. Partimos de uma breve contextualização de como chegamos a esta pesquisa e, na sequência, apresentamos algumas mulheres e a descrição de algumas atividades que elas desenvolvem na pesca artesanal do município.

Contexto de desenvolvimento da pesquisa

Em 2008, foi iniciado o Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira pelo Instituto de Pesca, em que foram levantadas informações referentes aos principais pontos de desembarque, frotas atuantes, espécies desembarcadas e coleta de informações socioeconômica dos pescadores. Apesar da predominância masculina atuando ao longo da cadeia do pescado, identificou-se a participação feminina em alguns segmentos. Diversos estudos apontam a importância da participação feminina na atividade pesqueira (FAO, 2015; HELLEBRANDT, 2017; ALONSO-POBLACIÓN; SIAR, 2018) e a inexistência de informações consolidadas nesse município foi o elemento motivador do presente trabalho.

Assim, entre os anos de 2008 e 2015, foram realizadas 50 entrevistas com mulheres que atuam na pesca artesanal do município de Ubatuba-SP (Figuras 1 e 2), inicialmente concentradas em pontos de aglomeração de pescadores e redutos tradicionais caiçaras, tais como, Mercado Municipal de Pescado e bairros da Maranduba, Rio Escuro, Sertão da Quina e Ilha dos Pescadores (próximo ao Mercado Municipal de Pescado).

Figura 1: Município de Ubatuba – SP

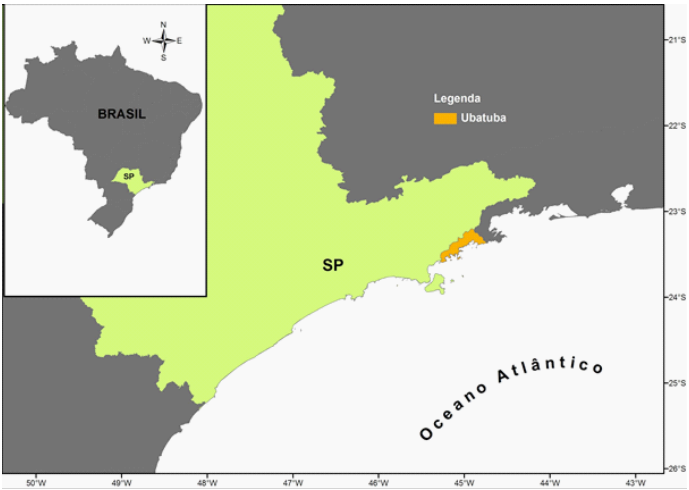
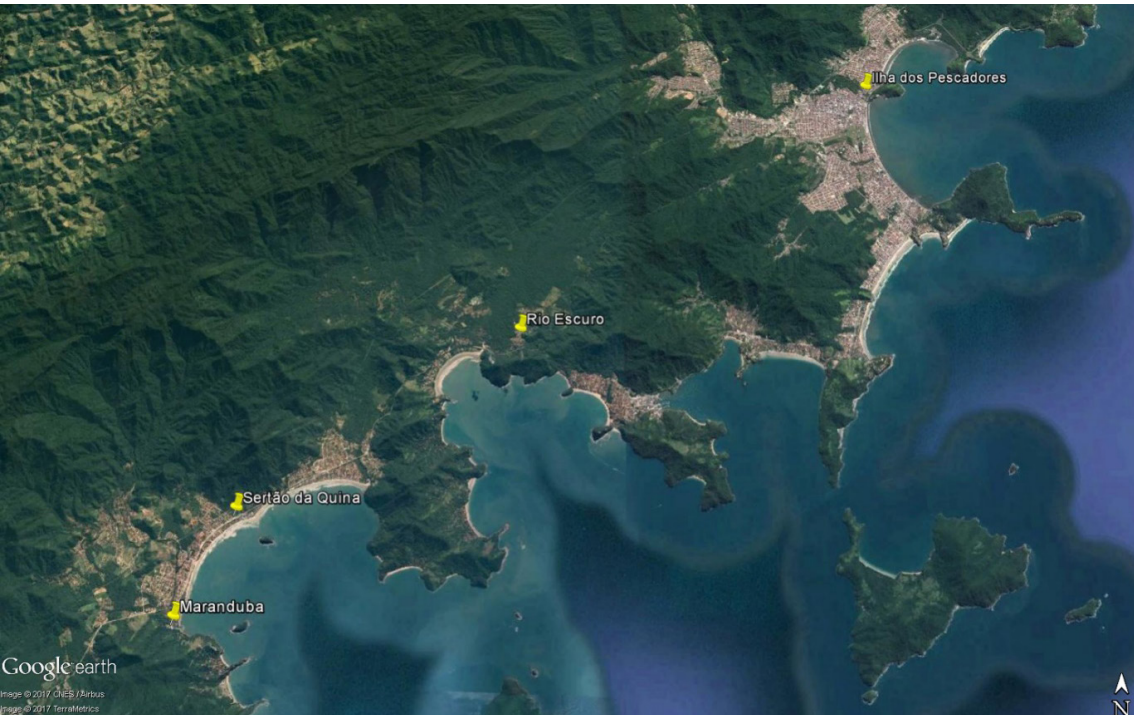


Imagem: Google

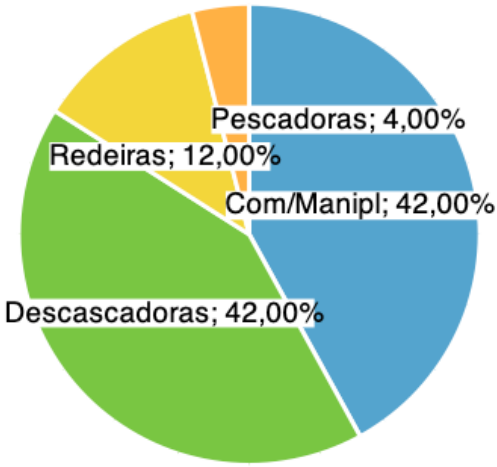
Figura 2: Distribuição das localidades onde foram realizadas as entrevistas no município de Ubatuba-SP Imagem: Adaptado de Google



A deficiência de estatísticas pesqueiras desagregadas por sexo é relatada na literatura (ver, por exemplo, BENNET, 2005 e HELLEBRANDT, 2017) e em Ubatuba não é diferente. Em função da inexistência de uma lista oficial de mulheres que atuam no setor pesqueiro nesse município, a estratégia utilizada foi de iniciar as atividades nessas localidades com a aplicação de questionário com as mulheres que lá trabalhavam e, ao mesmo tempo, obtendo informações de outras localidades a serem visitadas, como na técnica de bola de neve. O questionário visou traçar o perfil socioeconômico dessas mulheres, identificar quais atividades elas desenvolvem e onde estão localizadas dentro do município de Ubatuba e a existência de conflitos com outras atividades e entre homens e mulheres. Também foram realizadas visitas a associações de classe, como a Colônia de Pescadores Z-10, no intuito obter informações complementares.

As 50 entrevistadas foram questionadas sobre a principal tarefa que exercem na pesca, e os resultados indicaram quatro principais atividades: manipuladoras e comerciantes de pescado; descascadoras de camarão; redeiras; e pescadoras. A Figura 3 apresenta o percentual de entrevistadas de acordo com principal atividade que exerce na pesca, e a Figura 4 apresenta uma distribuição dessas entrevistadas/atividades ao longo do município.

Figura 3: principais formas de ocupação encontradas por mulheres no setor pesqueiro em Ubatuba-SP



Fonte: Elaboração dos autores.

Estas encontram-se distribuídas no município de acordo com a figura 4:

Figura 4: Distribuição das atividades ao longo do município nos pontos mostrados.

Imagem: Google

No Quadro 1 apresentamos algumas características de nossas entrevistadas, de acordo com suas principais atividades da pesca artesanal de Ubatuba. Em seguida, descrevemos com mais detalhes cada uma das quatro atividades encontradas, incluindo informações relacionadas a associativismo, a políticas públicas e a questões de saúde.

Quadro 1: Características das entrevistadas de acordo com a principal atividade desenvolvida

Principal Atividade / Informações		Idade	Escola-ridade	Núm. de filhos	Anos de trabalho na atividade
Manipu-ladoras e comerci antes (42%)	mín	16	Fund. incomp.	0	2
	máx	49	Ens. superior	8	20
Descas-cadoras de camarão (42%)	mín	15	Funda-mental	0	2
	máx	72	Médio incomp	7	30
Redeiras (12%)	mín	20	Nunca estudou	1	7
	máx	73	Médio incomp	12	58
Pescador as (4%)	mín	58	Ens. Médio	3	14
	máx	67	Ens. Médio	3	24

Fonte: Elaborado a partir de dados levantados em campo

Manipuladoras e comerciantes de pescado

Em se tratando das manipuladoras e comerciantes de pescado (Figura 5), foram realizadas 21 entrevistas. Estas trabalham no Mercado Municipal de Pescado e nas peixarias no entorno deste. Apresentaram idade entre 16 a 49 anos, com média em 35 anos.

O número de filhos variou entre nenhum a 8 filhos com média em 2. O grau de escolaridade variou desde o ensino fundamental incompleto (maioria das entrevistadas) a curso técnico e superior. O tempo de trabalho nesta atividade variou entre 2 a 20 anos, com média em 13,5 anos, trabalhando na manipulação e venda de peixes, crustáceos e moluscos. Mais da metade revende pescado capturado por familiares (n=11, 52%), existem alguns casos de contratação via CLT (n=5, 24%) e o restante atuam sem vínculo formal ou de parentesco. Praticamente a totalidade das entrevistadas apresenta dedicação exclusiva à esta atividade.

Delas, 43% (n=9) não participam de entidades de classe e o restante (57%, n=12) fazem parte de entidades como Associação dos Pescadores, Colônia de Pesca Z-10 e Associação do Mercado de Pescado. Com relação a políticas públicas e benefícios recebidos pelo governo, 48% (n=10) recebem o seguro em função do defeso da pesca do camarão[1]. Entende-se o defeso como um dispositivo de controle que é "acionado" em determinadas épocas do ano a fim de proteger as espécies de peixes e camarões de serem explotadas, seja o estoque desovante, seja aos novos recrutas (AZEVEDO, 2013).

Com respeito ao relacionamento no ambiente de trabalho, as entrevistadas informam que inicialmente existia preconceito, mas que com o passar do tempo este acabou. Isto pode estar relacionado ao fato de existirem laços de parentesco nesse ambiente de trabalho e também com os pescadores. Nas entrevistas, descreveram que, por atenderem melhor ao cliente, por vezes até repassando receitas culinárias, e por terem mais cuidado com o pescado, geralmente vendem mais que os homens. O regime de trabalho está relacionado ao horário de funcionamento das peixarias e do Mercado.

1 O defeso do camarão em Ubatuba ocorre no período entre 1° de março e 31 de maio, segundo Instrução normativa do IBAMA n.189 de 23/09/2008. (ICMBIO). Disponível em: <https://bit.ly/2RNARs2> Acesso em: 08 dez. 2017.

Figura 5: Comerciantes/manipuladoras de pescado. Mercado municipal de Ubatuba-SP

Foto: Venâncio Guedes de Azevedo

Descascadoras de camarão

Com as descascadoras de camarão (Figura 6) foram realizadas 21 entrevistas sendo que estas entrevistadas trabalham na Ilha dos Pescadores. Desempenham suas funções em galpões próximos ao Mercado de Pescado e ponto de desembarque de pescado. Apresentaram a faixa de idade entre 15 a 72 anos, com média em 41 anos. O número de filhos variou de nenhum a 7 filhos e, quanto ao grau de escolaridade, a grande maioria apresenta ensino fundamental e médio incompletos. O tempo de trabalho variou de 2 a 30 anos, com média em 12 anos.

Durante o trabalho de campo, constatou-se que esta é uma atividade realizada quase exclusivamente por mulheres. Nas entrevistas, verificaram-se conflitos entre as descascadoras, em função do valor cobrado para a limpeza do camarão, gerando discussões. A respeito disso, o local tem sido popularmente denominado "gaiola das loucas" (Figuras 7 e 8).

As entrevistadas informaram que as principais dificuldades se relacionam à falta de infraestrutura e a convivência. A totalidade atua sem vínculo empregatício, realizando a atividade para qualquer pessoa, sem exclusividade. Destas, 90% (n=19) não participam de entidade de classe e não recebem benefícios como o seguro defeso. Por vezes atuam com a limpeza de lulas, em época em que este pescado é abundante. O regime de trabalho varia em função da quantidade de pescado a ser limpo e durante a safra, quando se trabalha das 6h às 17h.

A atividade dos descascadores está relacionada à safra do camarão, que vai de junho a fevereiro e, uma vez que esta se encerra em função do defeso, tais pessoas buscam outras formas de sustento. A maior parte das entrevistadas (62%, n=13) informaram não realizar outro tipo de atividade e existem algumas que atuam como ambulantes, faxineiras, manicure e fazendo salgados (atuando na área de alimentação) (24%, n=5); também se constatou a existência de pessoas já aposentadas (14%, n=3).

Figura 6: Descascadoras de camarão na localidade de Ilha dos Pescadores. Ubatuba-SP

Foto: Venâncio Guedes de Azevedo

Figura 7: Barracão onde se descasca camarão na localidade de Ilha dos Pescadores
Foto: Venâncio Guedes de Azevedo

Figura 8: Descascadoras da localidade de Ilha dos Pescadores trabalhando no barracão

Foto: Venâncio Guedes de Azevedo

Redeiras

Com as redeiras (Figura 9, 10 e 11), realizaram-se 6 entrevistas. Estas encontram-se nos bairros do Sumidouro, Rio Escuro e Maranduba e trabalham em suas residências. Apresentaram a faixa de idade entre 20 e 73, com média em 40 anos; o número de filhos variou entre 1 a 12, com média em 5; a escolaridade desde nenhuma até o ensino médio incompleto. O tempo no trabalho com as redes variou entre 7 e 58 anos, com média em 26 anos. O ingresso nesse tipo de atividade se deu muito por necessidade de trabalho e por incentivo familiar, visto que são realizadas por várias pessoas da mesma família.

Uma entrevistada proveniente da região Nordeste do país relatou que quando chegou em Ubatuba procurou alguns pescadores oferecendo seu serviço de conserto de rede, mas teve seu serviço rejeitado pelos pescadores que mantinham certo preconceito com relação ao trabalho de mulheres na atividade pesqueira.

Os pescadores não acreditavam que as mulheres seriam capazes de desenvolver esse tipo de trabalho. Por muita insistência, ela conseguiu que um pescador lhe trouxesse algumas redes para trabalhar, de forma que ela pudesse mostrar a execução de seu trabalho com redes de pesca. A maior parte das entrevistadas ingressou nessa atividade pela necessidade de renda. As principais atividades são entralhar, fazer e emendar redes, e os tipos de redes trabalhados são redes de espera, rede de fundo, tresmalho, rede de arrasto e tarrafas.

As empreitadas dependem da função da quantidade de redes e do tipo de reparo requerido pelas mesmas. O trabalho também varia de acordo com os meses de fraca ou maior atividade pesqueira. Por exemplo, em meses como dezembro a fevereiro (meses de verão) a atividade pesqueira diminui, diminuindo também a demanda de redes para trabalhar, já a maior atividade se dá entre os meses de maio a agosto. Trabalham principalmente para pescadores de Santos e para pescadores de Ubatuba.

A forma de cobrança pelo serviço se dá por pano de rede, cujo entralhe varia de R$15,00 a R$20,00, de acordo com o tamanho da rede; e remendar

varia entre R$25,00 a R$30,00. As entrevistadas relataram não participar de nenhuma entidade de classe ou ter formas de associativismo. Vale destacar que essas redeiras informaram que transmitem os conhecimentos da atividade aos seus familiares, reforçando a reprodução de conhecimento tradicional característico da identidade caiçara. Ainda, algumas entrevistadas comentaram que as mulheres são mais caprichosas e atenciosas para trabalhar nessa atividade do que os homens, pois elas prestam mais atenção aos nós, aos corridos, etc.

Em relação à renda, destacaram que nessa atividade específica possuem mais demanda que os homens, uma vez que o trabalho das mulheres é reconhecido por ser bem feito, mas não informaram se há diferença de valores pagos entre mulheres e homens. Destacaram ainda que o trabalho machuca bastante a mão, que força a visão, e algumas vieram a usar óculos, além de sofrerem consequências à postura, pois permanecem longos períodos em pé.

Foto: Venâncio Guedes de Azevedo

Figura 9: Redeiras da localidade de Rio Escuro, município de Ubatuba-SP, em plena atividade

Figura 10: Redeiras da localidade de Rio Escuro, município de Ubatuba-SP, em plena atividade. Foto: Venâncio Guedes de Azevedo

Figura 11: Redes e instrumentos de trabalho das redeiras no município de Ubatuba-SP

Fotos: Venâncio Guedes de Azevedo

Pescadoras

Foram realizadas duas entrevistas com as pescadoras (Figura 12) que se encontram no bairro da Maranduba. As duas entrevistadas possuíam idade de 58 e 67 anos, apresentando 3 filhos cada, e com ensino médio

completo. O tempo de trabalho com a pesca está entre 14 e 24 anos. Atuam exclusivamente na pesca, utilizando rede de emalhe para capturar corvina, cação, bagre, sororoca, robalo e vermelho. O pescado capturado é destinado para a venda e para o consumo. Relataram que o ganho obtido com a venda é importante para complementar a renda familiar. Estas mantêm o material capturado em suas residências e lá realizam sua venda.

Aprenderam a pescar com familiares (pais e irmãos). Uma delas está associada à entidade de classe (Colônia de Pesca Z-10), já a outra se aposentou como pescadora. Com respeito ao relacionamento entre homens e mulheres na pesca e preconceitos por serem pescadoras, informaram não existir problemas.

Figura 12: Pescadoras da localidade de Maranduba, município de Ubatuba-SP, em plena atividade

Fotos: Venâncio Guedes de Azevedo

Discussões

De acordo com os resultados obtidos no presente estudo, que entrevistou apenas uma fração de toda a comunidade pesqueira, verificou-se que as categorias de trabalho encontradas são representativas da realidade desse município.

De acordo com Azevedo (2013), que estudou a pesca do camarão-sete-barbas no litoral norte de São Paulo, constata-se a predominância masculina na pesca embarcada, fato este comprovado através de consultas com as representações de classes dos pescadores (colônias e associações de pesca), estando as mulheres engajadas em atividades em terra, atuando no apoio à atividade pesqueira, como na comercialização do pescado e na limpeza dos camarões (retirada da casca).

Em relação ao trabalho desenvolvido pelas redeiras, verificou-se que o setor pesqueiro local, além de pescadores de outros municípios e estados, apresentam predileção em efetuar os reparos de suas redes e entralhe de novas com estas, visto a qualidade que é uma característica de seus trabalhos. Pescadores e armadores comentam que estas realizam tais atividades com mais empenho que os redeiros, obtendo um melhor produto final. Verificou-se que tanto as manipuladoras quanto as comerciantes apresentam maior preocupação quanto à qualidade e conservação do pescado a ser vendido, assim como no atendimento ao cliente, o que faz diferença no ato da comercialização. Nestas ocasiões essas trabalhadoras fornecem, inclusive, receitas e dicas de preparo dos produtos.

Formas de associativismo específicos para mulheres, como cooperativas de pescados citadas por Aoki, Dalbom e Sodré (2007) não foram encontradas nesse município. Concordando com Gerrard (2009), o trabalho feminino, de forma não organizada, é considerado "invisível", não sendo contabilizado e ficando de fora do planejamento e ação pública. Com isso, verifica-se o quão importante seria que as trabalhadoras da pesca nesse município estivessem organizadas em associações de classe, visando garantir seus direitos, da mesma forma que os outros trabalhadores do mar.

Considerações finais

Os dados apresentados aqui são apontamentos iniciais, surgidos a partir da constatação da presença de mulheres na atividade pesqueira de Ubatuba, dentro de um programa de monitoramento

pesqueiro que não tinha como prioridade a questão de gênero. Mesmo que o intuito original do Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira pelo Instituto de Pesca não fosse o de perceber a participação de mulheres e as relações de gênero no universo pesqueiro de Ubatuba, o fato da atuação dessas mulheres ter chamado atenção da equipe de pesquisa já é um indicador de que elas estão presentes e atuantes na pesca artesanal.

Quando se percebe a atividade pesqueira como uma cadeia produtiva, com elos que extrapolam a captura, há de se compreender também a atividade pesqueira como algo que vai além da questão econômica. Assim se adiciona para esta percepção os elementos culturais, que alimentam a identidade caiçara, mesmo que tenham todos também um caráter produtivo e econômico. As atividades de manipular e comercializar pescados, descascar camarão, confeccionar redes, pescar são atividades geradoras de renda, mas também são atividades que constituem a identidade caiçara. Perceber a participação das mulheres nestas atividades é perceber a importância delas na resistência para a manutenção da identidade caiçara em Ubatuba.

Referências

ALONSO-POBLACIÓN, E.; SIAR, Susana V. *Women's participation and leadership in fisherfolk organizations and collective action in fisheries*: a review of evidence on enablers, drivers and barriers. FAO Fisheries and Aquaculture Circular n. 1159. Rome, FAO, 2018.

AOKI, P. C. M.; DALBOM, F. L.; SODRÉ, N. G. A. S. Extensão pesqueira na prática organizativa das mulheres pescadoras do distrito de Itaipava-ES, com enfoque na perspectiva de gênero e economia solidária. Resumo da VCBA. Desenvolvimento Rural. *Rev. Bras. de Agroecologia*, v. 2, n .2, 2007.

AZEVEDO, V. G. Sustentabilidade da pesca direcionada ao camarão-

sete-barbas, *Xiphopenaeus kroyeri* (Heller, 1862), no Litoral Norte do Estado de São Paulo. Tese de Doutorado. 118 p. Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, 2013.

BENNET, Elizabeth. Gender, fisheries and development, p. 451-459. *Marine Policy 29*. 2005.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Voluntary Guidelines for Securing Sustainable Small-Scale Fisheries in the Context of Food Security and Poverty Eradication. *At a glance*. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2SNPlZh>. Acesso em: 30 jan. 2017.

GERRARD, S. Mulheres, homens e quotas de pesca. *Revista Yemaya*. Boletim do ICFS sobre Gênero e Pesca. n, 22. 2009.

HELLEBRANDT, Luceni. *Mulheres da Z3*: O camarão que "come" as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca. 173. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis-SC, 2017.

RODRIGUES, Guilherme. *Caiçaras*: às margens do Brasil. Direção e produção: Brasil, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2UJptzs>. Acesso em: 27 abr. 2018.

SEMA, 2005. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental. *Litoral Norte* – São Paulo: SMA/CPLEA, 2005

O QUE TORNA AS MULHERES INVISÍVEIS NA PESCA? REFLEXÕES A PARTIR DE PESQUISA COM MULHERES DA COLÔNIA Z3 – PELOTAS/RS

Luceni Hellebrandt

Este texto foi editado a partir de uma comunicação apresentada no Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil, ocorrido na UENF, em Campos dos Goytacazes-RJ, em setembro de 2017. Assim, a escrita do texto reflete o tom oral da comunicação. Naquele momento, a comunicação ocorreu em duas partes: a primeira, retomando autoras que refletem sobre a questão da invisibilidade das mulheres na atividade pesqueira, apontando as principais causas; a segunda parte, apresentando trechos de pesquisa que realizei na Colônia Z3 em Pelotas-RS. Trago agora uma proposta de relacionar as duas partes. Ou seja, a de pensar a invisibilidade das mulheres na atividade pesqueira a partir das vivências que tive com mulheres da Colônia Z3 e seus cotidianos numa comunidade cuja identidade se constrói em torno da pesca artesanal de pequena escala.

A questão da invisibilidade

A invisibilidade das mulheres na pesca está dada de forma que parece natural. Contesto esta naturalização a partir de algumas autoras, indicando como se dá uma construção da invisibilidade do trabalho realizado por mulheres e, consequentemente, o não reconhecimento delas enquanto agentes, trabalhadoras, produtivas, essenciais. Há uma construção que as torna invisíveis em diversos espaços, tais como perante o poder público e a própria comunidade e, em muitos casos, a própria casa.

A "herança histórica da legislação social pré-Constituição de 1988",

como descreve Maneschy (2013) e a lógica da divisão sexual do trabalho, que hierarquiza e valoriza o trabalho dos homens, em detrimento daqueles realizados por mulheres (KERGOAT, 2009), são formas de construção da invisibilização das mulheres na atividade pesqueira.

Nesse processo de construção da invisibilização há também um artigo muito interessante que devo citar. Trata-se de um artigo curto de Elizabeth Bennet, publicado em 2005, na renomada revista *Marine Policy*. No artigo denominado *Gender, fisheries and development*, a autora atribuiu a três fatores o motivo das questões de gênero permanecerem marginalizadas na pesquisa pesqueira e nas tomadas de decisões.

O primeiro fator pode ser atribuído ao foco da gestão na produção pesqueira e nos estoques sobrexplotados, com a atenção de pesquisadores voltada principalmente ao setor da captura – dominado por homens, em detrimento de pesquisas sobre processamento e comércio, que são setores onde as mulheres estão mais presentes.

O segundo fator que Bennet aponta é que as pesquisas, com o propósito de serem neutras a respeito de gênero (*gender-neutral*), frequentemente, são de fato cegas quanto a gênero (*gender- blind*), e assim falham em ver os modos de vida em uma perspectiva mais ampla. Essas pesquisas "são desenvolvidas por pesquisadores que frequentemente não incluem mulheres nas entrevistas e discussões, por razões culturais, ou porque familiares homens 'falam' por elas" (BENNET, 2005, p. 451). Uma forma de fazer pesquisa que ignora as mulheres: Ellen Woortmann e Edna Alencar (orientada por Woortmann) já alertavam sobre isso em seus trabalhos no início da década de 1990:

> Em alguns casos, a análise que se sobressai obscurece a importância das atividades femininas, seja no mar ou na terra, pois não considera sua relação orgânica com a pesca. Assim, muito da "invisibilidade" da mulher em atividades de pesca decorre da ótica do pesquisador na construção etnográfica e interpretativa do seu objeto de estudo. Na construção, certos aspectos da realidade são privilegiados, de acordo com o "recorte" realizado para alcançar os objetivos do estudo (ALENCAR, 1993, p. 66).

O terceiro fator que Bennet destaca é a questão dos dados nacionais sobre pesca. A forma como a estatística pesqueira não desagrega dados por sexo. Nesse sentido, também ainda na década de 1990, temos o trabalho de Sarah Gammage. Pesquisadora de gênero e empoderamento econômico do ICRW (*International Center for Research on Women*), criticou a forma com que as estatísticas contribuem para invisibilizar o trabalho das mulheres na pesca. No artigo referido, a autora aponta como instrumentos de coleta de dados quantitativos são cegos em relação às questões de gênero (*gender-blind*), portanto falham em capturar a diversidade de gênero na economia pesqueira e subestimam os papéis das mulheres nessa atividade. A consequência disso é que "a contribuição das mulheres permanece sem reconhecimento e tomadores de decisão falham em considerar os papéis das mulheres no planejamento ambiental e no desenvolvimento" (GAMMAGE, 2004, p. 36).

Para somar às causas de construção de invisibilização das mulheres na atividade pesqueira apontadas pelas autoras que citei, durante a escrita de minha tese de doutoramento,[1] me propus a um exercício de análise da legislação pesqueira brasileira. Nesse exercício pude constatar um processo de invisibilização – e até de apagamento no texto da Lei – das mulheres e das atividades por elas executadas na cadeia produtiva da pesca.

Observei como o Estado (não) percebe as mulheres na pesca, pois o termo "mulher" nunca aparece na legislação pesqueira e o termo "pescadora" começa a aparecer a partir do ano de 2015, junto com o termo "trabalhadora de apoio à pesca artesanal". Anterior a isso, a referência mais próxima de que existem outras pessoas envolvidas na atividade pesqueira, além do pescador, é encontrada no termo "regime de economia familiar". Vale destacar que há uma definição de atividade pesqueira artesanal que contempla atividades de pré- e pós-captura, cujos diversos estudos demonstram que são as atividades nas quais as mulheres estão mais concentradas. Essas atividades passam a ser legalmente denominadas de "atividades de apoio pesca" em 2015, e com um Decreto em 2017, desaparecem enquanto categoria de inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira.

1 Tese defendida no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em abril de 2017, sob orientação de Carmen Rial e co-orientação de Rosário Andrade Leitão. Pode ser conferida em Hellebrandt e Rial (2017).

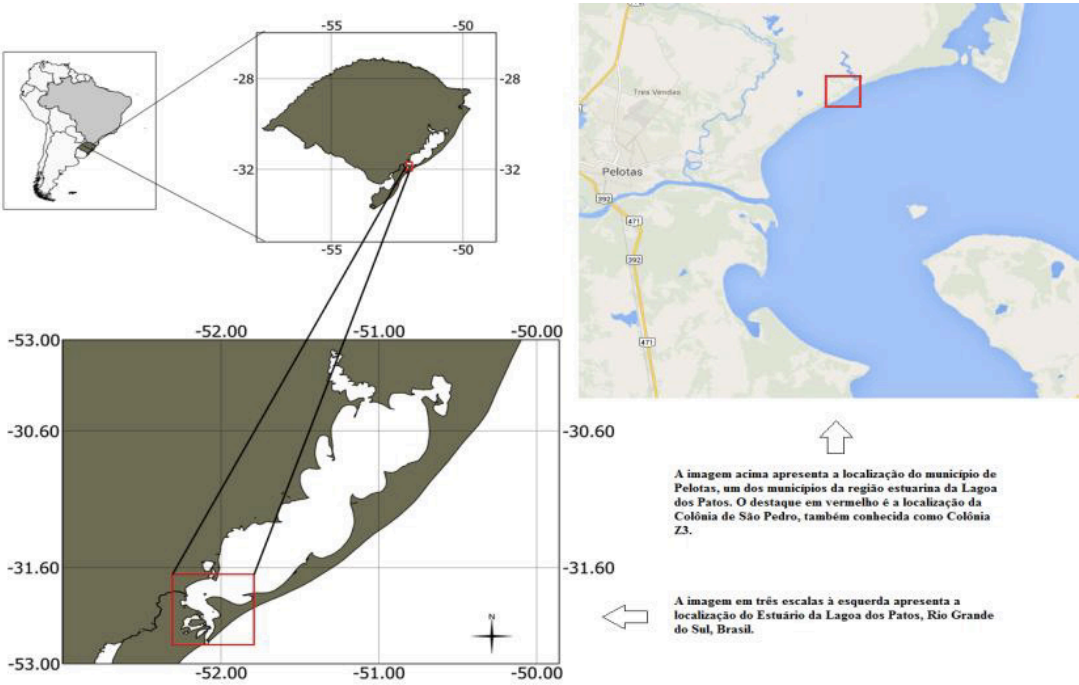
Assim, com o texto revogado, o Estado, que antes denominava as etapas da atividade pesqueira nas quais as mulheres mais participam de "apoio pesca", agora sequer reconhece como categoria existente no Registro Geral da Atividade Pesqueira. Com esta análise constatei um processo que torna legalmente invisível parte das mulheres da pesca. Ou seja, o Estado também como construtor da invisibilidade das mulheres na atividade pesqueira.

Observando as relações entre gênero e pesca e a pesquisa com as mulheres da Z3

Para contestar esta naturalização da invisibilidade e entendê-la como construção, reflito sobre o campo de estudos sobre gênero e pesca, apontando elementos da minha pesquisa com mulheres da Colônia Z3 (Figura 1).

Figura 1 - Localização da Colônia Z3, em Pelotas, RS - Brasil

Fonte: Adaptado de Walter et al. (2014) e Google Maps (2014)



Iniciei minha trajetória de pesquisa em comunidades pesqueiras antes de pensar sobre as mulheres na pesca. De forma semelhante, a Colônia Z3 foi minha área de estudo bem antes de eu perceber as mulheres que ali vivem. Nesses anos iniciais de pesquisa, entendia e percebia, dentro do universo pesqueiro, as relações de poder entre pescadores e atravessadores, as relações de poder entre pescadores e o presidente da Colônia, bem como – pessoalmente – a relação de poder entre a academia e "objeto de estudo", porém me falhava perceber as relações de poder entre os sexos dentro do universo da pesca. Logo, meu agir enquanto pesquisadora corroborava o segundo fator pontuado por Bennet, eu falhava em ver a comunidade pesqueira de uma perspectiva mais ampla, não incluindo mulheres na investigação, afinal "pesca é coisa de homem", numa abordagem que compreende a atividade pesqueira como sinônimo de captura de pescados.

Num dado momento da minha trajetória de pesquisa, deparei-me com uma situação que expôs toda a agência das mulheres[2], que até então eu ignorava, fato que ampliou meu olhar para a pesca. A partir de então, elegi como tema de pesquisa o amplo campo sobre gênero e pesca. Embora os estudos sobre gênero e pesca já tenham uma produção considerável e também pesquisas em andamento[3], quando buscamos esta discussão sobre mulheres na pesca dentro da gestão pesqueira, os estudos são escassos e as mulheres continuam invisíveis.

Assim, tendo em vista a lacuna de pesquisas marcando os lugares das mulheres na gestão pesqueira e apontando a importância dos papéis que desenvolvem nas comunidades pesqueiras, decidi me debruçar sobre uma comunidade que era próxima fisicamente a mim, a "Z3", e entender esse local através de algumas mulheres dali.

"Z3" é como as pessoas que ali vivem denominam esse local no 2º

2 Vou descrevê-lo brevemente ainda neste texto, mas pode ser conferido com detalhes em Hellebrandt, Rial e Leitão (2016).

3 Alguns exemplos foram as apresentações no Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil, ocorrido na UENF, em Campos dos Goytacazes-RJ, em setembro de 2017.

Distrito de Pelotas, cujo nome oficial é Colônia São Pedro. "Z3" é um termo curto para "Colônia Z3", que algumas vezes é utilizado também por moradores da "cidade" e até como nome para a linha de ônibus, embora uma colônia de pesca seja um espaço institucional e não uma área física. Mas as razões da minha escolha por esse local vão além da proximidade física. Hoje entendida como um bairro da cidade, com diversas "facilidades" urbanas (água, luz, internet, posto de saúde, escola secundária, transporte público com horários regulares, mas também usuários de crack e aumento de criminalidade) não é a única comunidade pesqueira de Pelotas, mas é a que concentra a maior parte dos mais de 1.000 Registros Gerais da Pesca (RGPs) ativos no município[4].

Além disso, a Colônia de Pescadores Z3, fundada no início do Século XX, visando estratégias de defesa nacional de acordo com o artigo 73 da Lei n. 2.544 de 1912, tem sua história em torno da pesca. De colonização açoriana, e grande contribuição dos "catarinas" – relação que se mantém explícita atualmente, quando observamos a cadeia produtiva do camarão-rosa, principal recurso pesqueiro ali explorado –, 80% do camarão capturado na Z3 tem como primeiro destino empresas Catarinenses de Laguna e Palhoça, seguindo dali tanto para o Mercado Público de Florianópolis, como para os Estados do Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, e para o exterior[5].

Outro fator está relacionado ao meu desejo de trabalhar com este tema das mulheres na gestão pesqueira. A Z3 tem uma considerável participação no Fórum da Lagoa dos Patos (FLP, 2015). Esse Fórum, criado em 1996, é uma reconhecida experiência de co-gestão de recursos costeiros[6]. Agrega 21 instituições com o intuito de gerir a região estuarina da Lagoa dos Patos. Tal área é propícia a diversos

4 À época da minha pesquisa na Z3, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) ainda não havia sido extinto. O número, de acordo com o MPA era de 1.121 RGPs ativos em Pelotas, em 2014.

5 De acordo com pesquisa de que participei e pode ser conferida em Walter et al. (2014).

6 Para saber mais sobre o Fórum da Lagoa dos Patos, algumas publicações: Berkes et al. (2006), Kalikoski; Vasconcellos; Lavkulicha (2002), Kalikoski; Satterfield (2004).

conflitos que vão além do valor econômico do camarão capturado ali. Por exemplo, compartilham as margens da região estuarina 4 municípios com importantes atividades costeiras (São José do Norte, Rio Grande, Pelotas e São Lourenço do Sul) e geralmente com maior poder econômico que a pesca artesanal (pesca industrial, atividades portuárias, construção naval, etc.).

O Fórum funciona como espaço de discussão que acaba repercutindo em diversas normativas que ordenam a pesca na Lagoa dos Patos. No ano de 2011, as mulheres das comunidades pesqueiras da região estuarina da Lagoa dos Patos tiveram o seguro defeso suspenso. Esta é uma política pública garantida aos pescadores, pescadoras e trabalhadoras na pesca da região desde a década de 1990. Assim, uma parte da minha pesquisa foi entender por que algo que vinha acontecendo há duas décadas foi interrompido no ano de 2011, e utilizei o Fórum para isso.

Desde 2010 acompanhei diversas reuniões do Fórum, que acontecem mensalmente e de forma itinerante entre as 4 cidades que citei anteriormente. Também como recurso metodológico, analisei um conjunto de 78 documentos que correspondem às atas das reuniões ocorridas entre 2007 e 2015, além de entrevistas com mulheres da Z3 que foram afetadas por esta decisão. A descrição detalhada do que ocorreu naquele momento em 2011 e algumas estratégias e reações dessas mulheres podem ser lidas num artigo na *Vivência*: Revista de Antropologia da UFRN[7], e uma análise desse material do FLP também já foi apresentado em outros eventos de gestão pesqueira[8], mas em resumo o que aconteceu foi o seguinte:

7 Hellebrandt, Rial e Leitão, 2016.

8 Refiro-me aos trabalhos intitulados "Analyzing gender gap at Patos Lagoon Forum (Brazil): experiences and contributions for governance and fishery management", que apresentei em junho de 2015, durante a MARE Academic Conference: people and the sea VIII, em Amsterdã/Holanda, e "Por que discutir gênero na gestão é importante? estudo de caso sobre a suspensão de seguro defeso às mulheres do estuário da lagoa dos patos no ano de 2011", que apresentei em maio de 2016, durante o II Congresso Iberoamericano de Gestão de Áreas Litorâneas, em Florianópolis-SC/Brasil.
As apresentações podem ser acessadas, respectivamente, em: <https://bit.ly/2En5ku6> e <https://bit.ly/2C0FnxL>.

Por trás de uma preocupação constante com o colapso dos estoques, traduzida na expressão de que "a pesca está acabando", um dos objetivos do Fórum é fazer a gestão de forma a evitar safras frustradas, e o principal recurso utilizado para isso é pensar a capacidade de suporte da Lagoa traduzido no número de licenças de pesca concedidos. Através de estudos técnicos, definiu-se que a capacidade de suporte permitia 4 mil licenças de pesca, ou seja, 4 mil pessoas pescando na Lagoa.

A licença ambiental de pesca é um dos documentos que identifica que a pessoa desenvolve atividade pesqueira, ficando assim habilitada a acessar políticas públicas como o seguro defeso. As discussões do Fórum tentavam achar uma solução para ajustar as quase 6 mil licenças distribuídas para o que se estipulou como limite da capacidade de suporte, as 4 mil licenças.

A medida adotada em reuniões, nas quais pescadoras ou trabalhadoras na pesca eram apenas 3% das que se manifestavam, decidiu que a solução era retirar as licenças das mulheres, pois "mulheres não vão pro mar", já que perdura o entendimento de que o papel das mulheres da Lagoa dos Patos na pesca é a ajuda através de reparo das redes e processamento do pescado.

Por outro lado, a ideia que se tinha quando desta decisão era a de que isso nada afetaria, pois até 2011 mesmo as mulheres que não tinham licença de pesca podiam apresentar a de um familiar (marido ou filho, por exemplo). Mas em 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego, órgão que na época era responsável pela liberação do seguro defeso, decidiu que somente teria acesso ao benefício quem tivesse licença ambiental de pesca com o próprio nome. Depois de muita discussão, protesto, e recursos, o Ministério Público Federal ordenou que o pagamento de seguro defeso às mulheres fosse realizado naquele ano.

Assim, depois de investigar o que aconteceu lá em 2011 e perceber o processo de invisibilização legal das mulheres que exercem atividades pesqueiras de pré- e pós-captura, minha curiosidade aumentou no sentido de entender melhor como se constitui suas identidades. Busquei investigar como a atividade pesqueira está intrínseca à constituição de suas identidades, de tal forma que nem se questionam se são ou não

detentoras de direitos atrelados à pesca, pois sim, a atividade pesqueira é o cotidiano de minhas interlocutoras.

Disponibilidade

Nas entrevistas, as quais eu geralmente iniciava com o questionamento explorando a história de vida, percebi que não se trata de uma simples divisão sexual previamente estabelecida e constantemente reproduzida (na literatura e sobretudo na interpretação dos órgãos governamentais) de que homem pesca e mulher processa. Passei a pensar, com base nos relatos das minhas interlocutoras, que o que também define quem vai ao mar e quem processa pescados é a disponibilidade (como uma categoria analítica).

A disponibilidade de se distanciar da casa e a disponibilidade de peixe na safra, por exemplo, figuram como fatores tão importantes quanto a divisão sexual para determinar quem faz qual tipo de trabalho na pesca. Reproduzo alguns trechos de entrevistas[9] para exemplificar a questão da disponibilidade:

> [A]:
> *Saí da vida que eu levava com meu pai e entrei na vida com pescador igual.*
> *Na época do meu pai, no caso, ele que pescava e a gente é que limpava né. Aí quando eu casei eu comecei a acompanhar. Aí ia a gente a botar rede aqui fora mesmo, depois do canal, saía em torno de 5 e meia, 6 horas, safar as redes, lá por 1 e meia, 2 horas da tarde, tá voltando.*
> *Eu pescava direto, mas como eu ainda tinha a minha mãe, a minha mãe me ajudou a criar o meu filho mais velho, mas depois, grávida do meu mais novo, aí perdi a minha mãe com 2 meses, tinha 2 meses que ele nasceu, e aí quer dizer, eu tive que parar de ir pro mar. Mas eu passava a semana toda e voltava só fim de semana porque a minha mãe cuidava do filho, entendesse? [...] Mas conforme ela faleceu, eu tive que assumir a casa.*

9 Todos os trechos reproduzidos aqui são falas de mulheres, identificadas aqui por A, L, C, S e N.

[L]
Eu tenho 56 anos, mas eu trabalho na pesca desde os 14 anos, eu sempre pesquei, eu sempre andei a Lagoa afora. Agora, dois anos pra cá, por causa da minha coluna que eu não posso ir mais, mas de vez em quando eu ainda vou no camarão. No camarão eu vou.
Eu criei meus 2 filhos embaixo de uma barraca. Meu primeiro filho mesmo, ele já foi com 3 meses pra dentro de um bote [...] porque não tinha com quem deixar né, e eu pesquei aí Lagoa afora, pesquei na Mirim, na Lagoa Mirim, quando era permitido os daqui pescar lá, eu acampava lá 3, 4, 6 meses, passei fome, passei frio, quase morri. [...] Já fui pescar lá no Oceano e fui a primeira mulher que saiu lá no Oceano pra fora.
Eu comecei assim com a minha mãe, que a minha mãe a gente ia pescar o camarão assim de cair na água, que agora é proibido né, mas antes não era. Aí depois eu me casei aos 15 anos e o meu marido era pescador, aí eu segui pescando junto.

[C]
Com 12 anos comecei a trabalhar na salga, na Solisa, a gente descascava peixe, limpava peixe, salgava, gelava, sabe? Daí foi aquela coisa de envolvimento com peixe, aí eu casei, meu marido começou a pescar daí eu comecei com ele, sabe, pra não botar outro pra pescar junto. Eu ia com ele, aí quando os guris nasceram, aí eu parei.

[S e N]
Muitas vão com o marido.
Eu acho que tem umas 30, mas realmente na safra tem mais, na safra do camarão mesmo elas vão direto e elas vão até acampar com eles lá.
Na época da safra que aumenta a pescaria, vão e ajudam, mas na época que é pouco assim não, imagina se só pra um homem ir lá no mar pescar já ganha pouco, daí é pra onde elas vão pra faxina, vão fazer os serviços nas fábricas ou pra outras coisas.
[Pergunta] *Vocês tinham comentado que até tem homem que faz a limpeza do camarão né?*

Ah, a maioria é criança, guris também.
Tem, mas sabe como é que é, os que limpam o camarão eles meio que se escondem, fica em casa, ajudam a mulher, aquela coisa.
Na salga mesmo é raro, é poucos que vão.
Na salga mesmo se tu entrar tu vai ver guri de 12, 11 anos.
Eles também não podem ir pra fora pescar né.
Eles não podem ir pescar, daí eles ficam aqui.

De acordo com estes trechos, penso que a disponibilidade é natural, construída e também acordada, mas a invisibilização, com certeza, é construída, mas naturalizada. Se há pescado disponível para todos e todas adentrarem a Lagoa e pescares, elas irão pescar, desde que também tenham outras disponibilidades. Posso incluir aqui como outras disponibilidades, a questão da saúde e condição física, como citado no segundo trecho que reproduzi. Posso pensar, também, como disponibilidade, a questão do trabalho doméstico e o cuidado cultural e socialmente entendidos como função da mulher[10], como destacado nos outros trechos reproduzidos, mas também a disponibilidade de uma rede de apoio familiar, personificada como a mãe da interlocutora "A", do primeiro trecho reproduzido.

Considerações finais

Grande parte de minhas interlocutoras na Z3 negociam cotidianamente suas disponibilidades de trabalho na pesca, encontrando o que a Lei classifica como "atividades de apoio pesca" a possibilidade de renda e sustento. Isso não é exclusividade da Z3, como observado em "Estado da pesca e aquicultura no mundo" (FAO, 2014), mulheres são 90% das pessoas que exercem atividades de processamento de pescados.

Na Z3 elas fazem isso nas salgas – peixarias que carregam

10 Por definição de Dominique Fougeyrollas-Schwebel, o trabalho doméstico é "um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família – domicílio conjugal e parentela – trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres" (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 257).

este nome como herança dos tempos em que o único método de conservação disponível era o sal. Nas salgas, o trabalho é informal e o pagamento é por produtividade (também sujeito à disponibilidade de peixe/camarão na safra). O trabalho é executado em pé, em torno de uma mesa, em constante contato com água. Quando a salga é legalizada e recebe fiscalização (poucos casos), as mulheres usam botas e um avental para proteger a roupa. Muitas das salgas da Z3 são peixarias pequenas, sem qualquer processo de fiscalização, e ali as mulheres utilizam equipamentos de proteção individual se quiserem ou tiverem. Como o camarão é muito delicado e a remuneração para o que foi produzido é o peso de camarão descascado, elas não utilizam nada para proteger as mãos, caso contrário acabariam deixando produto na casca. Como o crustáceo é escorregadio e solta uma gosma que afina a mão, para executar o descasque, utilizam a pedra ume, que é um composto de sulfato de alumínio e potássio comercializado em farmácias[11].

A partir destas reflexões e utilizando a categoria de disponibilidade, consigo perceber que, apesar das mulheres estarem presentes ao longo de toda cadeia produtiva da pesca, todos os fatores citados no começo deste texto tornam-nas invisíveis. Destaco que a consequência mais perigosa advinda desta construção da invisibilização das mulheres na pesca é a relação com o Estado e a garantia de seus direitos enquanto trabalhadoras e cidadãs. O exposto do caso do seguro defeso de 2011 e a luta cotidiana por documentação e reconhecimento enquanto pescadoras e/ou trabalhadoras na pesca são exemplos nítidos do perigo da invisibilização. Desconstruir esta lógica, desnaturalizando o que está dado como "pesca é coisa de homem" é a proposta deste texto, bem como foi a proposta do evento no qual ele se originou e todas as apresentações e interações ocorridas durante o Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil.

11 Não é objetivo deste texto fazer uma descrição detalhada do trabalho de descasque de camarão na Z3, mas esta pode ser conferida em Hellebrandt; Rial (2017).

Referências

ALENCAR, Edna F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras, p. 63-81. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma; FIÚZA DE MELO, Alex (Org.). *Povos das águas*: realidades e perspectivas na Amazônia. Belém: MPEG, 1993.

BENNET, Elizabeth. Gender, fisheries and development,. p. 451-459. *Marine Policy 29*. 2005.

BERKES, Fikret, et al. (autores da versão original em Inglês). KALIKOSKI, Daniela (Org. edição em Português). *Gestão da pesca de pequena escala*: diretrizes e métodos alternativos. Rio Grande: FURG, 2006, 360p.

FAO. *The State of World Fisheries and Aquaculture* 2014. Rome, 2014, 223 p.

FLP – Fórum da Lagoa dos Patos. *Atas de reunião*. Disponível em: https://bit.ly/2BZXTXg. Acesso em: 20 maio 2015.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho Doméstico, p. 256-262. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

GAMMAGE, Sarah. The tattered net of statistics, p. 36-40. In: KUMAR, K. G. *Gender Agenda – Women in Fisheries*: a Collection of Articles from SAMUDRA Report. Published by International Collective in Support of Fishworkers (ICSF), India2004.

HELLEBRANDT, Luceni. *Mulheres da Z3 – o camarão que "come" as mãos e outras lutas*: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca, 173p. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e *Ciências* Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis-SC, 2017.

HELLEBRANDT, Luceni; RIAL, Carmen. Quanto custa o camarão limpo?: marcas e dificuldades das mulheres que limpam camarão na

Colônia Z3 (Pelotas-RS), p. 87-98. *Tessituras*, Pelotas, v. 5, n. 1, jan./jun. 2017.

HELLEBRANDT, Luceni; RIAL, Carmen; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Pesca e Gênero: reconhecimento legal e organização das mulheres na "Colônia Z3" (Pelotas / RS - Brasil), p. 123-136. *Vivência*: revista de antropologia. UFRN/DAN/PPGAS, v. I., n. 47, jan./jun. de 2016, Natal: UFRN, 2016.

KALIKOSKI, Daniela; VASCONCELLOS, Marcelo; LAVKULICHA, Les. Fitting institutions to ecosystems: the case of artisanal fisheries management in the estuary of Patos Lagoon, p. 179-196. *Marine Policy 26*, 2002.

KALIKOSKI, Daniela; SATTERFIELD, Terre. On crafting fisheries co-management arrangement in the estuary of Patos Lagoon (Brazil): opportunities and challenges faced through implementation, p. 503-528. *Marine Policy 28*, 2004.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.) *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67 – 76.

MANESCHY, Maria Cristina. Mulheres na pesca artesanal: trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Pará. In*:* NEVES, Delma Passanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (Orgs.) *Mulheres Camponesas:* trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p. 41 – 64.

WALTER, Tatiana, et al. *Relatório Técnico*: Mecanismos de Proteção Social frente às Mudanças Climáticas: uma análise sobre os pescadores artesanais da Lagoa dos Patos-RS. Rio Grande: FURG, 2014.

A VIDA DAS PESCADORAS ARTESANAIS NO LITORAL BRASILEIRO: PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Maria Odete da Rosa Pereira
Lucia de Fátima S. de Anello
Danieli Veleda Moura
Clara da Rosa Pereira
Joezele da Rosa Pereira
Luciara Figueira

Ao discutirmos sobre o trabalho das mulheres na cadeia produtiva da pesca artesanal, buscamos refletir acerca das questões de gênero e da importância das mulheres enquanto sujeitos nesta cadeia produtiva, bem como sobre o papel fundamental dessas mulheres no processo de manutenção das comunidades tradicionais.

Delineamos, primeiramente, o contexto em que se encontram inseridas as mulheres na cadeia produtiva da pesca artesanal de modo geral. Em segundo lugar, procuramos articular o trabalho da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal do norte fluminense e do sul do estado do Rio Grande do Sul, buscando aproximações possíveis e elementos constitutivos do trabalho destas mulheres. Desse modo, demonstramos que, embora em lugares diferentes, a realidade das mulheres trabalhadoras da pesca artesanal em muito se assemelha no que diz respeito, por exemplo, à educação, à saúde, ao lazer, à rotina de trabalho e aos afazeres domésticos, assim como na forma de serem tratadas pelas políticas públicas voltadas à pesca.

Em seguida, passamos à caracterização dos espaços delimitados para reflexões, neste artigo, de questões que dizem respeito às

mulheres no âmago das atividades pesqueira e artesanal, ou seja, o norte fluminense e o sul do estado do Rio Grande do Sul. Detivemo-nos a descrever alguns aspectos de como vivem e trabalham as mulheres da cadeia produtiva das comunidades pesqueiras de São Francisco do Itabapoana e São João da Barra no norte fluminense e da cadeia produtiva de comunidades pesqueiras artesanais dos municípios de Rio Grande, São José do Norte, Pelotas e São Lourenço do Sul, no estado do Rio Grande do Sul (no âmbito de municípios do entorno da Lagoa dos Patos).

A partir da descrição feita com base na análise dos relatórios de Pereira (2012) para o norte fluminense e Hellebrandt, Walter, Anello (2015) para o sul do Rio Grande do Sul, traçamos as aproximações possíveis entre o universo feminino da pesca artesanal nessas regiões tão distantes uma da outra. Tal análise nos mostra o contexto do mundo do trabalho na sociedade capitalista em que vivemos e a forte questão de gênero que envolve o trabalho da mulher, especialmente na pesca artesanal, espaço comumente atribuído aos homens.

Por fim, buscamos fazer o esboço de uma proposta pedagógica de educação ambiental com as mulheres da pesca artesanal, por entendermos que um trabalho que envolva as mulheres da pesca necessita de um processo educativo que vise ao desenvolvimento da consciência crítica, incentivando a participação delas nas esferas públicas de decisão.

A pesca artesanal está organizada a partir de sua cadeia produtiva, ou seja, de acordo com o conjunto de atividades que se articulam progressivamente desde os insumos básicos até o produto final, incluindo distribuição e comercialização. Deste modo, a cadeia produtiva da pesca artesanal compreende desde as pescadoras e os pescadores artesanais que vão para a água pescar, isto é, que praticam a atividade extrativista, como também a despesca, feita em grande parte por mulheres e jovens filhas e filhos das famílias de pescadores. As mulheres, na maioria das vezes, são quem realizam a limpeza do pescado e do camarão. Essa

cadeia também compreende os(as) atravessadores(as) e comerciantes e, ainda, as atividades responsáveis pelos insumos necessários à atividade pesqueira artesanal (MOURA, 2016, p. 85-86). O art. 4º da Lei nº 11.959/2009 define o que é considerado como atividade pesqueira artesanal:

> Art. 4º – A atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, explotação e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros.
> Parágrafo único. Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal (BRASIL, 2009).

Apesar da pesca ser percebida como uma atividade de caráter masculino:

> A participação de mulheres no setor pesqueiro apresenta números expressivos, principalmente em trabalhos associados. Os dados da FAO destacam que em 2012, 15% das pessoas diretamente envolvidas com o setor primário da pesca (atividade de captura) eram mulheres, ao passo que, nas atividades secundárias como processamento de pescados, a presença de mulheres sobe para 90% (FAO, 2014). Confirmando estes dados, e reafirmando a importância das mulheres para o setor pesqueiro artesanal, o *Estudo das Condições Técnicas, Econômicas e Ambientais da Pesca de Pequena Escala no Estuário da Lagoa dos Patos, Brasil* constatou que quase 30% dos pescadores profissionais artesanais do estuário da Lagoa dos Patos [por exemplo] são mulheres, e que elas estão concentradas, sobretudo,

> nas atividades de processamento de pescados ao longo da cadeia produtiva da pesca. (FAO, 2013, p. 18) (HELLEBRANDT; WALTER; ANELLO, 2015, p. 05).

Dentro deste pensamento hegemônico que relega o trabalho da mulher, os problemas que afligem a pesca se limitam à escassez do recurso e, então, diminuir o esforço de pesca passa ser a única ação a ser envidada, enquanto que, na sociedade capitalista em que vivemos, este é apenas um dos tantos fatores que interferem na sustentabilidade da pesca (MOURA et al., 2012, p. 67). Neste sentido,

> Os problemas da pesca, enquanto atividade produtiva, são mais complexos que controlar a sobrepesca ou conhecer a biologia das espécies comerciais, a saúde dos ecossistemas, o grau de poluição das águas. "Embora esses estudos considerem os impactos do meio antrópico (visão sistêmica), não partem de uma perspectiva de tradição humanística e/ou da educação" (PEREIRA et al., 2008, p. 379).

Nesta perspectiva, as mulheres da pesca artesanal mantêm-se "invisíveis" enquanto sujeitos produtivos, ou seja, encontram-se à margem no que diz respeito a direitos e políticas públicas voltadas ao setor.

Do norte fluminense ao sul do RS

Neste momento, procuramos articular o trabalho da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal do norte fluminense e do sul do estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente da Lagoa dos Patos. As aproximações possíveis e seus elementos constitutivos dizem respeito tanto ao trabalho na pesca artesanal por mulheres de diferentes regiões do País quanto de traços da cultura, do fazer cotidiano, das lutas comuns e das formas de organização. No norte fluminense, detivemo-nos às comunidades pesqueiras dos

municípios de São João da Barra e São Francisco do Itabapoana e no sul do Rio Grande do Sul aos municípios pesqueiros localizados no entorno do estuário da Lagoa dos Patos[1]: Rio Grande, São José do Norte, Pelotas e São Lourenço do Sul. Justificamos este recorte a partir das experiências profissionais das autoras em relação às comunidades pesqueiras dessas regiões.

Desta forma, o presente trabalho parte da análise dos resultados encontrados em dois principais documentos. Em relação à pesca artesanal do norte fluminense, analisamos o *Anexo A – Resultados da Pesquisa Qualitativa do Relatório Técnico da Etapa 2 – Meta B Projeto de Educação Ambiental da Bacia de Campos – Campo de Peregrino* (PEREIRA, 2012), realizado pela Empresa de Consultoria Ambiental *Trans For Mar* Ltda, no processo de Licenciamento Ambiental Federal do Petróleo e gás, conduzido pela CGPEG[2] – Coordenação de Petróleo e Gás do IBAMA com sede no Rio de Janeiro-RJ.

Em relação ao sul do Rio Grande do Sul, analisamos principalmente o *Relatório de Pesquisa As mulheres da cadeia produtiva da pesca artesanal no Estuário da Lagoa dos Patos – RS* (HELLEBRANDT; WALER; ANELLO, 2015), fruto dos resultados do Projeto da Cadeia Produtiva do Pescado oriundo da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar no Rio Grande do Sul, resultante do Convênio nº 2.401/2011, firmado entre a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e a Secretaria de Desenvolvimento Rural,

1 A Lagoa dos Patos é a maior laguna costeira estrangulada do mundo (Kjerfve, 1986), tendo 10.300 km². Recebe o aporte de água doce dos rios da parte norte da planície costeira do Rio Grande do Sul e dos rios afluentes da Lagoa Mirim, constituindo um escoadouro natural da bacia hidrográfica, com aproximadamente 200.000 km², para o oceano (Möller & Fernandes, 2010). Apresenta 971 km² (Calliari, 1980). Constitui-se em um Estuário, ou seja, em uma zona de transição entre as zonas límnica e oceânica. Fato que permite que espécies de peixes superem seus limites, gerando uma interconectividade natural entre as zonas límnica, estuarial e oceânica adjacente (Vieira et al., 2010) (SOARES et al., 2014, p. 03).

2 Atualmente substituída pela sigla CGMAC – Coordenação Geral de Licenciamento de empreendimentos Marinhos e Costeiros.

Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul (SDR)[3], bem como de outros trabalhos publicados a partir dos resultados do referido Projeto[4].

Portanto, a metodologia utilizada para a escrita deste artigo baseou-se na revisão bibliográfica dos referidos materiais, atrelada à experiência empírica das autoras junto às pescadoras artesanais do norte fluminense e sul do Rio Grande do Sul. Pretendemos, com isto, contribuir no que se refere à visibilidade do trabalho das mulheres na atividade pesqueira artesanal, o qual, por ser realizado em regime de economia familiar, juntamente com os afazeres domésticos típicos do trabalho relegado ao universo feminino, não é reconhecido[5]. A ideia de trazer os resultados de experiências em distintas regiões (norte fluminense e sul do Rio Grande do Sul) está ligada ao intuito de reforçar que, embora em lugares diferentes, a realidade da mulher trabalhadora da pesca artesanal em muito se assemelha, podendo contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas destinadas a esta demanda.

Breve caracterização da área de estudo

Vamos caracterizar em separado cada uma dessas áreas de estudo: norte fluminense e sul do Rio Grande do Sul.

Norte fluminense

A região norte fluminense é uma das seis mesorregiões[6] do estado do Rio de Janeiro. É formada pela união de nove

3 Este Projeto teve como objetivo analisar a cadeia produtiva do pescado produzido pela pesca artesanal e pela aquicultura familiar no estado do Rio Grande do Sul, identificando limitações, potencialidades e perspectivas, com vistas a uma interlocução mais qualificada entre as Políticas do Programa RS Pesca e Aquicultura e a realidade deste setor no Estado.

4 MOURA (2016); SOARES (2014); WALTER (2015).

5 Tanto para a segurança social, quanto para o desenvolvimento da atividade e comunidade pesqueira artesanal, como também para as políticas de gestão pesqueira.

6 Extensão territorial com características próprias (físicas, econômico-sociais, humanas etc.), mas em nível não tão avantajado quanto o das macrorregiões.

municípios[7] agrupados em duas microrregiões: Campos dos Goytacazes e Macaé. Particularmente, em relação a este trabalho, interessa-nos a microrregião de Campos dos Goytacazes, cidade considerada como a capital econômica e política do norte fluminense, devido à exploração de petróleo na Bacia de Campos, que contribui para que esta região tenha o maior PIB per capita do estado[8].

Conforme Silva (2006, p. 22),

> Mudanças expressivas ocorreram com a população do norte fluminense em fins do século XX. Apesar de muitas transformações na configuração e no perfil demográfico de todo o Brasil estarem ocorrendo, percebe-se no norte do Estado do Rio, algumas mudanças que estão atreladas às transformações recentes em suas atividades econômicas ligadas direta ou indiretamente à atividade petrolífera, o que produziu também um expressivo reflexo no mercado de trabalho e na distribuição da população entre as ocupações.

Nesta microrregião de Campos dos Goytacazes, interessa a este trabalho mais precisamente os municípios de São João da Barra e São Francisco do Itabapoana, por serem os dois municípios com os quais atua o PEA FOCO (Projeto de Educação ambiental que trabalha na linha A da Nota Técnica do CGPEG – IBAMA 2010), onde, como mencionado anteriormente, se realizou a pesquisa qualitativa junto às mulheres das comunidades pesqueiras artesanais dos referidos municípios, a qual é o objeto de reflexão neste artigo, ou seja, em São João da Barra, as comunidades de Atafona, Açu e Quixaba e em São Francisco do Itabapoana, as comunidades de Barra do Itabapoana, Barrinha, Lagoa Feia, Guaxindiba, Gargaú e Sossego.

7 Os outros municípios são: Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Carapebus, Conceição de Macabu e Quissamã, os quais ligam-se, sobretudo, à criação de gado e às atividades agrícolas para atender a indústria.

8 MUSEU do Rio. *A região norte-fluminense*. Disponível em: <https://goo.gl/q7ptFa>. Acesso em: 29 out. 2018.

Encontram-se poucos dados sociais voltados às comunidades pesqueiras. Logo, o que se consegue é captar em artigos algumas informações que nos são relevantes e que focam nas artes de pesca, por exemplo:

> A atividade de pesca no norte do estado do Rio de Janeiro envolve várias comunidades litorâneas com destaque para seis portos: Barra do Itabapoana, Guaxindiba, Gargaú, Atafona, Farol de São Tomé e Macaé que concentram juntos mais de 3.000 pescadores artesanais.
> Cerca de 600 embarcações estão em operação na região, além destas, frotas pesqueiras de outros estados do Brasil, como São Paulo e Santa Catarina, vêm explorar os recursos marinhos do local.
> As embarcações possuem casco de madeira entre 7 e 13 metros de comprimento, com capacidade de carga que varia de menos de 1 a 6 toneladas. A tripulação em cada embarcação é formada por 2 a 5 pescadores, de acordo com o tipo de pesca realizado.
> Em geral as operações de pesca são realizadas desde áreas próximas à linha de costa, até 60 milhas náuticas de distância, podendo-se estender vertical ou/e horizontalmente (DI BENEDITTO, 2001, p. 104).

Estas afirmações nos remetem à Costa Sul do Brasil que partilha de realidade aproximada. Em se tratando da pesca artesanal, encontram-se os dados semelhantes referentes ao tamanho de embarcações e à capacidade de captura de até 6 toneladas, o que lhes coloca em desvantagem de disputar os recursos pesqueiros com a pesca industrial que os supera em grande escala na capacidade de captura. Isto tem sido fator de empobrecimento das comunidades pesqueiras, pois tanto em tecnologia como em possibilidade de deslocamento pelas águas do Brasil, as embarcações da pesca industrial ultrapassam em muito as possibilidades da pesca artesanal. No estuário da Lagoa dos Patos (RS) esta realidade é denunciada há anos pelas comunidades pesqueiras. Essas reclamam que, com a escassez de espécies como a sardinha brasileira, as

traineiras de Santa Catarina, Espirito Santo e Rio de Janeiro se deslocam para o litoral Sul para pescar corvina, o que, em 2005, gerou protestos, explicitando o conflito e a disputa desigual pela espécie.

Sul do Rio Grande do Sul

O território da zona sul do estado do Rio Grande do Sul abrange uma área de 39.960,00 km² e é composto por 25 municípios[9]. Dos municípios que possuem tradicionalmente a cultura da pesca artesanal na região da Lagoa dos Patos, destacam-se alguns como: Rio Grande, São José do Norte, Pelotas e São Lourenço do Sul (TEIXEIRA; ABDALAH, 2005), municípios destacados neste trabalho.

De acordo com os dados do Registro Geral da Pesca (2011) disponibilizado pelo Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA), o Rio Grande do Sul possui 6.810 pescadores artesanais, sendo 2.398 em Rio Grande, 2.685 em São José do Norte, 1.326 em Pelotas e 401 em São Lourenço do Sul.

Um dado destacado por Pereira aponta para a situação de precariedade das comunidades pesqueiras no município do Rio Grande (RS), afetadas pelo desenvolvimento urbano, sendo esse um dos cinco municípios que compõem o Fórum da Lagoa dos Patos:

> O que tem ocorrido nas cidades é uma marginalização dos pescadores artesanais, e isso ocorre de várias formas, uma delas diz respeito ao espaço territorial e a especulação imobiliária, que vai empurrando as comunidades para um cantinho cada vez menor, o que faz com que as famílias dividam um só terreno entre pais, filhos casados, avós e avôs. São várias gerações amontoadas à beira da Lagoa.
> Ali falta política pública de iluminação e recolhimento de lixo, causando uma aparência de degradação ambiental e

9 Chuí, Cristal, Jaguarão, Pelotas, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Turuçu, Amaral Ferrador, Arroio Grande, Candiota, Capão do Leão, Aceguá, Arroio do Padre, Canguçu, Cerrito, Herval, Hulha Negra, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pinheiro Machado e Piratini.

> social. As fábricas de pequeno porte e de fundo de quintal também não estão regulamentadas pelo poder público, não fazem o tratamento adequado dos resíduos causados pelo beneficiamento do pescado, entre outros aspectos, causando também mau cheiro. Comumente se confundem com pessoas que não primam pela limpeza, o que não é verdade. Podem também ser alvo de propostas de Educação Ambiental comportamentalista, baseadas na crença de que a degradação ambiental advinda de sua atividade trata-se apenas de uma atitude descuidada (PEREIRA, 2006).

Esta é uma realidade que se percebe também na comunidade de Gargaú (SFI-RJ), no norte fluminense. As áreas de mangue estão sobrecarregadas pelas habitações urbanas sem qualquer planejamento municipal, ocupadas pelas famílias que vão dividindo o espaço entre pais, mães, filhas/filhos e netas/netos.

Dessa forma, veem-se pontos comuns entre as comunidades litorâneas, levando as mulheres a compartilharem problemas comuns, como as dificuldades de acesso às políticas públicas, aos direitos fundamentais, trabalhistas, etc.

Como vivem estas mulheres da cadeia produtiva do norte fluminense?

As mulheres das comunidades de Barra do Itabapoana, Barrinha, Lagoa Feia, Guaxindiba, Gargaú e Sossego, em São Francisco do Itabapoana-RJ, trabalham com peixe, camarão, caranguejo, ostra, marisco, mexilhão e siri. Dentre as espécies de peixes destacadas nas entrevistas e oficinas realizadas pela equipe técnica do PEA FOCO, temos o pitu, o sururu, a tilápia, a traíra, o bagre e o guaiamum. Particularmente na comunidade de Gargaú, há mulheres que se dedicam ao trabalho de artesanato com a taboa, planta aquática típica de brejos, manguezais, várzeas e outros espelhos de águas, que possui uma fibra durável e resistente e é utilizada como matéria-prima para itens de artesanato[10].

10 PLANTAS. Disponível em: <https://bit.ly/2CMmDmG>. Acesso: 30 ago. 2017.

Dentre as atividades que desenvolvem estão a captura, o beneficiamento, a confecção e o conserto de redes, bem como o artesanato, sendo que a principal atividade desenvolvida por elas é o beneficiamento em suas próprias casas, em frigoríficos ou em peixarias. É bem comum trabalharem em suas casas a partir do que é capturado por elas próprias, por seus familiares ou comerciantes que levam o pescado para ser beneficiado por elas.

Quando não há pesca, as mulheres das comunidades pesqueiras de São Francisco trabalham no canavial, na roça, em casas de família como domésticas, produzindo salgados e doces para aniversários e casamentos ou revendendo roupas. A vida das mulheres da cadeia produtiva da pesca artesanal de São Francisco não é nada fácil. As comunidades carecem muito de educação, saúde e lazer, conforme observado na pesquisa qualitativa realizada pelo Projeto Foco.

Em relação à educação, grande parte das comunidades sequer tem escolas com ensino fundamental completo e, para cursarem o ensino médio, é necessário o deslocamento até o centro de São Francisco, o que demanda custos com os quais não podem arcar. Como consequência disso, ocorre a desistência do estudo e a falta de perspectiva de melhora na vida. O trecho abaixo revela esta realidade, a partir da pesquisa realizada com uma trabalhadora da pesca artesanal de Lagoa Feia, São Francisco de Itabapoana: A.G.B também nunca frequentou a escola. Ela gostaria de saber ler e escrever para registrar num diário o seu cotidiano, a história de sua família e deixar as memórias para os netos (PEREIRA, 2012, p. 24).

As mulheres da cadeia produtiva da pesca artesanal de São Francisco do Itabapoana alegam serem necessários cursos nas comunidades tanto para elas próprias como para os filhos. No que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos (EJA), no documento já referido anteriormente como "pesquisa qualitativa" consta o apontamento de uma realidade ainda presente na sociedade patriarcal em que vivemos: "[...] R.C.M. diz ter um sonho, estudar, muitas querem, mas os maridos não deixam por ser à noite. O supletivo na localidade é à noite e tem vaga mais voltada para os jovens" (PEREIRA, 2012, p. 37).

Na saúde, também há problemas. Em todas as comunidades, houve queixa quanto a não ter posto, médico, exames, medicamentos ou ambulância.

O hospital mais próximo fica em Ponto de Cacimbas, bairro distante das comunidades pesqueiras, o que deixa as pescadoras e seus familiares à mercê da própria sorte. É comum o relato de "consultas" na farmácia.

> Sobre a saúde no local, [a entrevistada] disse que é ruim, pois não tem médico. [Ela relata que] No dia anterior um rapaz passou mal e não teve médico no posto. Ela disse que um bagre enfiou o ferrão em seu braço e ela mesma teve que tirar (PEREIRA, 2012, p. 14).

Nas comunidades pesqueiras de São Francisco, o principal lazer é a igreja. A comunidade de Barrinha, por exemplo, queixa-se de não ter ao menos uma praça. Assim, o divertimento se restringe muito, como podemos observar nos seguintes registros: "Divertimento ela disse que não tem, fica muito cansada, pois trabalha muito (ela tem sete filhos)"; "Para elas o único lazer é ir à igreja. 'É de casa para o serviço'" (PEREIRA, 2012, p.12); "Em Barrinha não tem cursos, nenhuma praça para se reunirem e o único divertimento é o bar nos finais de semana" (PEREIRA, 2012, p. 18-19), "Quanto ao lazer: falou que às vezes vai com a família para a beira do rio. Não há momento de encontro com outras moradoras, a não ser na igreja" (PEREIRA, 2012, p. 23). Um outro registro neste mesmo sentido, diz:

> Elas afirmaram que não existem muitas opções de lazer, a não ser o Forró no Quiosque que acontece semanalmente. Não há nem, ao menos, uma praça para as crianças. Não há também momentos para o encontro das mulheres, salvo na hora do trabalho no frigorífico (PEREIRA, 2012, p. 36).

Marx e Engels já diziam em *A Ideologia Alemã*:

> [...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que todos os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam que haja a

> satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material". "O segundo ponto é que, satisfeita essa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e a produção das novas necessidades é o primeiro ato histórico (MARX; ENGELS, 2008, p. 53-54).

Isso significa que, se as necessidades humanas básicas ainda não foram satisfeitas, o lazer acaba não sendo uma prioridade, como podemos ver na transcrição da fala de uma trabalhadora da pesca artesanal de Lagoa Feia: "Divertimento aqui é o trabalho, não temos quase tempo e nem dinheiro para passear, etc. Quando tem algum dinheiro é para pagar dívidas" (PEREIRA, 2012, p. 27).

Já nas comunidades pertencentes ao município de São João da Barra (também no norte fluminense), Atafona, Açu e Quixaba, as mulheres trabalham com o beneficiamento de peixe, camarão e caranguejo, grande parte em suas próprias residências. Também foram encontradas mulheres que trabalham com a confecção e reparo de redes de pesca, outras com o artesanato, seja com a com pele seja com escamas de peixe. Na sua maioria este trabalho se soma ao cotidiano da pesca, como uma renda alternativa ou complementar. Existem algumas mulheres que se dedicam ao manuseio da taboa[11] para confecção de esteiras que entregam aos comerciantes "atravessadores" (pessoas que compram a produção por baixo preço e revendem aplicando um lucro, não trabalham na produção, apenas no comércio) que revendem em outras partes do estado.

O valor pelo quilo do pescado beneficiado se assemelha aos valores

11 *Thypha domingensis* (Pers.), conhecida pelo nome comum de taboa, é uma hidrófita. É uma planta perene e herbácea, com cerca de 2,5 metros de altura, que, na época de reprodução, apresenta espigas da cor café contendo milhões de sementes que se espalham com o vento. A espécie tem distribuição natural muito alargada, subcosmopolita, ocorrendo nas regiões temperadas, subtropicais e tropicais de ambos os hemisférios,[2] sendo, por vezes, a espécie dominante em várzeas pantanosas e outras áreas húmidas e subdominante associada em mangais, tais como os da ecorregião de Petenes, no Yucatán. THYPHA DOMINGENSIS. Disponível em: <https://goo.gl/qeo5j>. Acesso em: 29 out. 2018.

de São Francisco do Itabapoana, atingindo a média de R$ 1,50 – valores estes com base na pesquisa do Pea Foco (PEREIRA, 2012).

Um fato marcante na realidade das mulheres da cadeia produtiva da pesca artesanal de São João da Barra é a iniciação prematura no trabalho com a pesca, a partir do que chamam de "ajuda" aos pais, que se agrava com a saída precoce da escola. Este fato foi bastante observado na comunidade de Atafona, onde há relatos como: "Não estudou porque teve que trabalhar para ajudar os pais a criar os irmãos" (PEREIRA, 2012, p. 52); [...] estudou até a 1ª série porque tinha que trabalhar" (PEREIRA, 2012, p. 53); "[...] começou muito cedo ajudando o pai, consertando rede e limpando o camarão" (PEREIRA, 2012, p. 56); "Desde os 08 anos de idade está na pesca. Começou ajudando seus pais e nunca trabalhou em outra coisa a não ser na pesca" (PEREIRA, 2012, p. 56).

Por sua vez, também em Atafona (SJB), foi possível observar que as mulheres não só mostraram um contentamento com a educação pública na comunidade, como também têm estudado, mesmo as que se encontram em idade adulta. É possível observar isso a partir dos seguintes relatos: "Ela está fazendo um curso de tecnólogo da pesca à noite (PROEJA)" (PEREIRA, 2012, p. 51); "Ela também falou que há aula para adultos e jovens e estuda no 3º ano do 2º grau[12]" (PEREIRA, 2012, p. 54); "B.P. (27), está estudando, terminará o segundo grau este ano" (PEREIRA, 2012, p. 55); "No que tange à educação ela falou que tem aula para jovens e adultos na comunidade e que estudou até o 6º ano. Está querendo agora fazer o supletivo e estudar para fazer o curso de técnico em enfermagem" (PEREIRA, 2012, p. 55); "Está cursando o 3º ano do 2º grau" (PEREIRA, 2012, p. 57).

Essa, porém, não é a mesma realidade nas comunidades de Açu e Quixaba. Sobre a escola em Açu, elas disseram durante a pesquisa que só vão até o 9º ano. "Para aqueles que querem dar continuidade aos estudos tem que ir para Campos ou Baixa Grande" (PEREIRA, 2012, p. 60). Na comunidade de Quixaba (SJB), segundo dados da pesquisa consideram que a educação está

12 Atual ensino médio.

ruim. Declaram que tem Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas poucos estudam, não há adesão (PEREIRA, 2012, p. 63).

Sobre a saúde, as mulheres da cadeia produtiva da pesca artesanal de Atafona (SJB) mostraram certo contentamento com o serviço na comunidade, como pode ser observado: "segundo ela, na comunidade tem posto de saúde e os agentes de saúde marcam as consultas e isso é bom, senão, tem que ir para a fila de madrugada no posto de saúde" (PEREIRA, 2012, p. 54); "Ela entende que a saúde pública em Atafona está melhor que em outros lugares" (PEREIRA, 2012, p. 54); "[...] disse que não há necessidade de se deslocar para ir ao médico em outro lugar, pois em Atafona tem clínico geral, ginecologista e pediatra. Porém, o exame preventivo, ela faz na rede privada" (PEREIRA, 2012, p. 55); "Ela falou que a saúde tem um bom atendimento" (PEREIRA, 2012, p. 57).

No entanto, isso não se repete nas comunidades de Açu e Quixaba (SJB) que ficam afastadas da sede do município, diferente de Atafona que é um lugar mais estruturado e tem características de balneário. Em Açu, uma das mulheres diz: "O posto de saúde não funciona bem, não tem médico e nem remédio, e também fica longe do local onde moramos. Há falta de pediatras, tem ginecologista só duas vezes por semana e não tem dentista" (PEREIRA, 2012, p. 60). Em Quixaba, das dificuldades encontradas pela comunidade, o acesso à emergência médica é um fato: "[...] quando preciso de emergência tenho que pagar o transporte e quando eu não tenho dinheiro dependo do favor dos outros da vizinhança. Só a distância já mata a pessoa" (PEREIRA, 2012, p. 63).

Quanto ao lazer, nenhuma comunidade demonstrou realizar atividades, além do convívio familiar aos domingos. Alegam que não há parques e praças (PEREIRA, 2012, p. 63). Isso reforça a ideia de Marx e Engels de que o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda história, é que todos os homens e mulheres devem estar em condições de viver para poder fazer história. Entretanto, para viver, é preciso antes de tudo a produção dos meios que permitam que haja a satisfação das necessidades humanas essenciais como comer, beber, morar, vestir-se, ou seja, a produção da própria vida material. Esse é um

ato histórico, uma exigência fundamental de toda história, que tanto hoje como há milênios deve ser cumprido cotidianamente e a toda hora, para manter os homens com vida (MARX; ENGELS, 2008, p. 53). Logo, por mais que o lazer seja tão necessário a uma vida com qualidade, esse acaba sendo relegado ao segundo plano pelas trabalhadoras da pesca artesanal e negligenciado pelo Poder Público.

E as mulheres da cadeia produtiva do sul do Rio Grande do Sul? Como vivem e trabalham?

Nas cidades do entorno do estuário da Lagoa dos Patos, a concentração de mulheres na pesca artesanal se dá no beneficiamento de pescados. Embora haja o beneficiamento de diferentes tipos de pescado, como corvina, bagre, linguado e peixe-rei[13], o camarão-rosa é o principal. O beneficiamento de siri é comum, principalmente na Ilha da Torotama, localidade rural do município de Rio Grande, sobretudo em anos de safra fraca para o camarão.

Nos quatro municípios analisados, é possível compreender que o beneficiamento varia um pouco entre as comunidades rurais e urbanas. Na área rural, o trabalho normalmente é realizado em casa, com o pescado (peixe, siri ou camarão) capturado pelo próprio núcleo familiar ou por compradores que levam o pescado para que mulheres da comunidade beneficiem em suas próprias casas. Outro lugar comum para o beneficiamento em comunidades rurais são as chamadas salgas[14], onde as mulheres, então, são denominadas como tarefeiras[15], realizando

13 Também é possível encontrar o beneficiamento de pescados como traíra, jundiá, viola e pescada (HELLEBRANDT et al., 2015, p. 10).

14 Nome dado aos galpões onde ocorre o beneficiamento do pescado. Recebe este nome, porque em muitos desses galpões eram ou ainda são realizados os processos de salgar o pescado. "A salga é um dos mais antigos métodos de conservação de alimentos", pois "atua na inibição enzimática tanto do pescado quanto de bactérias, possibilitando a estabilidade microbiana no músculo do pescado", por meio do processo de entrada de sal e saída de água (LINS, 2011, p. 31).

15 Em São Lourenço do Sul, elas se autodenominam "limpadeiras" (HELLEBRANDT; WALTER; ANELLO, 2015, p. 08).

o trabalho de escamar, limpar, filetar, realizar o pré-cozimento, interfolhar[16] o pescado. De qualquer modo, o pagamento é feito por produção, não havendo vínculo empregatício.

Os dados coletados no acompanhamento da safra do camarão de 2013 feito pelos pesquisadores do *Projeto Análise da Cadeia Produtiva a Pesca Artesanal oriundo da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar no estado do Rio Grande do Sul* e compilados nos trabalhos de Hellebrandt, Walter e Anello (2015) e Walter (2014) mostram que a jornada de trabalho das mulheres no beneficiamento varia conforme o município e o local de trabalho. Em indústrias e cooperativas, trabalha-se em média oito horas por dia. Já as salgas possuem horários diferenciados, conforme a localidade. Na Colônia Z-3, em Pelotas, por exemplo, as jornadas de trabalho se dão entre 6h30 e 18h30 com duas horas de intervalo. E, em relação às mulheres que trabalham com o beneficiamento em suas próprias casas, o horário de trabalho varia de acordo com os demais afazeres domésticos realizados pelas trabalhadoras.

Quanto aos rendimentos, esses variam conforme a safra e, no caso do camarão, variam também conforme o tamanho, mas, de modo geral, a média dos quatro municípios fica em torno de R$ 1,50 a R$ 3,00 por quilo descascado.

Uma alternativa para maiores ganhos com o pescado foi encontrada pelas trabalhadoras da pesca artesanal do município de Pelotas, a partir da comercialização na Festa de Nossa Senhora dos Navegantes que, além do significado religioso para os pescadores artesanais, tem destaque junto aos turistas pela culinária à base de pescados. Ao longo do dia 02 de fevereiro de cada ano, muitos moradores de Pelotas e região se dirigem à Colônia Z-3 (comunidade pesqueira desse município) para degustar os pratos típicos preparados pelas mulheres da comunidade (MOURA, 2016, p. 79).

Neste mesmo sentido, podem-se destacar também as feiras do peixe

16 Prática de separar os filés de peixe por meio de plásticos intercalados entre os filés, de modo a evitar que os mesmos grudem uns nos outros (HELLEBRANDT; WALTER; ANELLO, 2015, p. 10).

realizadas pelas famílias de pescadores da Z-3. Essas feiras representam a concretização de políticas públicas para a comercialização no setor. O sucesso dessa política pode ser observado pelo fato de que: Por volta do ano de 2003, a Feira foi retomada com 20 famílias e hoje já são em torno de 30 famílias. As Feiras estão espalhadas pelos bairros da cidade de Pelotas, onde acontecem semanalmente (MOURA, 2016, p. 166).

Assim, as mulheres da cadeia produtiva da pesca artesanal vão melhorando seu rendimento, como podemos constatar no trecho abaixo:

> Conversando com nossa Entrevistada 8, que faz Feira no Bairro Lindóia em Pelotas, ela que é aposentada, vende nas feiras o peixe pescado por seus filhos. Ela fileta e prepara quitutes como bolinhos de peixe para serem vendidos na banca (MOURA, 2016, p. 166).

Durante as safras de camarão no município de São José do Norte, diferentemente dos demais municípios do entorno da Lagoa dos Patos, é comum que os pescadores fiquem afastados de suas residências, permanecendo em acampamentos próximos aos pesqueiros:

> Nestas situações, frequentemente as mulheres participam, vão junto com seus companheiros, permanecendo vários meses afastadas do conforto de seus lares, transferindo suas vidas para pequenos alojamentos de madeira, com no máximo 2 cômodos e sem banheiro. Levam junto as crianças, e ali permanecem durante toda a safra, oferecendo o suporte doméstico à atividade de captura exercida pelo companheiro, ou, em vários casos, acompanhando-os no embarque para capturar os pescados (HELLEBRANDT; WALTER; ANELLO, 2015, p. 32).

Já no meio urbano de São José do Norte, é possível notar empresas de beneficiamento e comércio de pescado, bem como cooperativas. "Contudo, a forma de trabalho mais comum para as mulheres que beneficiam pescados na comunidade é também como tarefeiras, informalmente, tanto nas salgas ou, em muitos casos, nas próprias residências" (HELLEBRANDT; WALTER; ANELLO, 2015).

Aproximações possíveis: o mundo do trabalho e a questão de gênero

Neste momento, assim como já se fez anteriormente, buscam-se apresentar e ressaltar elementos comuns que constituem a identidade das mulheres inseridas na atividade da pesca, que se configura como laboral cotidiana e que produz cultura, tendo no trabalho a centralidade da vida como um todo. Desta forma, quando se realizou a pesquisa qualitativa em 2012, objetivava-se registrar informações sobre seu modo de vida, bem como proporcionar narrativas que possibilitassem a escuta por elas mesmas, o que poderia gerar consciência e transformação. Os dados que neste texto têm sido apresentados como Pesquisa de autoria de Pereira (2012) foram retirados de um documento não publicado, mas constante no acervo do CGMAC/IBAMA como peça do licenciamento ambiental federal de petróleo e gás. Abaixo, estão algumas questões utilizadas na pesquisa que se denominou qualitativa:

> Foram realizadas visitas exploratórias nas comunidades identificadas na Etapa 1 do PEA, conforme planejamento descrito no Roteiro Pedagógico para a Inserção Comunitária. O trabalho de campo foi organizado em duas rodadas: na primeira, foram realizadas entrevistas abertas com as mulheres e na segunda, pequenas reuniões em forma de oficinas.
>
> As entrevistas abertas foram orientadas pelo seguinte roteiro:
>
> - Como vivem estas comunidades?
> - De que forma percebem e sofrem os impactos do modo de desenvolvimento capitalista?
> - De que forma a indústria do petróleo e gás exerce os impactos nestas comunidades e como isso é percebido pelas mulheres?
> - Quais são os principais anseios e sonhos das mulheres nas comunidades pesqueiras em questão?

- Como é sua vida cotidiana?
- Como é o acesso à saúde pública?
- Como é o acesso à educação?
- Quais as formas de encontro entre elas?
- Quais formas encontram para divertirem-se?
- Suas histórias de vida (de onde vieram)?
- Quais temáticas gostariam de aprofundar?
- O que já ouviram falar sobre a indústria do petróleo e gás?

Outra forma utilizada foi através das oficinas onde se aplicou a técnica da arte educação, *cologravura*[17], meio por onde as participantes puderam expressar seu sentimento, percepção e entendimento da realidade que as circunda. A intencionalidade pedagógica foi de investigar através do trabalho direcionado, a visão que as elas tinham sobre a indústria do petróleo e os problemas ambientais da sua região e entender de que forma relacionavam sua vida cotidiana com as decisões políticas do país.

Os resultados da pesquisa basearam-se nas entrevistas abertas e semiabertas, nas oficinas e em dados secundários, uma relação causal e uma articulação desta totalidade possibilitaram algumas conclusões (PEREIRA, 2012).

Buscando um paralelo entre os dois pontos geográficos tão distantes, percebem-se algumas confluências. No referente aos dados da pesquisa, citamos alguns pontos relativos aos serviços básicos. O acesso à saúde nas comunidades pesqueiras artesanais é um deles. Embora nos documentos analisados somente o que se refere ao norte fluminense tenha levado em conta a questão da saúde, podemos dizer que o seu acesso precário é reflexo dos problemas que o Sistema Único de Saúde (SUS) apresenta no Brasil inteiro.

No que tange à educação, embora também somente o documento referente ao norte fluminense tenha se detido a esta análise, a nossa experiência enquanto pesquisadoras da pesca artesanal no Rio Grande

17 A técnica consiste na colagem de material alternativo e reciclado em placa de papelão. Depois de entintado e tirado o excesso de tinta, vai à prensa com papel umedecido. O resultado é surpreendente.

do Sul nos mostrou que a realidade da falta de estudos entre as mulheres da pesca nos dois estados é bem semelhante. Quanto à inexistência de escolas de ensino fundamental completo e médio, é mais comum no norte fluminense e nas comunidades rurais do sul do Rio Grande do Sul.

Esta situação também é um reflexo do que acontece com a educação em todo o País, onde a educação fundamental aparentemente se encontra universalizada, contudo o ensino básico como um todo ainda não cumpre o que está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 e a Constituição Federal de 1988, pois o ensino médio ainda não chega com facilidade nas comunidades do norte fluminense e nas áreas rurais do Rio Grande do Sul.

Quanto à questão do lazer, a inexistência de espaços comuns e festividades comunitárias acontecem mais notadamente no norte fluminense. Ainda que o relatório sobre as mulheres da cadeia produtiva da pesca artesanal no Rio Grande do Sul analisado por nós neste trabalho não tenha tido como foco a questão do lazer, nossa experiência com as comunidades pesqueiras artesanais deste estado nos mostrou que nas comunidades urbanas o acesso a locais de lazer é mais fácil. Contudo, em boa parte das comunidades rurais também há espaços comuns, como, por exemplo, praças e, em todas estas comunidades, é hábito a realização de festas comunitárias, sobretudo, aquelas que envolvem os dias de santos da Igreja Católica. Nestes dias, são comuns almoços, mateadas, brinquedos infláveis para as crianças e a aglomeração de pessoas, não só que vivem na comunidade, como de outras localidades, as quais vão prestigiar as festas. Por esta razão, é comum nestas datas a realização de quitutes feitos pelos moradores locais para venda e incremento da renda.

Tanto nas comunidades pesqueiras do norte fluminense quanto dos municípios do entorno da Lagoa dos Patos no sul do Rio Grande do Sul, as mulheres da cadeia produtiva da pesca artesanal se dedicam principalmente ao beneficiamento. Talvez o beneficiamento seja feito prioritariamente por mulheres, não por ser um serviço de fácil execução, como à primeira vista pode parecer, mas porque o beneficiamento pode

ser realizado por elas em suas próprias casas. Assim, é um trabalho que está agregado aos demais afazeres que já possuem em seu dia a dia como o cuidado com a casa, comida e filhos. A historiadora Michelle Perrot (1998) reforça nossa afirmação ao trazer o conceito de "tempo pipocado", operado na seguinte citação por Hellebrandt; Walter e Anello, (2015):

> O beneficiamento de camarão nos pátios das casas permite a essas mulheres uma autonomia no controle do tempo, é um "tempo picotado", capaz de dar conta de todas as atividades que se espera, sejam cumpridas: "fazer suas compras, preparar as refeições [...], ocupar-se da roupa, cuidar das crianças. Assim se desenha o tempo das mulheres – um tempo picotado, mas variado e relativamente autônomo, no polo oposto ao tempo industrial".

O ritmo de vida destas mulheres é ditado pelo ritmo da maré ou da sistemática ambiental que convivem. Em outras palavras, o trabalho produtivo orienta e condiciona o tempo doméstico. Por seu turno, o caráter concomitante das atividades que desempenham, mesmo com uma jornada difícil de ser mensurada cronologicamente, resulta na não caracterização de seu trabalho como atividade profissional. Deste modo,

> As políticas públicas ainda são limitadas no reconhecimento das especificidades das pescadoras e as relações de hierarquia/ gênero são perceptíveis pelo fato de os pescadores dominarem o espaço público da vida comunitária, isto é, as colônias (MELO; LIMA; STADTLER, 2009. p. 5).

Conforme Fassarela (2008, p. 176),

> É importante destacar que a reprodução da desvalorização do trabalho da mulher aparece muitas vezes em estudos e dados oficiais que não contabilizam e não consideram o trabalho doméstico como atividade de produção. E quando

> a profissão é exercida na própria residência é tida como um "bico" – como é o caso das salgadeiras, costureiras, artesãs, faxineiras e etc.

Essa questão trazida por Fassarela (2008) é uma realidade no universo da pesca artesanal, pois se naturaliza a cultura do masculino na pesca. Logo, a mulher se torna "invisível" no contexto da cadeia produtiva e, não raras vezes, elas mesmas não se compreendem enquanto trabalhadoras da pesca artesanal. Declaram-se como donas de casa ou do lar, o que resulta na baixa autoestima por parte delas, perpetuação da cultura machista e exploração feminina, já que elas ficam sujeitas a uma sobrecarga de trabalho, pois o cuidar da casa e dos filhos e o cozinhar ainda são encarados como uma obrigação da mulher, quase que algo inato à condição de ser mulher e, extensivamente, a limpeza e filetamento do pescado, por exemplo, entram dentro desta mesma linha de trabalho comum à "dona de casa". Portanto, desconsidera-se a importância do seu trabalho no contexto da cadeia produtiva e na agregação de valor ao produto.

O trabalho de beneficiamento é feito principalmente em relação ao camarão e é um trabalho que demanda grande esforço em qualquer localidade que se observe, causando problemas relacionados à saúde laboral, como lesões na coluna, lesões por esforço repetitivo, machucados e alergias.

A atividade de beneficiamento de pescados, assim como diversas outras atividades laborais, acarreta consequências à saúde das trabalhadoras, pois

> Podemos observar impressos nos corpos as marcas das décadas de trabalho, curvadas sobre uma mesa (quando trabalham em salgas) ou sobre uma bacia no chão (quando trabalham em casa). Porém, a postura moldada pelo trabalho não é a única evidência física do beneficiamento de pescados sobre os corpos destas mulheres. Durante nossas entrevistas encontramos

> relatos também de doenças por esforço repetitivo, mãos constantemente machucadas pela manipulação do camarão, ou ainda, casos de alergias (HELLEBRANDT; WALTER; ANELLO, 2015, p. 34).

Embora a citação acima se refira à pesca realizada no sul do Rio Grande do Sul, esta é uma realidade do trabalho das mulheres da pesca também no norte fluminense onde, durante a pesquisa, encontramos mulheres trabalhando em péssimas condições, apresentando sinais de lesões de esforço repetitivo (LER).

De qualquer modo, salvo raras exceções de emprego na indústria, em geral, podemos dizer que a "remuneração" destas mulheres se dá com base em sua produção por quilo do pescado beneficiado. Logo, o esforço de trabalho realizado por elas é grande, uma vez que, para gerar um quilo de pescado limpo (principalmente no caso do camarão), é preciso que essas limpem uma quantidade muito maior.

Além disso, o valor pago pelo trabalho de beneficiamento é muito baixo. A média é de R$ 1,50 a R$ 3,00 o quilo limpo no Rio Grande do Sul (2015) e, no norte fluminense, o valor pago pelo serviço encontra como média o menor valor pago no Rio Grande do Sul, ou seja, R$ 1,50, tendo, por vezes, valores ainda menores (mas considerando que a pesquisa no norte fluminense foi em 2012, isso necessitaria de atualização).

Assim, a relação de exploração vivenciada pelas mulheres é um fato. Ainda que o processo de trabalho seja diferente – pois podem atuar na coleta, beneficiamento e comércio de diferentes tipos de pescado –, a relação estabelecida é de dependência de frigoríficos ou atravessadores que, detentores dos meios de produção, pagam preços irrisórios pelo trabalho das mulheres da pesca.

Deste modo, embora possamos encontrar mulheres trabalhando na captura, no descasque, na limpeza, na indústria, na cooperativa ou na comercialização, o seu trabalho ainda é pouco valorizado como parte integrante da cadeia produtiva da pesca artesanal. Elas

são colocadas num lugar de ajudante ou de esposa. Geralmente elas mesmas fazem questão de dizer da sucessão, por exemplo, sou filha de pescador, mãe de pescador. A referência, salvo raras exceções, são masculinas.

> Assim, é muito mais comum ouvirmos falar em "mulher de pescador" do que propriamente "pescadora artesanal" ou "trabalhadora da pesca artesanal". Geralmente são esposas e filhas de pescadores (Hellebrandt et al., 2013; Verly et al., 2013). Segundo as mesmas, o trabalho realizado por elas tem grande importância para a cadeia produtiva e na formação da renda familiar, pois o descasque em parte da produção agrega valor final ao produto (MOURA, 2016, p. 99-100).

Outro fator que chama atenção é que, apesar de sua expressividade não apenas numérica, mas enquanto força de trabalho, as mulheres inseridas na cadeia produtiva da pesca padecem de uma "invisibilidade", fruto da hierarquia dos gêneros socialmente construída. Neste sentido, trata-se de um grupo subordinado tanto nas relações socioeconômicas quanto nas de gênero, as quais não se dão de forma paralela, mas sim de forma concomitante, numa lógica que mantém e/ou intensifica esta situação de subordinação.

É possível traçar um roteiro aproximado da vida destas mulheres a partir de alguns estudos que, nos últimos anos, têm procurado dar visibilidade, ao menos acadêmica, a este grupo. Assim,

> De modo geral, as pescadoras são mulheres próximas à situação de privação. Desde cedo na vida trabalhavam na casa dos pais ou mães, ajudando nos afazeres domésticos e na pesca. Acompanhavam os pais durante a pescaria e ajudavam a carregar apetrechos e pescados. Iam às ruas vender ou entregar uma encomenda. Ao final da puberdade ou juventude já estão grávidas,

> dando início a uma história com um companheiro e crianças para criar. Foram viver em suas casas ou de algum familiar do casal onde se tornaram domésticas e pescadoras ao mesmo tempo para sobreviver (MELO; LIMA; STADTLER, 2009. p. 2-3).

Assim, as condições de vida destas mulheres reforçam, em muitos aspectos, a ideia de naturalização do trabalho doméstico como complemento e não como atividade profissional. O mesmo se percebe em relação às atividades de confecção e/ou reparo dos instrumentos de pesca, de beneficiamento do pescado ou de atividade extrativa em regiões de mangue e/ou estuários, consideradas como inferiores e sequer classificadas, localmente, como pesca (MELO; LIMA; STADTLER, 2009. p. 2).

O que se percebe numa proposta de mudança de paradigma é que a figura feminina, nestas comunidades, possui uma característica que lhe confere, ao mesmo tempo, peculiaridade e relevância. Trata-se de seu papel como aglutinador familiar e comunitário, não numa perspectiva romântica, mas sim pragmática, uma vez que as famílias nas comunidades pesqueiras não fogem ao quadro que se apresenta em todo o país, em que as mulheres são efetivamente chefes de família, condição que pode ou não implicar em ser "provedora" do lar, pois não se limita ao critério econômico-financeiro.

Ressaltamos, portanto, a importância de práticas que caminhem no sentido do reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras, não somente em relação aos direitos trabalhistas e previdenciários, mas principalmente na organização política e social, ampliando seus espaços de luta e conquistando outros campos dentro do cenário da pesca artesanal, como nas feiras, associações, cooperativas e colônias. Reconhecer a mulher enquanto sujeito que faz e se refaz na história é uma das questões fundamentais para a transformação das relações insustentáveis que caracterizam nossa sociedade de classes (MOURA, 2016, p. 199).

Considerações finais: um esboço de proposta pedagógica de educação ambiental com as mulheres da pesca artesanal

Assim como no trabalho anterior em que uma das autoras fazia um convite à participação dos pescadores numa proposta de educação ambiental (PEREIRA, 2006), acredita-se que um trabalho que envolva as mulheres da pesca necessita da participação efetiva delas na construção e execução da proposta. Torna-se fundamental a articulação da educação ambiental com a educação popular, essa que é conhecida pela diretividade, posicionamento e por sua natureza política. Deste modo, a proposta que se faz neste ensaio tem como sustentação a educação ambiental transformadora, a teoria crítica e o materialismo histórico e dialético.

O que isso significa na prática? Significa que as mulheres passarão por um processo educativo que visa o desenvolvimento de consciência crítica e descortinamento da realidade que as envolve, sendo incentivadas a participar das esferas públicas de decisão, e que construirão seus caminhos com voz e vez. Para que isso seja possível, torna-se necessário um encadeamento de ações estratégicas que considerem métodos e técnicas apropriadas ao perfil do grupo. Geralmente, as mulheres destas comunidades são pouco escolarizadas. Contudo, isso não desfaz a sua capacidade de *leitura do mundo*, compartilhando as afirmações de Paulo Freire, o grande mestre da educação popular.

Neste sentido, uma proposta pedagógica articulando educação ambiental e educação popular se faz necessária, incluindo diferentes saberes. Isto é, saber organizar-se, reivindicar, qualificar-se para empreendimentos individuais e em grupo e, principalmente, conhecer a realidade onde pretendem atuar, saber interpretar, planejar e refletir sobre os resultados alcançados.

Para que se possa alcançar tal objetivo, é essencial traçar um conjunto de estratégias e metas que preparem as mulheres para enfrentar os desafios que se interpõem entre elas e a realização de seus desejos de crescimento, moral, intelectual e material, enquanto cidadãs de direitos em um estado laico.

Na visão de algumas autoras, a educação formal possui uma dívida histórica com as mulheres no Brasil. Vê-se que,

> No contexto brasileiro, por um longo período a educação feminina esteve restrita ao ensino elementar, uma vez que a educação superior era eminentemente masculina. As mulheres foram excluídas das primeiras faculdades brasileiras – Medicina, Engenharia e Direito – estabelecidas no século XIX. A primeira mulher a obter o título de médica no Brasil foi Rita Lobato Velho Lopes, em 1887 (BELTRÃO; ALVES, 2009). De acordo com Kaizô Beltrão e José Alves (2009), a restrita presença das mulheres nos cursos secundários e a formação diferenciada para mulheres e homens, durante o século XIX, inviabilizaram e restringiram a entrada das mulheres nos cursos superiores (RIBEIRO; SILVA, 2016, p. 45).

Portanto, acredita-se que a educação não formal praticada na educação ambiental na gestão, mais especificamente no licenciamento ambiental federal, pode contribuir efetivamente com a formação de mulheres mais autônomas através de um planejamento que inclua eficientes modos de educar, utilizando-se das experiências da educação popular transformadora e emancipatória.

Referências

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009.* Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/2zbOHfW>. Acesso em: 20 ago. 2018.

DI BENEDITTO, Ana Paula Madeira. A pesca artesanal na costa norte do Rio de Janeiro, p. 103-107. *Bioikos*, PUC-Campinas, 15 (2), 2001. Disponível em: <https://bit.ly/2qktEn3>. Acesso em: 08 set. 2018.

FASSARELA, Simone Simões. O trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino. *Revista Ser Social*. Brasília, v. 10, n. 23, 2008.

HELLEBRANDT, Luceni; WALTER, Tatiana; ANELLO, Lucia. *Relatório de Pesquisa*: As mulheres da cadeia produtiva da pesca artesanal no Estuário da Lagoa dos Patos-RS, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2A0khOG>. Acesso em: 10 ago. 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã.* (Trad. Frank Muller). 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MOURA et al., Danieli Veleda. Gestão pesqueira e luta de classes: uma discussão a partir da Educação Ambiental Crítica. *Anais do V CPEASul* – Colóquio de Pesquisadores em Educação Ambiental da Região Sul; IV EDEA – Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental. Rio Grande-RS: FURG, 2012.

MOURA, Danieli Veleda. *A organização de classe dos pescadores artesanais da Colônia Z-3 (Pelotas-RS, Brasil) na luta pela cidadania e justiça ambiental:* contribuições à Educação Ambiental Crítica. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2016.

MELO, Maria de Fatima Massena; LIMA, D.; STADTLER, Hulda H. C. E pescadora pesca? Reprodução da hierarquia dos gêneros entre pescadoras artesanais. *II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais*: Culturas, leituras e representações. João Pessoa-PB. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2PAWWIv>. Acesso em: 29 ago. 2018.

MUSEU do Rio. *A região norte-fluminense*. Disponível em: <https://goo.gl/q7ptFa>. Acesso em: 29 out. 2018.

PEREIRA, M. O. R. *Educação ambiental com pescadores artesanais*: um convite à participação. 130f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), Rio Grande, 2006.

PEREIRA, M. O. R. Projeto de Educação Ambiental Campo de Peregrino: Pesquisa qualitativa, Relatório técnico etapa 2, anexo A. CGPEG/IBAMA, RJ, 2012.

PEREIRA, M. O. R. et al. O sentido estético e o trabalho criativo como elementos estruturantes de uma proposta de educação ambiental com pescadores artesanais. *REMEA*, v. 21, 2008.

PLANTAS. Disponível em: <https://bit.ly/2CMmDmG>. Acesso: 30 ago. 2017.

RIBEIRO, Costa Paula Regina; SILVA, Fabiane Ferreira. Mulheres, gênero e ciência: tecendo relações. In: RIBEIRO, Costa Paula Regina; SILVA, Q. P. E.; TEIXEIRA, F. (Org.). *Atravessamento de gênero, corpos e sexualidade*: linguagem, apelos, desejos, possibilidades e desafios. Rio Grande: FURG, 2016.

SILVA, Erika Tavares. *Mercado de trabalho em municípios do norte fluminense:* a participação de homens e mulheres. ENCE/IBGE, RJ. 2006.

SOARES, Janaina et al. Mecanismos de proteção social frente às mudanças climáticas: uma análise sobre os pescadores artesanais na Lagoa dos Patos-RS. *V Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Belo Horizonte-MG* – 24 a 27 nov. 2014.

TEIXEIRA, Gibran da Silva; ABDALAH, Patrízia Raggi. Política de seguro-desemprego e pesca artesanal no Brasil: Em análise o estado do Rio Grande do Sul e a região da Lagoa dos Patos. *Encontro Nacional da ECOECO, 6*, Brasília-DF, 2005.

WALTER, Tatiana. As mulheres na cadeia produtiva da pesca artesanal. *Seminário*: Mulher na Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal, realizado pelo Executivo Municipal através da Secretaria de Município da Pesca (SMP). Rio Grande-RS, 2015.

"PESCA É COISA DE MULHER, SIM SENHOR": ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA MULHER NA ATIVIDADE PESQUEIRA NO BRASIL E EM PORTUGAL

José Colaço Dias Neto

Este ensaio trata-se de uma reflexão *a posteriori* sobre dados etnográficos produzidos em tempos e contextos distintos. A primeira parte trata da etnografia sobre a pesca artesanal historicamente desenvolvida por moradores de Ponta Grossa dos Fidalgos, distrito de Campos dos Goytacazes, na Lagoa Feia. O etnógrafo pôde acompanhar a vida social do povoado e a atividade pesqueira propriamente dita durante 2002 e 2012. Em seguida, apresenta-se uma parte do material etnográfico produzido entre 2010 e 2011 sobre Carrasqueira, uma pequena aldeia de pescadores e agricultores localizada na costa central de Portugal na qual o pesquisador residiu por cerca de oito meses ininterruptos.

Se o fio condutor das observações empíricas das duas pesquisas foram os assim chamados "conhecimentos naturalísticos", as técnicas e sua interface com as formas de regulação dos espaços de interesse ecológico, quase sempre, as tensões entre as práticas de pesca e o ordenamento jurídico formal são potenciais geradores de conflitos, neste ensaio tentar-se uma proposta diferente e, em certa medida,

inédita, ao menos até o momento, para este etnógrafo: pensar sobre o papel das mulheres na atividade pesqueira artesanal[1].

A razão para tal tarefa surge da emergência do próprio tema, bem como de suas controvérsias. Desde o desenvolvimento das primeiras pesquisas de caráter etnográfico que tomaram como objeto de observação as chamadas "comunidades" ou "assentamentos" de pescadores artesanais no Brasil, empreendimento que data de finais dos anos de 1960[2], pouca ênfase tem sido dada ao protagonismo das mulheres na atividade pesqueira. Uma das razões para isso pode ser o fato de que as atividades *off shore* historicamente foram realizadas por grupos masculinos – na maioria dos casos e situações – caracterizando uma divisão sexual do trabalho no qual "o homem" figura o responsável exclusivo por obter os meios de sustento para a família, a saber, a caça ou a pesca, e "a mulher", nesta representação estrutural, tem a incumbência de administrar a vida doméstica, no âmbito da casa.

Não é preciso ir muito longe para pensar que a institucionalização desta representação acerca dos papéis sociais de homens e mulheres fez com que as atividades femininas, nestes casos, associadas ao âmbito da casa, fossem obliteradas ou diminuídas em sua importância[3]. Tanto assim que muitos casos nos quais as mulheres têm protagonismo em suas atuações dentro do que se entende como atividade pesqueira – trabalhando embarcadas ou na apanha de bivalves, atuando politicamente em associações ou Colônias ou se dedicando às atividades de venda – durante muito tempo não foram colocados em evidência nas etnografias sobre o assunto. Apenas nos últimos anos este quadro vem mudando.

No âmbito do Núcleo de Estudos Antropológicos do Norte Fluminense Luiz de Castro Faria, o Neanf/UFF, por exemplo, desde 2013 os estudos

1 Reflexões preliminares que geraram este ensaio foram apresentadas em comunicação oral no Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil realizado na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf) entre os dias 12 e 14 de setembro de 201. Agradeço as Prof[as]. Silvia Alicia Martínez e Luceni Hellebrandt do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais (PPGPS/Uenf) pelo convite.

2 Reflexões sobre os estudos acerca da pesca artesanal no Brasil podem ser encontradas em CASTRO FARIA, Luiz de. Pescarias e Pescadores. In:_____. Escritos Exumados v. 2: dimensões do conhecimento antropológico. Niterói: Eduff, 2000.

3 Cf. DA MATTA, Roberto. A Casa e A Rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil: 1995.

sobre a pesca artesanal no litoral do Rio de Janeiro têm sido realizados por jovens pesquisadoras que têm chamado a atenção para o papel de destaque da mulher em diferentes cenários da atividade: na qualidade artesãs, peixeiras e até mesmo de pescadoras embarcadas[4]. Uma das pesquisas, esta ainda em andamento, tem colocado em evidência a trajetória de três mulheres que tiveram suas vidas dedicadas à pesca artesanal em Ponta Grossa dos Fidalgos e atualmente são vendedoras de peixe em feiras livres na cidade de Campos dos Goytacazes[5]. Não há dúvidas de que o interesse pela temática atualiza demandas cada vez mais urgentes que unem a dimensão política do reconhecimento formal de grupos de mulheres que se dedicam à atividade pesqueira com a dimensão acadêmica que, conforme mencionado, carece da produção de dados de pesquisa sobre o assunto.

Neste sentido, portanto, o presente ensaio tenta colocar em evidência o papel da mulher na pesca artesanal tal como realizada em dois diferentes contextos nacionais. Para tanto, serão apresentados dados mais gerais da pesca artesanal na Lagoa Feia, no Rio de Janeiro, e no Estuário do Rio Sado em Portugal, enfocando a trajetória de duas mulheres pontagrossenses e uma carrasqueira, com o objetivo de pensar, por contraste, os aspectos que aproximam e distanciam os casos etnografados.

Ponta Grossa dos Fidalgos e a Lagoa Feia: um "modelo tradicional" de pesca e de trabalho de campo

Localizada à margem norte da Lagoa Feia – a maior lagoa de água doce do Brasil com quase 200km² de espelho d'água – Ponta Grossa dos

4 São os casos dos projetos de Iniciação Científica intitulados "A categoria 'meio ambiente' e os pescadores e marisqueiras de São João da Barra: quando a teoria 'esbarra' nas práticas sociais", "Hoje é Dia de Feira: Apontamentos sobre a Feira da Roça e a Feira do Peixe em Campos dos Goytacazes" e "Pesca em Família: um relato etnográfico sobre o ofício pesqueiro em São Francisco de Itabapoana-RJ", defendidas como Trabalho de Conclusão de Curso pelas Cientistas Sociais Jéssica Jorge Felipe de Souza, Rafaela Souza Pinto e Graziéli de Oliveira Soares, respectivamente.

5 Sub-projeto com título provisório "Reconhecimento e Direitos Sociais da Mulher na Pesca Artesanal em Campos dos Goytacazes" desenvolvido pela estudante de bacharelado em Ciências Sociais da UFF Jéssika Rodrigues.

Fidalgos está distante 36 quilômetros da sede do município de Campos. Dos seus 1.500 habitantes, cerca de 350 vivem diretamente da pesca artesanal em águas lagunares. O povoado conta com duas escolas, um posto de saúde da prefeitura, um minimercado, seis "vendas", 10 bares, uma igreja católica e 7 igrejas evangélicas. Todos os estabelecimentos estão distribuídos ao longo dos 3,5km da Rua João Cabral Melo, via principal da localidade que cresceu em paralelo à Lagoa Feia. As casas de alvenaria, construídas pelos próprios moradores, possuem terrenos que, em sua maioria, são utilizados para o plantio de hortaliças, para o cultivo de árvores frutíferas e criação de pequenos animais.

A pesca artesanal em Ponta Grossa dos Fidalgos figura como atividade econômica central, embora não seja a única fonte de renda de seus habitantes. Como em diversos outros povoados brasileiros localizados em beiras de praia, rio ou lagoa, os pontagrossenses conjugam a atividade pesqueira com trabalho agrícola ou administrativo em fazendas da região, em postos na construção civil e outras atividades autônomas[6]. Alguns são donos de vendas e bares no povoado.

Os barcos utilizados na faina têm em média 7 metros de comprimento e a companha é formada atualmente, em geral, por dois pescadores que se agregam a partir de relações de parentesco ou compadrio. A maioria das embarcações possui motores movidos a óleo diesel, embora seja possível contar com o uso de velas nos dias em que consideram o vento favorável à navegação. Além dos pescadores, as mulheres estão associadas à cadeia produtiva pesqueira de diferentes formas: confeccionando e reparando redes, no tratamento do pescado fresco, na venda deste pescado em feiras livres na região ou na negociação com os atravessadores e compradores que vêm de outras localidades até Ponta Grossa.

O etnógrafo teve a oportunidade de acompanhar a vida social dos pontagrossenses desde o ano de 2002 até meados de 2012. Nesse

6 Nos últimos anos a construção do Complexo Portuário do Açu, localizado no município vizinho de São João da Barra, também ofereceu uma sorte de empregos que chamou a atenção, sobretudo das gerações mais jovens do povoado.

trabalho de campo de longa duração, pôde perceber a centralidade que a pesca artesanal tem no povoado: i) para a maioria das famílias, mesmo aquelas que têm filhos jovens que não estão ou nunca foram ligados à pesca, pois é dela que provém a maior parte do sustento financeiro; ii) para a política, uma vez que, como é conhecido também em outras localidades, a participação ou não na Associação Profissional ou nas Colônias estruturam arranjos e disputas acirradas entre os pescadores; iii) para a percepção que os pescadores têm da sua própria condição de "estar no mundo", já que mesmo considerando uma profissão dura e desgastante, no fundo têm orgulho de serem pescadores, sobretudo aqueles pertencentes às gerações mais velhas, que articulam argumentos que evidenciam os conhecimentos sobre a vida acumulados na prática deste ofício e também pela autonomia de trabalho quando comparada a outras profissões.

Os últimos anos do trabalho de campo – entre 2009 e 2012 – foram marcados pela observação direta das pescarias, tanto nos "meses quentes" (primavera e verão, aproximadamente) como nos "meses frios" (junho, julho e agosto, aproximadamente), fato que fez com que a etnografia se desenvolvesse dentro dos barcos, na companhia de pescadores homens que já eram, àquela altura, interlocutores de longa data. O contato com as mulheres de Ponta Grossa dos Fidalgos era limitado às companheiras e esposas de alguns de meus interlocutores principais. Não há dúvida de que as condições nas quais o trabalho de campo foi realizado, ou seja, com o etnógrafo acompanhando grupos de homens pescadores ou em espaços marcados por frequentação masculina, tais como bares, à beira da lagoa e dentro dos barcos na maior parte do tempo, desde o início pouco evidenciou o papel da mulher na atividade pesqueira ali, embora ele existisse, tal como será mostrado adiante.

Um quadro sinóptico sobre a associação do gênero com as atividades pesqueiras em Ponta Grossa dos Fidalgos não fica longe do padrão encontrado na maioria dos povoados de pescadores no litoral brasileiro que pratica a pequena pesca, a pesca de beira de praia ou de lagoa, ou a pesca artesanal:

Quadro 1. Quadro sinóptico.

HOMEM	MULHER
Pesca embarcada	
Elaboração de apetrechos e equipamentos	**Elaboração de apetrechos e equipamentos**
Limpeza do pescado	**Limpeza do pescado**
	Negociação com os atravessadores
	Venda propriamente dita

No quadro acima, considerando a associação das categorias *Homem* e *Mulher* às atividades *Pesca Embarcada*, *Elaboração de Apetrechos (ou equipamentos)*, *Limpeza do Pescado*, *Negociação com Atravessadores* e *Venda (em praças de mercado)*, é possível identificar que apenas em *Elaboração de Apetrechos* e *Limpeza do Pescado* encontramos uma correspondência entre os gêneros. Ou seja, são atividades comumente desempenhadas tanto por *Homens* como por *Mulheres*. Os dados mostram que também não há "problemas", "dificuldades" ou "constrangimentos" no que diz respeito ao gênero daqueles que as desempenham. É, inclusive, esperado e desejado que homens e mulheres em Ponta Grossa, socializados desde crianças com a atividade pesqueira, dominem as técnicas de confecção de redes e armadilhas, bem como conheçam a anatomia das espécies aquáticas com elevado grau de *expertise*, fruto do contato direto e cotidiano com as pescarias e os peixes no povoado.

Já quando tratamos da *Pesca Embarcada*, da *Negociação* e da *Venda*, o corte de gênero, no caso de Ponta Grossa, é claro e estrutural. Ainda que alguns *Homens* trabalhem na venda do pescado em feiras e peixarias na cidade ou conheçam os Atravessadores com os quais o pescado fresco é diariamente negociado, o padrão no povoado é que estas atividades estejam associadas ao mundo das mulheres. A maioria delas, oriundas de

famílias de pescadores, são também vendedoras de peixes em distritos próximos ou no centro de Campos dos Goytacazes, mantendo suas bancas em feiras livres no centro urbano ou no Mercado Municipal.

O corte aprofunda mais ainda quando consideramos a atividade *da Pesca Embarcada*. O padrão em Ponta Grossa é a companha de pesca constituída essencialmente por homens filiados por laços consanguíneos ou de compadrio. É extremamente raro observar mulheres que trabalhem embarcadas com seus companheiros ou familiares. Não seria exagero afirmar a Pesca Embarcada, tal como observada no povoado, é considerada a atividade mais masculina quando comparada às outras. Com exceção de alguns casos – tal como será brevemente exposto adiante –, a pesca embarca é considerada "só para homens", como foi dito muitas vezes por diversos interlocutores. A justificativa para isso está, segundo a maioria dos pontagrossense que participaram da pesquisa, associada às características como virilidade, coragem e força física que, segundo eles, são atributos encontrados em homens, e não em mulheres.

Mulher pescadora ou *pescadeira*: Neiva do Chapéu

Um caso bom para pensar os diferentes papéis exercidos pelas mulheres na atividade pesqueira artesanal é o de Neiva, ou, como é conhecida em Ponta Grossa, "Neiva do Chapéu" ou "Baixinha do Chapéu". Neiva foi criada em uma família de pescadores. E assim como muitas mulheres de sua geração, desenvolveu muitas atividades profissionais, mas esteve sempre ligada à pesca artesanal praticada na Lagoa Feia. Isso significa que, ainda muito jovem, ela aprendeu a confeccionar e reparar redes, tratar, limpar e filetear peixes além de prepará-los como alimento para a família. A trajetória de Neiva, no entanto, chama a atenção por outra razão que foge do modelo padrão de desempenhos de papel Homem/Mulher na pesca tal como estruturados em Ponta Grossa: Neiva por muitos anos foi pescadora embarcada junto com seu companheiro, o Diorlênio. Ou, como dizem até os dias de hoje no povoado, "*ela é pescadeira*".

Imagem 1. Nilson, Diorlênio e Neiva.

Foto: José Colaço, 2009

Durante o trabalho de campo foi possível ouvir comentários sobre as poucas mulheres de Ponta Grossa que pescavam na Lagoa Feia. As companheiras dos pescadores, interlocutores próximos ou não, estavam quase sempre associadas às atividades pesqueiras. Mas, praticamente nenhuma delas praticava a pesca embarcada. Algumas, já falecidas, foram notabilizadas na toponímia local, tendo seus nomes atribuídos a portos de atracação como o Porto de Normélia, na região do Ingá, que faz referência a uma antiga moradora e também *pescadeira*[7].

A própria categoria *pescadeira* parece marcar uma diferença, ancorada no gênero, entre os homens e mulheres que praticam a pesca artesanal embarcada na Lagoa Feia. O homem é considerado pescador entre os pontagrossenses e entre *as* pontagrossenses. A mulher, por sua vez, é reconhecida como *pescadeira*. Esta última categoria parece revelar alguns aspectos importantes das relações de gênero e de trabalho, do ponto de vista nativo. Em Ponta

7 Cf. Colaço; Vogel (2005).

Grossa, as mulheres que pescam ganham um *status* diferenciado das outras mulheres que estão associadas à atividade, de várias formas, mas não embarcam. São, portanto, consideradas extremamente aptas para o trabalho braçal – afinal a pesca artesanal exige que o corpo chegue ao limite de sua capacidade física –, e possuem a *expertise* necessária para a navegação, para o desempenho das técnicas de captura e conhecem de modo sofisticado o funcionamento do ecossistema lacustre. Ou seja, classificar as mulheres que pescam embarcadas como *pescadeiras* (e não pescadoras, por exemplo), ao mesmo tempo em que as distingue das outras mulheres, assegura que, pelo menos do ponto de vista dos pontagrossenses, o papel de pescador só pode ser desempenhado por homens. Fato que atualiza a distribuição estrutural dos papéis sociais e de suas funções[8].

Imagem 2. Neiva em sua banca na Feira da Roça, Praça da República.

Foto: Rafaela Pinto, 2016.

8 Uma discussão importante, mas que não pode ser feita aqui por falta de dados, é como esta classificação de *pescadeira*, uma vez que localmente não são nomeadas como pescadoras, tem relação com o reconhecimento formal do exercício da profissão para a aquisição de Direitos Sociais frente ao Estado, por exemplo.

Além de pescar por muitos anos embarcada com seu companheiro Diorlênio, Neiva atualmente mantém junto com outros membros de sua família uma banca de peixes nas edições semanais da Feira da Roça, no centro de Campos dos Goytacazes, onde vende peixe fresco capturados na Lagoa Feia. Atualmente, a *pescadeira* afirma estar "aposentada da pesca" e é interlocutora de duas pesquisas em andamento no âmbito do Neanf/UFF[9].

Pescadora, *pescadeira* ou mulher de pescador? Helinha como caso paradigmático

Se o caso de Neiva chama a atenção em virtude de seu desempenho como *pescadeira*, além do exercício de outras funções dentro da atividade pesqueira, a trajetória de Helinha, por sua vez, evidencia o que pode ser considerado papel padrão das mulheres em Ponta Grossa dos Fidalgos. Helinha é casada com Doba – pescador, morador de Ponta Grossa e o principal interlocutor em anos de pesquisa de campo – e está associada à atividade pesqueira como a maioria das mulheres do povoado. Desde pequena aprendeu a "trabalhar o pescado", como ela mesma diz. Isso significa saber limpar, tratar e cozinhar o peixe de várias formas. Quando estabeleceu relação conjugal com Doba, ainda jovem, mas já mãe de um filho[10], começou a trabalhar diretamente na negociação do pescado fresco com atravessadores locais. Desde o final dos anos 90 participa da Feira da Roça, no centro urbano de Campos, possuindo licença para montar sua banca semanalmente.

Na época de realização do trabalho de campo, Helinha vendia pescado capturado na Lagoa Feia. Quando Doba e Washington estavam em temporada de trabalho na pesca "o pescado não sai de casa", conforme mencionava, indicando que se tratando do peixe capturado em família, o dinheiro fica para dentro "da casa". Se os dois pescadores, por qualquer razão, não estivessem pescando, Helinha

9 A trajetória de Neiva como *pescadeira* foi incialmente pesquisada por Flávia Áreas Gomes sob a orientação do Prof. Arno Vogel e registrada em seu Trabalho de Fim de Curso. Cf. Gomes (2007).

10 Washington, também pescador. Filho do primeiro relacionamento de Helinha e criado por ela e Doba.

comprava pescado fresco de outros pescadores de Ponta Grossa e os levava para vender na Feira. O trabalho diário de décadas associada à venda e os cuidados com o pescado tornaram Helinha uma *expert* na anatomia das espécies aquáticas, na diferenciação de suas qualidades biológicas e nutritivas e até mesmo em seus comportamentos. O etnógrafo, por vezes, teve a oportunidade de conversar com ela sobre o assunto da fauna lacustre e Helinha teceu comparações entre os peixes e outros animais aquáticos, teorizou sobre suas diferenças, refletiu sobre o desenvolvimento das espécies e a vida associada ao trabalho na pesca artesanal.

A partir do convívio com Helinha e sua família ficaram claros durante a pesquisa dois aspectos fundamentais: i) as mulheres dominam o funcionamento do mercado informal de peixes participando ativamente de várias etapas da circulação do pescado *in natura* até sua chegada aos atravessadores, compradores ou mesmo ao consumidor final, pelo menos no caso da baixada campista; ii) e por isso recai sobre elas a responsabilidade da gestão financeira das famílias, uma vez que o dinheiro das vendas fica concentrado com as mulheres, já que a maioria dos homens não participa desta etapa do processo. Soma-se a esta última característica a "tradicional" responsabilidade pela administração doméstica, tarefa que também, na maioria dos casos observados no povoado, não é considera uma atribuição para os homens.

Tanto o caso de Neiva como o de Helinha revelam outras ambiguidades conhecidas, mas pouco discutidas no que diz respeito ao reconhecimento das mulheres na profissão de pescadoras. Durante o período da pesquisa de campo, as duas tinham dificuldade para se registrar como pescadoras no Ministério do Trabalho, com o intuito de viabilizar o direito a receber os Seguros Defeso, bem como para contribuir com a Previdência Social[11]. Ambas, no entanto, se valiam da possibilidade de receber os pagamentos do equivalente a um "Seguro Defeso" através da Associação de Pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos que, à época, dependia de acordos políticos com a administração municipal de Campos. Dito em outras palavras, o

11 Vale ressaltar que aqui estão sendo referidos dados até 2012. A normatização sobre a previdência social para pescadores artesanais foi instituída pelo Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e ratificado pela Lei nº 11.959 de 26 de junho de 2009.

recebimento das mensalidades dependia mais de arranjos políticos do que de uma política instituída e universal[12].

Se no caso dos homens-pescadores, tal como já discutido em ampla literatura, já recaem dúvidas sobre a autenticidade de sua identidade profissional (quem é pescador artesanal e quem não é, por exemplo) a ambiguidade dos papéis exercidos, neste e em outros povoados pesqueiros, a saber, pescadora, *pescadeira*, marisqueira, caranguejeira ou mulher de pescador (mas que sempre esteve associada à economia pesqueira), torna, sem dúvida, muito mais vulnerável o reconhecimento formal da profissão, bem como as possibilidades de aquisição de Direitos Sociais, tal como já apontado em outros estudos[13].

Carrasqueira: a pesca entre camaradas e o protagonismo das mulheres

Entre outubro de 2010 e julho de 2011, o etnógrafo esteve em Portugal em virtude da participação, ainda na qualidade de estudante de doutorado e pesquisador do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos, o InEAC/UFF, no convênio Capes/FCT "Modernidade e Justiça: Controvérsias, causas públicas e participação política numa perspectiva comparada Brasil/Portugal". A aquisição da bolsa sanduíche possibilitou a permanência em terras portuguesas e dedicação exclusiva e intensiva à pesquisa de campo. A aldeia da Carrasqueira está localizada cerca de 100 quilômetros da capital, Lisboa, e às margens do estuário do Sado – o segundo mais importante do país. É um pacato povoamento que conta com aproximadamente 700 habitantes. A geração mais velha dos moradores locais divide suas atividades profissionais entre a pesca artesanal e a agricultura, reproduzindo uma lógica de uso dos recursos naturais pouco encontrada nos dias de hoje em Portugal. Outra característica está, de fato, bem mais exclusiva quando comparada a outros contextos, é a de que as companhas de pesca, em sua maioria, são formadas pelos maridos e suas esposas que trabalham embarcados juntos.

12 Sobre o assunto, ver em Colaço (2010).

13 Cf. Hellebrandt; Rial (2017); Hellebrandt, Rial; Andrade Leitão (2016).

A vida dedicada ao trabalho mobilizava toda a família. Até atingirem a juventude, a vida social dos rapazes e moças na carrasqueira se restringia, basicamente, às relações familiares estabelecidas dentro do grupo doméstico. Brincadeiras infantis, por exemplo, eram realizadas, em sua maioria, entre irmãos ou primos de primeiro grau sempre nos espaços controlados pela família: a casa e suas áreas exteriores. Os contatos entre as diferentes famílias fora das jornadas de trabalho no campo ou no estuário eram escassos ainda que residissem espacialmente próximas. Somente ao adquirirem mais idade os filhos – e posteriormente os netos – da primeira geração de carrasqueiros conheciam mais de perto os jovens das outras famílias do lugar. O ingresso no trabalho "fora da família", neste caso, sinalizava para uma vida mais autônoma em relação aos pais.

A escassez material que marcou a primeira metade do século XX, de acordo com os interlocutores, obrigava as famílias a criarem algumas estratégias para exploração dos recursos naturais do estuário a fim de aperfeiçoarem seus ganhos. Para a apanha dos bivalves, por exemplo, era recorrente que duas ou três famílias diferentes fossem possuidoras de uma única embarcação estabelecendo, com isso, uma pequena associação particular para o desempenho da apanha nos parcéis. Assim, nos períodos propícios algumas famílias iam em conjunto – e junto com seus filhos – ao trabalho nos mares.

Os trabalhos nos arrozais da região e no estuário davam, portanto, ao jovem carrasqueiro, a chance de conhecer seu *grupo par*, ou seja, jovens de idade semelhante e pertencentes a outras famílias. Assim, em situações de trabalho seja na terra, seja no mar, rapazes e moças da Carrasqueira estabeleciam novas relações de amizade que poderiam, posteriormente, transformar-se em noivado e casamento[14]. Por mais que as histórias de cada casal tenham trajetórias particulares (como se conheceram, quanto tempo noivaram, quando e por que decidiram

14 A categoria "namoro" não é usada pela geração mais velha para definir o tipo de relacionamento afetivo antes do casamento. Quando dois jovens publicizavam sua relação já eram considerados "noivos" e o casamento mesmo era somente a consequência desta união.

casar-se, etc.), é possível identificar um padrão na constituição de um novo grupo doméstico – pelo menos entre a geração que vai dos 50 aos 70 anos: a união conjugal estabelece um novo grupo de pesca. Ou, como falado localmente, o casal "*vira camarada*"[15].

A categoria "camarada" é usada por homens e mulheres quando se referem aos seus cônjuges. Ela atualiza ao mesmo tempo o status da união conjugal e a relação de trabalho na pesca. Tanto que o tratamento por camarada só é utilizado por casais que são pescadores ou pescadores e agricultores. Em nenhuma ocasião, no período do trabalho de campo, foi mencionada a categoria empregada por casais que não tinham relação alguma com a pesca. O adjetivo antecedido pelo pronome possessivo "minha esposa" ou "ou minha mulher" é pouco utilizado entre os carrasqueiros. O mais comum é a referência "minha/meu camarada". Recorrente em diversas situações em terra, tais como "*minha camarada está a espera para o almoço*" ou "*os parentes de minha camarada vêm nos visitar neste final de semana*", seu uso não dissocia a parceria estabelecida no ofício pesqueiro daquela firmada no casamento – união central para o desenvolvimento do grupo doméstico.

O termo camarada designa uma forma especial de correlação. Em muitos grupos de pescadores que praticam a língua portuguesa, a palavra define o *status* daqueles que pescam juntos. É comum que se reconheçam mutuamente como camaradas – ou pelos correlatos *parceiros* ou *companheiros*. Mas, o termo não revela, de todo, a hierarquia das funções desempenhadas na embarcação durante a faina. São, neste sentido, camaradas de ofício, constituindo uma associação específica para o trabalho de captura em mares, rios ou lagoas, no qual cada um conhece o que deve ser feito. A hierarquia nas funções ocupadas pode, em muitos casos, definir também as formas de partilha dos ganhos da pesca. Em terra, por sua vez, a parceria pode se desfazer sendo somente retomada nas ocasiões do trabalho embarcado.

15 Considerações mais detalhadas sobre a história da ocupação das primeiras famílias na Carrasqueira, às margens do Estuário do Sado, no início do século XX, bem como o estabelecimento podem ser encontradas em Colaço (2015).

Imagem 04. Fátima e Virgílio (esq. superior).; Zé Carioca e Tibía (dir. superior).; Deolinda e Alexandre (esq. inferior); Joaquim e Minda (direita inferior)

Fotos: Marta Pita s/d, (esq. superior); José Colaço, 2010 (dir. superior); José Colaço, 2011 (esq. inferior); Marcelo Ribeiro, 2011, (dir. inferior).

A constituição de um grupo – ou uma companha – na maior parte dos povoados onde se pratica a pesca artesanal, seja no Brasil seja em Portugal, é definida pelas afinidades pessoais, relações de parentesco ou compadrio entre pescadores e pelas qualidades técnicas dos indivíduos. Independente da natureza da filiação, o que deve ser salientado é que o modelo mais comum de companha admite, por exemplo, a troca de seus membros por ocasião de doença, desentendimentos, morte, desinteresse pela profissão ou qualquer outro motivo. Já o caso da Carrasqueira parece peculiar porque o grupo de

pesca é, em geral, formado somente pelo casal o que confere um caráter de pouca ou nenhuma mobilidade entre os membros. Assim, este modelo gera importantes implicações. Entre elas está a consideração de que todo o ganho com a pesca é revertido integralmente para a casa. Isto é percebido pelos casais carrasqueiros como uma distinção quando comparados com outros contextos. Ainda que o grupo de pesca constituído pelo casal seja o padrão na Carrasqueira, há também adaptações e substituições na composição dos grupos.

Quando questionados sobre se, em diferentes ocasiões, era possível a formação de um grupo de pesca contendo um homem e uma mulher que não fossem casados, a maioria dos interlocutores disse que não. Ao listar os pescadores e pescadoras logo os identificavam como marido e mulher. Outra importante implicação deste modelo de companha é que há pouca ou nenhuma rotatividade entre os membros. Na falta de um dos membros, na maioria dos casos observados, a pescaria continua sendo praticada só que de modo solitário.

Como pode ser observada, na Carrasqueira a instituição do casamento tem centralidade especial. É a partir dele que se organiza a atividade pesqueira, sobretudo aquela desenvolvida embarcada. A pesca de rede, considerada localmente a modalidade mais rentável, embora desempenhada pela maioria dos carrasqueiros somente nos meses quentes, é tarefa do casal. E, neste sentido, reproduz a mesma organização do trabalho da terra na qual os cônjuges são parceiros de trabalho. Nas representações dos carrasqueiros, as situações de trabalho – na terra ou no estuário – não são dissociadas da "vida". Dito de outro modo, "trabalho" e "vida" aparecem, em suas percepções como partes do mesmo mundo; contêm, assim, a mesma substância. Não há separação entre as duas categorias. E, uma vida equilibrada, regrada e organizada depende, justamente, desta parceria que é estabelecida tendo o casamento como ponto nodal. Tanto que homens com mais de trinta anos que, por qualquer motivo, não casaram ou que não tenham uma parceria estável com uma mulher, são vistos com ressalvas pelos carrasqueiros que reproduziram o padrão descrito até aqui.

Existe, portanto, um *continuum* entre o núcleo do grupo familiar, ou seja, o marido e a mulher (ou o pai e a mãe), e a pesca artesanal. As duas formas de associação – o casamento e a camaradagem – são mecanismos

complementares e fundamentais que asseguram a reprodução social das famílias locais. Pelo menos dos casais que atualmente estão na faixa etária dos cinquenta anos para cima.

Na Carrasqueira o etnógrafo constatou, desde o início, que não havia como falar de pesca sem falar com as mulheres. Principalmente no que diz respeito às técnicas de captura, aos conhecimentos naturalísticos, as teorias sobre o funcionamento do ecossistema e tudo aqui que o compõe, incluindo os conflitos com órgãos oficiais de fiscalização ambiental. Ali foi possível observar *in loco* que a tradicional divisão sexual do trabalho – bastante comum na maioria dos povoados pesqueiros do litoral brasileiro – no qual os homens embarcam e as mulheres trabalham em terra ou nas margens dos estuários e praias como "catadoras", "marisqueiras", "apanhadeiras", "descascadeiras" etc., não fazia sentido. Embarcados, homens e mulheres da Carrasqueiras desempenhavam funções com igual grau de dificuldade corporal e cognitiva. Vale ressaltar que o vocábulo "camarada", ainda que terminado em "a", não tem gênero na língua portuguesa. Assim, "meu camarada" ou "minha camarada" são constantemente utilizados por homens e mulheres na Carrasqueira para se referirem uns aos outros. Uma categoria que iguala – pelo menos nas formas de cooperação para a faina – as relações e as funções dentro do barco, como a etnografia pôde evidenciar[16].

Minda: um caso paradigmático da pesquisa portuguesa

Conforme mencionado, o etnógrafo teve que estabelecer interlocução direta com as mulheres da Carrasqueira principalmente quando o assunto era a pesca embarcada – situação diferente do que a experimentada na pesquisa brasileira, uma vez que a pesca embarcada, como dito, era assunto do mundo dos homens. Uma das mulheres que mais chamou a atenção nos meses de pesquisa de campo e, desde o início, tornou-se uma das interlocutoras mais presentes e interessadas na investigação foi Minda.

Minda é uma mulher de sessenta anos, avó de duas netas e mãe de dois

16 Cf. Colaço (2015).

filhos. É também *camarada* de Joaquim, um dos pescadores mais respeitados da Carrasqueira. Minda e Joaquim são um dos poucos *camaradas* que fazem a campanha da pesca dentro do Estuário do Sado nos meses quentes e em mar aberto durante o inverno. A história da constituição de seu núcleo familiar está de acordo com o padrão de agregação descrito acima. Quando ela e Joaquim, ainda jovens, firmaram relação, deixaram seus núcleos familiares originais e constituíram seu próprio, adquirindo seu próprio barco e pescando juntos. Poucos anos depois tiveram os filhos Jorge e Rodrigo[17]. Como contam as interlocutoras, era comum "nos tempos de antigamente"[18] as mulheres continuarem as atividades pesqueiras (que incluíam tanto a pesca com uso de redes como a apanha de bivalves) até poucas semanas antes do parto. Além disso, ainda nos primeiros anos de vida, as crianças eram levadas na faina, durante as temporadas de pesca. Abaixo, por exemplo, há um registro de um destes momentos. Na fotografia extraída do arquivo pessoal da pescadora, é possível observar Minda e os filhos, ainda muito pequenos, almoçando entre uma "maré" e outra.

Imagem 4. Minda, Rodrigo e Jorge. S/d.

Foto de arquivo pessoal.

17 Ambos pescadores, embora o primeiro tenha se fixado nos últimos anos na cidade de Setúbal e possua sua própria pesca e o segundo, até os dias de hoje, pesca no barco com os pais.

18 Este tempo remonta, aproximadamente, aos anos de 1970 até início dos 80 quando cunhado por interlocutoras que atualmente passaram dos sessenta anos de idade.

Imagem 5.
Minda, Joaquim e Rodrigo.

Foto: José Colaço, 2017.

Minda, assim como outras mulheres da Carrasqueira, é muito articulada. Dona de uma personalidade forte e ao mesmo tempo muito gentil e afetuosa, ela atualmente é Presidenta da Associação da Comunidade Piscatória da Carrasqueira e, há alguns anos, vem incentivado o engajamento de pescadores e pescadoras da Carrasqueiras em várias atividades associadas a órgãos nacionais e internacionais que têm como tema a preservação do meio ambiente natural. Tem atuado como importante mediadora entre os pescadores e pescadora e os órgãos de fiscalização de Portugal, além de promover a concorrida Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, realizada anualmente na localidade no mês de setembro.

Imagem 6.
Minda durante a Pesca de Choco.

Foto: José Colaço, 2011.

Em sua casa Minda constituiu ao longo dos anos um cuidadoso arquivo de documentos, que inclui revistas e jornais, nacionais e internacionais, cuja Carrasqueira figura como tema. Observando tais documentos, é possível notar com facilidade o fascínio que a Carrasqueira exerce sobre os meios de comunicação, principalmente pelo fato das mulheres participarem da pesca embarcada em pé de igualdade de funções com os homens, corroborando, assim, com a afirmação coletada em campo, da singularidade da aldeia dentro do contexto português. Minda também é poetiza e, de acordo com suas contas, possui um acervo de mais de duzentas poesias que, quando incentivada, faz questão de declamá-las.

Além das qualidades e características descritas, Minda, sem dúvida, é uma exímia pescadora. O etnógrafo a acompanhou desde os primeiros momentos do trabalho de campo na apanha de ameijoas e canivetes[19], na Pesca de Choco[20], com seu irmão Alexandre e, na maior parte do tempo, com seu *camarada* Joaquim e seu filho Rodrigo. Minda explicava com muita didática e clareza o regime de cheia e vazante do estuário, o comportamento das espécies aquáticas, a complexidade do uso de determinadas redes e armadilhas de captura. Foi possível observá-la em ação, inúmeras vezes, desempenhando atividades que exigiam extremo esforço físico – como lançar e subir as âncoras das redes de espera ou limpá-las por horas a fio – com a ajuda de seu *camarada* – após uma "maré ruim". Minda, assim como a maioria outras mulheres na Carrasqueira, possui carta de arrais, o que a autoriza a pilotar embarcações.

Breves considerações sobre o papel da mulher na pesca artesanal, de acordo com as duas etnografias

O caso de Ponta Grossa dos Fidalgos revela, a partir de uma observação minuciosa e de longa duração, aquilo que tem sido

19 Bivalves encontrados em parcéis litorâneos no Estuário do Sado e no Estuário do Tejo.

20 A pesca de maior centralidade na Carrasqueira. Ela é realizada nos meses considerados quentes (primavera e verão) quando os Chocos (*Sepia officinalis*) entram no Estuário do Sado para acasalar.

apontado com veemência em estudos empíricos mais recentes: a invisibilização do trabalho da mulher na atividade pesqueira, seja dentro das próprias aldeias, "comunidades" ou grupamentos, ou seja diante do reconhecimento jurídico-formal da profissão. O fato da maioria das mulheres não trabalharem embarcadas não significa que não desenvolvam outros ofícios fundamentais para a estrutura da atividade pesqueira como um todo. A precariedade desta condição se revela, sobretudo, nas problemáticas em torno do direito de receber ou não o Seguro Defeso Nacional e suas variações locais, por exemplo.

O caso da Carrasqueira apresentou uma nova condição para realização da pesquisa etnográfica. As mulheres se mostraram interlocutoras muito mais presentes, interessadas e astutas do que a maioria dos homens que participaram da pesquisa. Sem dúvida, o lugar que elas ocupam na estrutura social da aldeia – onde não há dúvida sobre se elas são ou não pescadoras, diz muito sobre as possibilidades desta condição. Na Carrasqueira, "Pesca é coisa de Mulher", do mesmo modo que "é coisa de homem", uma vez que a constituição dos barcos depende da agregação pelo casamento. Por seu turno, o reconhecimento jurídico-formal ainda é uma luta que as carrasqueiras travam com o Poder Público em Portugal, uma vez que a legislação ainda não as incluem integralmente. Cabe ressaltar se a aldeia da Carrasqueira é um lugar bom pra se pensar as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho na atividade pesqueira, não é comum encontrar estruturas semelhantes em outros lugares em Portugal. As interlocutoras da pesquisa afirmam que na Carrasqueira é o único lugar onde as mulheres trabalham na pesca embarcada em todo o país.

As pesquisas vêm evidenciando há tempos o lugar político frágil e precarizado da pesca artesanal, tomada de um modo geral, onde quer que ela se apresente como tal, frente às outras formas de captura (como a pesca industrial) e a aquicultura (atividade de caráter empresarial que cresceu nas últimas décadas no Brasil), por exemplo. O reconhecimento formal da profissão tem sido historicamente complexo no contexto

nacional e fora dele também. Estas e muitas pesquisas já revelaram, com sensibilidade etnográfica, as ambiguidades do que é "ser pescador" ou "ser pescador artesanal", bem como os efeitos jurídicos e políticos da definição destas categorias.

Considerações finais

Embarcando com seus maridos, *camaradas* ou não, trabalhando na elaboração das artes ou na venda do pescado, pode-se afirmar que nos dois casos, no Brasil e em Portugal, o reconhecimento e a visibilidade do trabalho das mulheres na pesca ganham contornos mais críticos. Se os problemas apontados já incidem historicamente entre os "homens", as "mulheres" são duplamente prejudicadas, pois têm que provar, para dentro e para fora dos seus grupos, o devido valor do seu trabalho e o quanto a dedicação que imputam à atividade é fundamental e necessária para seu desenvolvimento. Não menos importante – tanto pelo contrário –, ao terminarem seus ofícios pesqueiros, recai sobre praticamente todas as mulheres com as quais convivi durante a pesquisa de campo, aqui ou em Portugal, toda a carga do pesado trabalho doméstico de gestão da casa e da vida familiar. Tais tarefas, responsabilidades e execuções não recaem sobre a maioria dos pescadores homens com os quais convivi.

Por fim, observar estas relações no universo da pesca artesanal tem funcionado com um micro espelho da sociedade tomada como uma unidade maior, na qual as desigualdades nas relações de gênero podem ser observadas em maior ou menor grau nas mais diversas esferas da vida, como a política, a academia, a família, os espaços públicos e daí por diante.

Este ensaio finaliza com a esperança de que novas etnografias possam discutir cada vez mais estas questões para que a sociedade possa, quem sabe, por meio da ação política mais dirigida, finalmente superá-las.

Referências

COLAÇO, José. Variações Sazonais e Conflito no povoado pesqueiro de Ponta Grossa dos Fidalgos, Rio de Janeiro. In: *Cadernos de Antropologia Social*. n. 31. Buenos Aires, 2010.

_____. *Quanto Custa Ser Pescador Artesanal?* Etnografia, relato e comparação entre dois povoados pesqueiros no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

_____; VOGEL, Arno. O Duro, a Pedra e a Lama: a etnotaxonomia e o artesanato da pesca em Ponta Grossa dos Fidalgos. In: *Revista Antropolítica*, n. 19 (2), Niterói, 2005.

CASTRO FARIA, Luiz de. Pescarias e Pescadores. In:_____. *Escritos Exumados, v. II*: Dimensões do conhecimento antropológico. Niterói: Eduff, 2000.

DA MATTA, Roberto. *A Casa e A Rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.* Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

GOMES, Flávia Rúbia Áreas. *Entre o Lar e a Lagoa*: a Pesca de Casal em Ponta Grossa dos Fidalgos. Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense. 2007.

HELLEBRANDT, Luceni; RIAL, Carmen. Quanto custa o camarão limpo? Marcas e dificuldades das mulheres que limpam camarão na Colônia Z3 (Pelotas/RS). In: *Tessituras*: Revista de Antropologia e Arqueologia, v. 5, p. 87-98, 2017.

HELLEBRANDT, Luceni; RIAL, Carmen; ANDRADE LEITAO, Maria do Rosário de Fátima. Pesca e Gênero. Reconhecimento legal e as organizações das mulheres na Colônia Z3 (Pelotas/RS - Brasil). In: *Vivência*: Revista de Antropologia, v. 1, p. 123-136, 2016.

TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO NA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA ARTESANAL NA BACIA DE CAMPOS

Valdir Júnio dos Santos
Geraldo Márcio Timóteo

Nesse artigo, partirmos de dois campos analíticos que se complementam de modo orgânico (a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero) e objetivamos problematizar as fronteiras que estão circunscritas a espaços (in)visibilizadores, que ganham consubstancialidade ao analisarmos as comunidades pesqueiras. Ao direcionarmos as análises para o universo do trabalho, temos como elemento central as diferenças e as especificações de gênero, por acreditarmos que essa metodologia analítica permite ao pesquisador observar a heterogeneidade das experiências e detectar o movimento de constituição dos sujeitos, sobrepujando as transformações por que passaram e como constituíram suas práticas cotidianas.

A pesquisa concentra-se na atuação da mulher pescadora como sujeito ativo, de modo que os estereótipos e os confinamentos espaciais de suas atividades produtivas possam ser questionados e problematizados. Temos como recorte espacial os sete municípios contemplados pelo Projeto Pescarte[1] (São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Quissamã, Macaé, Cabo Frio e Arraial do Cabo) num total de 34 comunidades e 143 localidades[2]. Os dados analisados neste artigo foram retirados do mapeamento das famílias da pesca (Censo Pescarte),

1 A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

2 Definimos localidade como qualquer lugar em que se encontrem três ou mais famílias de pescadores artesanais que dependam, no todo ou em parte, da renda auferida pela pratica pesqueira.

que entrevistou 3.478 famílias as quais totalizam 10.082 pessoas (55,2% de homens e 44,8% mulheres) destas, foram identificadas 4.234 pessoas ligadas diretamente à pesca artesanal (72,3% homens e 27,7% mulheres).

Os resultados obtidos oferecem algumas pistas sobre a inserção da mulher na cadeia produtiva da pesca centralizada em três eixos analíticos fundamentais: 1- a organização; 2 – o planejamento; e a 3 - gestão. Por organização entende-se a necessidade de captura dos códigos sociais em que homens e mulheres conjugam seu real vivido, indicando a importância de se analisar o cotidiano da pesca artesanal e os espaços ocupados por essas mulheres nas principais formas de organizações sociais – grupos, associações, cooperativas, sindicatos e federação. A análise do planejamento nos dará elementos para se pensar as principais contradições que se interpõem no mundo da pesca artesanal, e a sensibilidade do pesquisador irá direcioná-lo para a descrição densa das práticas e dos discursos associados aos significados socioculturais coletivos de gênero e trabalho. O conceito de gestão fecha o triângulo metodológico. Esse conceito sumariza as formas pelas quais a organização e o planejamento se replicam e se interpenetram na representação de um regime simbólico misto que rege tal relação de gênero no âmbito da pesca artesanal.

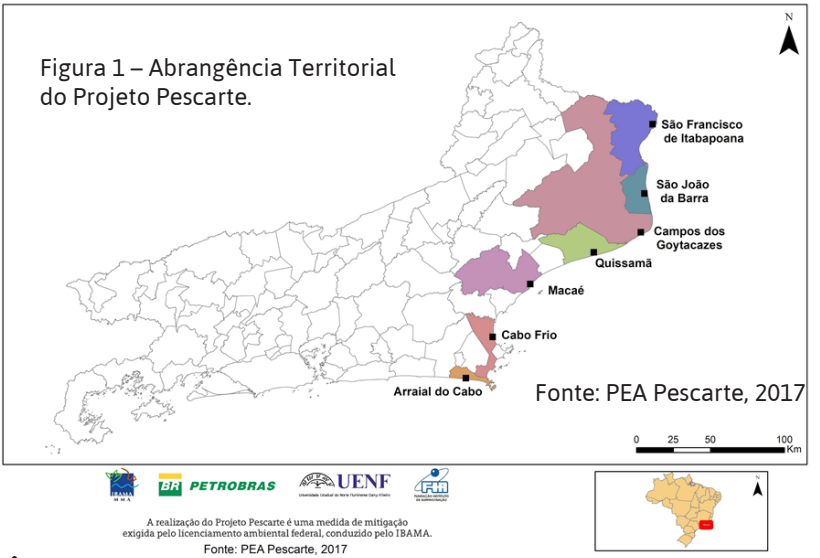


Figura 1 – Abrangência Territorial do Projeto Pescarte.

O fato é que as mulheres pescadoras configuram-se como o grupo mais vulnerável (vivenciam a precarização, tanto em relação a salários, direitos e condições de trabalho), em que os dualismos abstratos indicam a necessidade de incorporação da unidade familiar[3] como meio de emancipação social das pescadoras. É importante destacar que as mesmas apresentam níveis de polivalência e multiatividades importantes para o principio da organização social. Dessa forma, o presente artigo visa demostrar ao leitor os diferentes estágios de vivências da pesca experienciados pelas mulheres pescadoras, em que o fazer científico estrutura-se em meio ao debate da *"Slow Science"*, constituindo um diálogo denso e profundo, partindo do saber construído no cotidiano praticado.

Trabalho e gênero: identidade profissional e sexismo.

Em meio aos desígnios da sociedade moderna, os sujeitos sociais passaram a contrapor o elemento natureza como fonte de sua essência e a encará-la de modo predatório irrompendo sua ontologia. Esse sujeito social que transforma a natureza – via trabalho – e é transformado carrega em si o potencial de alterar o meio em que vive e a desenvolver suas atividades. Esse potencial dinamiza o processo de racionalização que enriquece não só sua atividade como o desenvolvimento laborativo e as suas novas necessidades, favorecendo a:

> Criação do sujeito social com ricas e múltiplas faculdades, com sentimentos profundos, dotado de curiosidade científica, aspirações religiosas, estéticas, do conhecimento e do conhecimento prático cotidiano. O trabalho [...] objetivação de forças essenciais humanas [...] cria, pois, a possibilidade permanente de evolução humana: a própria história (IAMAMOTO, 2011, p. 42).

3 A unidade familiar é elemento central na análise dos continuísmos presentes nas relações sociais. Para Marx e Engels, a chave reguladora dos processos sociais está na concepção da propriedade, que tem sua forma embrionária na divisão do trabalho no seio familiar, visto que há uma distribuição desigual tanto no nível qualitativo / quantitativo (Marx & Engels, 1977).

É nesse contexto ontológico do ser social - em que a construção da história expõe a complexidade das realidades vividas e sentidas no cotidiano - que não podemos negar a história dos lugares e a necessidade epistemológica do sentir essas diferenças como elementos estruturantes da cultura e dos códigos sociais. Os pescadores e pescadoras, nesse sentido, são sujeitos sociais dotados de um saber fazer e ler a natureza que dão materialidade às suas condições concretas de trabalho e às relações de gênero em seu meio constituído (SILVA, 2014).

Essa leitura nos permite reconhecer que esses sujeitos sociais fazem parte da territorialidade natural e que qualquer aproximação político-cientifica deve estar sensível a essa relação pescador/pescadora/natureza/trabalho e a construção de suas heranças culturais. Esses elementos criam um novo paradigma epistemológico que "requer que se supere a limitação de ver os pescadores artesanais como objeto estáticos e como incapazes de pensar sobre sua própria condição social e histórica" (SILVA, 2014, p. 17).

Portanto, é importante pensar a pesca e as relações de gênero tanto em meio à sua especificidade constitutiva como articulada a um projeto de sociedade que define formas diferenciadas de inserção social combinada a uma identificação cultural, que definem atividades e papéis aos diferentes sexos (ABRAMOVAY & SILVA, 2000). No contexto mais amplo, podemos delinear que a identidade feminina sempre esteve enquadrada nos padrões da estrutura social do patriarcado, que dominam o modo de ser/sentir e agir conforme seus desígnios. Dessa forma, ao gênero feminino, é ensinado ser filhas, mães, donas-de-casa e a aceitar seu papel de subordinação. O padrão de divisão sexual do trabalho tem seus reflexos no mercado de trabalho, no momento em que criam nichos produtivos voltados para as mulheres, associado ao cuidado, e aos homens, profissões em que se destacam as características tidas como masculinas (valorizando a força, a destreza, a resistência e a liderança). Dentro desse modelo de família patriarcal, restou à mulher o ambiente privado, cabendo-lhe as responsabilidades domésticas e socializadoras e uma identidade profissional muitas vezes articulada ao

mundo doméstico. A situação diferencial entre homens e mulheres no mercado de trabalho:

> [...] parece ser justificada pela ideia de que o trabalho da mulher é algo secundário [...] a ideia de trabalho secundário é estruturada pela imagem de uma família nuclear, com a mulher como principal/exclusiva responsável pelo cuidado doméstico, e o homem como principal/exclusivo provedor da família. Dessa forma, o acesso e melhores condições de trabalho é algo priorizado ao homem na sociedade [...] (CHIES, 2010, p.514).

No contexto das comunidades pesqueiras, esse quadro não é muito diferente. O trabalho das pescadoras, mesmo sendo, na maioria dos casos, interpretado como secundário, tem uma importância estratégica para toda a unidade familiar. As mulheres costumam articular em seu cotidiano várias atividades produtivas e reprodutivas. Em meio a esse contexto os dados coletados demostram que as principais atividades produtivas direcionadas a população feminina são: pesca e coleta de mariscos; venda e processamento do pescado; diversificação das fontes de rendas familiares (a pluriatividade) na agricultura, no artesanato, no comércio e nos serviços. A mulher também ajuda na tecelagem e remendo das redes de pesca, preparo de linhas e iscas. Em alguns casos, foi possível identificar mulheres como membros de tripulação, fato este demarcado geralmente pela atividade em família, pois, nesse caso, a mulher era esposa do proprietário do barco, sendo esta uma estratégia de compensação para os rendimentos declinantes com as despesas e os acordos de partilhas.

Os dados do Censo Pescarte nos revelam que as pescadoras também têm suas vidas profissionais articuladas à sua dupla função produtiva e reprodutiva. As pescadoras são as principais responsáveis pela reprodução social do grupo familiar, o que implica obrigação com as atividades domésticas, saúde e educação dos filhos. Na mulher, mesmo tendo ajuda (em sua maioria vinda das filhas mais velhas), persistem a responsabilidade pelos cuidados e o seu protagonismo nas decisões

intrafamiliar no que diz respeito à educação dos seus descendentes diretos (56,7%), compras diárias (48,8%) e controle das atividades dos filhos (60,4%). Ao observarmos o Quadro 2, podemos analisar que a atividade que requer um maior controle financeiro tem uma maior participação decisória de ambos, homens e mulheres, como as compras de bens de maior valor (44,3%) e as decisões relacionadas ao lazer familiar (50,8%).

Quadro 1- Ajuda na Organização de Tarefas.

TAREFAS	SIM	NÃO
Do lar	59,5%	40,5%
Cuidado com as crianças	52,6%	47,4%
Cuidado com os doentes	46,2%	53,8%
Limpeza do domicílio	61,4%	38,6%
Pequenos reparos	38,2%	61,8%

Fonte: Censo Pescarte.

Quadro 2 – Tomada de Decisão.

	MULHER	HOMEM	AMBOS	OUTROS
Escola dos filhos	56,7%	3,6%	36,7%	3,0%
Compras diárias	48,8%	14,8%	34,3%	2,1%
Horários das atividades dos filhos (estudar, brincar, dormir, etc.)	60,4%	4,7%	32,0%	2,8%
Compras de bens de maior valor	42,7%	12,0%	44,3%	0,8%
Passeio / lazer da família	34,9%	10,6%	50,8%	3,8%

Fonte: Censo Pescarte.

O fato é que os encargos das mulheres sobre o cuidado acabam sendo os grandes modeladores de sua inserção no mercado de trabalho, ou seja, suas atividades produtivas estão sempre sendo reguladas por suas atividades reprodutivas. Portanto, a falta de equipamentos coletivos públicos acaba aumentando os custos da maternidade e do cuidado com o lar. Mas, ao mesmo tempo, fortalece as redes de solidariedade local, como a ajuda de vizinhos e de parentes mais próximos.

O trabalho produtivo da mulher, na maioria dos casos, é subestimado, principalmente por estar associado, com frequência, a uma atividade estritamente doméstica. No caso das pescadoras, muitas de suas atividades produtivas são reconhecidas como atividade reprodutiva (por ocorrer no espaço da casa, como a filetagem, a limpa, o descasque de camarão etc.). Esse quadro dificulta o processo de autoreconhecimento de uma identidade profissional, cujos danos podem ser percebidos tanto no âmbito cultural, quanto na ausência de políticas públicas específicas. Portanto, é fundamental problematizar a identidade profissional e seu construto em meio social tradicional, como a pesca artesanal.

Dessa forma, precisamos entender a identidade profissional como elemento situacional dependente dos contextos históricos e dos diferentes segmentos da população. Essa construção analítica dialoga com o princípio de que a identidade profissional carrega em si um dinamismo importante para se pensar a construção social de uma profissão e os elementos que constituem a luta pelo reconhecimento. A delimitação da identidade profissional das pescadoras perpassa pela problematização da naturalização dos processos sociais, que determinam nichos femininos fortemente marcados por estereótipos, que polarizam e se territorializam em uma visão bipolarizada ("o mar de dentro" para as mulheres e "o mar de fora" para os homens) do ordenamento espacial de divisão simbólica das atividades. A identidade profissional das pescadoras está carregada pelo entendimento vicioso alinhado ao julgamento de capacidades que estão "com frequência entrelaçado com a avaliação de uma identidade social" da mulher que "são irrelevantes à competência profissional" da mesma (SCOTT, 2005, p.71).

Esses encarceramentos laborativos femininos refletem a uma angústia

social de intervenção nos moldes socialmente aceitos da estrutura social, ou seja, existe o temor que os pilares da dominação de gênero incorporem as transformações nos papéis sociais desenvolvidos por homens e mulheres, tendo como desdobramento a reestruturação das relações sociais no âmbito familiar, na economia, no mercado de trabalho e na politica. Portanto, o movimento inicial é de repulsão desses processos em meio social tradicional na tentativa de manter a ordem instituída (SORJ, 2004).

Nesse contexto, identificamos ao longo do trabalho de campo a existência de uma pluralidade semântica no que diz respeito à identidade profissional atribuída às mulheres inseridas na cadeia produtiva da pesca e que denotam uma segregação ocupacional: pescadoras; trabalhadoras da pesca; isqueiras; camaroeiras; marisqueiras; caranguejeiras; evisceradeiras; desfiladeiras; descascadeiras; descascadeiras de siri; descabeçadeiras; redeiras; catadeiras de algas marinhas; e aquicultoras. Essa pluralidade parece parcelarizar a classe e dificulta a construção de identidade profissional reconhecida pelo Estado e pelas políticas públicas. Foi possível perceber que a utilização do termo "Pescadora" é um ponto de mobilização que ultrapassa a demarcação do padrão masculino da pesca e amplifica para uma categoria de luta que incorpora os campos de direitos específicos, como os previdenciários, as questões de cidadania e o reconhecimento como elo importante na cadeia produtiva da pesca frente às instituições de representação de classe. Esse movimento torna-se importante, no que circunscreve ao tema central, a todo um ergástulo de problemas que dificulta o reconhecimento social e político dessas mulheres frente a direitos sociais e ao próprio reconhecimento de seus pares como pescadoras.

Ao analisar o comportamento da força de trabalho feminina, no que diz respeito ao reconhecimento dos nichos de trabalho feminino na pesca artesanal na Bacia de Campos, os dados do Censo Pescarte revelam que 70,6% das mulheres entrevistadas não reconhecem o exclusivismo de atividades coadunadas ao sexo, ou seja, não existem espaços laborais exclusivos para homens, no qual mulher não pode ou não deve participar. Contrariando essa visão, 29,4% reconhecem a bipolaridade laboral e a existência de postos de trabalho exclusivos para homens em que mulheres, por uma questão cultural,

não deveriam participar. As mulheres que reconhecem a divisão laboral entre os gêneros indicaram a pesca como a principal atividade masculina (76,9%), e os nichos femininos, ligados à filetagem (13,1%), ao descasque (12,2%), à limpeza (9,2%) e à pesca, que aparece com 2,6% das respostas.

Quadro 3 – Atividades exclusivas para Homens na Pesca Artesanal.

Atividades	Porcentagem (%)
Pesca	76,90%
Pesca/Transporte	4,20%
Pesca/Comercialização/Negociação/ Transporte	3,80%
Pesca/Comercialização/Negociação	2,90%
Todas as opções listadas	1,70%
Pesca, Comercialização/Negociação/ Transporte/Beneficiamento/Venda	0,80%
Pesca/Comercialização/Transporte/ Beneficiamento/Descasque/ Evisceração/Filetagem/Cata/Limpeza /Venda	0,80%
Comercialização/Negociação	0,80%
Pesca/Venda	0,40%

Fonte: Censo Pescarte.

Quadro 4 – Atividades Exclusivas para Mulheres na Pesca Artesanal.

Atividades	Porcentagem (%)
Filetagem	13,10%
Descasque	12,20%
Limpeza	9,20%
Descasque/Filetagem/Limpeza	8,30%
Filetagem e Limpeza	3,90%
Descasque e Limpeza	3,50%
Beneficiamento/Descasque/Filetagem /Limpeza	3,10%
Cata/Extração de Mariscos	3,10%
Pesca	2,60%

Fonte: Censo Pescarte.

Os dados nos revelam que a premissa das relações sociais de gênero cria padrões de participação feminina e desnuda o fato de que os fatores limitadores ainda continuam fortes no cenário pesqueiro. Os padrões culturais e sociais ainda sustentam modelos de comportamentos e valores, cujos reflexos são sentidos nos campos estruturais, legais e ideológicos, dificultando o acesso de mulheres pescadoras às políticas públicas, que carregam potencialidade de solidificação do processo de emancipação, ou seja, a questão do empoderamento é importante na quebra das estruturas de dominação e desigualdade de gênero. Mas também não podemos deixar de delinear a ocorrência de mudanças (visto os dados acima), sendo possível identificar um lento, porém significativo processo de alteração, visto a importância e o peso do trabalho feminino para o fortalecimento da organização social e de novos processos de emancipação social da classe pesqueira dos municípios da Bacia de Campos.

Como elemento de permanência, os homens continuam sendo os principais provedores do sustento familiar, como indicaram 56,9% das respondentes, seguido por ambos (23,6%); a mulher aparece com 13,2%.

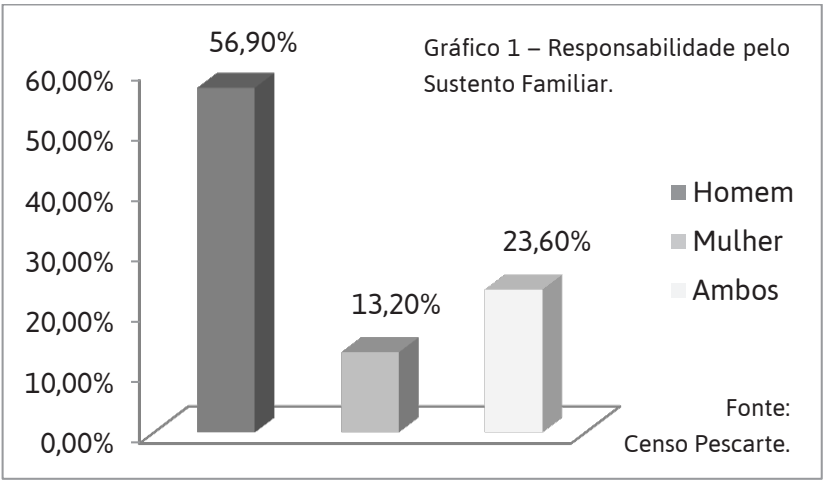
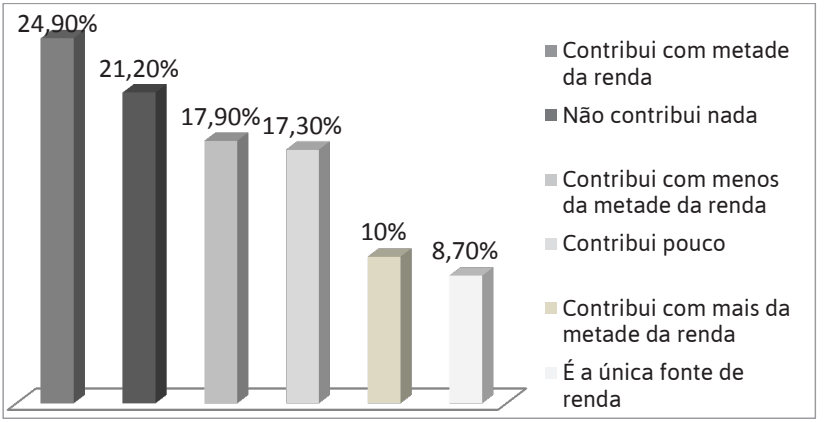


Gráfico 1 – Responsabilidade pelo Sustento Familiar.

As mudanças se confirmam quando analisamos os dados do censo Pescarte no que diz respeito à importância da renda advinda do trabalho da mulher. A crescente participação econômica feminina tem ajudado a assegurar a situação de bem-estar familiar e a defender o seu nível socioeconômico. Os dados mostram que a renda advinda do trabalho feminino contribui para metade do orçamento familiar em 24,9% das entrevistadas, outras 17,9% assiste com metade, 17,3% contribui pouco e 10% participa com mais da metade. O fato é que, se levarmos em conta os diferentes níveis de contribuições, sejam elas poucas ou muitas, cerca de 78,8% das entrevistadas colaboram com o seu orçamento familiar, sendo importante destacar que 8,7% das respondentes afirmam ser o seu trabalho a única fonte de renda, contrapondo-se aos 21,2% das respondentes, que indicaram que seu trabalho não contribui em nada para o orçamento familiar.

Gráfico 2 – Contribuição do Trabalho Feminino para o Orçamento Familiar.



Fonte: Censo Pescarte.

Esses dados são importantes para compor o quadro do comportamento da força de trabalho feminina na pesca artesanal e para chamar atenção da importância de se solidificar os movimentos, mesmo que tímidos, de empoderamento, articulados à participação e aos novos olhares e novos conteúdos do trabalho feminino, questionando relações e ideologias. Portanto, essas novas perspectivas

são dinamizadores dos elementos que compõem a organização social e a importância da incorporação das pescadoras como elo importante na luta política por novos patamares de emancipação.

Representação e participação social das pescadoras

A intensificação da presença feminina em novos nichos do mercado de trabalho vem contribuindo para alterar o perfil e as práticas das organizações de classe. É em meio a esse contexto que o Projeto Pescarte vem ampliando os espaços de atuação das mulheres e fortalecendo as lideranças femininas, de modo a avigorar sua participação nas instâncias decisórias do projeto, intensificando as atividades de mobilização das pescadoras em torno de suas demandas por meio do engajamento das mesmas nos Grupos Gestores[4]. A estratégia do projeto foi assegurar em todos os municípios a reserva de vagas para mulheres e para representantes da pesca de interiores e continentais. Analisando os dados da representação, vimos que as mulheres ocupam aproximadamente, 38%, de 128 pessoas eleitas para os grupos gestores.

Quadro 5 – Composição de Gênero nos Grupos Gestores.

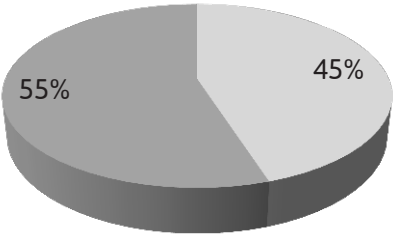
Composição dos Grupos Gestores		
Municípios	**Homens**	**Mulheres**
Campos dos Goytacazes	8	7
Cabo Frio	15	6
Arraial do Cabo	9	11
São João da Barra	16	5
São Francisco de Itabapoana	13	7
Quissamã	9	10
Macaé	9	3
Total	79	49

Fonte: Censo Pescarte.

4 São grupos de pescadores democraticamente eleitos pela comunidade pesqueira, sem remuneração prévia, para pensar, elaborar e propor projetos de geração de trabalho e renda via fortalecimento da organização social.

A importância de se assegurar a participação feminina nos espaços associativos advém da baixa participação feminina nos movimentos de organização de classe, que, na maioria dos casos, são explicados por sua condição de *outsiders*, dada pela desigualdade de sua representação e de sua capacidade de influenciar a tomada de decisão (Araújo; Ferreira, 2000). Os dados do Censo Pescarte confirmam essa análise ao demostrar que 55% das pescadoras não participam de instituições associativas e que 45% participam dessas instituições.

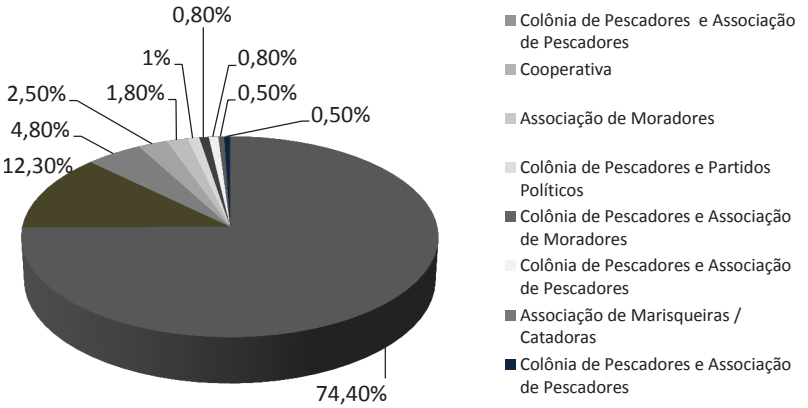
Gráfico 3 – Participação Feminina em Instituições Associativas.



Fonte: Censo Pescarte.

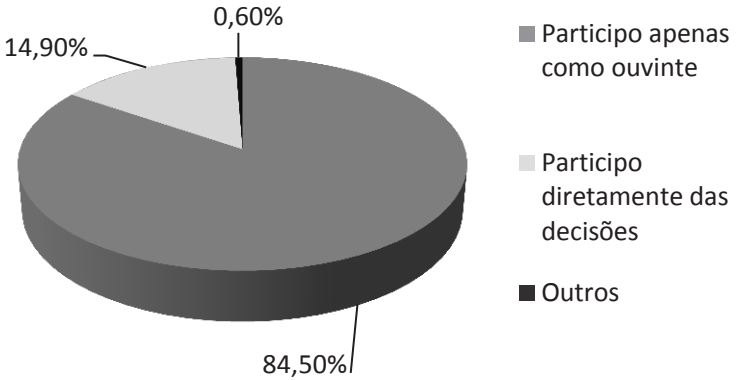
A colônia de pescadores (74,4%) representa a principal referência de instituição associativa entre as mulheres pescadoras que participam de organização política de classe. A colônia ganha destaque por ser a instituição de luta e reivindicação mais próxima e mais presente para as pescadoras.

Gráfico 4 – Participação das Pescadoras em Instituições Associativas.
Fonte: Censo Pescarte.



A possibilidade de uma militância mais ativa das mulheres esbarra em vários obstáculos, principalmente o não reconhecimento das especificidades produtivas e vivência das pescadoras por parte das lideranças sindicais. O fato é que a imagem e a ação das instituições associativas percebem a luta feminina como complementar à luta do homem, fazendo com que a organização dessas instituições se estruture "em função do cotidiano dos homens desconsiderando as responsabilidades domésticas das mulheres" (ARAÚJO; FERREIRA, 2000, p. 312). Quando qualificamos a participação nas decisões pelas pescadoras participantes de instituições associativas, os dados revelam que 84,5% das respondentes indicam que participam apenas como ouvintes, não intervindo nas decisões tomadas, principalmente pelos homens, e apenas 14,9% indicam participar diretamente das decisões, incutindo pautas e reivindicações femininas vislumbrando uma mudança de paradigma no sentido de transformar esses espaços também em um espaço coletivo de lutas das pautas femininas na pesca artesanal.

Gráfico 5 – Participação nas Decisões em Instituições Associativas.

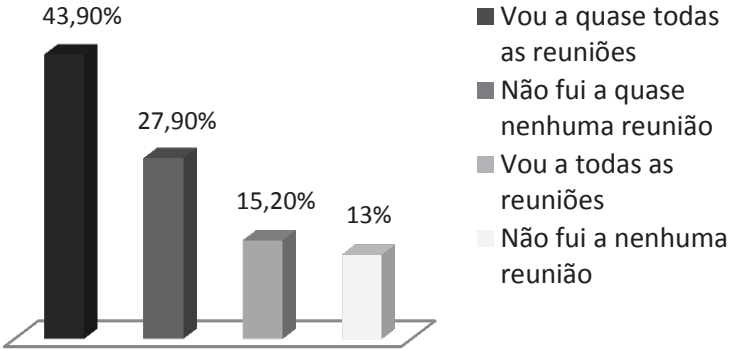


Fonte: Censo Pescarte.

O desafio de ampliação da participação feminina nos espaços associativos esbarra em vários obstáculos. O primeiro, de base cultural,

em que a estrutura social define os espaços de participação feminina, ou seja, o espaço privado (doméstico) como o espaço por excelência para as mulheres, e, aos homens, o espaço público, acarretando na masculinização dos espaços das instituições associativas. Segundo, pelos custos da participação feminina, visto seu duplo papel na divisão sexual do trabalho, ou seja, o peso do trabalho reprodutivo junto à família geralmente não é pensado o melhor horário, local e espaço para ficar com as crianças e a locomoção. O reflexo desses obstáculos participativos pode ser visualizado nos dados a respeito da frequência feminina nas reuniões das instituições associativas, que revelam que 43,9% das respondentes participam de quase todas as reuniões, 27,9% não se envolvem em quase nenhuma reunião, 13% não vai a nenhuma reunião e apenas 15,2% colaboram em todas as reuniões. É importante constar, ainda, que a participação feminina no Projeto Pescarte tem sido alcançada justamente pelo fato de que tem oferecido além de apoio à presença das crianças, com brincantes e espaços lúdicos, além do compromisso com horários e locais que permitam essa participação de maneira permanente na discussão dos objetivos apresentados.

Gráfico 6 – Frequência Feminina nas Reuniões das Instituições Associativas.



Fonte: Censo Pescarte.

Os dados indicam a necessidade de avanço na prática das instituições de representação de classe, de incorporação das pautas femininas e de mudança na estrutura ideológica que regula o funcionamento de tais instituições para melhor incorporar e fortalecer as pescadoras artesanais. O fato é que as pescadoras estão em constante luta em direção à sua emancipação, mas, para isso, é necessário vencer algumas trincheiras. Ao perguntarmos às pescadoras o que seria necessário para melhorar suas vidas na pesca, as mesmas destacaram a necessidade de mais investimentos em infraestrutura em seu local de trabalho (18,7%); reconhecimento /valorização da atividade de pescadora / marisqueiras (12,7%); investimento em creches e escolas (9,3%); acesso a politicas públicas relacionadas à pesca (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, Seguro Defeso, Regularização da Documentação) (5,4%); e melhoria na infraestrutura do local de trabalho/reconhecimento/valorização da atividade de pescadora / marisqueiras (4,8%). Esse cenário demostra a importância de se fortalecer a pesca artesanal feminina; como elemento estratégico importante na solidificação da organização social dos pescadores em direção a movimentos mais emancipatórios da estrutura produtiva vigente na atualidade e na realidade da região em estudo.

Considerações finais

O princípio de que a categoria teórica gênero nos convida a ultrapassarmos as concepções encarceradoras que compreendem o sexo como uma "atitude natural", totalmente amolgada às construções sociais e às realidades biológicas e físicas. Dessa forma, ao restringirmos o debate ao ideário da imutabilidade do sexo, acabamos segregando os espaços socialmente definido para mulheres e homens, e reafirmamos os elementos definidores da diferença biológica e física. Em meio a esse contexto embrionário de definição teórica e de vivência, que o artigo priorizou a articulação analítica da categoria trabalho e relações sociais de gênero, como estratégia para contrapor os dualismos abstratos

impetrados por concepções limitadoras e, em muitos casos, castradoras de processos emancipatórios importantes para os segmentos femininos na pesca artesanal.

De modo agregado, podemos delinear, com os dados coletados pelo Censo Pescarte, que as pescadoras estão em busca do fortalecimento de sua identidade profissional na cadeia produtiva da pesca. Dessa forma, as mesmas certificam-se que serão necessárias políticas públicas específicas, melhores segurança e condições de trabalho, que viabilizem sua dupla função produtiva e reprodutiva no núcleo familiar.

A necessidade de fortalecer as pautas femininas na pesca artesanal advém do fato de que essas trabalhadoras continuam concentradas em determinados nichos produtivos, desprotegidas, muitas vezes em condições de trabalho que originam problemas de saúde, o que torna, em longo prazo, penosa a vida dessas mulheres. Esses elementos segregacionistas precisam ser transpostos tanto no discurso ideológico, cultural, quanto na prática associativa de representação de classe como elemento de fortalecimento.

Portanto, o desafio do Projeto Pescarte concentra-se em assegurar uma participação mais ativa, que respeite as pautas de reivindicações e projetos emancipatórios das mulheres que sobrevivem da pesca artesanal na Bacia de Campos.

Referências

ABRAMOVAY, M.; SILVA, R. da. "As Relações de Gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG)". In: ROCHA, M. I. B. da (Org). *Trabalho e Gênero:* mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Ed. 34, 2000.

ARAÚJO, A. M. C.; FERREIRA, V. C. "Sindicalismo e Relações de Gênero no Contexto da Reestruturação Produtiva". In: ROCHA, M. I. B. da (Org). *Trabalho e Gênero:* mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Ed. 34, 2000. p.309-346.

CHIES, P. V. "Identidade de Gênero e Identidade Profissional no Campo de Trabalho". *Estudos Feministas*, Florianópolis, 18(2), p.507-528, maio/agosto, 2010.

IAMAMOTO, M. V. *Trabalho e Individuo Social:* um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Prefácio à contribuição à crítica da economia política*. In: Karl Marx e Friedrich Engels [1859]. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

SCOTT, J. W. "O Enigma da Igualdade". *Estudos Feministas,* Florianópolis, 13 (1): 216, p.11-30, janeiro/abril. 2005.

SILVA, C. A. da. *Pesca Artesanal e Produção do Espaço:* desafios para reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SORJ, B. "Trabalho, gênero e família: quais políticas sociais?". In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. da (Orgs). *Politicas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

UMA ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DAS COMUNIDADES DE PESCADORES DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ DESCRITOS NO BANCO DE DADOS DO PESCARTE

Suelen Ribeiro Souza
Marcelo Carlos Gantos

O presente capítulo se apresenta como resultado inicial da pesquisa de doutorado em Políticas Sociais, em que o universo feminino se caracteriza como unidade de análise, e da conferência proferida no "Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil", fruto do Projeto de Pesquisa "Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do Norte Fluminense e Baixada Litorânea"[1].

A pesca artesanal é uma atividade produtiva praticada no Brasil desde o período colonial, sendo possível observar nesse campo a atuação feminina. A "mulher assumiu e continua a assumir funções no processo produtivo pesqueiro, através de atividades que desempenha tanto no âmbito doméstico, quanto no espaço 'público', [...] diretamente relacionadas com a pesca, ou não" (MANESCHY, 1995, p. 162). Os avanços alcançados na pesca artesanal tornaram o trabalho menos

1 A realização do Projeto Mulheres na pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e da baixada litorânea é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal (MPF/RJ), com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) Desenvolvido por professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF.

pesado. No entanto, "as necessidades de sobrevivência das famílias de pescadores, agora mais dependentes do mercado, continuam a exigir o trabalho das mulheres" (ibdem, p. 150), que pode se "constituir em estratégia de sobrevivência do grupo familiar" (ibdem, p. 148).

Esse setor produtivo tem constantemente sua atividade laboral ameaçada pela indústria da pesca e do petróleo, pelos empreendimentos imobiliários e pelo turismo (MANESCHY, 2000). Além disso, nas comunidades pesqueiras as/os pescadoras/es sofrem com a má distribuição dos impactos como, por exemplo, as ações da indústria petrolífera, que causam restrição da área de pesca e diminuição do pescado.

Na Costa Atlântica Fluminense – Bacia hidrográfica de Campos dos Goytacazes –, onde se insere o município de estudo, foram identificados cinco macroimpactos da indústria do petróleo e gás na região, pelo Diagnóstico Participativo PEA-BC (2012), são eles: 1) Ocupação do espaço marinho; 2) Dinâmica demográfica; 3) Ocupação e uso do solo; 4) Pressão sobre a infraestrutura urbana, social e de serviços; 5) R*oyalties.*

É importante entender como esses macroimpactos da indústria petrolífera interferem nas atividades pesqueiras e na deflagração dos conflitos, haja vista que a Bacia de Campos é responsável por 85% da produção de petróleo do Brasil. Cumpre destacar que os conflitos nessa região não possuem somente essa natureza, mas acredita-se que sejam os mais importantes.

Segundo Bronz (2009), a pesca e a produção de petróleo

> [...] disputam a apropriação dos territórios marítimos e coexistem em interação complexa. Em Campos dos Goytacazes há uma grande ação da indústria do petróleo, além de algumas áreas do município sofrerem impactos da implementação e atividades do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú (CLIPA). Sendo assim, pescadores/as e petroleiros convivem em alto-mar desde a instalação das primeiras plataformas de petróleo da Petrobras, no final dos anos 80 (BRONZ, 2009, p. 19).

Essa coexistência favorece o surgimento da problemática ambiental, ou seja, as disputas pela apropriação e uso social dos recursos do ambiente, levando consequentemente aos conflitos socioambientais. Diante desse cenário, busca-se entender como as mulheres e homens, inseridos na cadeia produtiva da pesca de Campos dos Goytacazes, identificam os conflitos socioambientais, principalmente aqueles ligados à indústria do petróleo.

Metodologicamente, analisaram-se as informações do banco de dados do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte[2] (TIMÓTEO, 2016), no que tange aos conflitos socioambientais reconhecidos por pescadoras/es das comunidades pesqueiras de Campos dos Goytacazes, inseridas no bloco de Caracterização da Atividade Pesqueira (CAP), notadamente os itens: CAP. 53 a CAP. 60[3]. Complementar a essa análise, utilizou-se o mapeamento das comunidades pesqueiras dos municípios que compreendem a área de estudo, amparado no Bloco Identificação Socioeconômica/Caraterísticas Demográficas (I.S)[4].

Características socioeconômicas de Campos dos Goytacazes

O município de Campos dos Goytacazes está localizado na mesorregião norte fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Em 2010 a cidade tinha aproximadamente 463.731 habitantes (IBGE, 2010), apresentando-se como o 8º maior contingente populacional

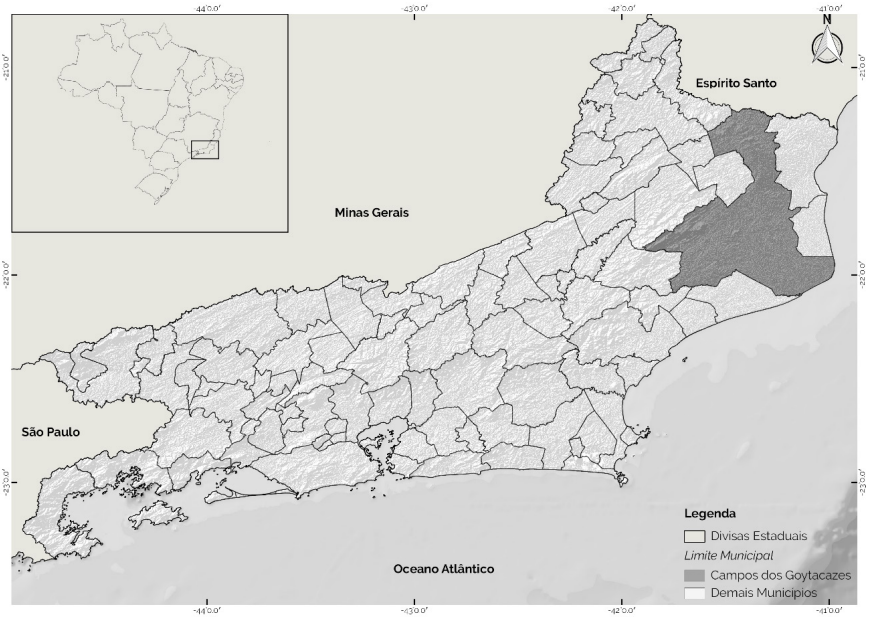
2 O PEA Pescarte, iniciou-se em junho de 2014, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), desenvolvido no âmbito do "licenciamento [ambiental] oriundo do TAC de Produção" (TIMÓTEO, 2016, p. 8), sob supervisão e fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Sua área de abrangência inclui sete (7) municípios do norte fluminense e das Baixadas Litorâneas, a saber: Arraial do Cabo, Cabo Frio, Macaé, Quissamã, São João da Barra, Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana.

3 O banco de dados do Pescarte é composto de informações referentes as 748 questões, divididas em 10 blocos, a saber: Identificação Socioeconômica/Caracterização Demográfica (IS); Caracterização Familiar (CF); Avaliação de Serviços públicos (ASP); Avaliação de Serviços e Equipamentos Públicos (ASEP); Trabalho e Trajetória Profissional (TTP); Caracterização da Atividade Pesqueira (CAP); Capital Social e Laços Fracos (CSLF); Gênero (G); Educação Ambiental (EA); Inquérito Alimentar para Pescadores (IAP) –, realizadas por meio de um levantamento via *survey*.

4 Fonte: Elaboração dos pesquisadores quantitativos do Projeto Mulheres na Pesca.

do estado do Rio de Janeiro, além de ser o maior em extensão territorial, como se observa na Figura 1[5], compreendendo uma área de 4.040,6 km², ou seja, 41,4% da região norte fluminense.

Figura 1 – Mapa do Município de Campos dos Goytacazes



Fonte: Elaboração de Daniel d'El Rei para o Projeto Mulheres na Pesca, com base em: IBGE, SRTM e ESRI Ocean.

Sua história começa atrelada à Capitania de Pero de Góis da Silveira, conforme consta na Carta de Doação de 28 de agosto de 1536 (IBGE cidades). Desde o século XIX, o município já apresentava grande desenvolvimento econômico, como nos apontam Martínez e Boynard (2014):

5 Fonte: IBGE Cidades.

> Em 1880, Campos era uma cidade que se modernizava rapidamente. Possuía diversificado comércio, hospitais, bibliotecas, teatros, muitas escolas primárias e uma importante rede ferroviária particular: as usinas de açúcar da região dispunham de linhas férreas próprias, locomotivas importadas, oficina de reparos, técnicos e operários especializados. (MARTÍNEZ; BOYNARD, 2014, p. 13).

A importância econômica de Campos dos Goytacazes está ligada aos tempos áureos da produção de açúcar. Sua economia e dos demais municípios do norte fluminense também esteve pautada pela atividade tradicional da pesca artesanal (MESQUITA, 2016). Nos anos de 1960, a economia estava estagnada em decorrência da crise da produtividade sulcroalcooleira, por causa da "depreciação das máquinas e equipamentos, e da perda de competitividade frente ao desenvolvimento de tal atividade econômica no interior de São Paulo" (MESQUITA, 2016, p. 207).

Na década seguinte, a produção de açúcar recebeu um estímulo com a elevação dos preços e pelos incentivos do Programa Brasileiro de Álcool (Proálcool). No entanto, a produção voltou a declinar nos anos de 1980 e 1990 e, segundo Mesquita (2016), a crise só não se intensificou devido à instalação da Petrobras em Macaé, iniciando as atividades de exploração de petróleo na região da Bacia de Campos. Processo esse que fez de Campos dos Goytacazes um dos municípios mais beneficiados, acompanhado de Macaé (FREITAS; ALMEIDA; VITÓRIA, 2016).

> Após o início das atividades petrolíferas na região na década de 90, nota-se um crescimento econômico nos municípios em torno da Bacia de Campos gratificados com [*royalties*], principalmente nos municípios de Macaé e Campos, e assim tornando o norte fluminense um importante polo petrolífero e destacando-o pela influência na economia nacional e estadual (FREITAS; ALMEIDA; VITÓRIA, 2016, p. 115).

A Bacia de Campos, que recebe o nome do município de estudo –localizada na região que vai do centro-norte do estado do Rio de Janeiro até o sul do estado do Espírito Santo –, é responsável por aproximadamente 80% da produção nacional de petróleo[6]. E, consequentemente, pelas numerosas riquezas transferidas aos cinco municípios mais ricos do petróleo, "Campos dos Goytacazes, Macaé, Rio das Ostras, Cabo Frio e Quissamã, em ordem decrescente" (MIRANDA; ROCHA, 2011, p. 88).

Campos dos Goytacazes é o município que mais recebe royalties do petróleo, sendo considerado rico por ocupar esta posição "desde 1999, quando iniciaram os pagamentos de royalties e participações especiais advindos da exploração de petróleo offshore" (MIRANDA; ROCHA, 2011, p. 88). O município se mantém na primeira posição no ranking nacional por mais de 10 anos, com renda petrolífera percebidas, em 2014, de R$ 1.104.719.630, valor – absoluto e relativo, segundo Souza, Terra e Santos (2016).

Campos se encontrava entre os maiores Produto Interno Bruto (PIBs) do Brasil em 2013, ocupando a 9ª posição entre os 10 maiores PIBs do Brasil. Seu PIB naquele ano era de R$ 58.372.358 e o PIB per capita é de R$ 122.320,58 (IBGE, BRASIL, 2013). Apesar do grande rendimento do município este ainda apresenta grandes problemas de infraestrutura, como observa-se na Tabela 1.

6 "A Bacia Sedimentar de Campos ocupa uma área marinha de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados, localizada na região que vai do centro-norte do Estado do Rio de Janeiro até o sul do estado do Espírito Santo, e é responsável por mais de 80% da produção de petróleo e gás do Brasil. A indústria de petróleo na Bacia de Campos está baseada nas operações *offshore* de exploração e produção em águas profundas (entre 400 e mil metros de profundidade) e ultraprofundas (a partir de mil metros de profundidade), incluindo atividades de sísmica, perfuração, produção e escoamento. Os municípios mais ou menos afetados pela indústria são, no estado do Rio de Janeiro (lagos e centro norte fluminense): São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, São Pedro da Aldeia, Araruama, Saquarema, Maricá e Niterói. No sul do Espírito Santo, os municípios afetados são Marataízes, Itapemirim, Piúma, Anchieta, Guarapari e Vila Velha. (DP/PEA-BC)" (MARTINS; MARTÍNEZ; AZEREDO, 2016, p. 28).

Tabela 1 - Condições de infraestrutura em Campos dos Goytacazes

Serviço	*Cobertura*
Esgoto	79% fossa 21% rede
Coleta diária de lixo domiciliar	> 90%
Rede de água	59,1 %
Educação - Anos Iniciais do Ensino Fundamental (IDEB-2015)	5
Educação - Anos Finais do Ensino Fundamental (IDEB-2015)	3,5

Fonte: Elaboração pelos autores com base em Freitas; Almeida; Vitória (2016); IDEB/INEP (2015) e IBGE Cidades.

Observando os dados da Tabela 1, percebe-se uma deficiência em serviços básicos, que deveriam ser priorizados pela administração municipal, principalmente por estar entre um dos municípios brasileiros que mais recebe royalties do petróleo.

Nas últimas décadas, o crescimento demográfico acelerado do município, em decorrência da atividade petrolífera, tem marcado um intenso esvaziamento da população rural e cada vez maior concentração urbana que chega "acerca de 90%" (FREITAS; ALMEIDA; VITÓRIA, 2016) do contingente populacional, conforme observa-se na Tabela 2.

Tabela 2 - Demonstrativo do crescimento populacional - urbano e rural - de Campos dos Goytacazes

	1970	*1980*	*1991*	*2000*	*2010*
População total	318.806	348.542	389.109	406.989	463.731
Urbana	176.082	203.358	324.667	364.177	418.725
Rural	142.724	145.184	64.442	42.818	45.006

Fonte: Elaborado por Marco Marinho e Joseane de Souza para o Projeto Mulheres na Pesca a partir do IBGE cidades

Segundo Freitas, Almeida e Vitória (2016), as atividades de extração

de petróleo na região impulsionaram o crescimento econômico e populacional. No entanto, esse avanço veio acompanhado de danos ambientais e sociais, contribuindo para uma maior degradação do meio ambiente, de seus ecossistemas e população. A pesca artesanal, atividade tradicional no município e região, de acordo com Mesquita (2016), é uma das atividades econômicas mais impactadas pela indústria do petróleo, seja no campo social seja ambiental.

Aspectos teóricos: conflitos socioambientais e questões de gênero na pesca

A perspectiva de discussão deste trabalho são os conflitos socioambientais que envolvem o ambiente da pesca artesanal[7]. No universo desse grupo social, que são as/os pescadoras/es artesanais,

> as construções sociais de gênero repercutem nos modos pelos quais mulheres e homens participam nas atividades produtivas, vivenciam os riscos decorrentes de padrões históricos e hegemônicos de desenvolvimento, assim como as repercussões das políticas de enfrentamento dos riscos (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012, p. 740).

No entanto, a problemática ambiental vai além da desigualdade de gênero, pois as disputas pela apropriação e uso social dos recursos do ambiente[8] também abrem espaço para os conflitos ambientais que, na visão de Acselrad (2004), podem ser vistos como aqueles envolvendo grupos

7 Entende-se como pesca artesanal a atividade que contempla tanto as capturas de espécies aquáticas, cujo objetivo é comercial associado à subsistência das famílias dos participantes, quanto aquelas capturas com objetivo essencialmente comercial. Pode, inclusive, ser uma alternativa sazonal ao praticante que se dedica durante parte do ano à agricultura (pescador/agricultor) ou a outras atividades econômicas, tais como construção civil ou turismo (DIEGUES, 1995; WALTER, 2010, p. 11).

8 "Da relação (em diferentes épocas e lugares) dos seres humanos entre si e com o meio físico-natural emerge o que se denomina neste trabalho de meio ambiente" (QUINTAS, 2006, p. 20).

sociais com diferentes modos de apropriação, uso e significação do território, causados quando um dos grupos vê ameaçada a continuidade das atividades que desenvolvem por impactos indesejados. Ademais, a desigual distribuição dos impactos ambientais acirra essas questões, pois alguns grupos sociais conseguem escapar dos efeitos nocivos de determinado empreendimento, deixando os "rejeitos [serem] alocados nos espaços comuns onde residem os mais pobres, eximindo os que decidem de sofrer os danos ambientais localizados" (ACSELRAD, 2004, p. 110).

A existência da sociedade é produzida com base nas relações sociais e nos modos de apropriação e uso dos recursos do meio ambiente, que geram disputas favorecendo, assim, o surgimento dos conflitos ambientais (ACSELRAD, 2004). Segundo Quintas (2006), os conflitos ambientais são permeados por disputas de poder, pois no processo de apropriação e uso dos recursos do ambiente está em jogo o interesse da coletividade "e interesses específicos de atores sociais que, mesmo quando legítimos, nem sempre coincidem com os da coletividade" (QUINTAS, 2006, p. 63), sendo responsabilidade do Poder Público a defesa dos interesses coletivo.

Percebe-se também que, nessa esfera, os que possuem maior conhecimento/poder sobre determinada ação influenciam na tomada de decisões dos órgãos ambientais, "seja pela via da pressão política direta, seja por meio de divulgação à sociedade sobre a importância econômica e social do seu empreendimento (geração de empregos, por exemplo), ou pelas duas formas" (QUINTAS, 2006, p. 63). Desse modo, nota-se que o domínio sobre os recursos do ambiente está inerentemente ligado às disputas de poder.

Os anos de 1990 apontaram para mudanças de dominação do meio biofísico, com a "manutenção e acentuação das desigualdades de poder sobre os recursos ambientais" (ACSERALD, 2004, p. 23). Nas comunidades de pescadoras/pescadores, uma gama de externalidades vem contribuindo para a marginalização da pesca, como a especulação imobiliária, a criação de complexos industriais portuários e polos turísticos, a destruição de áreas de manguezais, a extração mineral do mar, a poluição industrial e doméstica,

além dos projetos de aquicultura intensiva (MANESCHY, 2000; MELO; LIMA; STADTLER, 2009).

Ao pensar nas mulheres inseridas na cadeia produtiva da pesca, constata-se que elas são mais afetadas, pois têm menos força política para disputar o território. Verifica-se, ainda, que os segmentos sociais mais vulneráveis e que sofrem mais diretamente com os impactos derivados destas atividades, principalmente da indústria do petróleo e gás natural, são as/os pecadoras/es artesanais, já que essas atividades interferem diretamente na entrada desses grupos ao mar e ou alteram suas dinâmicas sociais[9].

Além da desigualdade histórica de distribuição do poder sobre os recursos naturais, como nos aponta Acselrad (2004), as mulheres pescadoras lutam diariamente para se afirmarem como trabalhadoras da pesca, bem como para ter acesso aos direitos sociais. Isto se dá, entre outras explicações, por conta de o trabalho delas estar ligado mais diretamente a pré- e pós-captura – como confecção e reparos de petrechos da pesca, coleta de mariscos e beneficiamento do pescado, entre outros –; e sua atuação como integrantes das comunidades não é valorizada e reconhecida pelos outros atores sociais (homens) envolvidos na cadeia produtiva, mesmo diante de sua forte atuação. Cabe, ressaltar que as atividades das mulheres se caracterizam pelo "trabalho produtivo e reprodutivo", além da manutenção da casa (MANESCHY, 2000, 2013; MELO; LIMA; STADTLER, 2009; FONSECA; MACEDO; AZEITEIRO, 2016).

Nesse sentido, percebe-se que a "capacidade de resistência que essas comunidades vêm demonstrando é, em grande medida, consequência do papel [e] do suporte desempenhado pelas mulheres" (MELO; LIMA; STADTLER, 2009, p. 2-3). Pode-se inferir, então, que a desigualdade de gênero influencia muito na geração de outras desigualdades. No ambiente da pesca artesanal, a questão do gênero é um dos fatores mais marcantes da desigualdade, tornando o trabalho das mulheres desvalorizado e não reconhecido.

Sendo assim, percebe-se que as comunidades de pesca artesanal têm

9 Os autores Walter (2010), Herculano (2012) e Costa (2016) afirmam que as comunidades de pescadoras(es) são as mais afetadas pelos impactos ambientais desses empreendimentos.

sua atividade constantemente ameaçada e às vezes não recebem o apoio e a proteção dos órgãos fiscalizadores, que deveriam estabelecer as regras para a apropriação e uso dos recursos do ambiente, privilegiando os interesses da coletividade. No entanto, na visão de Quintas (2006), isso nem sempre ocorre. Na próxima seção, apresenta-se a percepção das/os pescadoras/es sobre os conflitos socioambientais.

Percepção dos conflitos socioambientais pelas/os pescadoras/es das comunidades pesqueiras de Campos dos Goytacazes

Nas comunidades de pescadoras/pescadores, uma gama de externalidades vem contribuindo para a marginalização da pesca. Constata-se, ainda, como apontando anteriormente, que os segmentos sociais mais vulneráveis e que sofrem mais diretamente com os impactos derivados dessas atividades, principalmente da indústria do petróleo e gás natural, são as/os pecadoras/es artesanais. Diante disso, nesta seção, vamos analisar as percepções das/os pescadoras/es sobre os conflitos socioambientais vividos nas comunidades pesqueiras de Campos dos Goytacazes, interior do estado do Rio de Janeiro, com base no banco de dados do PEA Pescarte.

Segundo as informações nele contidas, foi possível identificar em Campos dos Goytacazes oito (8) comunidades pesqueiras, a saber: Farol de São Tomé, Terminal Pesqueiro, Coroa Grande, Parque Prazeres, Ponta Grossa dos Fidalgos, Tocos, Lagoa de Cima e Lagoa do Campelo. A população pesqueira total residente nessas comunidades, em 2015, era de 1.643 pessoas, o que correspondia a 0,34% da população total do município, naquele período[10]. Como se pode notar na Tabela 3, em termos populacionais, a maior comunidade pesqueira do município é Farol de São Thomé, com um total de 743 habitantes (45,2% da população total das comunidades pesqueiras). Com exceção de Terminal Pesqueiro, em todas as outras áreas pesqueiras a população masculina é maior que a feminina. Desse contingente

10 A população estimada pelo IBGE (BRASIL, 2014), para Campos dos Goytacazes, para o ano de 2015, era de 483.970 habitantes.

populacional identificado, apenas 580 pessoas responderam ao questionário do PEA Pescarte, dentre os quais 371 homens (64%) e 209 mulheres (36%).

Tabela 3 - População residente em comunidades pesqueiras, segundo o sexo.

Comunidade Pesqueira	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Coroa Grande	20	17	37
Farol de São Tomé	385	358	743
Lagoa de Cima	102	89	191
Lagoa do Campelo	39	28	67
Parque Prazeres	68	61	129
Ponta Grossa dos Fidalgos	128	99	227
Terminal Pesqueiro	56	64	120
Tocos	73	56	129
Total	871	772	1.643

Fonte: Elaboração dos autores com base no banco de dados do PEA Pescarte (2016).

Mesmo com o cenário de intensa desigualdade e conflitos, como indicados na seção anterior, os dados do PEA Pescarte mostram que nas comunidades pesqueiras de Campos dos Goytacazes há unanimidade em identificar que não existem conflitos entre as/os pescadoras/es com os órgãos fiscalizadores ambientais (407), representando 70,17%; e os que afirmam existir conflito (134) representam 23,10%[11], primeira questão do questionário do PEA Pescarte analisada[12]

11 Em Campos, o número de respondentes principais são 580; sendo assim, os 6,73% representam os 16 que não souberam responder e os 23 não respondentes. As não respostas podem estar ligadas à insegurança do respondente em afirmar haver conflitos ou não com os órgãos de fiscalização ambiental ou até mesmo por erro na transposição dos dados do questionário para o SPSS, programa estatístico utilizado para tabular e codificar as respostas.

12 Questão: CAP. 53. Existem conflitos entre os pescadores e esses órgãos fiscalizadores?

Na sequência questionou-se as pescadoras/es os motivos dos conflitos existentes entre esse grupo e órgãos fiscalizadores[13]. Nessa questão só respondem os homens (89) e mulheres (45), que disseram sim na alternativa anterior (CAP.54). Sendo assim, na Tabela 4 observam-se os motivos elencados pelos 134 (23,10%) indivíduos que afirmaram existir conflitos entre os órgãos fiscalizadores ambientais e as/os pescadoras/es.

Tabela 4 - Conflitos indicados pelas/os pescadoras/es e/ou trabalhadoras/es da pesca

Conflito	***Homens (40)***	***Mulheres (15)***
Entre os próprios pescadores/ Pesca industrial/ Colônia/ Exploração/ Associação/ Exploração de petróleo/ Com instituições municipais	32	5
Com a colônia	3	1
Com a associação		1
Exploração de petróleo	1	
Com instituições municipais (secretarias de pesca, assistência, obras, etc.)	3	5
Barcos de turismo	1	
Atravessadores/ Frigorífico	1	2
Total	41	14

Fonte: Elaboração dos autores com base nas respostas da questão CAP.54 do banco de dados do PEA Pescarte (2016).

13 Questão: CAP. 54. Quais são os motivos dos conflitos existentes entre os pescadores e órgãos fiscalizadores?

Observando a Tabela 4, pode-se identificar que alguns problemas se repetem, como abusos do poder (9), fiscalização excessiva no período do defeso (7), falta de fiscalização (6), período do defeso errado (5) e legislação deficiente (5). Percebe-se também que ocorreram 4 abstenções, que podem ter sido causadas pela insegurança de responder ou outros motivos. Vale lembrar aqui que as ausências de respostas identificadas foram por parte do público feminino.

No que tange à participação das mulheres, percebe-se que apenas três opções, com quatro respondentes, foram diferentes das escolhidas pelos homens. Nota-se, ainda, que a maioria das mulheres (45%) indica que a "fiscalização excessiva no período do defeso" é o maior problema nas comunidades pesqueiras de Campos dos Goytacazes, seguido pelo "abuso de poder" com 11,11%. No entanto, identifica-se que esses também são os maiores problemas para o público masculino.

Na sequência, questiona-se se existe outro tipo de conflito na atividade pesqueira, englobando novamente os 580 respondentes principais de Campos dos Goytacazes[14]. Sendo assim, foi possível identificar que 498 (85,86%) participantes informaram que não existe outro tipo de conflito em sua atividade e apenas 55 (9,48%) indivíduos identificaram que existe. Destacando que os outros 27 (4,66%) caracterizam o universo: dos que não souberam (10) e não responderam (17), por algumas possíveis razões que já foram destacadas anteriormente. Para os que identificaram haver outro tipo de conflito, buscou-se sintetizá-los na Tabela 5, contando com a participação dos homens (40) e mulheres (15) que responderam sim para a existência de outros tipos de conflito (CAP. 55)[15].

14 Questão: CAP. 55. Há outro tipo de conflito em sua atividade de pesca?
15 Questão: CAP. 56. Qual(is) é(são) o(s) outro(s) conflito(s) existente(s)?

Tabela 5 - Outros conflitos indicados pelas/os pescadoras/es e/ou trabalhadoras/es da pesca

Conflito	*Homens (40)*	*Mulheres (15)*
Entre os próprios pescadores/ Pesca industrial/ Colônia/ Exploração/ Associação/ Exploração de petróleo/ Com instituições municipais	32	5
Com a colônia	3	1
Com a associação		1
Exploração de petróleo	1	
Com instituições municipais (secretarias de pesca, assistência, obras, etc.)	3	5
Barcos de turismo	1	
Atravessadores/ Frigorífico	1	2
Total	41	14

Fonte: Elaboração dos autores com base nas respostas da questão CAP.56 do banco de dados Pescarte (2016).

Observando a Tabela 5, pode-se identificar que alguns problemas se repetem, como conflitos entre as/os pescadoras/es (6), entre as/os pescadoras/es e a colônia/associação (7) e entre as/os pescadoras/es e a exploração de petróleo (4)[16]. Um ponto que merece destaque é a indicação das/os pescadoras/es para os conflitos dentro do grupo, ou seja, as disputas que existem no ambiente da pesca, por questões territoriais e de gênero. Por exemplo, as mulheres encontram resistência e desigualdades nesse universo, como: a disputa pela utilização do território – área de pesca, mar/rio/lagoa; disputa pela utilização dos instrumentos – petrechos de pesca, na aquisição do pescado para beneficiamento –, pois pescadores locais vendem os peixes aos atravessadores; e nos espaços de decisão comunitária – associações e colônias.

16 Ao contabilizar os dados dessa questão, pode-se identificar um erro de codificação e/ou tabulação, pois na CAP. 55 os respondentes homens são 40 e as mulheres são 15, já nessa questão aparecem 41 homens e 14 mulheres, provavelmente uma resposta do sexo feminino foi computada com as do masculino.

Outro fator que nos chama a atenção é que poucos indivíduos (4) sinalizaram o conflito com a indústria do petróleo, haja vista que a região é muito impactada pelos empreendimentos petrolíferos, principalmente a comunidade pesqueira de Farol de São Tomé, em decorrência da instalação e início das atividades do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açu (CLIPA).

Apesar dessa não identificação direta dos conflitos com a indústria petrolífera, uma parcela significativa dos entrevistados (259, ou seja, 44,66%) reconheceu sua influência nas atividades pesqueiras[17]. Em seguida foi solicitado aos pescadoras/es que identificassem se havia mais prejuízos ou benefícios[18]. A grande maioria (196, isto é, 75,68%) reconheceu que essa atividade trouxe mais prejuízos do que benefícios para a pesca artesanal, como exposto na Tabela 6.

Tabela 6 - Influências da indústria do petróleo indicadas pelas/os pescadoras/es

Influência	Homens (179)	Mulheres (80)
Trouxe somente benefícios	5	2
Trouxe mais benefícios que prejuízos	13	10
Nem prejuízo, nem benefício	16	10
Trouxe mais prejuízos que benefícios	77	27
Trouxe somente prejuízos	64	28
Total	**175**	**77**

Fonte: Elaboração dos autores com base nas respostas da questão CAP.58 do banco de dados Pescarte (2016).

17 Questão: CAP. 57. A atividade de petróleo influencia na atividade pesqueira? Os 580 respondentes principais de Campos foram questionados, sendo que 280 (48,28%) não reconheceram a influência da exploração de petróleo na pesca artesanal e 41 (7,06%) não responderam e/ou não souberam. Essas não respostas podem ter ocorrido por falta de conhecimento dos/as pescadores/as sobre a atividade na região (comunidade) ou por receio de se comprometerem com a afirmação.

18 Questão: CAP. 58. Em sua opinião qual é essa influência?

Identifica-se, também, do universo feminino, que três entrevistadas, apesar de reconhecer essa influência negativa, não souberam ou preferiram não informar qual era.

Sendo assim, respondentes também identificaram que a indústria do petróleo "trouxe somente benefícios (A)", um universo de cinco homens e duas mulheres; e "trouxe mais benefícios que prejuízos (B)", num total de 13 homens e 10 mulheres. Benesses essas elencadas na Tabela 7[19].

Tabela 7 - Benefícios da indústria do petróleo indicadas pelas/os pescadoras/es

Benefícios	Masculino (18)	Feminino (12)
Programas de compensação	1	
Royalties para o município	3	1
Projetos de rentabilidade social	1	
Melhorias na infraestrutura local	1	
Mais empregos	2	2
Total	8	3

Fonte: Elaboração dos autores com base nas respostas da questão CAP.58 do banco de dados Pescarte (2016).

Nota-se, na Tabela 7, que a maioria dos que identificaram os benefícios da indústria do petróleo na região não soube ou não quis identificá-los, por questões já explicitadas anteriormente. Por fim, perguntou-se aos 196 (75,68%) participantes que identificaram haver "mais prejuízos que benefícios (D)" e "somente prejuízos (E)"[20], quais seriam os danos causados pela instalação da indústria petrolífera na região, sintetizados na Tabela 8[21].

19 Questão: CAP. 59. Quais são os benefícios da atividade petrolífera na região?
20 Veja Tabela 6.
21 Questão CAP. 60. Quais são os prejuízos da atividade petrolífera na região?

Tabela 8 - Principais prejuízos da indústria do petróleo indicados pelas/os pescadoras/es[22]

Prejuízos	Homem	Mulher
Exclusão da área de pesca / aumento do trafego das embarcações / acidentes com petrechos de pesca / poluição das águas / aumento do custo de vida / aumento da fiscalização / outros	89	24
Aumento do trafego de embarcações / acidentes com petrechos de pesca / poluição das águas / aumento do custo de vida / aumento da fiscalização	6	2
Acidentes com petrechos de pesca / poluição das águas / aumento do custo de vida	11	3
Poluição das águas/ aumento do custo de vida / aumento da fiscalização	21	11
Aumento do custo de vida/ aumento da fiscalização / outros	7	5
Todas as opções listadas	2	
Outros	5	7
Total	141	52

Fonte: Elaboração dos autores com base nas respostas da questão CAP.60 do banco de dados Pescarte (2016).

22 Nessa questão, CAP. 60, os entrevistados tinham a opção de escolher mais de uma alternativa. Na tabulação dos dados, pode-se perceber que os homens indicaram 279 prejuízos, dentre os listados na 8, e as mulheres 91, sendo possível, ainda, identificar a abstenção de três mulheres.

Nessa questão, percebe-se que a percepção dos dois maiores impactos da indústria do petróleo na região para os respondentes é a "exclusão da área de pesca" e a "poluição das águas", fatores que estão ligados diretamente à manutenção e reprodução do grupo. Essa preocupação também pode ser encontrada em pesquisa anterior realizada por Zappes, Oliveira e Di Beneditto (2016) no norte fluminense, que destacou os impactos ambientais que a construção e as atividades do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú (CLIPA) trouxeram paras as comunidades de pesca ao entorno, a saber: Atafona, Barra do Açu e Farol de São Tomé. As informações obtidas na pesquisa de Zappes, Oliveira e Di Beneditto (2016), por meio de entrevistas, relevam que os pescadores e seus familiares tiveram sua área de pesca delimitada pelas zonas de exclusão pesqueira, afetando assim seu modo de vida.

Os pescadores artesanais de Farol de São Tomé, maior comunidade pesquira de Campos, destacam que o CLIPA pode vir a ser o único responsável pela escassez de pescado na região, segundo pesquisa realizada por Zappes, Oliveira e Di Beneditto (2016). Ademais, as/os pescadoras/es "mencionaram sua desconfiança sobre a qualidade do pescado, que seria afetada pelos poluentes lançados no ambiente costeiro a partir da construção e das atividades do CLIPA" (ZAPPES, OLIVEIRA; DI BENEDITTO, 2016, p. 80). Uma questão destacada pelas mulheres é que "o tráfego de navios afugentará a fauna marinha costeira e interferirá na localização das áreas de pesca" (p. 80). A dimunuição do pescado afeta consideramevelmente as atividdes produtivas das mulheres, visto que na maioria dos casos suas funções na pesca se concetram na pré- e pós-captura.

Na Tabela 8 percebe-se que para a maioria das mulheres o "aumento do custo de vida" é um prejuízo considerável, além da "exclusão da área de pesca", demostrando sua preocupação com a manutenção e reprodução do grupo como um todo. Já para os homens os prejuízos signifivativos são os que afetam diretamente sua atividade produtiva, ou seja, a captura.

Considerações finais

A análise dos dados apresentados anteriormente indica que, apesar das/os pescadoras/es terem sua atividade constantemente ameaçada pela indústria da pesca e do petróleo, pelos empreendimentos imobiliários e pelo turismo, poucas/os entrevistadas/os reconhecem esses impactos. Destaca-se que esse não reconhecimento pode acontecer em decorrência das/os pescadoras/es não se sentirem seguros em expor suas ideias sobre esse tema ou até mesmo por receio de se comprometerem, pois, apesar dos impactos por eles vivenciados e muitas vezes negligenciados pelos órgãos de fiscalização, a relação entre as/os pescadoras/es e os órgãos ambientais fiscalizadores é constante.

Analisando atentamente o banco de dados do PEA Pescarte, percebe-se que a maioria dos respondentes principais são homens e que muitas vezes as respostas das mulheres seguem a mesma linha de raciocínio deste grupo. No entanto, não há possibilidade de identificar as razões para essa convergência, visto que os dados analisados do questionário Pescarte são fontes secundárias, ou seja, não houve participação da equipe do Projeto Mulheres na Pesca na aplicação. Entretanto, alguns estudos apontam que muitas vezes as mulheres sentem-se inibidas com a presença dos homens (companheiros, parentes e pesquisadores), deixando ocultas informações importantes, principalmente nas comunidades tradicionais. Paulilo (1987) indicou que as mulheres por ela pesquisadas só falaram abertamente dos problemas da sua atividade produtiva em um ambiente em que só havia mulheres. Por isso, esse e outros trabalhos que privilegiam o discursivo feminino são importantes, pois as mulheres muitas vezes podem falar, mas não são ouvidas, como indica Spivak (2010).

Outro ponto que merece destaque é a teoria de conflito ambiental do Acselrad (2004), a qual, apesar de apontar os grupos que ficam à margem sofrendo injustiças ambientais, como as comunidades de pesca, não analisa especificamente a questão de gênero. Nesse sentido,

a pesquisa desenvolvida pelo "Projeto Mulheres na Pesca" busca suprir essa demanda ao identificar os conflitos ambientais que envolvem as relações de gênero na pesca artesanal.

Referências

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. *Conflitos Ambientais no Brasil.* Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

BRASIL. Panorama do município de Campos dos Goytacazes. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Cidades.* Disponivel em: <https://bit.ly/2M6QUxP>. Acesso em: 3 jan. 2018.

BRASIL. Produto interno bruto dos municípios – 2014. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Cidades.* Disponível em: <https://bit.ly/2rC2IQB>. Acesso em: 3 jan. 2018.

BRONZ, Deborah. *Pescadores do petróleo*: políticas ambientais e conflitos territoriais na Bacia de Campos-RJ. 20 0p.Rio de Janeiro: E-papers: Laced/Museus Nacional, 2009.

COSTA, Klênio V. Expressões do conflito socioambiental na comunidade pesqueira artesanal no litoral norte do rio de janeiro, p. 106-118. In: TIMÓTEO, G. M (Org.). *Educação ambiental com participação popular*: avançando na gestão democrática do ambiente. Campos dos Goytacazes-RJ: FUNDENOR, 2016.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *Povos e mares*: leituras em sócio-antropologia marírima. 269p. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

FONSECA, Marília; ALVES, Fátima; MACEDO, Márcio Chagas; AZEITEIRO, Ulisses M. O papel das mulheres na pesca artesanal marinha: estudo de uma comunidade pesqueira no município de Rio das Ostras-RJ, Brasil, p. 231-241. Journal of Integrated Coastal Zone Management/*Revista de Gestão Costeira Integrada*, v. 16, n. 2, 2016. Disponivel em: <https://bit.ly/2QOovmb>. Acesso em: 15 set. 2016.

FREITAS, Victor Guida; ALMEIDA, Josimar Ribeiro de; VITÓRIA, Flávia Constantino da. Avaliação de impactos, passivos e danos ambientais em zonas costeiras do Brasil: região do litoral norte fluminense, p. 105-116. *Revista Sustinere*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan./jun., 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2rvE7Nk>. Acesso em: 15 ago. 2017.

HERCULANO, Selene. Pesca e petróleo no litoral fluminense, p. 01-14. *Revista Nordestina de Ecoturismo*, n. 5 v. 1, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2Ekg23r>. Acesso em: 3 jan. 2018.

MANESCHY, Maria Cristina Alves. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. *Boletim Paraense Emilio Goeldi*, Série Antropologia, Belém, v. 11, n. 2, 1995. Disponível em: <https://bit.ly/2rvDFyC>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. Da Casa ao Mar: papéis das mulheres na construção da Pesca responsável. *Proposta*, n. 84/85, março/agosto de 2000. Disponível em: < https://bit.ly/2rAHzX6>. Acesso em: 11 dez. 2017.

_____. Mulheres na pesca artesanal: trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Pará, p. 41-64. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). *Mulheres camponesas*: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

_____; SIQUEIRA, Deis; ÁLVARES, Maria Luiza Miranda. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento gênero e empoderamento, p. 713-737. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 3: 384, set./dez., 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2QylFCN>. Acesso em: 2 set. 2016.

MARTÍNEZ, Silvia Alicia; BOYNARD, Maria Amelia de Almeida Pinto. Memórias de 1955: o (re)nascer do Instituto de Educação de Campos. In: GANTOS, Marcelo Carlos. *Campos em Perspectiva*. Rio de Janiero-RJ: Papel Virtual, UENF, 2014.

MARTINS, Paula Mousinho; MARTÍNEZ, Silvia Alicia; AZEREDO, Luana dos S. A educação ambiental no processo de licenciamento de atividades de exploração e produção de petróleo e gás, p. 15-34. In: TIMÓTEO, G. M (Org.). *Educação ambiental com participação popular*: avançando na gestão democrática do ambiente. Campos dos Goytacazes-RJ: FUNDENOR, 2016.

MELO, Maria de Fátima Massena de; LIMA, Daisyvângela E. da S.; STADTLER, Hulda Helena Coraciara. O trabalho das pescadoras artesanais: "Coisa de mulher", p. 1-11. In: Congresso Brasileiro de economa Doméstica, XX, 2009, Fortaleza-CE, *Anais Grupo de Trabalhos GT 01 – Desenvolvimento humano, família e relações de gênero*, Fortaleza-CE, 2009. Disponível em:<https://bit.ly/2zWQiHm>. Acesso em: 10 out. 2016.

MESQUITA, Paulo Sérgio Belchior. Mapeamento da pesca artesanal na Bacia de Campos – RJ: confiabilidade da pesquisa, p. 206-222. In: TIMÓTEO, G. M (Org.). *Educação ambiental com participação popular*: avançando na gestão democrática do ambiente. Campos dos Goytacazes-RJ: FUNDENOR, 2016.

MIRANDA, Elis de Araújo; ROCHA, Elisabeth Soares. Cidades do Petróleo no Brasil: royalties, cultura e planejamento, p. 87-101. *Políticas Culturais em Revista*, v. 2, n. 4, 2011. Disponivel em: <https://bit.ly/2SLtIZf>. Acesso em: 5 jan. 2018.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve, p. 64-70. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro: SBPC, v. 5, n. 28, jan./fev. 1987. Disponivel em: <https://bit.ly/2Cb7Np0>. Acesso em: 2 dez. 2017.

QUINTAS, J. S. *Introdução a Gestão Ambiental Pública*. 102p. 2. ed. MMA/IBAMA: Brasília- DF, 2006.

SPIVAK, G. C. *Pode o Subalterno Falar?*. Trad. Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte-MG: UFMG, 2010.

SOUZA, Josiane de; TERRA, Denise Cunha Tavares; SANTOS, Ana Cristina Coelho dos. Territórios do petróleo: nível de conhecimento sobre royalties, participação e controle social, p. 39-68. In: GANTOS, Marcelo Carlos (Coord.). *A caravana territórios do petróleo*: ressignificação na Bacia de Campos. Campos dos Goytacazes: EdUENF, 2016.

TIMÓTEO, G. M. Apresentação. In: TIMÓTEO, G. M (Org.). *Educação ambiental com participação popula*r: avançando na gestão democrática do ambiente. Campos dos Goytacazes-RJ: FUNDENOR, 2016.

WALTER, T. *Novos usos e novos mercados*: qual a sua influência na dinâmica da cadeia produtiva dos frutos do mar oriundos da pesca artesanal? 343f. Tese (Doutorado), CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2010.

ZAPPES, Camilah Antunes; OLIVEIRA, Pablo da Costa; DI BENEDITTO, Ana Paula Madeira. Percepção de pescadores do norte fluminense sobre a viabilidade da pesca artesanal com a implantação de megaempreendimento portuário, p. 73-88. *Bol. Inst. Pesca*, São Paulo, v. 42, n. 1, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2SIUqlt>. Acesso em: 15 ago. 2017.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES DESTA COLETÂNEA

Alessandra Bonaparts Panza
Bacharel e licenciada em ciências biológicas na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pedagoga e professora de ciências e biologia. E-mail: alepanza@yahoo.com

Andrine Longaray
Tecnóloga em Gestão Ambiental – FURG Campus São Lourenço do Sul. Coordenadora Técnica do Projeto de Pesquisa "Avaliação de Impacto Social: Uma leitura crítica sobre os impactos de empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás sobre as comunidades pesqueiras artesanais situadas nos municípios costeiros do Rio de Janeiro". E-mail: dinelongaray@hotmail.com

Carmem Imaculada de Brito
Doutora em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), bolsista em estágio pós-doutoral do Projeto de Educação Ambiental Pescarte. E-mail: carmemibal@gmail.com

Cibele Dias da Silveira
Doutora em Ciências Humanas – UFSC. E-mail: nimiana@yahoo.com.br

Clara da Rosa Pereira
Doutoranda de Educação Ambiental PPGEA – FURG. E-mail: claradarosapereira@yahoo.com.br

Danieli Veleda Moura
Doutora em Educação Ambiental PPGEA FURG – Pesquisadora autônoma. E-mail: danieliveledamoura@yahoo.com.br

Edna Ferreira Alencar
Doutora em Antropologia Social e Cultural pela Universidade de Brasilia (UNB). Pós-Doutorado na Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3 França. Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) e Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) – Pesquisadora do Laboratório de Antropologia Arthur Napoleão Figueiredo – LAANF da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: ealencar@ufpa.br e edna.alencar@pq.cnpq.br

Eline Almeida Santos
Doutora em Geografia, Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: elinegeo@hotmail.com

Geraldo Márcio Timóteo
Graduado em Ciências Sociais, Mestre em Extensão Rural e Doutor em Sociologia. Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), no Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico (LEEA). Membro do corpo docente permanente do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais da UENF. Coordenador do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte. Pesquisador do Projeto "Mulheres na Pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e da baixada litorânea. E-mail: geraldotimoteo@gmail.com

Gracieli Trentin
Doutora em Geografia – UNICAMP. Docente do Instituto de Oceanografia, Campus São Lourenço do Sul, da Universidade Federal do Rio Grande – IO/FURG. E-mail: gracieli.trentin@gmail.com

Isabel Soares de Sousa
Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: isabel@mamiraua.org.br

Jéssica Fischer
Mestre em Gerenciamento Costeiro (FURG). Pesquisadora no Laboratório MARéSS - Mapeamento em Ambientes, Resistência, Sociedade e Solidariedade. Coordenadora Técnica do Projeto de Pesquisa "Avaliação de Impacto Social: Uma leitura crítica sobre os impactos de empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás sobre as comunidades pesqueiras artesanais situadas nos municípios costeiros do Rio de Janeiro". E-mail: jessicafischerv@gmail.com

Joezele da Rosa Pereira
Especialista em Psicopedagogia – Licenciada em Artes Visuais, FURG. E-mail: jodarosa84@gmail.com

José Colaço Dias Neto
Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), mestre e doutor em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF). Professor do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes (COC/ESR/UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Justiça

e Segurança (PPGJS/UFF), Coordenador do Núcleo de Estudos Antropológicos do Norte Fluminense Luiz de Castro Faria (Neanf/UFF) e Pesquisador do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC/UFF). E-mail: zenettobr@yahoo.com.br

Kelen Rodrigues da Veiga
Bióloga, Tecnóloga em Gestão Ambiental e Mestre em Biologia de Ambientes Aquáticos Continentais pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG; Pesquisadora no Projeto de Pesquisa "Avaliação de Impacto Social: Uma leitura crítica sobre os impactos de empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás sobre as comunidades pesqueiras artesanais situadas nos municípios costeiros do Rio de Janeiro". E-mail: krv.bio@gmail.com

Juliana Conti Hubner
Tecnóloga em Gestão Ambiental – FURG Campus São Lourenço do Sul; Bolsista Faurg. Pesquisadora no Projeto de Pesquisa "Avaliação de Impacto Social: Uma leitura crítica sobre os impactos de empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás sobre as comunidades pesqueiras artesanais situadas nos municípios costeiros do Rio de Janeiro". E-mail: juh_hubner@hotmail.com

Liandra Peres Caldasso
Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil (2015). Professora da Universidade Federal do Rio Grande , Brasil. E-mail: liandra.caldasso@gmail.com

Lívia Muniz
Licenciada em Ciências Biológicas pela Unimódulo, Pós graduada em Análises clínicas, professora de ciências e biologia na rede publica de ensino. E-mail: munizlivia@hotmail.com

Luceni Hellebrandt
Socióloga (UFPel), Mestre em Gerenciamento Costeiro (FURG) e Doutora em Ciências Humanas (UFSC); Pesquisadora da Unidade de Pesquisa em Economia Costeira (UPEC/FURG) e do Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem (NAVI/UFSC). Pós-doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGPS/UENF). Pesquisadora do Projeto "Mulheres na Pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e da baixada litorânea. E-mail: luceni.hellebrandt@gmail.com.

Lucia de Fátima S. de Anello
Doutora em Educação Ambiental (FURG). Docente do Instituto de Oceanografia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: luciaanello@hotmail.com

Luciara Figueira
Socióloga – Sócia da Empresa de Consultoria – TRANS FOR MAR. E-mail: luciarafigueira@gmail.com

Marcelo Carlos Gantos
Professor associado do LEEA – Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Campos

dos Goytacazes, Brasil. Membro permanente do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais/UENF. Pesquisador do Projeto "Mulheres na Pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e da baixada litorânea. E-mail: mcgantos@gmail.com

Márcia Borges Umpierre
Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora Assistente da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: marciaumpierre2003@yahoo.com.br

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão
Doutora em Estudios Iberoamericanos pelo Universidad Complutense de Madrid, Espanha. Professora Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFPE). E-mail: mrfaleitao@gmail.com

Maria Odete da Rosa Pereira
Doutora em Educação Ambiental (FURG). Professora e pesquisadora da FURG – *Campus* São Lourenço do Sul. E-mail: dethfurg@hotmail.com

Naila de Freitas Takahashi
Bacharel e Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas. Especialista em Gerenciamento Socioambiental Costeiro pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: nailaft@gmail.com

Natália Soares Ribeiro
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Mestre em Políticas Sociais pela Universidade

Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Professora de Serviço Social do Núcleo de Estudos da Zona Oeste, Brasil. Pesquisadora do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte. E-mail: natysoaresribeiro@hotmail.com

Rosemeri Melo e Souza
Doutora em Desenvolvimento Sustentável/Gestão Ambiental (UNB). Professora Associada do DEAM, PPGEO, PRODEMA, PPGECIA, Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: rome@ufs.br

Silvia Alicia Martínez
Doutora em Educação. Professora Associada do Laboratório de estudos de Educação e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, Brasil. Membro permanente do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais/UENF. Coordenadora do Projeto "Mulheres na Pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e da baixada litorânea". E-mai: silvia-martinez@hotmail.com

Suelen Ribeiro Souza
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Pesquisadora do Projeto "Mulheres na Pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e da baixada litorânea. E-mail: suelenrs_16@hotmail.com

Tatiana Walter
Doutora em Ciências Sociais - UFRRJ; Docente do Instituto de Oceanografia, Campus São Lourenço do Sul, da Universidade

Federal do Rio Grande – IO/FURG; Pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Gerenciamento Costeiro – PPGC; Pós-doutoranda do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual Norte Fluminense– PPGPS/UENF; bolsista da Fundação Instituto de Administração (FIA) – Projeto PESCARTE. E-mail: tatianawalter@furg.br.

Valdir Júnio dos Santos

Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade (UCAM). Pesquisador do PEA-PESCARTE. E-mail: juniodossantos@yahoo.com.br

Venâncio Guedes de Azevedo

Oceanólogo, mestre e doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador e diretor do Núcleo Regional de Pesquisa do Litoral Norte do Instituto de Pesca (IP-APTA) em Ubatuba-SP. E-mail: veguedes@gmail.com

exige. O livro que o leitor tem em mãos é fruto do Seminário interdisciplinar: Mulheres na atividade pesqueira no Brasil, que aconteceu no Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense entre os dias 12 e 14 de setembro de 2017. O seminário foi idealizado com o objetivo de reunir investigadoras que se debruçam sobre esses temas no âmbito do território brasileiro para intercambiar conhecimentos e experiencias de pesquisa.

Esta obra e aquele seminário se vinculam ao projeto de pesquisa "Mulheres na pesca: mapa dos conflitos socioambientais no norte fluminense e baixadas litorâneas", que foi contemplado no Programa Pesquisa Marinha e pesqueira implementado pelo Fundo Brasileiro da Biodiversidade – Funbio como medida compensatória estabelecida pelo Termo de ajustamento de conduta de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ.

Na oportunidade do seminário, importa lembrar, a pesquisa "Mulheres na pesca" se encontrava em sua fase inicial de realização, contando com grupos de estudo que congregavam pesquisadores e estudantes os quais se debruçavam teoricamente sobre as questões de gênero, gênero e pesca, conflitos socioambientais e racismo ambiental, provocando interessantes debates e exposições.

Em termos gerais, esses conceitos basilares da pesquisa, somados a alguns outros, também são abordados nos diferentes trabalhos aqui reunidos, os quais apresentam diversidade de abordagens teóricas e metodológicas. Tal diversidade reflete a interdisciplinaridade necessária para a compreensão do tema central que ocupa a presente obra.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-89479-53-0

*"A realização do Projeto **Mulheres na Pesca** é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa **Chevron,** conduzido pelo **Ministério Público Federal – MPF/RJ,** com implementação do **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio**".*